

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

p-ISSN 2447-7656 e-ISSN 2674-2561 DOI 10.33726
VOLUME 9 – ANO 6 – 1º Sem. 2020



• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

REVISTA AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 *e* - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 9 – Ano VI – 1º Sem. 2020

TEXTO AKEDIANO PARA ESTE VOLUME

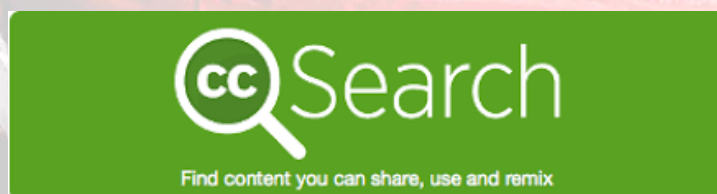
Sobre a imagem da capa, trata-se de um Totem. O Totem é símbolo sagrado adotado como emblema por tribos ou clãs, visto que eles o consideram como seus ancestrais e protetores. O Totem costuma ser um poste ou coluna e pode ser representado por um animal, uma planta, uma face ou outro objeto. Os Totens são vistos como talismãs, objetos de veneração e de culto entre o grupo que o adota. Devido a isso, em algumas tribos, o Totem pode ser simbolizado por um desenho do braço do grupo, utilizado em diversos objetos como identidade da família à qual pertence (Adaptado de <https://www.significados.com.br/totem/>. Acesso em 22/11/2019).

GRUPO de pesquisa SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC)



VOLUME IX – ANO VI – 1º SEM. 2020

O ACERVO DE PUBLICAÇÕES DA AKEDIA É REGIDO PELA LICENÇA
CREATIVE COMMONS – ATRIBUIÇÃO 4.0 INTERNACIONAL





MPEDUCACIONAL

AKEDIA – VERSÕES,
NEGLIGÊNCIAS E
OUTROS MUNDOS

VOLUME IX – ANO VI
PRODUÇÃO E DIFUSÃO DO
CONHECIEMENTO
ESTUDOS FILOSÓFICOS INTERSEMIÓTICOS

RIO PRETO – SP / FRUTAL – MG
2020

REVISTA AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos

p - ISSN 2447-7656 e - ISSN 2674-2561 DOI 10.33726 – Volume 9 – Ano VI – 1º Sem. 2020

Conselho Editorial & Consultivo / Members of the Council

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha (USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP). Instituto de Biociências – Depto. de Zoologia, Cidade Universitária

Dr. Fábio Akcelrud Durão (UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP. Depto. Teoria Literária, Cidade Universitária Zeferino Vaz)

Dr. Dionísio Vila Maior (UAL – Universidade Aberta – Lisboa, Portugal)

Dra. Susanna Busato (UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Preto – SP)

Dr. Frederico Augusto Garcia Fernandes (UEL – Universidade Estadual de Londrina, Londrina – PR)

Dr. Rodrigo Ney Millan (UEMG, Frutal – MG)

Dr. Allynson Takehiro Fujita (UEMG, Frutal – MG)

Dra. Cintia Camargo Vianna (UFU – Universidade Federal de Uberlândia, Campus Santa Mônica – MG)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Frutal – MG)

Dr. Jorge Pedro Sousa (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal)

Dr. Massimo Di Felice (USP – Universidade do Estado de São Paulo; ECA – Escola de Comunicação e Artes – Cidade Universitária – SP)

Dra. Jociene Carla Bianchini Ferreira (UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso, Barra do Garças – MG)

Dr. André Vinicius Martinez Gonçalves (IFG – Instituto Federal de Goiás, Formosa – GO)

Pareceristas Permanentes / Permanent Reviewers

Dra. Aida Franco de Lima (UNEMAT)

Dra. Olena Kovalek (AFA – Academia da Força Aérea)

Dr. Eder Ângelo Milani (UFGO, Campus Samambaia)

Dra. Daniela Soares Portela (Anglo – Sistema de Ensino)

Dr. Frederico Thales de Araújo Martos (UEMG, Frutal)

Dr. Isaar Soares de Carvalho (UEMG, Frutal)

Dr. Levi Henrique Merenciano (UEMG, Frutal)

Dr. Marcelo Pessoa (UEMG, Frutal)

Dr. Wisley Moreira Farias (UEMG, Frutal)

Equipe de Revisão Final de Normas e de Linguagem / Final Standards Team

Dr. Marcelo Pessoa, Boss Editor, BRAZIL
Ariane Moraes – Depto. de Marketing, BRAZIL
Yago Patranis – Assistente Editorial, INDIA
Paulo Henrique Pedro – Informata, BRAZIL

Revisão de Diagramação e Arte / Review of Diagramming and Art

Dr. Marcelo Pessoa, BRAZIL

Editor-Chefe / Boss Editor

Prof. Dr. Marcelo Pessoa

Créditos de Capa / Cover Credits

Autor: Imagem postada por Diógenes Júnior
Título: “A Força” (Releitura de Carta do Tarô de Waite)
Disponível em: <https://trilhas.diogenesjunior.com.br>.

Impressão por demanda do volume 9 / On-demand printing vol. 9

MPEducacional & AKEDIA Books

Periódico Nacional Indexado por / National Journal Indexed by

Google Scholar
Diadorim/IBICT
Latindex
Orcid Connecting Research and Researchers
Researcher Id
Claryvate Analytics
Crossref Foundation

Periódico Licenciado e também Indexado por / Licensed Journal

Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional

Editor Corporativo / Corporate Editor

Revista AKEDIA – MPEducacional & Grupo SIC – UEMG / CNPq

P475p Pessoa, Marcelo
Produção e Difusão do Conhecimento. Estudos filosóficos Intersemióticos e
suas linguagens. / Marcelo Pessoa (org.) -- Frutal, junho, 2020.
224 p. f.: il., (vol. 9, ano VI, 1º semestre, 2020).

***p* - ISSN 2447-7656 *e* – ISSN 2674-2561 DOI 10.33726**

1. Produção científica. 2. Homem. 3. Cultura. 4. Sociedade I. Pessoa, Marcelo.
II. UEMG / CNPq. III. Título.

CDU 008

EDITORIAL PARA O VOLUME 9 – VISÃO INTERDISCIPLINAR

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE, NESTE MÊS DE JUNHO DE 2020, DIVULGAMOS O NOVO VOLUME DA REVISTA “AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”.

CONCEBIDA ORIGINALMENTE, NA SEGUNDA METADE DO ANO DE 2015, PARA QUE FOSSE UMA PUBLICAÇÃO IMPRESSA, ESTA MÍDIA CIENTÍFICA, ALINHADA ÀS DEMANDAS TÉCNICAS DE SEU TEMPO, RAPIDAMENTE PASSOU A INTEGRAR REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO O DO *SITE* DA UEMG – UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS, UNIDADE FRUTAL, SENDO LOGO, EM 2016, EMBARCADA NO SEU PRÓPRIO SÍTIO, VIA PLATAFORMA WIX.COM, SEMPRE DISPONÍVEL ELETRONICAMENTE E EM MODAL IMPRESSO SOMENTE SOB DEMANDA, ATENDENDO A QUESTÕES ECOLÓGICAS EVITANDO ACÚMULO DE PAPEL E DESPERDÍCIO DE RECURSOS.

CUMPRINDO O QUESITO CAPES DE PERIODICIDADE SEMESTRAL, DIVULGA CHAMADAS DE PUBLICAÇÃO EM REGIME DE FLUXO CONTÍNUO. O PERFIL EDITORIAL DA “REVISTA AKEDIA” É GERENCIADO POR SEU EDITOR-CHEFE, QUE TAMBÉM É LÍDER DO GRUPO DE PESQUISAS SOCIEDADE, IMAGENS E CULTURA (SIC) E CEO DA MPEDUCACIONAL, ENTIDADE QUE GERENCIA PRODUTOS COMO A REVISTA AKEDIA E OUTRAS MÍDIAS SOCIAIS.

A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO EDITORIAL & CONSULTIVO DO PERIÓDICO CONTA COM A PARTICIPAÇÃO DE PESQUISADORES DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E DE OUTROS PAÍSES, OS QUAIS ATUAM, SEMPRE QUE SOLICITADOS, COMO CONSULTORES *AD HOC*, DIRIMINDO QUESTÕES AS QUAIS, SEM SEU *KNOW HOW* A SOLUÇÃO NÃO SE DARIA A CONTENTO.

CENTRADA NAS PREOCUPAÇÕES ASSOCIADAS ÀS CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS, ESTA REVISTA, BEM COMO AS DEMAIS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS E FICCIONAIS DO GRUPO AKEDIA & MPEDUCACIONAL, APESAR DE TAL PREMISA, NÃO SE ATÉM

OBRIGATORIAMENTE À ESPÉCIE CONCEITUAL QUE SE EVOCA PARA ESTA OU AQUELA ÁREA DO CONHECIMENTO. SIMULTANEAMENTE, NOSSAS PUBLICAÇÕES NÃO SE PROPÕEM INTERDISCIPLINARES, VISTO QUE SERIA PARADOXAL, ISTO É, SOARIA “DISCIPLINAR”, ROMPER COM UMA TRADIÇÃO E ADERIR A OUTRA:

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar. Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. [...] Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional (CAPES, Documento de Área, 2016, p. 02. Disponível em <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=Y2FwZXMuZ292LmJyfGF2YWxpYWVhby1xdWVkcmlldmFsfGd4OjFjNGI5Y2YwNGZmZjNjMDI>, acesso em 04/07/2019).

É FATO, POR ISSO, QUE AS PUBLICAÇÕES DITAS, ASSIM, TÍPICAMENTE AKEDIANAS, SÃO CONTROVERSAS, UMA VEZ QUE ORIENTA NOSSO *CORPUS* EDITORIAL O DESEJO DE REUNIR E PROPALAR TEXTOS QUE TRATEM DOS ASPECTOS CONTRADITÓRIOS HUMANOS, SOCIAIS E CULTURAIS QUE CONSTITUAM NOSSA CIVILIZAÇÃO, ACENANDO PARA UM TERRITÓRIO DE REFLEXÕES E DE FRONTEIRAS VISÍVEIS E INVISÍVEIS, À LUZ DO RIGOR CIENTÍFICO *STRICTO SENSU*, PORÉM, SEMPRE MÓVEIS E AJUSTÁVEIS *PER SE*.

NESTA CESTA DE LETRAS E PENSAMENTOS, PORTANTO, CABE TODA PONDERAÇÃO QUE SE CONCEBA NO MUNDO, POR MEIO DE DIÁLOGOS RECÍPROCOS ENTRE O ORGÂNICO E O INÓRGÂNICO, ENTRE O POLÍTICO E O CULTURAL, ENTRE O MICROSCÓPICO E O

MACROSCÓPICO, ENTRE O ECONÔMICO E O SOCIAL, ENTRE O TÁTIL E O INVISÍVEL, POIS, EM SUMA:

A natureza complexa de tais problemas pede diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinares e saberes não disciplinares da sociedade e das culturas, dependendo do nível de complexidade do fenômeno a ser tratado. Daí, a relevância, no mundo contemporâneo, de novas formas de produção do conhecimento que tomam como objeto fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares, quando a complexidade do problema requer diálogo entre e além das disciplinas. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos colocam-se para diferentes campos da ciência e da tecnologia (CAPES, doc. de área 2009. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/inter03ago10.pdf>, acesso em 06/05/2015).

FINALMENTE, VALE DIZER QUE, NESTE ESPAÇO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, SE PUBLICAM TEXTOS DE MEMBROS E NÃO MEMBROS DO GRUPO SIC. DESSE MODO, A PRODUÇÃO DOCENTE, A PUBLICAÇÃO DISCENTE E DOS SERVIDORES PÚBLICOS, OU MESMO DA INICIATIVA PRIVADA, INDICADAS POR INTEGRANTES DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL NOS SÃO OBJETOS PREFERENCIAIS, DESDE QUE FRUTOS DE PESQUISA BÁSICA OU APLICADA, EM ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO, MEDIAL OU AVANÇADO, DEVIDAMENTE ORIENTADAS, E QUE SE CONECTEM COM O EIXO QUALITATIVO EXPRESSIVO DE NOSSO CONSELHO EDITORIAL & CONSULTIVO E TAMBÉM RESPEITEM OS DITAMES ALUDIDOS PELA COORDENADORIA DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE ENSINO SUPERIOR – CAPES.

Marcelo Pessoa
(Editor-Chefe AKEDIA Journal & AKEDIA Books)

PREFÁCIO PARA O VOLUME 9

NESTE NONO VOLUME DA “REVISTA AKEDIA: VERSÕES, NEGLIGÊNCIAS E OUTROS MUNDOS”, SEGUEM-SE, AINDA, A MESMA MOTIVAÇÃO ESSENCIAL DO PRIMEIRO NÚMERO, EDITADO EM 2015.

NAQUELE MOMENTO *ARKHE* (DO GREGO, PRINCIPIADOR), O MOTE FOI O DE ATENDER A UMA DEMANDA ESPECÍFICA, QUE ERA O DE DAR VAZÃO À PRODUÇÃO CIENTÍFICA DE UM GRUPO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UEMG (UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS), QUE CURSARAM A PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*, INTITULADA “ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA”, FORMAÇÃO OFERECIDA PELA UNIDADE UEMGUIANA FAPP – FACULDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS TANCREDO NEVES, COM SEDE EM BELO HORIZONTE – MG.

DESDE ENTÃO, VEMOS, AINDE NO VOLUME, QUE OS AUTORES E AUTORAS QUE AQUI PUBLICAM JÁ NÃO SÃO APENAS OS DA PÓS-GRADUAÇÃO, MAS, TAMBÉM, OS DE GRADUAÇÃO. IGUALMENTE, A PRODUÇÃO DOCENTE PASSOU A INTEGRAR FORTEMENTE A ROTINA DE AUTORES E AUTORAS PUBLICADOS PELA AKEDIA.

ISTO ACONTECEU, DEVIDO À GENEROSIDADE DOS AUTORES E AUTORAS QUE, AO LONGO DO TEMPO, ENTENDERAM A IMPORTÂNCIA DE ENRIQUECER COM SUAS COLABORAÇÕES JOVENS PROPOSTAS COMO ESTA E, AO NOS PROCURAREM, MANIFESTARAM O DESEJO DE COMPOR FRASES E PENSAMENTOS NESTAS PÁGINAS, SINGELAMENTE DENOMINADAS DE “AKEDIANAS”.

RESUMIDAMENTE, ESTE ESPAÇO DE ESCRITA ACADÊMICA VEM SENDO, ENTÃO, CONSOLIDADO NO TERRENO DA EXPOSIÇÃO DO BROCARDO CIENTÍFICO QUE DÁ VOZ À PESQUISA BÁSICA E APLICADA, EM FACE DO QUE SE RECONHECE COMO NECESSIDADE PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA TRADIÇÃO DE ENSINO, DE PESQUISA, DE GESTÃO E DE EXTENSÃO QUE SE PRETENDA DURADOURA.

PESSOA, Marcelo –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

SUMÁRIO

ARTIGOS

(NOTA: A ORIGINALIDADE DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DE SEUS AUTORES E AUTORAS. CABE À EQUIPE EDITORIAL DA REVISTA AKEDIA, APENAS A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE EDITORAÇÃO E POSTAGEM ELETRÔNICA)

EDITORIAL PARA O VOLUME 9	06
PREFÁCIO PARA O VOLUME 9	08
1. SANTOS JUNIOR, NORIVAL JOSÉ DOS; DIAS, YAN CAXIAS; FIGUEIREDO, MARI LUCIA – A FELICIDADE INTERNA BRUTA: UM ENFOQUE NA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL	16
2. VIEIRA, ÁLVARO DE SOUZA – ANÁLISE DAS CONVENÇÕES DISCIPLINARES EMPREGADAS PELA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, AUTODENOMINADA PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL, EM SEMELHANÇA AOS ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	37
3. SILVA, JAKCELI COSTA DA; PESSOA, MARCELO – O VIÉS ECONÔMICO DE UM PAÍS COM HERANÇAS ESCRAVAGISTAS: A EMPREGABILIDADE DO NEGRO NO BRASIL	53
4. BRANDÃO, MATHEUS FRANCK; SILVA, JOSNEY FREITAS; BUENO, MIRIAM PINHEIRO; CALDEIRA, CARLOS ALÍPIO; NUNES, ANA LUCIA DE PAULA FERREIRA – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DO 2º E 8º PERÍODOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) – FRUTAL	70
5. PELICANO, HENRIQUE JOSÉ ROSA & ATIQUE, WADI. O DIREITO ITALIANO: HISTÓRIA, INFLUÊNCIA E LEGADO	90
6. VIÇOSO, BEATRIZ PRATES; PADUA, TATIANA COSTA E SILVA; CALDEIRA, CARLOS ALÍPIO – UMA ANÁLISE DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS DO SICOOB DE FRUTAL EM RELAÇÃO À PARCERIA COM O SEBRAE	123
7. MARANGONI, ANTÔNIO CARLOS; BOMFIM, CAMILA COLOMBARI; MARANGONI, RAFAEL JUNQUEIRA – APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS PARA ANÁLISE DO DESLOCAMENTO ESTRUTURAL ESTÁTICO DE UMA FRESADORA CNC	155
8. TACELI, IZABEL CRISTINA & SANTOS, GEISIANE RODRIGUES DOS – PERSPECTIVAS DA RESILIÊNCIA NO EMPREENDEDORISMO FEMININO	172
9. COSTA, GUSTAVO HENRIQUE GRAVATIM; RISSO, PAULO OTÁVIO; NOGUEIRA, LUCAS CONEGUNDES; SILVÉRIO, PATRÍCIA CHIARA; URIBE, RAUL ANDRÉS MARTINEZ – CURVA DE MATURACÃO DE HÍBRIDOS DE SORGO SACARINO CULTIVADOS EM BAURU – SP	192
10. CARVALHO, ISAAR SOARES DE – O PRAGMATISMO E SUA PRESENÇA NA FILOSOFIA, NA EDUCAÇÃO, NA RELIGIÃO E NA POLÍTICA	201

SEÇÕES ESPECIAIS
(AS SEÇÕES ESPECIAIS SÃO DE
RESPONSABILIDADE DE SEUS EDITORES)

SEÇÃO DE RESUMOS E RESUMOS
EXPANDIDOS

Editor de Seção:
Prof. Dr. Josney Freitas Silva

01. SOUZA, ANA LUIZA RAMOS; CAETANO, LEANDRO LUIZ; SILVA, OCTÁVIO
ANTÔNIO NOGUEIRA; CAMPOS JÚNIOR, OLINTO DA FONSÊCA – POLÍTICAS DE
GESTÃO DE QUALIDADE TOTALR – P. 01

01. PAULA, LARISSA LIMA DE; PESSOA, MARCELO – ESTUDO DOS FUNDAMENTOS
SOCIOCULTURAIS E MERCADOLÓGICOS QUE ENVOLVEM A CRIAÇÃO DE
NOMES DE BAIRROS E CONJUNTOS RESIDENCIAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO
– SPR – P. 02

SEÇÃO DE PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade
Frutal)

1. PESSOA, MARCELO – JION, A PAZ DA MÃO VAZIA ..PTL – P. 01

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

ARTIGOS COMPLETOS

Editores Responsáveis por esta Seção

Dr. Carlos Eduardo Falavigna da Rocha
(USP – Universidade do Estado de São Paulo – SP)

Dr. Fábio Akcelrud Durão
(UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas – SP)

Dra. Susanna Busato
(UNESP – Universidade Estadual Paulista, Ibilce – Rio Preto – SP)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Artigo Completo”. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de atividades de pesquisa autoral ou de investigação orientada, trazidas a esta editoria científica como contribuição ao volume 9 de nosso periódico.

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

RESUMOS DE PESQUISA

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Josney Freitas Silva
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, reunimos uma série de textos que se regem pela tipologia textual do gênero acadêmico “Resumo”. As pesquisas apresentadas são resultados, em sua maioria, de uma atividade de investigação orientada. Há, ainda, outras produções que a este grupo principal se integraram, pois exprimem resultados parciais, intermediários ou finais oriundos das mais diversas fontes: trabalhos de conclusão de curso, relatórios de pesquisa, de iniciação científica ou de extensão, além de pesquisa docente.

• JOURNAL •

AKEDIA

Versões, Negligências e Outros Mundos

PRODUÇÃO TEXTUAL LIVRE

Editor Responsável por esta Seção

Prof. Dr. Levi Henrique Merenciano
(UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais, Unidade Frutal)

Neste segmento, temos os textos que se regem pela tipologia textual do gênero “Produção Textual Livre”. As escritas apresentadas são resultados de atividade intelectual sem vínculos com o fazer *stricto sensu* da Ciência, porém, com total aderência às prerrogativas do pensamento humano em seu caráter mais universal. Neste sentido, poemas, ensaios, contos, crônicas, relatos de experiência foram aceitos, visto que aqui, também damos plena liberdade de expressão como elemento integrador social, prescindindo-se, em certos casos, da rigidez da norma culta da língua ou das normas da ABNT, em prol da vazão artística e da licença poética.

FELICIDADE INTERNA BRUTA: UM ENFOQUE NA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

SANTOS JUNIOR, Norival José dos¹
DIAS, Yan Caxias²
FIGUEIREDO, Mari Lucia³

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p16-36](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p16-36)

RESUMO: Este estudo teve como objetivo principal destacar a Inteligência Emocional como uma ferramenta eficaz na busca da felicidade no ambiente de trabalho. Pretendeu-se também, possibilitar a compreensão da evolução do conceito de “Inteligente” para o de Inteligência Emocional. A metodologia adotada foi a da revisão bibliográfica sobre o tema Inteligência Emocional, com ênfase na área do trabalho. Justifica a pesquisa, o fato de que as emoções e suas respectivas inteligências vêm ganhando espaço no mundo corporativo e como essas pessoas podem desenvolver esta competência para favorecer seu desempenho profissional. Como resultados, concluímos que o Quociente Intelectual (QI), sozinho, não é suficiente para alavancar carreiras organizacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Inteligência emocional, trabalho, felicidade, carreira

ABSTRACT: This study aimed to highlight Emotional Intelligence as an effective tool in the pursuit of happiness in the workplace. It was also intended to enable the understanding of the evolution of the concept of "Intelligent" to that of Emotional Intelligence. The methodology adopted was the literature review on the theme Emotional Intelligence, with emphasis on the area of work. Justifying the research, the fact that emotions and their respective intelligences are gaining space in the corporate world and how these people can develop is competence to favor their professional performance. As a result, we conclude that the Intellectual Quotient (IQ) alone is not sufficient to leverage organizational careers.

KEYWORDS: Emotional intelligence, job, happiness, career

¹ Graduando do curso de Administração. E-mail: norivalbrmc@hotmail.com

² Graduando do curso de Administração. E-mail: yan.dias20151995@gmail.com

³ Psicóloga, doutora em avaliação psicológica, docente da UEMG- Frutal

INTRODUÇÃO

O trabalho é de extrema importância na vida do ser humano e ocupa grande parte de nossa existência. Nele, passamos um tempo considerável de nossa trajetória realizando as atividades laborais que escolhemos, para que, assim, tenhamos a oportunidade de aproveitar os frutos de tudo aquilo que realizamos profissionalmente (MARQUES, 2018).

Por se tratar de algo que justamente ocupa um espaço significativo em nossa vida, precisamos lidar com o cenário do trabalho, e com tudo que o envolve, da melhor maneira possível, pois somente assim poderemos ter os resultados positivos que tanto desejamos durante nossa evolução profissional, argumenta o autor. E, além disso:

No mundo globalizado em que estamos vivendo, em razão dos grandes avanços tecnológicos, da intensa competitividade no mercado, das mudanças constantes no ambiente organizacional e até mesmo da falta de tempo para o lazer na nossa rotina, as pessoas tendem a sofrer mais com o stress no seu dia a dia. Com isso, se torna cada vez mais necessário aprendermos a administrar e controlar nossas emoções para termos uma melhor qualidade de vida (JUNQUEIRA; COUTO; PEREIRA, 2011, p. 01).

Um dos temas que têm mais instigado pesquisadores na contemporaneidade corporativa é a inteligência e a emoção, posto que venham gerando polêmicas por mais de um século de estudos e pesquisas (MATHEUWS; ZEIDNER & ROBERTS, 2002). A relevância disso, talvez, se volte ao contexto em que “As concepções atuais sobre inteligência constituem o produto do pensamento, trabalho e investigações de centenas de pesquisadores, que ao longo da história, definiram o que é ser inteligente” (WOYCIEKOSKI & HUTZ, 2009, p. 01).

Tais autores afirmam que, assim como atualmente é possível perceber as evoluções no pensamento em muitas áreas, também tem sido levantada a necessidade de se repensar o que se entende por inteligência e por comportamento inteligente. A verificação das relações entre cognição e emoção poderia resultar no reconhecimento da capacidade do homem em lidar

com seu mundo emocional de forma inteligente, compatível com seus objetivos mais amplos de vida (WOYCIEKOSKI & HUTZ, 2009).

Entretanto, Goleman (2017) argumenta que no campo organizacional, apenas as capacidades cognitivas não são suficientes para a garantia de sucesso na vida, pois se estima que o Quociente de Inteligência (QI), que é a capacidade de compreender e manipular símbolos matemáticos e linguísticos é responsável por 20% dos fatores que determinam o sucesso, restando 80% para variáveis não especificadas, que vão desde a classe social até a margem da mera sorte.

Nesse percentual, pode-se acrescentar o Quociente Emocional (QE), cujos aspectos fundamentais propostos pelo autor são: autoconsciência, autocontrole, consciência social e a habilidade de gerenciar relacionamentos, postos como elementos que conduzem ao sucesso profissional.

A HISTÓRIA DA INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

Em 1920, o renomado psicólogo Edward Thorndike descreve o conceito de “Inteligência Emocional”, como sendo a habilidade de entender e controlar/administrar as emoções para agir de forma mais sensata nas relações humanas.

David Wechsler, por sua vez, sugeriu, em 1940, que outros fatores além da habilidade intelectual estão envolvidos em um comportamento inteligente. Já os psicólogos humanistas, assim como Abraham Maslow, no ano de 1950, descreveram como as pessoas poderiam construir força emocional.

Howard Gardner, então, publicou o livro Estruturas da Mente – Teoria das Inteligências Humanas (1980). E, de acordo com Gardner, os seres humanos possuem diferentes formas de processamento de informações e estes meios são relativamente independentes uns dos outros. No entanto, a introdução do termo “Inteligência Emocional”, foi relatada por Wayne Payne, em 1985, em sua Tese de Doutorado, chamada: Um estudo da emoção: desenvolvendo a inteligência emocional.

Nessa sequência histórica, vemos que a primeira formulação do que veio a ser inteligência emocional do modo como a temos hoje, foi proposta

pelos psicólogos John Mayer e Peter Salovey, das Universidades de New Hampshire e Yale, respectivamente. Porém, foi por meio dos trabalhos de Daniel Goleman, que o conceito foi disseminado (MACIEL & SÁ DE SOUZA, 2016, p. 06).

A pesquisa de Mayer e Salovey buscava refutar a ideia de que a inteligência poderia ser medida apenas pelos testes de QI para determinar fatores de previsão de sucesso para a vida, visto que tais testes contemplavam aptidões linguísticas e matemáticas apenas (GOLEMAN, 2017).

Para eles, a inteligência possuía uma visão mais ampla. Assim propuseram uma visão de inteligência emocional expandindo as aptidões em cinco domínios: (i) conhecer as próprias emoções; (ii) lidar com as emoções; (iii) motivar-se; (iv) reconhecer emoções nos outros; e, (v) lidar com relacionamentos.

Até a década de 1990, acreditava-se que o QI (Quociente Intelectual) determinava o sucesso profissional e até pessoal de um indivíduo, daí as empresas se basearem em testes, em que se identificavam o QI de seus líderes e empregados (SILVA *et al*, 2014). Porém, com a evolução da ciência, assim como da psicologia, da psiquiatria e atualmente da neurociência, foi se descobrindo que existiam diferentes fatores a determinar o sucesso de pessoas e organizações, chegando-se ao QE (Quociente Emocional), conceito em que se verifica que a inteligência emocional também se torna imprescindível neste processo (GOLEMAN, 2017).

O autor ressalta que o controle das emoções pode trazer transformações significativas, tanto no ambiente profissional quanto familiar, uma vez que o indivíduo se torna mais consciente de suas responsabilidades sobre o bem estar, sobre a sua felicidade de si mesmo e de outrem, usando as habilidades adquiridas para promover uma mudança cultural e social no meio em que vive e ou trabalha.

Para Goleman (2001, p. 338) “a Inteligência Emocional contém cinco competências emocionais e sociais básicas, que são classificadas por ele como: autopercepção, autorregulamentação, motivação, empatia e habilidades sociais”. A autopercepção significa que a pessoa compreende e manipula de forma consciente suas emoções para desenvolver um comportamento correto

diante da situação enfrentada. Já, a autorregulação, se refere ao nosso autocontrole, ou seja, a nossa capacidade de usar nossas emoções de modo a facilitar o bom desenvolvimento do dia-a-dia de nossas vidas. Quanto à motivação, é a capacidade da pessoa de dirigir suas emoções a serviço de um determinado objetivo. A empatia percebe os seus anseios e trabalha-os de forma positiva para que, com isso, consiga cultivar sintonia com o maior número de pessoas possível. E, por fim, o autor ressalta que a habilidade social se caracteriza pela desenvoltura em relacionamentos interpessoais.

Outras contribuições que podemos ressaltar foram dos psicólogos Louis Thurstone (1887-1956) e Howard Gardner, mesmo de épocas distintas, ambos defendem que a inteligência seria composta por um conjunto de mecanismos que atuam isoladamente no cérebro (GANDRA, 2016).

Thurstone (1938) faz uma crítica à inteligência geral de Spearman, afirmando que a inteligência pode ser dividida em diversas competências básicas baseadas em sete fatores: a compreensão verbal, a aptidão numérica, a visualização espacial, a memória, o raciocínio e velocidade perceptiva, e que estes mesmos fatores são suscetíveis de serem avaliados através do teste de Capacidades Mentais Básicas (WOICIEKOSKI e HUTZ, 2009).

A teoria das inteligências múltiplas foi criada por Gardner, em 1981, afirmando que elas seriam independentes entre si e que atuariam em locais separados do cérebro, sob a obediência de regras próprias, sendo elas a inteligência lógica matemática, a linguística, a musical, a espacial, a corporal, a cenestésica, a intrapessoal e interpessoal. Estas, portanto, “Foram as que serviram de base para a definição da inteligência emocional” (MAVROVELI *et al.*, 2009, p. 263).

Entretanto, emoção e inteligência têm sido, muitas vezes, compreendidas como contrapontos adversários. Para Gardner (1995) e Mayer Salovey (1997), as emoções são tidas como aspecto substancialmente irracional e instância perturbadora do pensamento. “Essa concepção percebe a mente humana e sua inteligência por um prisma unidimensional, que valoriza apenas o fator racional da inteligência e o coloca em primeiro plano” (GOMES & SIQUEIRA, 2010, p. 30).

Para Weisinger (2001, p. 14), “o uso inteligente das emoções, isto é, fazer intencionalmente com que suas emoções trabalhem a seu favor, o ser humano usaria como uma ajuda para ditar seu comportamento e seu raciocínio, de maneira a aperfeiçoar seus resultados”. O que evidencia que a inteligência emocional é a capacidade de administrar as emoções de forma produtiva para o alcance de objetivos. É saber lidar com medos, inseguranças e insatisfações em benefício próprio. É ter habilidade no convívio com as outras pessoas reagindo de maneira controlada e desenvolvendo, assim, um ambiente harmonioso e, ao mesmo tempo, produtivo em resultados.

Para Fonseca *et. al.* (2016), a inteligência emocional, assim como todas as outras competências, pode ser desenvolvida pelo profissional. Após identificar os pontos fracos emocionais e comportamentais que mais prejudicam o desempenho do indivíduo é preciso centrar forças para desenvolvê-los. Estes autores afirmam que é necessário enxergar e aproveitar todas as situações do dia a dia como oportunidades para praticar o treinamento.

Pedir *feedbacks* aos colegas, superiores, subordinados e clientes, pode ajudar a descobrir o que as pessoas pensam e o que profissional precisa melhorar. “O indivíduo deve dar prioridade aos aspectos que são mais fáceis e rápidos, ciente que mudar hábitos de comportamento pode ser um processo de longo prazo” (FONSECA *et al* 2016 p. 14). Portanto, quanto mais as cinco habilidades da inteligência emocional forem praticadas, os velhos hábitos serão substituídos e os novos vivenciados de forma espontânea. O profissional com esta competência tem mais chances de ampliar sua empregabilidade.

Todavia, para que possamos compreender a IE é necessário que se tenha claro a concepção de emoção. Além disso, o próprio aspecto multidimensional das emoções ocasionaria uma concepção de IE complexa, Matthews *et al.* (2002).

Para Fortes D’Andrea (1996), poucos fatos psicológicos se comparam com as emoções, pois elas demarcam fatos importantes em nossa vida, mas, mais do que isso, elas influenciam a forma como reagimos a estas experiências. Woiciekoski e Hutz, (2009 p. 03), argumentam que a emoção seria uma reação psicobiológica complexa, que envolveria a “inteligência e

motivação, impulso para ação, além de aspectos sociais e da personalidade, que acompanhados de mudanças fisiológicas, expressariam um acontecimento significativo para o bem-estar subjetivo do sujeito no seu encontro com o ambiente”.

Estudos e pesquisas o tema apontam que as competências emocionais são essenciais para a adaptação, por isso, tem surgido o interesse pelo tema da inteligência emocional e têm surgido muitos programas de aprendizagem social e emocional em escolas e em ambientes de trabalho.

A emoção também pode ser entendida, portanto, como sendo uma alteração fisiológica desencadeada por estímulos externos, e que surge em resposta a tais eventos externos perturbadores (ATKINSON *et al.* 2002).

Para Damásio (1996), quando o sujeito, após perceber um estímulo que, de alguma maneira o afeta, sofre alterações fisiológicas importantes, como angústia, falta de ar, palpitações etc. E é precisamente o reconhecimento desses sinais (pelo cérebro) que gera a emoção.

Com relação ao entendimento da inteligência emocional, podemos descrever o seguinte:

A inteligência emocional envolve a capacidade de perceber acuradamente, de avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual (MAYER e SALOVEY 1997, p. 15).

Podemos citar alguns estudos de inteligência emocional que utilizaram instrumentos de medidas validados, enquanto que outros elaboraram questões a partir das teorias sobre o assunto, então vigentes na literatura.

Entre esses, podemos apresentar os trabalhos de Diório (2001), que avaliou a competência emocional de gestores. O de Nascimento (2006) investigou as relações entre inteligência emocional e bem-estar no trabalho. Já, Marcondes (2008) buscou conhecer as relações entre inteligência emocional e bem-estar no trabalho de funcionários públicos. Gomes e Siqueira (2010), por sua vez, descreveram e analisaram as relações entre as cinco habilidades de

inteligência emocional (autoconsciência, automotivação, autocontrole, empatia e sociabilidade) em estudantes universitários. Também, Santos (2014) investigou de que forma a inteligência emocional dos empregados de empresas de base tecnológica se relaciona com o conflito da tarefa que desempenham, bem como com a auto eficácia. Fonseca *et al* (2016) mostraram que, dentre todas as competências exigidas, a inteligência emocional ganha destaque como diferencial no controle psíquico e comportamental dos colaboradores, trazendo ganhos para as empresas no alcance de metas e objetivos. E, por fim, Tavares (2013) verificou a existência de uma relação entre inteligência emocional e a satisfação no trabalho num contexto organizacional onde o valor central é a hospitalidade.

De acordo com Serra (2004, p. 33), a teoria de Goldeman defende que “a inteligência está ligada à forma como lidamos com as nossas emoções”, ressaltando que o controle das emoções pode trazer transformações significativas, tanto no ambiente profissional quanto familiar, uma vez que o indivíduo se torna mais consciente de suas responsabilidades sobre o bem estar, sobre a sua felicidade de si mesmo e de outrem, usando as habilidades adquiridas para promover uma mudança cultural e social no meio em que vive e ou trabalha. A inteligência emocional envolve a capacidade de perceber acuradamente, de “avaliar e de expressar emoções; a capacidade de perceber e/ou gerar sentimentos quando eles facilitam o pensamento; a capacidade de compreender a emoção e o conhecimento emocional; e a capacidade de controlar emoções para promover o crescimento emocional e intelectual” (GARCIA, 2015, p. 15).

Na teoria de Gardner, ressalta Bourscheid (s/d), o papel das emoções é pouco explorado, sendo que nos estudos que ele realizou, não se investigou a função do sentimento nas inteligências. Uma vez que o campo das emoções também se estende além da linguagem e da cognição, seu estudo é de extrema relevância. Outros cientistas cognitivos que explicam como a mente processa a informação não levam em conta o fato de que a racionalidade da mente é guiada pela emoção. Porém, Woyciekoski & Hutz (2009, p. 03) colaboraram, argumentando que a emoção seria uma reação psicobiológica complexa, que envolveria “inteligência e motivação, impulso para ação, além

de aspectos sociais e da personalidade, que acompanhados de mudanças fisiológicas, expressariam um acontecimento significativo para o bem-estar subjetivo do sujeito no seu encontro com o ambiente”.

Costa (2017) ressalta a importância da Inteligência Emocional na administração das emoções no ambiente corporativo, e esta importância está associada ao fato das pessoas serem o recurso mais importante dentro do sistema produtivo, pois, as pessoas pensam, agem e monitoram seus procedimentos levando em conta o ambiente em que vivem.

Outro autor que contribuiu com essa teoria é Ryback (2004, p. 66), destacando que a Inteligência Emocional permite uma “relação equilibrada entre o intelecto e a emoção no local de trabalho, de forma que a percepção emocional ajuste-se com o processo de tomar decisões a cada momento”.

Portanto, a Inteligência Emocional ajuda no ambiente de trabalho, tanto o funcionário quanto a empresa para lidarem de forma correta com diversas situações. Para o trabalhador: maior autoconfiança; menos estresse e preocupações; mais alegria e satisfação; menos frustrações e raiva; mais cooperação e compreensão; mais aptidão para manter conversas difíceis; capacidade de assumir riscos saudáveis. Já, para a empresa: melhora do trabalho em equipe; superação das mudanças; mais comprometimento, envolvimento e motivação; maior flexibilidade; menos queixas; mais criatividade, receptividade, franqueza e confiança; mais produtividade (GARDENSWARTZ *et al*, 2012).

Corroborando essas ideias, no pensamento contemporâneo sobre a Inteligência Emocional, a emoção é considerada como um dos principais fatores responsáveis pelo funcionário encontrar sentido e propósito no trabalho, (GRAY & ANNIS, 2013). Como um fator de favorecimento na construção da identidade profissional, levando o funcionário a um forte investimento afetivo para um bom desempenho (ZANELLI *et al*, 2014); melhorando a comunicação, aumentando a satisfação e criando uma atmosfera mais positiva no ambiente de trabalho (CHAPMAN & WHITE, 2012).

Dados apresentados pelo *Center for Creative Leadership*, em 1970, apontam que a Inteligência Emocional equilibra as emoções, afeta a lucratividade e o desempenho e, além disso, o fracasso na carreira envolve

deficiências na competência emocional. Noutra publicação, a *Haward Business Review*, de 1980, relaciona as emoções como um fator importante no desempenho do trabalho e na influência dos sentimentos, tais como a felicidade, a qual é necessária para lidar com situações difíceis (GARDENSWARTZ *et al*, 2012).

FELICIDADE INTERNA BRUTA (FIB)

O ser humano, com seu desejo de descobrir o novo e medir tudo o que está ao seu redor, cria e recria com o passar do tempo novas ideias e práticas. Em meados de 1947, por exemplo, o surgimento do Produto Interno Bruto (PIB) disseminou mundialmente o uso de indicadores econômicos para medir o progresso de um país. E, partir da década de 60, ascende nos Estados Unidos uma nova ideologia, que buscava deslocar o foco de aspectos meramente econômicos para contemplar parâmetros que pudessem aferir o bem estar da população. Nasceram, aí, os “indicadores sociais” (SALES *et al*, 2012, p. 02).

Na década de 70, então, surge um novo indicador sistêmico, desenvolvido no reino Butão, um pequeno país localizado na Ásia, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): o índice de Felicidade Interna Bruta (FIB). Tal Índice de Felicidade Bruta mede o progresso da sociedade a partir das seguintes dimensões: padrão de vida, educação, saúde, governança, cultura, vitalidade comunitária, resiliência ecológica, uso equilibrado do tempo e bem-estar psicológico. É notório o desenvolvimento desse apontador, tornando-se mundialmente conhecido, ajustando a outros tantos medidores sociais: o Índice de Liberdade Humana (ILH), Índice de Liberdade Política (ILP), Índice de Pobreza Humana (IPH).

Logo, a criação do FIB gerou certo interesse na comunidade internacional, resultando em vários trabalhos econômicos voltados para o seu conceito e para a eficácia de sua fórmula de cálculo. Dentre os muitos *surveys* que incluem perguntas sobre felicidade e satisfação com a vida, destacam-se: o “Gallup World Poll”, com mil entrevistados, em 160 países; a “World Values Survey”, que, na coleta de 2011/2012, entrevistou mais de 84 mil pessoas, em 56 países; a americana “General Social Survey”, com amostra de 55 mil

indivíduos; a “Eurobarometer”, da União Europeia, que entrevista mil cidadãos de cada estado-membro; a “The World Happiness Report”, de 2013, com entrevistados em 156 países; a “Happy Planet Index”, de 2012, com amostras de 151 países; a publicação “How’s Life – Measuring Well Being”, de 2013, do projeto *Better Life*, da OCDE, com dados dos 34 países-membros, além de Brasil e Rússia; a “Latinobarómetro”, com abrangência de 18 países latino-americanos (além da Espanha), e 23 mil entrevistados; e a “Beyond Facts: Understanding Quality of Life”, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que classificou 23 países latino-americanos e caribenhos no estudo de 2008.

Infelizmente o Brasil não possui uma pesquisa nacional contínua, nem oficial, assim, qualquer trabalho de análise por comparação entre a melhor pesquisa que temos a “Well Being Brazil Index”, da FGV (Fundação Getúlio Vargas), e o PIB (Produto Interno Bruto) ou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) torna-se impossível ou pouco robusto (BRANCO, 2015, p. 10).

Em 2009, a monja hinduísta Susan Andrews, do *Instituto Visão Futuro*, em entrevista à *Folha UOL*, revelou que tinha desenvolvido uma versão brasileira do questionário, mas este ainda seria aplicado em projetos-piloto no Estado de São Paulo, e acrescentou que “FIB não é meramente um indicador: é também um catalisador de mudança, um processo de mobilização social em prol do bem-estar coletivo e do desenvolvimento sustentável, visado o bem-estar de todos” (SUSAN ANDREWS, 2009).

Herculano (2000), afirmou que o uso de indicadores auxilia nas comparações entre dois ou mais objetos de estudo, em virtude das informações condensadas, simplificadas e quantificadas que fazem parte de sua composição. Estas informações, por sua vez, podem ser de natureza econômica (quantitativa) ou de natureza social (qualitativa).

Para Sandroni (1987), esses indicadores podem sofrer mudanças e oscilações, já que são constituídos de dados estatísticos capazes de oferecer uma ideia do estado de uma determinada economia, num certo período ou data. Porém, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas), os indicadores sociais são dados construídos com base em observações, referentes a aspectos da vida social ou a mudanças nela ocorridas.

Neste propósito, o objetivo central desse estudo é o Índice da Felicidade Interna Bruta, um indicador inovador, cujo papel principal é medir o bem estar de uma população a partir de sua felicidade manifesta.

A seguir apresentaremos os nove pilares do indicador FIB:

- (i) Bem-estar; Saúde; Equilíbrio do Tempo; Boa Governança; Vitalidade Comunitária; Educação; Diversidade Cultural; Ecológica; Padrão de Vida. E, dentro dessa linha de pensamento, Jens Asendorpf, em 2004, avança para o significado do conceito “bem-estar”, cuja denominação divide-se em um elemento cognitivo, chamado satisfação com a vida, e outro afetivo, chamada felicidade. Esta última, ainda se divide em afetividade positiva e afetividade negativa. Segundo as concepções teóricas referentes ao bem-estar psicológico, as bases para as formulações psicológicas são o desenvolvimento humano e a capacidades para enfrentar os desafios da vida. O bem-estar psicológico e, principalmente, espiritual, também pode se mostrar como um recurso interno de alívio para pessoas forçadas a se adaptar à incerteza relacionada a problemas de saúde no longo prazo, como: diabetes mellitus, câncer, entre outras endemias crônicas (LANDIS, 1996). Diante dos pontos sugeridos acima, seria pouco provável a criação de um apontador social abrangente que não fizesse o uso da abordagem tácita da paz de espírito do ser humano (SALES *et al*, 2012, p. 05).
- (ii) Já, a Saúde, mede a eficácia das políticas de saúde, com critérios como autoavaliação da saúde, invalidez, padrões de comportamento arriscados, exercícios, sono, nutrição etc.
- (iii) A gestão equilibrada do tempo é avaliada, incluindo tempo no trânsito, no trabalho, nas atividades educacionais, etc.
- (iv) Vitalidade Comunitária foca nos relacionamentos e interações nas comunidades. Examina o nível de confiança, a sensação de pertencimento, a vitalidade dos relacionamentos afetivos, a segurança em casa e na comunidade, a prática de doação de voluntariado.
- (v) A Educação leva em conta vários fatores como participação em educação formal e informal, competências, envolvimento na educação dos filhos, valores em educação, educação ambiental etc.
- (vi) Entretanto, a cultura avalia as tradições locais, festivais, valores nucleares, participação em eventos culturais, oportunidades de desenvolver capacidades artísticas, e discriminação por causa de religião, raça ou gênero.
- (vii) O meio ambiente mede a percepção dos cidadãos quanto à qualidade da água, do ar, do solo, e da biodiversidade. Os indicadores incluem acesso a áreas verdes, sistema de coleta de lixo, etc.
- (viii) Outro indicador importante é a governança, donde se avalia como a população enxerga o governo, a mídia, o judiciário, o sistema eleitoral, e a segurança pública, em termos de responsabilidade, honestidade e transparência. Também mede a cidadania e o envolvimento dos cidadãos com as decisões e processos políticos.
- (ix) E, por último, o padrão de vida, que avalia a renda individual e familiar, a segurança financeira, o nível de dívidas, a qualidade das habitações (LUSTOSA & MELO, 2010, p. 37-38).

As dimensões do FIB são norteadoras quanto à construção de instrumentos que visam circunstâncias diversas da vida dos cidadãos. “Esse método vem conquistando adeptos ao redor do mundo, tanto na esfera pública quanto no âmbito das organizações não governamentais e empresas privadas, por trazer a felicidade pautada na qualidade de vida como indicador de desenvolvimento” (PORTO & MEDEIROS, 2017).

Para Welsch (2009), as respostas à felicidade estão correlacionadas com as reações físicas que podem validar a felicidade interna: as pessoas que relatam ser felizes tendem a sorrir mais e mostrar níveis mais baixos de respostas ao estresse (frequência cardíaca, pressão arterial), e elas são menos propensas a cometer suicídio. Bem intencionadas ou rotuladoras, a felicidade é qualificada como substantivo feminino que indica qualidade ou estado de feliz, satisfação, júbilo, contentamento, bem-estar, boa fortuna e sorte (HOUAISS; VILLAR, 2009).

Ainda definindo o conceito, a literatura considera a felicidade como indicador de bem-estar subjetivo (DIENER, 2006; LYUBOMIRSKY & LEPPER 1999), sendo, neste sentido, confundível com outras medidas deste tipo: Veenhoven (1997; 2000) refere que felicidade, satisfação com a vida, qualidade de vida, bem-estar, denotam o mesmo significado e são utilizados como sinônimos. Felicidade, então, pode significar prazer, satisfação com a vida, emoções positivas, vida plena, ou sensação de contentamento, entre outros (DIENER *et al*, 2003). Daí, surge a indagação: porque a felicidade tem tantos sentidos, quer seja na linguagem popular quanto na acadêmica?

Diener (2006) diz que, tanto pode representar as causas como os efeitos, pode significar humor geral positivo, avaliação global de satisfação com a vida, viver uma boa vida, ou as causas que fazem as pessoas felizes no seu contexto de vida (PAIS-RIBEIRO, 2012).

E, sem pretender esgotar os aspectos conceituais relativos à felicidade interna bruta, é necessário apresentar algumas considerações que justifiquem a identificação com a proposta do nosso estudo.

Assim, Ferentz (2018) elaborou um estudo cujo objetivo foi o de apresentar as possibilidades que a percepção da população pode trazer quando utilizada em conjunto com as metas para o desenvolvimento urbano. A

aplicação da pesquisa se deu por meio do método de FIB, aplicando-se 425 questionários estratificados. Os resultados apresentaram que o FIB de Curitiba está em uma classificação entre "regular" e "feliz", baseando-se em uma escala de Likert de 05 pontos.

Em outro estudo, aplicaram-se um questionário de FIB, na cidade de Lavras – MG, para avaliar se aspectos como sexo, idade, escolaridade e localização geográfica podem implicar em diferentes níveis de felicidade dos indivíduos. Os resultados obtidos revelaram que as pessoas residentes nesta cidade apresentam níveis distintos de felicidade, de acordo com o seu sexo, idade, escolaridade e região que residem (SALES *et al* 2012).

No sítio eletrônico da Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás, consta o trabalho de Lustosa e Melo (2014) acerca da Felicidade Interna Bruta, tida como índice de desenvolvimento sustentável, denotando a disseminação da ideia perante o setor público.

A empresa *Icatu-Hartford*, administradora de fundos de investimento e planos de previdência, foi uma das primeiras a adaptar o questionário baseado nas premissas do FIB, baseando-se em quatro pilares conceituais: corpo, mente, bolso e mundo (LOES, 2014).

Outro destaque é a empresa *Natura*, primeira empresa no mundo a trabalhar com o conceito de “FIB empresarial”, potencializando a atuação da responsabilidade socioambiental no setor privado com a proposta de aumento do bem-estar (PORTO & MEDEIROS, 2017).

Podemos inferir que, pela semelhança de conteúdo e as ideias defendidas por Daniel Goleman, em seu *best-seller* “Inteligência Emocional”, que a Inteligência Emocional é uma necessidade que precisa ser satisfeita para que se alcance o bem-estar. Dentro dessa mesma linha de valorizar, Boyce e Wood (2010) atestaram em seus estudos a importância da terapia para o bem-estar subjetivo. Para eles, a parte emocional exerce um forte impacto positivo na avaliação da felicidade.

Com base em suas pesquisas, esses estudiosos compararam o impacto do aumento de renda com um tratamento psicológico e foram taxativos: o tratamento psicológico é 32 vezes mais impactante que o aumento da renda no nível de felicidade das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inteligência emocional é um dos conceitos psicológicos mais populares e recentes desta última década. Acredita-se que ela esteja associada à capacidade das pessoas de perceber e gerenciar suas próprias emoções, assim como perceber e, porque não, conduzir as dos outros. Sua rápida absorção pela sociedade deve-se à crença de que a IE está relacionada tanto ao bem-estar do indivíduo quanto ao seu sucesso profissional.

Há até pouco tempo atrás, o mundo acreditava que era o quociente intelectual (Q.I) do ser humano o único responsável pelo seu sucesso e conquistas no âmbito profissional. Porém, com o passar do tempo, e após alguns estudos realizados por psicólogos como Gardner, Mayer e Salovey, ficou comprovado que pessoas que têm um Q.I. elevado não são, obrigatoriamente as mais bem sucedidas profissionalmente. Na realidade, os melhores resultados neste assunto, são de indivíduos com um grande controle de suas habilidades emocionais, mesmo que apresentando um Q.I. mediano. Esta tese foi, posteriormente, amplamente difundida através do livro *Inteligência Emocional*, de Daniel Goleman.

O ser humano dispõe de várias nuances de personalidade e emoções distintas. Cada ser se torna diferente uns dos outros, cada qual com suas características peculiares e personalidades distintas, diferentes formas de vivenciar as emoções, anseios, desejos, sonhos e vontades individuais anteriores a cada indivíduo. E, neste mundo globalizado, no qual se vive, o mercado de trabalho se encontra em mudanças constantes, notando-se novos critérios de seleção para adentrar neste mercado.

Efetivamente, Platão já dizia que toda a aprendizagem assenta numa base emocional. E possivelmente tinha razão. "Quem tem inteligência emocional é confiante, focado, adaptável e flexível. Recupera rapidamente do estresse e é resistente", resumiu o psicólogo norte-americano Daniel Goleman. Um profissional que tem a Inteligência Emocional desenvolvida, normalmente tem maior autoconhecimento, compaixão, empatia, confiança, flexibilidade, resiliência e atitude positiva.

Estudos sobre psicologia positiva sugerem que a compaixão, a empatia, o altruísmo e a atitude positiva produzem a sensação felicidade. Arriscamos compilar todas essas ideias e dizer que felicidade é um sentimento, um estado de espírito, uma cosmovisão, uma atitude de gratidão e se reflete na maneira que gerimos as nossas emoções.

Corrobora essa impressão e se alinha com o nosso objetivo de estudo, que foi o de destacar a inteligência emocional e a felicidade como uma ferramenta eficaz no ambiente de trabalho.


O tema da Inteligência Emocional não é novidade na literatura, porém, a ausência de trabalhos que desenvolvem a felicidade e as emoções são quase inexistentes. Esse foi o primeiro problema diante do qual esbarramos. Mas, apesar das dificuldades, o conceito de FIB é promissor, e tem conquistado espaço na academia e nos meios políticos, como ferramenta de diagnóstico e prognóstico das efetivas condições de vida da população. Esta constatação enseja estudos mais aprofundados.

Nos últimos anos, o tema Felicidade tornou-se presença importante, não só em reportagens jornalísticas, mas principalmente na pesquisa acadêmica em Psicologia. Portanto, na contramão dos valores de uma sociedade cada vez mais materialista e tecnicista, tais eventos mostram que o conceito de Felicidade está muito mais associado à Qualidade de Vida do que à riqueza e aos bens materiais.

Todos buscam um nível básico de conforto e segurança financeira para a velhice, mas, além de certo patamar, há muita evidência de que posses e dinheiro não estão associados ao bem estar.

O que sim, está ligado ao tema da Felicidade, é o conceito de Inteligência Emocional, ou seja, nossa capacidade de autoconhecimento, saber manejar as emoções e nos relacionarmos bem, conseguindo agir com sabedoria e generosidade. Isso mesmo, pessoas generosas são mais felizes.

Outra questão tratada no trabalho refere-se à adaptação hedônica como “o processo psicológico pelo qual as pessoas se acostumam com um estímulo positivo ou negativo, de forma que os efeitos emocionais do estímulo sejam atenuados ao longo do tempo” (LYUBOMIRSKY, 2010, p. 201). Este processo



relativiza a importância de variáveis econômicas e não econômicas consideradas óbvias para o estudo de felicidade.

Para Kahneman (2011), por exemplo, a “saúde física” é muito importante, mas ele considera que a adaptação hedônica minimiza o impacto de vários problemas de saúde, como a deficiência física causada por um acidente, dessa forma, o nível de felicidade do indivíduo não é tão afetado por conta dessas condições.

Sabemos que a ausência de transtornos mentais não é suficiente para que o indivíduo floresça, para que tenha uma percepção de sua existência como feliz ou plena de sentido. A felicidade é uma condição que difere quantitativamente da ausência de infelicidade.

REFERÊNCIAS

ANDREWS, S. *Entrevista para Folha UOL*. São Paulo, 2009.

ATKINSON, A. A. *et al. Contabilidade Gerencial*. Tradução André Olímpio Mosselman Du Chenoy Castro; revisão técnica Rubens Famá. São Paulo: Atlas, 2002.

BOYCE, C.; WOOD, A. Money or Mental Health: The Cost of Alleviating Psychological Distress with Monetary Compensation versus Psychological Therapy. *Health Economics, Policy and Law*, v. 5, p. 509-516, 2010.

BOURSCHEID, A. T. S. *Inteligência emocional*. Mimeo, s/d.

BRANCO, V. C. R. *Felicidade interna bruta: como escolher os índices do século XXI*. Universidade de Brasília – UnB Faculdade de Ciências Econômicas – FACE Departamento de Economia. Monografia, 2015.

CHAPMAN, G.; WHITE, P. *As cinco linguagens da valorização pessoal no ambiente de trabalho*. Tradução: Emerson Justino. São Paulo: Mundo Cristão, 2012.

COSTA, I. L. *A importância da inteligência emocional para os processos de ensino e aprendizagem: impactos pedagógicos*. 2017. 34 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

CLONINGER, C.R. *Feeling good: the science of well-being*. Oxford University Press: New York, 2004.

DAMÁSIO, A. R. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano* (25ªed.) Mem Martins: Publicações Europa-América, 1996.

DIENER, E.; OISHI, S.; LUCAS, R.E. Personality, culture, and subjective wellbeing: emotional and cognitive evaluations of life. *Annu Rev Psychol*, 54: 403-425, 2003.

DIENER, E. *Guidelines for national indicators of subjective well-being and ill-being*. Applied Research in Quality of Life, 1, 151–157, 2006.

DIÓRIO, S. *Competência emocional de gestores*. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Administração, Universidade Metodista de São Paulo: São Bernardo do Campo, 2001.

FERENTZ, L. M. S. *Análise da felicidade interna bruta: estudo piloto na cidade de Curitiba*. DRd Desenvolvimento Regional em debate. v. 8, n. 1, p. 164-181, jan./jun. 2018.

FERRAZ, R.B. *et al. Felicidade: uma revisão*. *Rev. Psiq. Clín* 34(5); 234-242, 2007

FONSECA, L. *et. al. Inteligência emocional – uma competência da atualidade*. INOVARSE – XII Congresso Nacional de Excelência em Gestão & III INOVARSE

Responsabilidade Social Aplicada, 2016.

FORTES D'ANDREA, F. *Desenvolvimento da personalidade: Enfoque psicodinâmico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GANDRA, M. M. G. *A importância da Inteligência Emocional nas competências de Gestão: Um estudo de caso num operador logístico português*. Universidade Lusófona do Porto- Faculdade de Ciências Económicas, Sociais e da Empresa. Dissertação, 2016.

GARCIA, J. G. *Conhece teu próximo como a ti mesmo*. Joinville: Clube dos Autores, 2015.

GARDENSWARTZ, et. al. *Inteligência emocional na gestão de resultados*. Editora: Clio, 2012.

GARDNER, H. *Inteligências múltiplas: A teoria na prática* (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

GRAY, J.; ANNIS, B. *Trabalhando juntos: homens e mulheres inteligentes*. Tradução: Elvira Serapicos. São Paulo: Editora Paralela, 2013.

GOLEMAN, D. *Trabalhando com a Inteligência Emocional*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

GOLEMAN, D. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2017.

GOMES, R. A.; SIQUEIRA, M. M. Inteligência emocional de estudantes universitários. *Psicólogo inFormação*, ano 14, n. 14, jan./dez. 2010.

HERCULANO, S.C. *Qualidade de vida e seus indicadores*. In: Qualidade de Vida e Riscos Ambientais. Niteroi: Eduff, 2000.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JOBIM, A. C. B. de A.; MORAIS, M. V. da C. M. de. *A felicidade*. In: Raros compassos. [S.l.]: Revivendo, 2000.

JUNQUEIRA, F. C.; COUTO, E. S. A.; PEREIRA, M. K. S. *A importância da inteligência emocional na atuação de um líder*. VIII SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia – 2011.

LAYARD, R. *Happiness: Lessons from a new science*. London: Penguin, 2011.

LOES, J. *Qual o seu índice de felicidade?* Disponível em: <http://www.istoe.com.br/reportagens>. Acesso em: 16 maio 2014.

LYUBOMIRSKY, S.; LEPPER, H.S. *A measure of subjective happiness: preliminary reliability and construct validation*. Soc Indic Res 46: 137-155, 1999.

LUSTOSA, A. E., MELO, L. F. N In: *Conjuntura econômica goiana*. Boletim Trimestral. n. 14 (2004), Goiânia: Secretaria do Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás, 2010, p. 36-40.

MACIEL, A. P.; SÁ de SOUZA, B. *Liderança e inteligência emocional: ferramentas de apoio ao modelo de excelência em gestão pública*. Trabalho de Conclusão de Curso. UFF, 2016

MARCONDES, L. F. B. B. *Inteligência emocional e Bem-estar no trabalho de funcionários públicos*. 2008. 54f. Trabalho de Iniciação Científica – Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2008.

MARQUES, J. R. *Inteligência emocional no trabalho, por que ela é tão importante?* Instituto Brasileiro de Coaching-IBC, 2018
<https://www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/inteligencia-emocional-trabalho-importante/>

MATTHEWS, G., ZEIDNER, M., & ROBERTS, R. D. *Emotional intelligence: Science and myth*. Cambridge, MA: Massachusetts Institute of Technology, 2002.

MAVROVELI, PETRIDES, SANGAREAU & FURNHAM. *Trait emotional intelligence psychological well-being and peer-rated social competence in adolescence*. British Journal of Developmental Psychology, 25(2), p.263-275, 2009.

MAYER, J. D., & SALOVEY, P. *What is emotional intelligence?* In: P. Salovey & D. Sluyter (Eds.), *Emotional development and emotional intelligence: Implications for educators* (p. 03-31). New York: Basic Books, 1997.

NASCIMENTO, S. H. *As relações entre Inteligência emocional e Bem-estar no trabalho*. 2006. 95f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde) – Faculdade de Psicologia e Fonoaudiologia, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2006.

OLIVEIRA, et. al. *OS índices de bem estar e felicidade como alternativas para a mensuração do desenvolvimento dos países*. VII Seminário de Pesquisa Interdisciplinar. UNICSUL, 2016.

PAIS-RIBEIRO, J. L. Validação transcultural da escala de felicidade subjectiva de Lyubomirsky e Lepper. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 2012, 13 (2), 157 – 168.

PEREIRA, C. A. A. *Um panorama histórico-conceitual acerca das subdimensões de qualidade de vida e do bem-estar subjetivo*. Arq Bras Psicol. 1997; 49(4):32-48.

PORTO, D.; MEDEIROS, R. A. *A felicidade como elemento indicador de desenvolvimento social*. 2017.

RAMM, D. *Clinically formulated principles of morality*. New Ideas in Psychology, 14, 237-256, 1996.

RYBACK, D. *Emoção no local de trabalho: o sucesso do líder não depende só do Q.I*. Tradução: Mirtes F. de Oliveira Pinheiro. 5 ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

SALES, A. P. *et al. Felicidade Interna Bruta: Um estudo na cidade de Lavras - MG.* In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO; 36. 2012, Rio de Janeiro. Anais..., Rio de Janeiro: ENANPAD, 2012, p. 1-16.

SANDRONI, P. *Dicionário de economia.* Nova edição revista e ampliada. 7.ed. São Paulo, 1987.

SANTOS, M. C. C. *Inteligência emocional e criatividade: um estudo empírico.* Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Tese de doutorado, 2014.

SERRA, F. *A terceira inteligência.* São Paulo: Butterfly, 2004.

SILVA, B. M. M. A *et. al. Inteligência Emocional na Liderança e Sua Relação com a Melhoria da Comunicação Interpessoal nas Organizações: Estado do Conhecimento no Seget.* SEGeT XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2014.

TAVARES, L. *INTELIGÊNCIA EMOCIONAL E A SATISFAÇÃO NO TRABALHO.* Lisboa, 2013. Disponível em: <recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/4864/Tese_Janeiro_. Acessado em: 25/10/2019.

URA, K.; ALKIRE, S.; ZANGMO, T.; WANGDI, K. *An Extensive Analysis of GNH Index.* Butão: Centro de Estudos do Butão, 2012.

URA, D.K. *Gross National Happiness as a Larger Context for Healing and Global Change.* Disponível em: < <http://www.oecd.org/dataoecd/47/62/44120751.pdf> >. Acesso em 25 de Abril de 2012.

VEENHOVEN, R. *Advances in understanding happiness.* Revue Québécoise de Psychologie, 18, 29-74, 1997.

VEENHOVEN, R. *The four qualities of life: ordering concepts and measures of the good life.* Journal of Happiness Studies, 1, 1–39, 2000.


WEISINGER, H. *Inteligência Emocional no trabalho: como aplicar os conceitos revolucionários da I.E. nas suas relações profissionais, reduzindo o estresse, aumentando sua satisfação, eficiência e competitividade.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

WELSCH, H. Implications of happiness research for environmental economics. *Ecological Economics*, v. 68, p. 2735-42, 2009.

WOYCIEKOSKI, C. & HUTZ, C. S. *Inteligência Emocional: Teoria, Pesquisa, Medida, Aplicações e Controvérsias.* Psicologia: Reflexão e Crítica, 22(1), 1-11, 2009.

ZANELLI, J. C.; ANDRADE, J. E. B.; BASTOS, BITTENCOURT, A. V. (orgs.). *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.* 2 eds. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANÁLISE DAS CONVENÇÕES DISCIPLINARES EMPREGADAS PELA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, AUTODENOMINADA PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL, EM SEMELHANÇA AOS ASPECTOS DOUTRINÁRIOS DE INTELIGÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p37-52

VIEIRA, Álvaro de Souza¹

RESUMO: O objetivo do presente artigo é apresentar e descrever as posturas e ações de cunho disciplinar orientadas pela autodenominada organização criminosa Primeiro Comando da Capital – PCC, no que versa à sua persuasão em meio aos seus integrantes, bem como dentro de comunidades outrora inseridas. Ainda, analisam-se aspectos da efetividade perante o emprego – em analogia e semelhança –, no tocante a elementos existentes na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (2009), ainda que de forma experimental e inconsciente. As concepções apresentadas no presente artigo, estas, examinadas sobre os conceitos baseados no entendimento legal de crime e organização criminosa, foram postas em semelhança aos juízos dispensados pela citada organização criminosa, com o intuito de promover um paralelo construtivo e reflexivo, a fim de demonstrar a pendente e necessária intervenção do Estado perante o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Organização Criminosa, Inteligência, Primeiro Comando da Capital, Disciplinar, Segurança Pública

ABSTRACT: The purpose of this article is to present and describe the disciplinary actions and attitudes guided by the self-styled criminal organization Primeiro Comando da Capital (PCC), regarding its persuasion among its members, as well as within communities previously inserted. Still, aspects of effectiveness in relation to employment are analyzed – In analogy and similarity -, with respect to elements existing in the National Doctrine of Intelligence of Public Security (2009), although in an experimental and unconscious way. The conceptions presented in the present article, these, examined on the concepts based on the legal understanding of crime and criminal organization, were put in similarity to the judgments dispensed by the aforementioned criminal organization, in order to promote a constructive and reflective parallel, in order to demonstrate the pending and necessary State intervention in the matter.

KEYWORDS: Criminal Organization, Intelligence, Primeiro Comando da Capital, Disciplinary, Public security

¹Discente de Pós-Graduação, no Curso de Inteligência Policial, pela FAVENI – Faculdade Venda Nova do Imigrante. Agente Policial Penal. Analista de Inteligência AIP/DEPEN-MG/SEJUSP, *e-mail*: designalvaro@yahoo.com.br.

I – INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a promover uma análise sobre as atividades de cunho disciplinar – face ao conceito legal de crime vigente no Brasil –, promovidas pela organização criminosa autodenominada Primeiro Comando da Capital – PCC², esta, com expressiva atuação e abrangência em território nacional e adjacências, incorporada de forma estruturada e institucionalizada.

Noutro giro, verifica-se que tais posturas “correcionais” correspondem – evidentemente, em semelhança –, a elementos pertencentes à Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (2009)³, esta que será pauta comparativa para desenvolvimento do presente texto.

O fortalecimento e o controle social que o PCC exerce face aos seus facionados, reclusos ou não, vêm desafiando autoridades e agentes de segurança pública, mormente pelo fato de que seus reflexos são projetados nas comunidades em que o mesmo se insere. Logo, atribui-se a prospecção de êxito à observação de aspectos/elementos presentes no universo da estratégia, estes, no caso a ser percorrido, análogos às rotinas da atividade de Inteligência de Segurança Pública – ISP, como, por exemplo, a preocupação com a proteção orgânica e de informações, ainda que envolvidas pela natureza escusa.

Nesse ínterim, ações de autoridades, governantes e até mesmo da sociedade civil organizada se fazem necessárias, a fim de que haja um coerente e pontual ato racional, frente a tal absurdez a serviço do crime. E, aqui, racionalizar a problemática é um princípio para tal embate.

Posto isto, vale salientar, que, para a elaboração da presente pesquisa, o método de pesquisa empregado foi o qualitativo, também, tendo como suporte, pesquisas bibliográficas consubstanciadas ao tema proposto, metodologias que melhor se ajustam *ao modus operandi* usualmente observado pela citada organização criminosa, o que nos permite firmar maior apoio no escopo da Lei de Organizações Criminosas (Lei n. 12.850/13).

² Que também terá a referência pela sigla PCC e/ou pela nomenclatura Comando.

³ As análises constantes no presente artigo contemplam a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública de 2009, haja vista a ampla divulgação e abertura de acesso de conteúdo, sobretudo através sítios existentes na *Internet*. As versões publicadas em 2014 e 2016 são classificadas em grau de sigilo.

II – CONCEITOS PAUTADOS EM LEGISLAÇÃO

Para um franco desenvolvimento, verifica-se uma necessidade de promover esclarecimentos sobre alguns conceitos tidos como legais, haja vista tratarem-se de questões atinentes e próprias de organizações criminosas, ou seja, o chamado “crime organizado”.

II.1 – CRIME

Materialmente⁴, o crime inclina-se àquilo que é passível de punição em seu conteúdo. Formalmente⁵, molda-se à definição nominal: a relação do termo com aquilo que ele representa. Por fim, na faceta analítica⁶, a apreciação corresponde aos elementos que dão forma ao crime. Senão, vejamos o conceito atribuído a crime, trazido pelo Decreto-Lei nº 3.914, de 09 de dezembro de 1941, Lei de Introdução do Código Penal (Decreto-Lei n. 2.848, de 07-12-1940) e da Lei das Contravenções Penais (Decreto-Lei n. 3.688, de 03 de outubro de 1941), em seu artigo 1º:

Art. 1º - Considera-se crime a infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (BRASIL, 1941).

Em suma, segundo o direito penal brasileiro, o termo “crime” trata, antes de tudo, de um fenômeno social, não estático, imutável ou isolado num determinado tempo, e sim, envolvidos por valores e até mesmo econômicos, que lhes são bem peculiares.

⁴ Atento a Luiz Alberto Machado (1987, p. 78), o conceito material de crime busca o que há de mais importante num delito, imputando as ditas condutas.

⁵ Juridicamente parafraseando, parte do pressuposto de que crime consiste numa violação à lei penal.

⁶ Análise de causa e finalidade do crime.

II.2 – ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA

Pautado pelo conceito fixado na Lei nº 12.850/13, Art. 1º, parágrafo 1º, a definição de organização criminosa é, assim, estabelecida:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 04 (quatro) ou mais pessoas, estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais, cujas penas máximas sejam superiores a 04 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (BRASIL, 2013).

Observa-se que, como uma forma de esboçar significantes de um poder simbólico⁷, segundo Oliveira (2015, *apud* LIMA, 2014, p. 473), algumas organizações surgiram da necessidade das pessoas reunirem-se, não objetivando – ordinariamente – a prática de crimes, e sim, como tática para o combate de possíveis desigualdades sociais vigentes.

Insta acrescentar que tal fenômeno pôde ser considerado, em alguns ajustes característicos (em semelhança), a ações alusivas em correspondência à atividade de Inteligência⁸, ainda que não o pudesse classificar dessa forma, no sentido de promover a proteção de um determinado organismo⁹ e seus interesses (ainda que escusos), em analogia ao ramo da atividade de Inteligência de Segurança Pública, cognominado contrainteligência.

Contrainteligência (CI) é o ramo da atividade de ISP que se destina a produzir conhecimentos para proteger a atividade de Inteligência e a instituição a que pertence, de modo a salvaguardar dados e conhecimentos sigilosos e identificar e neutralizar ações adversas de qualquer natureza. A CI assessora também em assuntos internos de desvios de conduta, relacionados à área de Segurança Pública (BRASIL, 2009).

As organizações criminosas executam métodos peculiares, sendo que, com o Primeiro Comando da Capital (PCC), ocorreu fato semelhante.

⁷ Segundo Bourdieu, os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante, na medida em que são estruturados, uma forma transformada e legitimada de outras formas de poder.

⁸ Consiste na produção e proteção de conhecimentos.

⁹ Como um dos 02 (dois) ramos da atividade de Inteligência de Segurança Pública, a contra inteligência destina-se a produzir conhecimentos para neutralizar as ações adversas, e proteger a atividade e a instituição a que pertence.

III – O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC) E SEU SURGIMENTO

Embora, teoricamente tenha a sua origem no Estado de São Paulo, trata-se da organização criminosa com atuação em praticamente todos os Estados brasileiros, apresentando ramificações em países limítrofes¹⁰, influenciando ainda outros grupos em prol da constância da atividade criminosa e ideológica.

Insurgiu, no ano de 1993, via sistema prisional, no Centro de Reabilitação Penitenciária de Taubaté/SP, estabelecimento penal que, à época, custodiava presos tidos como de alta periculosidade¹¹: estava disposto um novo formato de “combater a opressão do Estado”, reverberando como uma multinacional a serviço do crime, enfaticamente nos dias atuais.

III.1 – O PCC E SUA METODOLOGIA DISCIPLINAR

Outrossim, em conformidade com relatos de entes das comunidades de Inteligência de Segurança Pública¹², bem como análises históricas e literárias, o Primeiro Comando da Capital (PCC) exerce papel característico (e estratégico) nas lacunas deixadas pelo poder público, no que tange a acompanhar e disciplinar ações, seja em meio à comunidade inserida, seja na regulação de seus integrantes/membros: onde o poder público não chega, o crime organizado tende a suprir.

O Estado brasileiro, na prospecção, desenvolvimento e aplicação de políticas públicas, destoa quanto a questões relativas à dignidade humana, mormente por tratar-se de fundamento primeiro e último relacionado na Constituição Federal Brasileira e na Declaração Universal dos Direitos Humanos, por exemplo. Esta última apresenta como lema os princípios de igualdade, liberdade, paz e justiça, ou seja, o moto oficial adotado e

¹⁰ Bolívia, Colômbia, Peru, Chile, Venezuela, Paraguai, Argentina e Guiana Francesa são alguns países.

¹¹ Parafrazeando Casaletti (2017), num dia de campeonato futebolístico na Unidade Prisional, oito (08) custodiados, dentre eles, José Marcio Felício (“Geleirão”), Cezar Augusto Roriz (“Cezinha”), Idemir Carlos Ambrósio (“Sombra”), e, posteriormente, Marcos Willians Herbas Camacho (“Marcola”), discutiram com outros detentos, o que, em suma, provocou duas mortes. Tal fato gerado fomentou uma reivindicação contra as mazelas existentes no sistema carcerário, bem como uma forma de protestar contra o *Massacre do Carandiru*, meses antes sucedido.

¹² Também, será utilizada a sigla ISP.

amplamente propagado pela citada organização criminosa em todas as esferas.

Ideologicamente, também adequa-se em similitude aos pressupostos apresentados por Guy Debord (1997), expondo o conceito de Sociedade do Espetáculo, avesso à alienação de perversão e aceitação passiva perante a vida moderna e valores estabelecidos a partir do capital.

Destarte, sobre as questões pertinentes aos acordos disciplinares ou de controle, com o emprego de tal postura, vale-se considerar que o PCC tem estabelecido a atmosfera de uma sociedade paralela, plotado como uma reconfiguração do Estado ou do governo, moldando-se, a exemplo, à teoria da Cidade dentro das Cidades¹³, na perspectiva de promover condições, normas e critérios pré-estabelecidos, ainda que reclinadas ao fenômeno do crime.

Posto isto, considerando o acompanhamento das ações impulsionadas pela organização criminosa supracitada, foi verificada a existência de departamentos¹⁴, com atribuições bem definidas, que –, sob a coordenação e supervisão de uma cúpula –, são comissionados à promoção e exercício de um controle disciplinar por questões de interesses coletivos inerentes ao grupo, seja em ambientes carcerários e/ou até mesmo nas ruas, face aos seus integrantes oficiais e em meio às comunidades as quais o crime está inserido. Eis a proficiência do dito “Quadro Disciplinar”¹⁵ do PCC, funcionando como uma espécie de subsistema¹⁶.

Mediante a clara observação de itens constantes em regimentos próprios¹⁷, situados num entendimento bastante peculiar sobre o conceito de crime, afere-se que a organização criminosa pronuncia-se na forma de “julgamentos”, no

¹³ Aqui, refere-se ao conceito estipulado por Park (1976), conceito em que a cidade deveria ser formulada como algo além do que uma aglomeração de pessoas, cujos costumes, hábitos e práticas sociais dos habitantes fossem compreendidos não a partir de suas formas física e funcional, mas como um espaço “vivo”, dotado de um “espírito” próprio.

¹⁴ Segmentos, com funções bem definidas e interligadas.

¹⁵ O quadro é responsável por questões disciplinares entre faccionados e/ou a comunidade em que está inserido, a fim de coibir a intervenção de agentes de segurança pública. Trata-se da inclusão de uma espécie de *Estado Paralelo*. Interessante observar que a própria sociedade civil organizada, expressa por comunidades minoritárias, procura e espera por posturas do “Quadro Disciplinar”.

¹⁶ Muito semelhante à organização da atividade de ISP, o Quadro Disciplinar funcionaria como um Subsistema (o Sistema seria o próprio PCC).

¹⁷ *Estatuto do PCC, Regimento Disciplinar, Cartilha de Condução.*

que versa a respostas decisivas a questões disciplinares – sob o prisma da criminalidade.

Regido por uma espécie de Estatuto¹⁸ próprio, o PCC, estruturalmente organizado, exerce controle ideológico perante os seus “controlados”, hierarquizados por um conjunto normativo de organização, disciplina e funcionamento vertical/horizontal, estas, impostas a todos os níveis de integração e atuação do grupo. Além disso, revela uma preocupação do grupo criminoso em estabelecer regras no meio carcerário, no bojo do tipo desejável de funcionamento das prisões (a não tirania), promovendo uma postura de enfrentamento perante autoridades, leis e Estado.

III.2 – À SEMELHANÇA DOS ASPECTOS DE PROTEÇÃO ORGÂNICA

Observa-se que esse tipo de controle é, em extremo, articulado, baseado em princípios adotados pelo público criminoso, num escopo semelhante a uma atividade de Inteligência¹⁹, empregada por muitos entes organizados e/ou institucionalizados.

Ainda, outra normativa é seguida pela membresia, a chamada Cartilha de Condução²⁰, numa interlocução apresentada como “legítima” pelo público delinquente. Em suma, trata-se de um conjunto de regras impositivas, contemplando punições para integrantes da organização criminosa, seja por possibilidade de falta (no caso de verificação de infração ou não observância às normas vigentes) ou por “justiça” (caso algum membro solicite uma ação ao se sentir lesado).

Nessa estruturação arrumada, destacam-se as divisões de tarefas, com o intuito de prover a organização criminosa nas mais variadas esferas, por meio de posturas consideradas nocivas, repudiadas perante o ordenamento jurídico brasileiro, a saber: departamentos distribuídos em setores, como por exemplo,

¹⁸ Trata-se de um documento, contendo um conjunto de normas e conceitos a serem observados e reproduzidos pelos integrantes da organização criminosa. Possivelmente, a criação do *Estatuto* se deu a partir de 1997, e apresenta características que o aproxima de outros conjuntos de regras de grupos similares (JACOBS, 1974). Atualmente, é um conjunto de 18 (dezoito) itens – versão 2019.

¹⁹ Sobretudo, doutrinariamente à Inteligência de Segurança Pública.

²⁰ Atualmente, contempla 32 (trinta e dois) itens, que vão desde *abandono*, *atos de vandalismo*, *“caguetagem”*, *extorsão*, *pederastia*, entre outros.

o setor de natureza financeira (controle financeiro); o de cadastro (controle de ingressos); “salveiro”²¹ (dissipadores de mensagens e ordens); “progresso”²² (responsáveis pela execução de tarefas fins), entre outros, e a serviço de negócios escusos ou omissos. Tais atribuições são observadas como específicas, intransferíveis e indelegáveis entre a irmandade. Insta considerar que o PCC conspira para com o zelo do membro, onde se torna intolerante ao grupo qualquer questionamento face às lideranças.

Os denominados “resumos”²³ são compostos por indivíduos faccionados em gradações, isto é, com atribuições em patamares hierarquizados, inclusos, por exemplo, nos setores “Geral de Estados e Países”²⁴ e “Geral de Estados”²⁵. Em conformidade com dados disponíveis, possivelmente, a estrutura hierarquizada em sua gradação máxima é denominada “Sintonia Final”²⁶.

Nesse diapasão, no afã da ideia de pertencimento, de forma providencial e proposital (deixando claro que se trata de um viés ilustrativo em comparação e analogia), o PCC tem se utilizado de fundamentos doutrinários constantes na Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (2009), como por exemplo, a característica da atividade de ISP qualificada de Assessoria, que a dignifica como órgão de assessoramento, produzindo conhecimentos para o processo decisório e para auxiliar as polícias em suas atividades (BRASIL, 2009).

²¹ Responsáveis pela transcrição, transmissão e salvaguarda dos “salves” emanados pelo comando da ORCRIM. Possivelmente, é considerada hierarquicamente na estrutura do PCC como sendo uma posição de *staff*.

²² Função inclinada ao termo *progressão*, visando promover a evolução das atividades ilícitas (tráfico de drogas e roubo), a fim de manter a saúde financeira da organização criminosa, também, através de arrecadações compulsórias entre membros. Acompanha e organiza a logística de distribuição de entorpecentes.

²³ Possui também o propósito de assessoramento.

²⁴ Trata-se de um conselho formado por integrantes graduados da organização criminosa, cuja responsabilidade versa sobre a propagação da ideologia do PCC nos Estados na Unidade Federativa, idealizando o chamado *progresso* das atividades desenvolvidas pelo grupo faccionado. Mantém contato direto e irrestrito com o quadro “Geral do Estado”, se inteirando sobre questões gerais para repasse a setores verticais superiores.

²⁵ Inicialmente, era chamada de *torres*. Trata-se de um conselho. Tais indivíduos exercem posição de liderança entre os membros da ORCRIM e estabelecem contatos com as demais “gerais” existentes em presídios e na rua. Dentre suas funções, está a transmissão de informação e a criação de normas e diretrizes quanto os procedimentos, bem como o controle e a disciplina dos membros que se encontram presos ou em liberdade.

²⁶ É composto por integrantes de diversos Estados da Federação, a fim de analisar tratativas da ORCRIM em âmbito nacional.

O Quadro Disciplinar tem desenvolvido tratativas no sentido de promover a integração de indivíduos pertencentes ao bojo da criminalidade, comumente conhecidos como “batismos”²⁷, pautados por exigência de requisitos, sendo estes, mais uma vez, em semelhança aos processos de organização da atividade de ISP, um Recrutamento Administrativo “às avessas”²⁸. O que chama a atenção é que tal rito tem ocorrido num formato desenfreado em determinadas épocas e com interesses bem definidos, a fim de expandir a marca PCC, adotando a modalidade *branding*²⁹, sobretudo por não estar submetido a nenhum protocolo de controle compulsório, a não ser que fira conceitos preciosos perante o universo da criminalidade.

Estrategicamente, percebe-se uma alternativa recorrente da organização criminosa em declinar responsabilidades típicas do Quadro Disciplinar a indivíduos sem antecedentes policiais, prisionais ou processuais, bem como a adolescentes infratores, potenciais aspirantes a uma vaga no grupo. Tal protocolo se destina a bloquear de autoridades e Agentes de Segurança Pública qualquer suspeição que, eventualmente, possa se transformar em dissabor, como por exemplo, em caso de ataques contra servidores, repartições públicas, atos de subversão, entre outros, corroborando com a sensação de morosidade por parte do Estado, comumente constituída no imaginário coletivo social, independente de condição financeira ou classe social.

Contudo, como consequência do procedimento de integração na organização criminosa, tanto os novos como tradicionais membros – num molde ritualístico –, estão submetidos à disciplina do Comando, ou seja, cada postura, seja em ação ou negligência, de um integrado, é cuidadosamente analisada pela cúpula responsável pelo setor, face aos manuais a ser seguidos

²⁷ Trata-se do ritual de ingresso na ORCRIM. Via de regra, contempla alguns itens obrigatórios de triagem para quem pleiteia, tais como: local de batismo, data, “padrinhos”, “quebrada de origem e atual”, últimas funções na ORCRIM, se possui dívidas ou pendências, etc. O candidato NÃO se tornará membro caso haja alguma pendência reprovável pelo grupo, cabendo a tal resolve-la.

²⁸ Verifica-se que a criminalidade, através do PCC, tem declinado exigências quanto ao perfil daquele que pleiteará a integração na ORCRIM. Semelhante à atividade de ISP, tenciona a verificação de antecedentes (do crime) e compatibilidades com a “atividade” criminosa.

²⁹ Verifica-se a inclinação da ORCRIM em reproduzir o conceito de licença e direito do uso de marca, como franquias a serviço do crime. Curiosamente, há relatos em documentos que traduzem que foram realizados os “batismos de fortalecimento”, ou seja, o recrutamento de indivíduos estritamente por questões financeiras ou com objetivos determinados.

rigorosamente, o que poderá conceber em possíveis faltas e promoção de juízos, convencionando-se uma dita atmosfera de ética e moral³⁰ em antítese, face aos critérios que circundam os episódios do crime, promovidas pela organização criminosa.

Em correlação, as conjecturas propostas por Émile Durkheim (1987), aludidas ao processo educativo, aqui, transplantado para os jeitos do crime, tal atmosfera é inerente à construção do integrante ou faccionado, adstrito às diferenças culturais, familiares e de classe, constituindo-se num sistema de ideias, sentimentos e hábitos que exprimem o sentimento de grupo. Tal fenômeno se consolida, projetando-se segundo o Estatuto do PCC:

[...] 3 Item: Todos os integrantes do Comando têm por direito expressar sua opinião e têm o dever de respeitar a opinião de todos. Sabendo que dentro da organização existe uma hierarquia e uma disciplina a ser seguida e respeitada. Aquele integrante que vier a causar divisão dentro do Comando, desrespeitando esses critérios, será excluído e decretado. [...] 12 Item: O Comando não tem limite territorial, todos os integrantes que forem batizados são componentes do Primeiro Comando da Capital, independente da cidade, estado ou país, todos devem seguir a nossa disciplina e hierarquia do nosso estatuto (PCC, 2019).

Dessa maneira, atribui-se que as ditas regras disciplinares são, segundo o Estatuto, para serem observadas e cuidadosamente seguidas por todos os membros da organização criminosa, independentemente da hierarquia, sejam indivíduos em liberdade, egressos ou custodiados em Sistemas Penais.

13 Item: O Comando não tem nenhuma coligação com nenhuma outra facção, vivemos em harmonia com facções de outros estados, quando algum integrante de outra facção chegar em alguma cadeia nossa o mesmo será tratado com respeito e terá o apoio necessário, porém, queremos o mesmo tratamento quando o integrante do Comando chegar preso em outro estado em cadeias de outras facções e se algum integrante de outra facção de outro estado desrespeitar a nossa disciplina em nossa cadeia, vamos procurar a sintonia responsável pelo mesmo e juntos procurarmos a solução e se ocorrer de um irmão nosso estar desrespeitando, a busca da solução será da mesma forma. Deixamos bem claro que isso se trata de facções de outro estado que seja amiga do Comando. 14 Item: Todos os integrantes serão tratados com igualdade, sendo que a nossa luta é constante e

³⁰ Interação sociocultural do crime.

permanente, seus méritos e atitudes serão avaliadas dando prioridade para aquele que merece, esclarecendo que méritos não é sinônimo de acomodações e impunidade diante da nossa luta, tratando com igualdade para os iguais e desigualdade para os desiguais (PCC, 2019).

Além disso, semelhantemente ao exemplo anterior, na perspectiva da Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP, no arcabouço da Reunião de Dados³¹, pôde-se inferir que indivíduos integrados à organização criminosa PCC têm empregado a mesma metodologia, além das Ações de Inteligência³², do tipo Ações de Coleta Primária³³, mormente examinadas quando faccionados alocados no Quadro Disciplinar são incumbidos na promoção de levantamos de dados sobre Agentes de Segurança Pública ou instituições financeiras, a fim de panejarem atentados, roubos ou qualquer ação correlacionada à associação de prática criminosa, por exemplo.

No sistema carcerário brasileiro – multiplicador desenfreado e público principal da ideologia do PCC – não é diferente. A fim de que as ações intracárcere de interesse da organização criminosa sejam concebidas – sem ou com a interferência mínima de Agentes Públicos –, os custodiados têm usufruído da modalidade chamada Desinformação. Para a DNISP (2009), trata-se de uma Ação de Busca instituída para, intencionalmente, confundir alvos, com o intuito de que tais cometam equívocos de apreciação de informações, ação esta muito utilizada no ramo da contrainteligência, segmentada pela Proteção Orgânica.

Ainda, em semelhança à Segurança Orgânica – SEGOR, tal organização criminosa supracitada tem aplicado medidas defensivas e preventivas, a fim de

³¹ Segundo a DNISP (2009), é a fase do CPC na qual as AI procuram obter os dados necessários, realizando, metódica e sistematicamente, ações que lhes possibilitem produzir o *conhecimento*.

³² Segundo a DNISP (2009), são todos os procedimentos realizados por uma AI, para dispor dos dados necessários e suficientes para a produção do conhecimento, centrados, de um modo geral, em dois tipos de ações de Inteligência: Ações de Coleta e Ações de Busca.

³³ Segundo a DNISP (2009), são todos os procedimentos realizados por uma AI, ostensiva ou sigilosamente, a fim de obter dados depositados em fontes abertas, sejam elas originadas ou disponibilizadas por indivíduos e órgãos públicos ou privados. Coleta Primária: envolve o desenvolvimento de ações de ISP para obtenção de dados e/ou conhecimentos disponíveis.

que os interesses do grupo funcionem em harmonia, mormente no que versa sobre a salvaguarda de documentação³⁴.

Faccionados, em setores específicos com tarefas indelegáveis, estão responsáveis pelo acondicionamento seguro de dados, evitando que Agentes de Segurança Pública ou até mesmo veículos de comunicação de massa tenham acesso ao conteúdo reservado, o que poderá ser classificado no presente artigo como “vazamento”, como por exemplo, informações de quantitativo de indivíduos integrados ao grupo, quantitativo de indivíduos excluídos, contabilidade oriunda de comercialização de entorpecentes, aquisição de armamento, entre outros. Caso tais dados sejam expostos, o membro incumbido pela proteção poderá ser submetido a procedimentos disciplinares.

Muito comumente, sobretudo a partir da convenção de aplicativos de mensagens instantâneas e programas de computação, indivíduos vinculados à organização criminosa PCC se comportam em conformidade com duas medidas de segurança presentes na DNISP (2009), denominadas de Segurança das Comunicações e Telemática e Segurança da Informática, a fim de garantir que tais dados estejam preservados para consultas futuras, bem como o seu acesso controlado.

Observa-se também nas convenções aplicadas pelo PCC que, ainda que haja o entendimento que seja de forma indireta e/ou não-técnica, percebe-se traços de Segurança Ativa – SEGAT³⁵ e Inteligência Policial³⁶, através do advento da perspectiva de identificação, análise e tratativas para a neutralização de ações adversas que possam porventura frustrar objetivos escusos e/ou omissos em desfavor do grupo criminoso.

Sobretudo dentro das Unidades Prisionais, por amostragem, as convenções para que o fluxo do tráfico de drogas seja contínuo e rentável, são

³⁴ Aqui, pode-se inferir como o segmento da Segurança da Documentação, com vistas à proteção dos documentos produzidos pela organização criminosa.

³⁵ Segundo a DNISP (2009), é o conjunto de medidas de caráter eminentemente ofensivo, destinadas a detectar, identificar, avaliar, analisar e neutralizar as ações adversas de elementos ou grupos de quaisquer naturezas dirigidas contra a sociedade e o Estado.

³⁶ Aqui, os pressupostos da Inteligência Policial destinam que, através da Produção do Conhecimento, têm-se a possibilidade de agir na modalidade de prevenção, resultante da análise, padrão muito semelhante observado no PCC, através da produção e publicação dos “salves”, a fim de assessorar a cúpula criminosa.

minuciosamente observadas e conduzidas por criminosos faccionados ditos “mais experientes no crime” ou com ampla “bagagem criminal”, a fim de coibir a intervenção de gestores, Agentes de Segurança Pública e autoridades. Aqui, nesse sentido, existe uma preocupação na manutenção do fluxo, pois, caso algo inesperado ocorra, por negligência ou despreparo, mais uma vez, o Quadro Disciplinar promoverá uma resposta, atribuindo um juízo, segundo projeções constantes em manuais.

E, por citar algumas características e especificidades que aqueles que pleiteiam a integração no PCC necessitam ter, no que tange ao quesito profissionalismo, verificam-se semelhanças em atributos dispensados aos candidatos à atividade de ISP, sobretudo no Recrutamento Administrativo.

A seguir, trazemos à tona uma ideia de “profissionalismo”, num comparativo entre a DNISP (2009) e o Estatuto do PCC, respectivamente:

Os recursos humanos a serem empregados na atividade de ISP são fundamentais para funcionamento eficaz e eficiente do SISP. O profissional de ISP, além da vocação para a atividade, terá que possuir perfil profissiográfico pré-estabelecido, vida pregressa compatível, observados os atributos, dentre outros, da voluntariedade, da ética e da moral, focados na lealdade, integridade, discrição e profissionalismo (capacidade de trabalho, dedicação, responsabilidade e cooperação) (BRASIL, 2009).

[...] 01 Item: Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a serem seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial. 02 Item: Lutar sempre pela PAZ, JUSTIÇA, LIBERDADE, IGUALDADE e UNIÃO, visando sempre o crescimento da organização, respeitando sempre a ética do crime.

[...] 11 Item: Toda missão destinada deve ser concluída, será feita uma avaliação da capacidade de cada integrante indicado pela sintonia, aquele que for selecionado e aprovado [...] (ESTATUTO PCC, 2019).

Nessa linha, outras características de ISP poder-se-iam ser objeto de estudo no presente. Entretanto, a peculiaridade das que foram apresentadas demonstra a expertise com que o crime organizado tem se utilizado de pressupostos ditos legais, convencionais ou aceitáveis, na expectativa de transforma-los com serventia ao crime.

IV – CONCLUSÃO

Em conformidade com os argumentos apresentados no presente artigo, bem como possíveis projeções, verifica-se que o crime organizado, sobretudo pelo estudo de caso, face ao PCC, têm se aprimorado na tratativa de estabelecer um portfólio para que as ações criminais empreendidas pelo grupo alcancem um patamar sobejo, tornando-as assimiláveis pela comunidade inserida, mormente pela forma inconsciente de, em semelhança, adotar elementos presentes e proeminentes de expedientes governamentais, como por exemplo, a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública, no que corresponde à proteção orgânica.

Tal postura é, em extremo, preocupante, pois se refere às matérias técnicas que vêm sendo utilizadas por uma célula de inteligência do crime, o que se pode inferir, então, que não se sustenta meramente de um ato involuntário ou empírico, e sim, passível de rígidas análises empreendidas pelo grupo delinquente, principalmente pelo entendimento apresentado de que as organizações criminosas possuem características bem definidas quanto à estruturação, hierarquização, estabelecimento de funções e tarefas, ou seja, em extremo, institucionalizadas.

Com isso, ainda que as políticas públicas desenvolvidas pelos governos federal e estadual/distrital pretendam coibir a ação efetiva de grupos criminosos, pragmaticamente, observam-se entraves com relação às legislações vigentes: enquanto o declinar das ações de autoridades são totalmente articuladas às normas e leis constantes (legitimidade), do outro lado, a criminalidade não possui esse compromisso ou protocolo, o que tem impulsionado o fenômeno da proliferação de tais grupos, cada vez mais aceitos e presentes no imaginário coletivo, servindo de recurso paliativo entre governantes e sociedade.

Destarte, os processos cada vez menos complexos de integração de indivíduos nas organizações criminosas, socialmente, têm inaugurado e estabelecido uma atmosfera alternativa do conceito de justiça, trocada pelo sentido cada vez mais aguçado de pertencimento³⁷.

³⁷ Nesse caso, pertencimento ao grupo criminoso.

O PCC disciplina as ações do indivíduo em primeira instância; o indivíduo integrado despreza o fato de ter lesado à sociedade, ainda que tenha o pleno conhecimento daquilo que é conceitualmente aceito como crime, em nome de uma entidade que o represente, esboçando atitude voluntária.

No que tange ao universo carcerário, torna-se útil o processo de classificação dos encarcerados por meio de comissões técnicas, promovendo a análise individualizada do indivíduo privado de liberdade no cumprimento da pena. Do contrário, serão “agentes ressocializados e cooptados pela criminalidade”, em “universidades do crime”.

Posto isto, verifica-se a proeminente necessidade de que governantes e autoridades (contando com a capacidade reflexiva da população), bem como suas políticas públicas em educação, segurança pública e justiça, investimento e estudos em Inteligência e tecnologias, promova o enrijecer dos regulamentos legais e atos punitivos, sabendo-se de que não se trata de uma questão pontual ou inequívoca. Munir os órgãos de repressão ao crime organizado com informações úteis e fidedignas também se faz vital, a fim de permitir o correto entendimento face ao fenômeno criminoso, propondo alternativas eficazes e com oportunidade.

Igualmente, a reinauguração de medidas que combatam as ações de tal público nunca veio tão à baila, nunca foi tão desafiador para autoridades, governantes e sociedade, haja vista que se tornou inadmissível, intolerável e repulsiva à convivência – pacífica – perante um grupo minoritário que não possui legitimidade alguma perante o ordenamento jurídico, embora venha se comportando como tal.

V – REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre, 1930 - *Violência simbólica e lutas políticas. In.: Meditações pascalianas*. Pierre Bourdieu; tradução Sérgio Miceli. 2ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. (páginas 199 a 230).

BRASIL. DECRETO-LEI Nº 3.914, DE 9 DE DEZEMBRO DE 1941. Planalto.gov.br. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3914.htm>. Acesso em 16 de outubro de 2019.

BRASIL. LEI Nº 12.850, DE 2 DE AGOSTO DE 2013. *Define Organização Criminosa e dispõe sobre a Investigação Criminal, Os meios de obtenção da prova, Infrações Penais Correlatas e o Procedimento Criminal*. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viv_Identificacao/lei%2012.850-2013?OpenDocument. Acesso em 17 de outubro de 2019.

BRASIL. PORTARIA Nº 22, DE JULHO DE 2009. *Aprova a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública*. Diário Oficial da União: Brasília, n. 139, p. 58, 23 jul. 2009, Seção 1.

DEBORD, G. *A Sociedade do espetáculo e Comentários sobre a sociedade do Espetáculo*. Tradução de Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Contraponto Editora, 1997. Disponível em <https://faccapcc1533primeirocomandodacapital.org/regimentos/estatuto_do_primeiro_comando_da_capital_faccapcc_1533/>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. São Paulo: Nacional, 1987, p. 43.

JACOBS, James B. Stateville. *The penitentiary in mass society*. Chicago (IL): The University of Chicago Press, 1977.

MACHADO, Luiz Alberto. *Direito Criminal: Parte Geral*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1987.

OLIVEIRA, Luciano Francisco de. *Crime Organizado: a geada negra*. 2004. 89 f. Monografia (final de curso) – Curso de Graduação em Direito, Universidade Federal de Goiás: Goiânia, 2004. Disponível em: <https://www.escavador.com/sobre/7505951/luciano-francisco-de-oliveira-novais> - Acesso em 19 de outubro de 2019.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, Otávio (Org.). *Fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

O VIÉS ECONÔMICO DE UM PAÍS COM HERANÇAS ESCRAVAGISTAS: A EMPREGABILIDADE DO NEGRO NO BRASIL¹

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p53-69](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p53-69)

SILVA, Jakceli Costa da²

PESSOA, Marcelo³ – [ID https://orcid.org/0000-0002-9193-4604](https://orcid.org/0000-0002-9193-4604)

RESUMO: A análise da inserção do negro no mercado de trabalho é bastante complexa e se faz mais evidente pelo vislumbre histórico de fatos migratórios associados ao negro escravizado e trazido às colônias europeias, a partir do Século XVI. Justifica nosso estudo, o dado de que o desejo das equidades raciais no Brasil, ao mesmo tempo em que é causa negra, influencia diretamente toda a população econômica ativa (AYERBE, 2002). Por objetivo geral, esta pesquisa investiga a ideia de que a diplomacia brasileira pode ter tido papel determinante nos fatores econômicos relacionados ao negro brasileiro escravizado. Especificamente, espera-se compreender como os diplomatas podem ter atuado na transmutação das assimetrias históricas, particularmente às ligadas à libertação do negro brasileiro. Como resultado parcial, pode-se notar que o nosso país, desde o seu descobrimento e exploração colonial, passou por períodos de transformações, cujas potências socioculturais ainda não foram suficientes para promover a quebra da hegemonia branca em todos os segmentos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão social, negritude, escravidão moderna

ABSTRACT: The analysis of the insertion of blacks in the labor market is quite complex and is made more evident by the historical glimpse of migratory facts associated with black enslaved and brought to European colonies from the 16th century. Our study justifies the fact that the desire for racial equity in Brazil while being a black cause directly influences the entire active economic population (AYERBE, 2002). Overall, this research investigates the idea that Brazilian diplomacy may have played a determining role in the economic factors related to the enslaved Brazilian black. Specifically, we hope to understand how diplomats may have acted in the transmutation of historical asymmetries, particularly those linked to the liberation of the Brazilian Black. As a partial result, it can be noted that our country, since its discovery and colonial exploitation, has undergone periods of transformation, whose sociocultural powers have not yet been sufficient to promote the breakdown of white hegemony in all social segments.

KEYWORDS: Social Inclusion, blackness, modern slavery

¹ Texto produto de Trabalho de Conclusão de Curso, do Bacharelado em Administração, UEMG / Unidade Frutal, defendido e revisado por pares, no final de 2019.

² Graduada do Curso de Administração pela UEMG – Unidade Frutal. jakcelicosta@gmail.com

³ Doutor em Letras pela Universidade de Londrina. Orientador e Docente na UEMG – Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

O Brasil é composto de várias etnias e raças: indígenas, amarelos, brancos, pretos e pardos. Nesta pesquisa, abordaremos com maior ênfase os afrodescendentes e suas peculiaridades nas relações diplomáticas e mercantis feitas no cenário socioeconômico brasileiro, trazendo uma breve abordagem dos fatos históricos que decorreram desde a chegada do negro ao Brasil até os dias atuais, bem como qual é a colaboração dele na evolução das relações trabalhistas de alto escalão governamental ocorridas no país.

A escravidão negra no Brasil foi grandemente responsável pela sustentação das lavouras no período chamado de sistema colonial. Assim, a servidão ajuda a formatar o momento em que as atividades realizadas nas lavouras eram todas dependentes do trabalho forçado e sem remuneração.

Por meio dele, os colonizadores transportavam milhares de negros em navios conhecidos por “Navios Negreiros”. Dentre inúmeras condições humilhantes e degradantes, nessa viagem, esses homens sofriam maus tratos, violência de toda ordem, alimentação precária e ficavam submissos a várias doenças e epidemias.

No século XVIII, a monarquia brasileira começa uma grande revolução de pensamentos sobre as ideias iluministas de liberdade, igualdade e fraternidade, valores que contaminaram toda a sociedade. Então, sob o clamor destes bastiões, foram criadas duas Leis anteriores à Abolição da Escravidão: a “Lei do Ventre Livre” e a “Lei dos Sexagenários”, tornando algumas faixas etárias livres da escravidão.

A “Lei do Ventre Livre”, conhecida popularmente como “Lei do Rio Branco”, foi promulgada em 28 de setembro de 1871, e rezava que todos os filhos de escravas, nascidos a partir da promulgação da Lei, seriam considerados livres. A “Lei do Ventre Livre”, formulada pelo Barão do Rio Branco, libertava os filhos de escravos nascidos após a sua homologação.

Entretanto, ficou estabelecido que o dono da terra cuidaria da criança até que completasse seus oito anos de idade e, em seguida, poderia transferi-la ao governo e ser indenizado ou usufruir dos trabalhos da criança até seus 21 anos e libertá-la, sem nenhuma compensação financeira, desprendendo os senhores de obrigações.

Já, a “Lei dos Sexagenários”, promulgada em 28 de setembro de 1885, tornava livre escravos com mais de sessenta anos, prevendo-se, nesses casos, o pagamento de indenizações aos mesmos.

E, em 13 de maio de 1888, proclama-se a “Lei Áurea”, que aboliu a escravidão no Brasil, selando o fim do ciclo da escravidão explícita. A “Lei dos Sexagenários” libertava os escravos com mais de 65 anos, e também desonerava os senhores das terras de qualquer obrigação de sustentar esses indivíduos. Em contrapartida, aos 60 anos de idade, eles, os negros, seriam dados como “libertos” e, para conseguir a alforria, trabalhariam mais cinco anos gratuitamente para seus donos, configurando uma indenização.

Segundo Silveira (2008), o Brasil atualmente (em 2019, o IBGE já acena para um volume que ultrapassou os 210 milhões) é composto de 208,5 milhões de pessoas e a previsão é que, até o ano de 2047, este número chegue a 233 milhões, sendo que mais da metade da população no país é formada por remanescentes da raça negra (somados aqui o número de pessoas que auto se declaram negras e/ou pardas).

É neste sentido, então, que, neste trabalho, também se debruça na ponderação sobre a participação efetiva da população negra no mercado de trabalho, aferindo os cargos (de baixo, médio e altos escalões) ocupados e destinados para essa parcela da população e os indicadores que originam a falta de desenvolvimento profissional nesse segmento étnico.

A abolição da escravidão será tratada num tópico à parte, fazendo-se uma breve discussão dos fatos históricos que se deram para a concretização da liberdade dos escravos negros, configurando-se, assim, a Lei Áurea.

Noutro ponto, destacaremos a origem da Diplomacia no Brasil, buscando nos registros históricos as vantagens obtidas pelos governantes brasileiros, donde relataremos a carência de integrantes negros nos cargos diplomatas e os obstáculos que se apresentam para quem almeja tais cargos e a relação da educação nacional com essa precariedade.

1. O TRABALHO E O RETRATO SOCIAL DA PROPRIEDADE E DOS AFRODESCENDENTES NO BRASIL

O Brasil, no período pré-colonial, era uma terra com tantas riquezas que despertava o desejo e a vontade de enriquecimento que levavam os europeus a viajarem, colocarem suas vidas em risco por longas jornadas feitas em barcos sem segurança, tomando rumos ignorados.

A propriedade legal de terras da Colônia era baseada na propriedade rural, que se sustentava na mão de obra escrava e na produção de produtos que suportavam o clima quente e úmido. O tráfico negreiro, nesse sistema, era praticado da seguinte maneira: os traficantes capturavam os negros nas diversas colônias portuguesas da África, os transportavam pelos oceanos e os vendiam aos interessados oceano afora:

A mortalidade dos negros, porém, pelo menos no século XIX, quando temos elementos para avaliar com segurança, não parece ter chegado aos índices aterradores com que a dramatizaram alguns escritores. Calógeras chegou a afirmar que “a percentagem de mortalidade ascendia regularmente a 30% nas cargas vivas”. Fosse pela dispensa de maiores cuidados na travessia, fosse por uma prolongada experiência na exploração de tal comércio, o certo é que no início do século XIX as cifras são relativamente muito mais baixas do que as fazem supor alguns depoimentos (FILHO, 1946, p. 36).

Após a captura dos negros, os traficantes acorrentavam e marcavam com ferro em brasa os africanos, os quais eram violentamente conduzidos em navios negreiros. Nesse transporte, a precariedade era tão grande que, em média, 30% dos negros morriam durante a viagem. Os africanos que resistiam ao percurso chegavam ao porto brasileiro e eram vendidos em leilões. Logo em seguida, já eram escravizados e encaminhados para a realização de trabalhos na plantação de cana-de-açúcar, de algodão, no cultivo do café, na mineração, no artesanato.

As regiões brasileiras de maior lucratividade do tráfico foram as do Estado da Bahia e do Estado de Pernambuco, territórios onde os engenhos de açúcar mais prosperaram. O excesso de trabalho e as más condições de vida oferecida pelos senhores da terra reduzia e deteriorava rapidamente a saúde do escravo, fazendo com que a sobrevivência da mão de obra negra se reduzisse rapidamente, circunstância em que se criava a necessidade de reposição, retroalimentando o vicioso círculo da escravidão.

Os tratamentos aos negros eram comparados aos dados aos animais. A alimentação era feita com o que sobrava da comida dos patrões, sendo colocada em

cochos que serviam de alimentação aos bovinos, ou servidos na terra fria, dependendo do comportamento dos escravos, condição que podia determinar também a oferta de comidas velhas, causando intoxicação estomacal e distúrbios digestivos aos trabalhadores.

Naquela época, os fatos ocorridos nas fazendas eram escondidos e pouco se sabia dos sofrimentos e da violência imposta ao sujeito negro. Por muitos, os negros não eram tratados e nem vistos como um cidadão normal, mas, sim, como párias sociais.

As violações que os colonizadores praticavam contra o negro o rebaixavam ao nível do subumano, e a sociedade aceitava silente ou simplesmente não se impunha contra esse tratamento de desigualdade e, não querendo ir contra os senhores mais ricos que comandavam as colônias, indiretamente legitimavam socioculturalmente o rito da escravidão humana.

É possível fazermos uma ressalva. Vale lembrar que existiram, no período escravagista, relações socialmente possíveis entre escravos e brancos. Segundo Holanda (1995), em alguns contextos, o escravo não era considerado apenas como um instrumento econômico gerador de rendas, pois há registros de algumas tratativas trabalhistas, de proteção e de solidariedade entre os escravos e os proprietários de terra.

Apesar disso, as comunidades negras eram resistentes e lutavam contra a opressão, a violência, a humilhação a que eram submetidos. Registram-se, nesse tocante, a ocorrência de revoltas, fugas, assassinatos de feitores e de senhores: estas, dentre outras, foram parte das medidas utilizadas pelos escravos para lutar contra os abusos que aconteciam.

2. A CRISE DO SISTEMA COLONIAL BRASILEIRO E AS CONSEQUÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS: A ABOLIÇÃO DA ESCRAVATURA

No final do século XVIII, dá-se a explosão de diversas revoltas populares que colocaram o sistema colonial em xeque, iniciando uma grande crise social, política e econômica. Um destes estopins da crise colonial foi a Conjuração Baiana.

Ela ocorreu no ano de 1798, e teve por ideal minimizar as injustiças sociais e raciais que oprimiam o povo. À época, suas principais aspirações eram: acabar com o domínio português e tornar o país uma República Democrática; abolir a escravidão do negro; aumentar o salário dos soldados; abrir negociações econômicas com outras

nações e melhorar as condições de vida da sociedade. Seus principais representantes eram das camadas sociais mais humildes: alfaiates, soldados, mulatos, negros livres e escravos inconformados com tantas desigualdades, fome e miséria.

Entretanto, no ano de 1799, o governo colonial extinguiu esta revolução, a partir do assassinato de dois alfaiates e de dois soldados que foram enforcados e esquartejados. Além disso, aplicaram-se penas maiores a outros participantes do movimento, como medida exemplar e de opressão aos revoltosos.

Assim, a Abolição da escravatura, no Brasil, passou por várias etapas. A fase da “Lei Eusébio de Queirós”, proibia o tráfico do negro e expulsava traficantes do país: a liberdade se tornou prevista e próxima. As reuniões abolicionistas e seus seguidores aumentaram rapidamente: parlamentares, artistas, militares e a imprensa aderiram ao movimento.

Segundo Holanda (1995, p. 76):

[...] Pode-se bem estimar a importância do golpe representado pela Lei Eusébio de Queirós, considerando que, naquele ano de 1845, o total de negros importados fora de 19.363; em 1846, de 50.354; em 1847, de 56.172; em 1848, de 60 mil; em 1849, de 54 mil e em 1850, de 23 mil. A queda súbita que se assinala neste último ano resulta, aliás, não só da aprovação da aprovação da Lei Eusébio de Queirós, que é de 04 de setembro, como da intensificação das atividades britânicas de repressão ao tráfico.

O tráfico negreiro foi encerrado por determinação da “Lei Eusébio de Queirós”, que extinguiu o tráfico do negro que ocorria no período do Segundo Reinado. Assim se fez, sob o ponto de vista econômico, para que houvesse a desvinculação do dinheiro usado na compra de escravos, introduzindo-se outras divisões econômicas, fazendo surgir novas formas de comércio que aumentaram os empregos aquecendo a economia interna.

Realizando uma rápida análise das Leis abolicionistas, percebemos certo descaso em suas entrelinhas. Por exemplo, aos 65 anos, os homens já seriam idosos e não gozariam mais de boa saúde ou mesmo de saúde alguma. E, devido aos maus tratos, poderiam não chegar aos 65 anos. Isto é, apesar dos “avanços” que precariamente representavam à época frente ao sistema colonial escravagista dominante, tais leis mais serviram para adiar, por mais um período de tempo, a tão esperada Abolição da escravatura.

Foi indo nessa toada, entre vieses e reverses que, em 1888, após tantas lutas e resistências, que aconteceu a tão sonhada liberdade e, assim, encerrando-se a escravidão no Brasil. O principal marco da Abolição foi a Lei Áurea, proclamada pela Princesa Isabel, no dia 13 de maio de 1888.

As ideias abolicionistas tinham o ideal de acabar com as desigualdades sofridas pelos escravos e, em virtude deste ideal, não abordavam o fato de como seria a vida pós-escravidão, isto é, em que condições trabalhariam os negros libertos e como iriam sobreviver? Com a Abolição da escravidão, os negros se viram num outro grande obstáculo: sua inserção no mercado de trabalho. O negro era um homem livre, entretanto, aprisionado na escravidão.

Depois de várias medidas de transformação social e cultural, a Independência do Brasil não podia mais ser adiada e, antes mesmo da consolidação da Abolição em si, em 07 de setembro de 1822, é que se decreta a “Independência do Brasil”:



A Princesa Regente do Brasil, Maria Leopoldina, assinando o Decreto da Independência do Brasil
Imagem em Domínio Público: <https://br.historyplay.tv/>

Um dos efeitos socioculturais mais intensos desse Decreto, foi o de que, com ela, a Independência, aumentaram o interesse pelos ideais de liberdade, pela força de expressão e pelos anseios por igualdade.

3. O TRÂNSITO SOCIOCULTURAL E ECONÔMICO DO HOMEM LIVRE PÓS-ABOLIÇÃO

A dimensão deste entrave sociocultural e do homem livre pós-abolição é problemática, devido às dificuldades sociais, econômicas e políticas que afoitam a realidade da população brasileira pós-Independência e pós-Abolição, se configurando também em questões que as classes mais baixas ressentiram, face à falta de desenvolvimento profissional e sua marginalização:

Por sua vez, a ideologia do racismo afeta a prevalência de homicídios de negros, possivelmente, por dois canais. Indiretamente, a discriminação pela cor da pele pode afetar a demanda por trabalho de negros para postos mais qualificados, ou bloquear oportunidades de crescimento profissional. Pelo lado da oferta de trabalho, o racismo cria determinados estereótipos negativos que afetam a identidade e a autoestima das crianças e jovens negros, conforme discutido por Silvério (2002). Em última instância, o racismo reforçou, ao longo do tempo, o baixo status socioeconômico daquelas populações que foram largadas à sua própria sorte após a abolição, com baixa dotação de capital humano (CERQUEIRA; MOURA, 2013, p. 05).

Desenvolveram-se no país as favelas, conjunto de moradias populares que reúnem o conjunto das pessoas menos favorecidas e de classes sociais mais baixas. Elas vivem exclusas e sem base estrutural econômica nesses conjuntos habitacionais.

Para Oliveira, Moreira (2018, p. 36):

Um dos maiores fatores apontados no processo de violação de direitos e, pode-se afirmar, de forma generalizada à sociedade brasileira, diz respeito à violência. Sua multiplicidade de causas e consequências, aliada à complexidade da dinâmica objetiva e subjetiva da vida social, coloca a violência como um dos maiores desafios para a consolidação de um Estado de Direito. Isso porque se trata de uma dimensão que articula os âmbitos público e privado, muitas vezes de difícil apropriação, mas que, em função dos resultantes, exigirá respostas do Estado, tanto do ponto de vista coercitivo como de proteção e atendimento.

A sua marginalização é entendida no cenário de questões culturais, as diferenças e desigualdades existentes no país atingem mais os pretos, tais como são os pretos brasileiros que sofrem com a maior taxa de homicídios, feminicídios, taxas sobrelevadas pelo avanço da fome e da miséria:

Ser negro no Brasil é, pois com frequência, ser objeto de um olhar enviesado. A chamada boa sociedade parece considerar que há um lugar

predeterminado, lá em baixo, para os negros e assim tranquilamente se comporta. Logo, tanto é incômodo haver permanecido na base da pirâmide social quanto haver “subido na vida” (SANTOS, 2000, s/p).

No cotidiano do negro brasileiro é bastante comum o racismo, que é levado até o mercado de trabalho. O posicionamento do negro no mercado de trabalho enfrenta dificuldades. O negro tem buscado o engajamento ao contexto produtivo iniciando seu processo economicamente ativo em diversas profissões e está buscando melhores qualificações, conhecimentos técnicos, aumentando suas competências.

Entretanto, o conceito que a sociedade construiu sobre a presença do negro na sociedade se transforma bem mais lentamente, aprisionando o homem contemporâneo ao costume da inferioridade do período escravagista.

4. A MACROECONOMIA E SUAS RESPECTIVAS PULVERIZAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

A macroeconomia foi um termo criado após a Primeira Guerra Mundial, com as dificuldades econômicas causadas pela guerra e os países que saíram perdedores e desolados pelos altos níveis de desemprego. A queda de rendimento dos seus PIB's, a desaceleração de seus parques produtivos, os preços das ações em declínio, constituíram eventos que levaram muitos economistas e pensadores a rediscutirem as políticas e os métodos para que esses países pudessem se reerguer.

Para o cálculo do PIB, conforme dados do IBGE (2019), são utilizados diversos indicadores sobre o consumo e o modo de viver da população. Esses indicadores são feitos pelo IBGE e também por outros órgãos: Balanço de Pagamentos (Banco Central); Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ (Secretaria da Receita Federal); Índice de Preços ao Produtor Amplo – IPA (FGV); Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (IBGE); Produção Agrícola Municipal – PAM – (IBGE); Pesquisa Anual de Comércio – PAC (IBGE); Pesquisa Anual de Serviços – PAS (IBGE); Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE); Pesquisa Industrial Anual – Empresa – PIA – Empresa (IBGE); Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – PIM – PF (IBGE); Pesquisa Mensal de Comércio – PMC (IBGE); e, Pesquisa Mensal de Serviços – PMS (IBGE).

Com a crise de 1929, os Estados Unidos sentiram um efeito em certa medida oposto ao contexto global. Na sua economia havia uma superprodução, porém, a falta

de demanda por seus produtos forçou as empresas a demitirem seus funcionários. Com isso, os americanos aumentaram seus níveis de desemprego, forjando um declínio rápido de todo o crescimento econômico conseguido no pós-guerra, fazendo o norte-americanos se juntarem, às avessas, ao cenário de baixa circulação de riquezas.

Os países perdedores, com o desenvolvimento macroeconômico, conseguiram a ascensão econômica, e com a diminuição da exportação dos produtos americanos, todas as empresas foram afetadas pelos dias difíceis. A Queda da Bolsa de Valores, em 1929, colocou os americanos num processo de reestruturação, pois diante deste momento, precisaram reinventar sua maneira de agir.

Os objetivos da macroeconomia são o crescimento econômico, o aumento na quantidade de oferta de emprego, a estabilização de preços e o equilíbrio nas transações externas. A macroeconomia, portanto, é um dos pilares do estudo de fenômenos econômicos como estes, posto que se baseia na análise e no desenvolvimento de fatores essenciais para o crescimento econômico de um país, ajudando na compreensão das relações que envolvem o intercâmbio de bens e serviços supranacionais.

A macroeconomia, em suma, aborda as variáveis econômicas como um todo, de forma agregada, parametrizada por períodos de recessão e de recuperação do nível do PIB (Produto Interno Bruto), vislumbrando o nível de preços, de taxas de emprego e desemprego, da balança de pagamentos, do nível de salários, da taxa de juros, da quantidade de moeda em circulação, da taxa de câmbio, do crescimento tecnológico e da distribuição de renda e do crescimento econômico.

5. O DESEMPREGO, A INFLAÇÃO E O PIB: CANAIS PARA AS DESIGUALDADES SOCIAIS E INSUSTENTABILIDADE DA ECONOMIA NO CONTEXTO ECONÔMICO

No final da década de 90, os bancos estadunidenses começaram a emprestar dinheiro para todo o perfil de cliente, o que incluiu pessoas desempregadas e clientes inadimplentes. Para os clientes com pagamento em dia, esse crédito ficou conhecido por “subprime”. Os bancos começaram a vender as CDOs (títulos de créditos hipotecários) para quem quisesse investir. As CDOs, por natureza, eram pacotes financeiros que configuravam as dívidas de grande risco, camufladas pela mistura de tais títulos às dívidas de baixo risco.

Os países europeus foram os maiores compradores das CDOs, eles acreditavam que o negócio era excelente e que os ganhos futuros seriam maximizados, os investidores não tinham consciência de que os CDOs eram compostos de dívidas de clientes dos mais variados perfis. E, no dia 15 de setembro de 2008, inicia-se uma grande crise financeira devido a um dos bancos mais tradicionais dos Estados Unidos, o Lehman Brothers, ter ido a falência. A partir daí, os devedores não pagaram suas dívidas e os bancos e todos os países investidores começaram a ter sérios problemas de liquidez. Parte dos *players* da produção mundial reduziu a oferta de bens ou simplesmente desmobilizaram sua capacidade produtiva instalada, o que ocorreu inclusive no Brasil, fazendo explodir a taxa de desocupação.

É argumento de consenso, que o desemprego causa a desigualdade social e o cenário que se viu foi o de que uma grande quantidade de pessoas flertaram com a miséria. Nos últimos anos, com a ocorrência de crises macroeconômicas ocorridas no Brasil, o número de desempregados sofreu um aumento considerável. E, ainda em 2019, as formas de atuação das políticas adotadas pelo governo ainda não conseguiram retardar ou solucionar os graves problemas sociais. E, segundo o que foi divulgado pelo IBGE, certifica-se que aproximadamente 13 milhões de pessoas estejam desempregadas no país neste início de 2020.

As consequências mais evidentes destes tipos de contingências aparecem na elevação do nível da inflação e no aumento súbito do preço dos bens e serviços da economia. Em contrapartida, os salários recebidos pela população não conseguem acompanhar o crescimento paralelo dos preços e também a natural desvalorização do trabalho. Neste contexto, as empresas mantenedoras do crescimento econômico procuram ser mais competitivas ante as empresas estrangeiras investindo em inovação tecnológica, se desvencilhando do emprego de mão de obra humana, sujeitando a espécie sapiens a um novo ciclo de sujeições e privações: a escravidão moderna.

A macroeconomia, como se vê, articula em si, situações conflitantes, em que os seus objetivos principais de expansão econômica podem causar desequilíbrios sociais e comerciais frente à busca de crescimento econômico, levando a tomada de decisões governamentais às vezes controversas, medidas que podem ser de recessão no crescimento econômico para manter a economia do país estável ou mesmo de extinção de postos de trabalho, contribuindo para aumentar o sobrepeso social nas camadas de população mais vulneráveis aos sintomas econômicos.

6. DIPLOMATAS E SUAS CARREIRAS NO AVANÇO DE POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Segundo o Itamaraty, os diplomatas deverão realizar funções voltadas tanto para o cunho econômico quanto para o social. Assim, é comum uma pauta de diálogo que englobe numa mesma rodada de negociações, temas sobre os direitos humanos, recursos elétricos, segurança pública, educação.

O cargo de diplomata exige que seus ocupantes negociem e mantenham relações comerciais e cordiais com os 194 países com os quais o Brasil se relaciona e com todos os órgãos internacionais mundiais do qual fazemos parte. Para o ingresso na carreira de diplomata é necessário ser aprovado em um concurso público realizado anualmente pelo Instituto Rio Branco (organismo público que homenageia em seu nome, um de seus grandes diplomatas, o Barão do Rio Branco, o mesmo que também, noutra momento da história brasileira, formulou a Lei do Sexagenário).

Esse Instituto foi fundado em homenagem ao Barão de Mauá e é um órgão do Itamaraty, este órgão é formado por três carreiras, sendo elas a de Diplomata, a de Oficial de Chancelaria e a de Assistente de Chancelaria. Em 2015, esse quadro era composto por 1565 Diplomatas, 839 Oficiais de Chancelaria, 574 Assistentes de Chancelaria e por 441 servidores públicos formados e concursados de outras áreas que atuam como apoio.

Segundo o Ministério das relações exteriores (2016), o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, oferece uma Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia. Neste sentido, o Itamaraty investiu mais de R\$ 15 milhões de reais nesse programa, aumentando a heterogeneidade das relações externas. Nesse programa ele está associado à outras instituições públicas, tais como o Ministério da Tecnologia, da Ciência, Inovações e Comunicações, o CNPq, a Fundação Palmares, a SEPPIR⁴, vinculada ao Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos.

O programa foi efetivado em 2002, visando justamente a diminuir as diferenças raciais e mitigar as dificuldades de ingresso dos negros em carreiras diplomáticas. Este programa tem, em sua finalidade, conceder bolsas preparatórias que possam ofertar a mesma oportunidade de ingresso na carreira diplomata a pessoa autodeclarada negra.

Conforme Soares (2000, p. 25):

⁴ Órgão do poder executivo do Brasil, sua finalidade é promover a igualdade nos grupos sociais e étnicos afetados pela discriminação (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Social).

Em termos de políticas públicas, esses resultados apontam para a possibilidade de políticas de ação afirmativa (nas linhas de políticas de quotas) para negros serem úteis no combate à discriminação. Se a sociedade está restringindo o acesso dos negros à boa educação ou aos bons postos de trabalho, então cabe ao poder público garantir esse acesso, principalmente em termos educacionais.

O processo seletivo do Programa de Ação Afirmativa se dá em duas etapas, a primeira, de modo eliminatório e classificatório, avaliará conhecimentos e habilidades dos candidatos, realizando-se uma prova objetiva de conhecimentos gerais nas disciplinas de língua portuguesa e inglesa, em História do Brasil e noções de política internacional, na segunda etapa será realizada a averiguação da documentação concedida pelo candidato e uma entrevista técnica à Comissão Interministerial.

Segundo o Anuário do Instituto Rio Branco, até o ano de 2015, foram concedidas em torno de 630 bolsas para 375 bolsistas, sendo que 26 bolsistas foram aprovados e que entre os anos de 2002 e 2012, ao menos um candidato negro tenha se tornado Diplomata. Em 2005, infelizmente não houveram aprovados, no ano de 2015, o programa de incentivo conseguiu a aprovação de cinco bolsistas negros. Mesmo diante do fato exposto se fizermos um levantamento dos atuantes negros nos cargos de diplomatas, vamos nos deparar com uma enorme discrepância.

Políticas públicas, tais como a política de ação afirmativa, têm o objetivo de diminuir as diferenças econômicas e a discriminação, concedendo aos contingentes populacionais vulneráveis, como os remanescentes compostos por negros, pardos, mulatos, possibilidades de competição de igual para igual dentro de um mercado de trabalho altamente seletivo.

7. A DIPLOMACIA NO BRASIL E OS ÍNDICES SOBRE A RELAÇÃO ENTRE A ESCRAVIDÃO E OS NEGROS ECONOMICAMENTE ATIVOS

Para o IBGE, os negros estão procurando por melhores qualificações para competirem no mercado de trabalho. O número de afrodescendentes que cursam o ensino superior nas universidades públicas e privadas aumenta, devido a projetos e “novas Leis abolicionistas” feitas pelo governo federal. Mas, mesmo diante dessa evolução, ainda é exorbitante o grande número de negros desempregados no país, e isso demonstra as disparidades que o país enfrenta, ainda que fora de momento de crise global, com a da queda da bolsa (1929), ou a dos títulos hipotecários (2008).

Conforme Guimarães (*apud* FREYRE, 1950, p. 151):

No caso que nos interessa mais de perto aqui, a democracia “étnica” de que falava Freyre, em 1950, sem esconder certo cientificismo culturalista, transforma-se rapidamente em democracia racial *tout court*, em referência direta aos conflitos raciais que começam a rasgar o racismo legal dos Estados Unidos. Ao contrário de lá, pensavam scholars e militantes, já tínhamos um legado de democracia racial desde a Abolição. Para os movimentos negros, entretanto, a abolição não fora completa, pois não representara a integração econômica e social do negro à nova ordem capitalista: tanto para a geração dos 30 (a Frente Negra Brasileira), quanto para a geração dos 50 (o TEN), seria necessária uma segunda Abolição.

Conforme informações obtidas por pesquisas realizadas pelos órgãos governamentais, a população negra brasileira ainda encara praticamente os mesmo obstáculos econômicos e sociais experienciados no período pós-Abolição.

Ao lado dessa perspectiva história, acrescentou-se a violência urbana. Esta é uma causa geradora de vários óbitos de jovens negros, fazendo com que boa parte deles não chegue sequer a cursar o nível médio de ensino. As instituições escolares públicas são carentes de infraestrutura, a sociedade branca também é dependente desse mesmo sistema educacional precário.

O Brasil passa, enfim, por um momento crítico em seu perfil socioeconômico, os países com os quais mantemos relações comerciais impõem muitas regras e empecilhos evolutivos aos países em desenvolvimento. E, para que esses impedimentos e objeções sejam amenizados, o governo precisa contar com a classe diplomática. Em cargos de poderes no alto escalão governamental, conseguimos precisar a exiguidade dos negros, posto que apenas uma dessas funções seja ocupada por um afrodescendente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos anos 2000, notamos que o país modificou sua planta estrutural, justamente visando embalar o grande desenvolvimento econômico que se desenhava no cenário internacional. Para isto, procurou-se, por aqui, desenvolver programas e medidas que tentaram diminuir as desigualdades existentes e historicamente ocorridas no país.

Por sua vez, o governo, atraído que estava pela expansão econômica internacional, fez promessas de igualdade social para crescer frente à opinião pública e ao mercado estrangeiro. As classes mais sofridas foram, entretanto, de um modo geral,

esquecidas por este mesmo governo, no tocante às medidas sociais oferecidas. Essas medidas não satisfizeram às necessidades de que o povo brasileiro carecia e ainda carece: as situações de precariedade socioeconômica ainda continuam.

Algumas medidas de fomento ao desenvolvimento não chegam às pessoas que realmente precisam. A julgamos pelo nível e teor das Leis aprovadas pelo Congresso Nacional (que têm se preocupado mais com os interesses políticos e menos com as questões sociais), os cidadãos brasileiros que não possuem condições mínimas de vida, que não possuem saneamento básico, de água e de esgoto tratados, as crianças que não possuem ensino de qualidade, todos continuarão não tendo acesso a tais bens sociais.

O Brasil passa por uma fase de deficiência de medidas efetivas que englobem a população como um todo. Para que isto ocorra do modo como vem acontecendo, existem múltiplas justificativas.

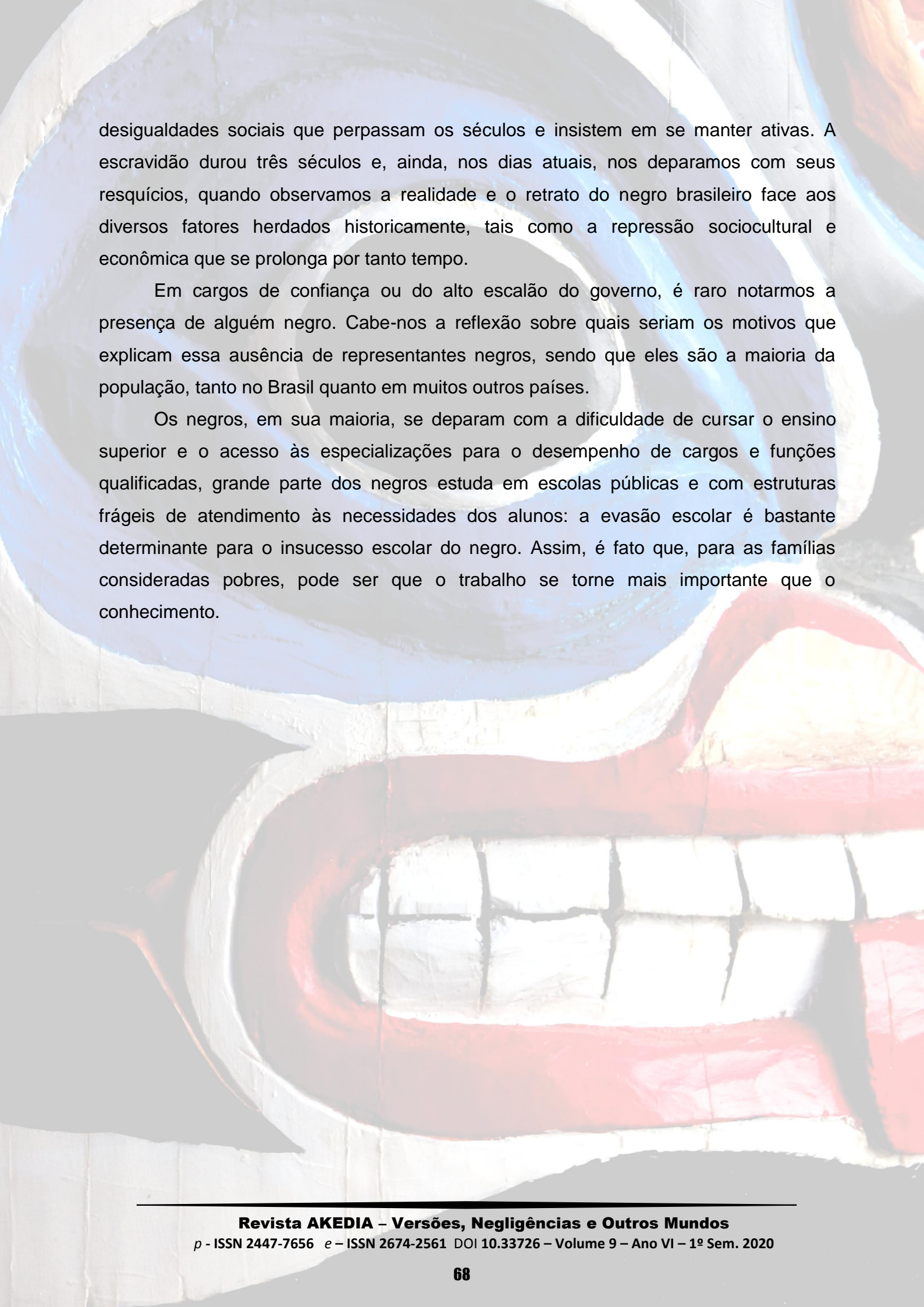
Com as reformas trabalhistas recentes (particularmente as levadas a termo pelo final do Governo de Michel Temer – final do ano de 2018), os trabalhadores sentiram o impacto do aumento do tempo trabalhado para se aposentar e, para trabalhadores que nunca tiveram carteira assinada e não seguiram os regimes da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), esse tempo se torna relativamente mais longo, especialmente com a Reforma da Previdência, aprovada no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro.

O trabalhador socialmente mais vulnerável, dentre os quais destacamos o sujeito negro, às vezes, não consegue trabalhos com carteira assinada ou não contribui com o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Nisso, se veem ainda mais distantes da aposentadoria do que todos os demais empregados formais.

O crescimento do trabalho autônomo demonstra que o povo brasileiro está se engajando em outros modelos econômicos e que a economia está sendo moldada pelos próprios brasileiros, já que influenciados pela necessidade encontrada para sua sobrevivência.

O recente empoderamento dos negros, no início do século XXI, trouxe, para o mercado de trabalho, a espada da batalha árdua por mais oportunidades, revelando a grande transição histórica que ainda e tardiamente acontece, envolvendo a mão de obra escrava para a mão de obra empoderada e qualificada.

A relação explícita entre a histórica escravidão e a inserção livre no mercado de trabalho pode ser trabalhada de forma relevante, ao propiciar o entendimento de tantas



desigualdades sociais que perpassam os séculos e insistem em se manter ativas. A escravidão durou três séculos e, ainda, nos dias atuais, nos deparamos com seus resquícios, quando observamos a realidade e o retrato do negro brasileiro face aos diversos fatores herdados historicamente, tais como a repressão sociocultural e econômica que se prolonga por tanto tempo.

Em cargos de confiança ou do alto escalão do governo, é raro notarmos a presença de alguém negro. Cabe-nos a reflexão sobre quais seriam os motivos que explicam essa ausência de representantes negros, sendo que eles são a maioria da população, tanto no Brasil quanto em muitos outros países.

Os negros, em sua maioria, se deparam com a dificuldade de cursar o ensino superior e o acesso às especializações para o desempenho de cargos e funções qualificadas, grande parte dos negros estuda em escolas públicas e com estruturas frágeis de atendimento às necessidades dos alunos: a evasão escolar é bastante determinante para o insucesso escolar do negro. Assim, é fato que, para as famílias consideradas pobres, pode ser que o trabalho se torne mais importante que o conhecimento.

REFERÊNCIAS

AYERBE, Luis Fernando. *Estados Unidos e América Latina: a construção da Hegemonia*. São Paulo: UNESP, 2002.

CERQUEIRA, Daniel R. C; MOURA, Rodrigo Leandro de. *Vidas perdidas e racismo no Brasil*. Instituto de pesquisa econômica aplicada – IPEA. Brasília: Nota técnica n. 10, p. 5, nov. 2013. Disponível em: http://www.geografia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/noticias_2013/vidas_perdidas_racismo_brasil.pdf. Acesso em: 05 dez. 2019.

FILHO, Luiz Viana. *O negro na Bahia*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1946.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito. *Novos Estudos CEBRAP – USP*. São Paulo, n. 61, p. 147-162, nov. 2001. Disponível em: <http://novosestudios.uol.com.br/produto/educacao-61/>. Acesso em 07 dez. 2019.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26° ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Produto interno bruto – PIB*. 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 20 nov. 2019.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *Anuário do Instituto Rio Branco*. Brasília: Instituto Rio Branco, 2016. Disponível em: <http://www.institutoriobranco.itamaraty.gov.br/images/pdf/Anuarios/Anurio-20151.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

OLIVEIRA, Iris Maria de; MOREIRA, Maria Regina de Avila. O processo de ocupação das cidades: a segregação em Natal/RN a partir das condições de infraestrutura nas periferias. In: *Desigualdade social e políticas sociais: estudos sobre expressões da questão social e políticas de enfrentamento a pobreza na cidade e no campo*. Jundiá, SP: Paco editorial, 2018. p. 22-50. ISBN 978-85-4620-850-0. Disponível em: <https://pt.scribd.com/read/405793144/Desigualdade-Social-e-Politicais-Sociais-Estudios-sobre-Expressoes-da-Questao-Social-e-Politicais-de-Enfrentamento-a-Pobreza-na-Cidade#>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SANTOS, Milton. *Ser negro no Brasil hoje: ética enviesada da sociedade branca desvia enfrentamento do problema negro*. Folha de São Paulo, p. 4, 07 maio. 2000. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/772221/mod_resource/content/1/Se.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

SILVEIRA, Daniel. *Brasil tem mais de 208,5 milhões de habitantes, segundo o IBGE, 2008*. Disponível em <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/08/29/brasil-tem-mais-de-208-milhoes-de-habitantes-segundo-o-ibge.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2018.

SOARES, Sergei Suarez Dilon. *Perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras*. Repositório do conhecimento. IPEA: Brasília, Texto para discussão n° 769, ISSN 1415-4765, p.25, nov. 2000. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2295?mode=full>. Acesso em: 20 out. 2019.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO EMPREENDEDOR DOS ALUNOS DO 2º E 8º PERÍODOS DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS (UEMG) – FRUTAL

doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p70-89

BRANDÃO, Matheus Franck¹
SILVA, Josney Freitas² –  <https://orcid.org/0000-0002-9349-4497>
BUENO, Miriam Pinheiro³
CALDEIRA, Carlos Alípio⁴
NUNES, Ana Lúcia de Paula Ferreira⁵

RESUMO: Este trabalho se constitui por meio da análise do comportamento empreendedor que se manifesta junto às turmas do 2º e 8º períodos do Curso de Administração, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal. A pesquisa foi conduzida pela metodologia de aplicação de um questionário realizado com o público-alvo do estudo, durante o mês de outubro de 2019, a partir de questões disponibilizadas na plataforma digital do *GoogleForms*. O objetivo foi o de verificar se os acadêmicos do curso de Administração da referida instituição de ensino compreendem o que, de fato, é empreendedorismo, bem como se conseguem assimilar características do comportamento empreendedor, visto que o empreendedorismo é uma disciplina muito importante no âmbito desta graduação. Ao final dos estudos, as conclusões indicaram que os alunos entrevistados demonstraram saber o que é o empreendedorismo. Além disso, os discentes já praticam os seus conhecimentos sobre o que é ser empreendedor, ou pelo menos, possuem grande interesse em empreender.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade, Administração, empreendedorismo, alunos

ABSTRACT: This work is constituted through the analysis of the entrepreneurial behavior that manifests itself with the classes of the 2nd and 8th periods of the Administration Course, of the State University of Minas Gerais (UEMG) – Frutal Unit. The research was conducted using the methodology of applying a questionnaire conducted with the target audience of the study, during the month of October 2019, based on questions made available on the *GoogleForms* digital platform. The objective was to verify if the students of the Administration course of the referred educational institution understand what, in fact, is entrepreneurship, as well as if they are able to assimilate characteristics of entrepreneurial behavior, since entrepreneurship is a very important discipline within the scope of this University graduate. At the end of the studies, the conclusions indicated that the students interviewed demonstrated that they know what entrepreneurship is. In addition, students already practice their knowledge of what it means to be an entrepreneur, or at least have a great interest in entrepreneurship.

KEYWORDS: University, Administration, entrepreneurship, students

¹ Graduando em Administração pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal / MG. E-mail: <matheusfranckbrandao@hotmail.com>.

² Doutor em Ensino de Ciências e Matemática. Mestre em Ensino de Ciências. Especialista em Gestão de Pequenas e Médias Empresas. Especialista em Gestão Empresarial Estratégica. Licenciado em Matemática e Pedagogia. Professor efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal / MG. E-mail: <josney.silva@uemg.br>.

³ Doutora em Engenharia Urbana e Mestre em Agronegócios. Professora efetiva na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal / MG. Docente do Mestrado Profissional PROFNIT – Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. E-mail: <miriam.bueno@uemg.br>.

⁴ Mestre em Engenharia da Produção. Especialista em Administração Global e Marketing. Professor efetivo na Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal / MG. E-mail: <carlos.caldeira@uemg.br>.

⁵ Mestre em Educação e Especialista em Administração Escolar. Professora efetiva e Coordenadora do Curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal / MG. E-mail: <ana.nunes@uemg.br>.

I. INTRODUÇÃO

Trata-se o presente artigo de um estudo que analisa o comportamento empreendedor manifesto ou latente, dos alunos do 2º e do 8º período do curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal. A investigação tem por objetivo, verificar o conhecimento que os graduandos detêm acerca do que é o empreendedorismo e suas características.

Para um estudo adequado, foram utilizados diferentes conceitos, definições e compreensões que envolvem o tema empreendedorismo, a fim de fundar o presente estudo em referenciais teóricos extremamente relevantes para a abordagem do processo empreendedor.

Por isso, as questões aqui presentes se relacionam com a origem do empreendedorismo, com conceitos e teorias que lhe dizem respeito, bem como com sua importância para a sociedade moderna, em especial a acadêmicos do Curso de Administração, para, no decorrer do artigo, conectar a construção teórica realizada com o conhecimento dos alunos de Administração, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal, acerca do tema.

É neste rumo, portanto, que Dornelas (2008) afirma que empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados. Desse modo, vemos que em qualquer definição de empreendedorismo encontram-se, pelo menos, os seguintes aspectos: um empreendedor (i) tem iniciativa para criar um novo negócio e paixão pelo que faz; (ii) sabe utilizar os recursos disponíveis de forma criativa, transformando o ambiente social e econômico onde vive; (iii) aceita assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracassar.

Nesse sentido, é que, para Longenecker, Moore e Petty (2004, p. 09), “um estereótipo comum do empreendedor enfatiza características como uma enorme necessidade de realização, uma disposição para assumir riscos moderados e uma forte autoconfiança”. Ideário que se consolida, como o

pensamento de Dolabela (2010), donde se verifica que “o empreendedor é alguém que sonha e busca transformar seu sonho em realidade”.

Após a exposição desses conceitos, que são alguns dos que deram base ao foco do presente trabalho, é lançada a seguinte pergunta de pesquisa: “Os alunos do 2º e do 8º período do curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal, assimilam características do comportamento empreendedor?”.

Para responder a essa pergunta, além de ter sido efetuado um levantamento sobre a teoria empreendedora e as características do comportamento empreendedor, foi aplicado um questionário aos alunos dos períodos analisados, cujas perguntas e respostas serão expostas mais adiante. Antes disso, é válido demonstrar que essa pesquisa é importante, original e viável, de acordo com a classificação de Castro (1977). Isto é, um tema de pesquisa é considerado importante quando este está relacionado a algo que divida ou afete uma parcela considerável de um determinado grupo de pessoas (CASTRO, 1977). Sendo assim, a presente análise pode ser considerada importante, pois atinge especificamente o conhecimento dos alunos sobre um tema importante para o curso de Administração, dentro da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal.

Ainda, um tema é considerado original, se os resultados tiverem capacidade de superar as expectativas (CASTRO, 1977). No que se refere ao tema, o deste artigo pode ser visto como original, pois até o presente momento não houve outros estudos dessa natureza na instituição de ensino, a partir do qual se analisa a cultura empreendedora dos alunos que estão no início e no final do curso.

Com relação à viabilidade, ela consiste na possibilidade de realização de pesquisa, levando em consideração as capacidades do pesquisador, os recursos financeiros, os prazos, as informações disponíveis, entre outros fatores. Dessa forma, a elaboração da pesquisa que resultou nas conclusões do presente artigo é plenamente viável, logo, possível. Igualmente, as informações foram localizadas facilmente, pois os livros e os alunos a serem pesquisados encontram-se na Universidade em questão, e também pelo fato de o pesquisador ser integrante do Curso de Administração, da Universidade

do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal. Conseqüentemente, percebe-se que o presente estudo atendeu à classificação utilizada por Castro (1977), donde se pode dizer que os resultados obtidos são legítimos.

II. ASPECTOS TEÓRICOS

De acordo com Dornelas (2005, p. 29), a palavra “empreendedor” vem do termo francês *entrepreneur*, que significa dizer que uma determinada pessoa assume riscos e começa algo novo.

Por sua vez, a obra de Brito, Pereira e Linard (2013), considera que os primeiros indícios do surgimento de um *entrepreneur* surgem no século XVII, momento em que os empreendedores tinham um acordo contratual com o governo para realizar a produção de seus produtos, mediante a assunção de riscos para propor investimentos em algo que fosse novo.

Desde então, os conceitos de empreendedorismo foram evoluindo até os dias atuais. Por isso, é conveniente trazer o entendimento de Hisrich e Peter (2004, p. 29) com relação ao conceito do que seja o empreendedorismo. Assim, estes autores o definem como o “processo de criar algo diferente e com valor, dedicando o tempo e o esforço necessário, assumindo os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes e recebendo as conseqüentes recompensas da satisfação econômica e pessoal”.

Nas palavras de Baggio e Baggio (2014, p. 26):

O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas.

Formulando conceitos mais ousados, Schumpeter (1988) instituiu o empreendedorismo como uma “destruição criativa”, por meio da qual produtos ou métodos de produção existentes são destruídos e substituídos por novos.

Num mesmo sentido, Barreto (1998) diz que o “empreendedorismo é habilidade de criar e constituir algo a partir de muito pouco ou de quase nada”.

Por essa razão, pode-se dizer que o comportamento empreendedor impulsiona o indivíduo e transforma contextos que resultam na destruição de velhos conceitos, pois alguma das habilidades do empreendedor é a de ver o mundo com novos olhos, com novos conceitos, com novas atitudes e propósitos. Nesse ponto de vista, um empreendedor é o reflexo da firmeza com que ele assume um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas, que podem surgir de oportunidades a qualquer momento.

Uma vez detectada uma oportunidade, dá-se início a um processo empreendedor, cujas fases, segundo Hisrich e Peter (2004) são (i) identificação e avaliação da oportunidade; (ii) desenvolvimento do Plano de Negócios; (iii) determinação e captação dos recursos necessários; (iv) gerenciamento da organização criada.

A capacidade de elaboração de um “Plano de Negócios” (*businessplan*) é uma das características mais importantes para um empreendedor, visto que o Plano é, segundo Dornelas (2008, p. 84), “um documento usado para descrever um empreendimento e o modelo de negócios que sustenta a empresa”, ou seja, é o *businessplan* que sustenta e direciona os objetivos do empreendedor.

Resumindo, um empreendedor é, acima de tudo, uma pessoa capaz de elaborar um plano com coragem e recursos suficientes para impulsioná-lo, a fim de materializar coisas novas, concretizar ideias e sonhos próprios e vivenciar características de personalidade e comportamento que são muito comuns nas pessoas, afinal, não são todas as pessoas que têm coragem de assumir riscos com financiamentos e riscos de não ter o produto do seu negócio aceito no mercado. Claro que existem vários motivos que dificultam a materialização do potencial empreendedor, dentre eles a ansiedade diante do desconhecido; percepção distorcida sobre o que é o mundo do empreendedorismo; interesses pessoais afetados e problemas de ajustamento, entre outros, segundo ensinamentos de Pinto (2007).

III. A IMPORTÂNCIA DO EMPREENDEDORISMO PARA OS ACADÊMICOS DE ADMINISTRAÇÃO

Segundo Dornelas (2008), por meio de alguns pontos convergentes, o perfil de um empreendedor o torna, também, um administrador. Por isso, mesmo que diversos fatores possam dificultar a materialização do potencial empreendedor, conforme mencionado acima, o importante para esta pesquisa é identificar, sobretudo, se os acadêmicos do curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais – Frutal, têm conhecimento dos conceitos sobre o que é o empreendedorismo, bem como se eles estão aptos a assimilar algumas das características relacionadas ao comportamento empreendedor.

Isso é muito importante, pois, de acordo com a apresentação do curso de Administração feita no *site* da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal⁶:

O curso forma profissionais para atuar como empreendedores, administrando recursos financeiros, materiais e de pessoas. Oferece formação técnica e humana de profissionais em um contexto local e global e construção de métodos e instrumentos para uma administração sistemática e organizada.

Assim, entende-se que um dos objetivos gerais do Curso de Administração é o de fornecer aos alunos conhecimentos e habilidades que se relacionem com o empreendedorismo. Portanto, é vital que os acadêmicos de Administração desenvolvam e adotem comportamentos e atitudes adequadas ao escopo do empreendedorismo, o que, conseqüentemente, se refletirá na manifestação de seu perfil como administrador.

Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2007), os empreendedores são reconhecidos como componentes essenciais para mobilizar capital, agregar valor aos recursos naturais, produzir bens e administrar os meios para administrar o comércio, o que demonstra que

⁶ UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal. **Administração**. Disponível em: <http://www.uemg.br/graduacao/cursos2/course/administracao>. Acesso em: 10 dez. 2019.

a graduação universitária em foco e o empreendedorismo têm tudo a ver.

Em complemento a isso, de acordo com Longenecker, Moore e Petty (2004), os empreendedores são visto como heróis populares da moderna vida empresarial, uma vez que eles criam vagas de emprego, introduzem inovações e estimulam o crescimento econômico, o que reforça o caráter de essencialidade conferido ao curso de Administração, especialmente no desenvolvimento de empreendedores, pois é fato que os alunos que saíram formados por este Curso têm mais condições de desempenhar papéis fundamentais na idealização, coordenação e realização de projetos, serviços e negócios.

Conforme o GEM – *Global Entrepreneurship Management* (2018), no Brasil, a taxa de empreendedorismo estabelecido (TTE) – que é definida por indivíduos que administram e são proprietários de negócios já consolidados –, foi de 38%, ou seja, em cada cinco brasileiros adultos, dois eram empreendedores. A partir dessa taxa, estima-se que, aproximadamente, 52 milhões de brasileiros, entre 18 e 64 anos⁷, estavam liderando alguma atividade empreendedora, seja na criação e consolidação de um novo negócio, ou realizando esforços para a manutenção de negócios já estabelecidos.

Com os dados demonstram, o empreendedorismo está em alta entre os brasileiros. Sabendo disso, o Curso de Administração, de fato, é um meio eficaz de uma pessoa conseguir as ferramentas para se tornar um bom empreendedor, já que, com as técnicas aprendidas ao longo da graduação, o profissional obtém melhor conhecimento sobre as maneiras de conduzir uma empresa.

⁷ Nas taxas calculadas pelo GEM são contados como empreendedores todos os indivíduos envolvidos com algum negócio em estágio nascente ou estabelecido, independentemente desse negócio ser a sua ocupação principal. Ou seja, se o indivíduo exercer qualquer outra atividade paralela, seja ela principal ou secundária, ele será contabilizado na taxa. Por esse motivo, o número total de empreendedores estimado pelo GEM é sensivelmente maior do que o número apresentado pela PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que contabiliza como “empregadores” ou “por conta-própria” (conceitos que se aproximam do “empreendedor GEM”), apenas os indivíduos que têm essa atividade como ocupação principal.

IV. METODOLOGIA DE PESQUISA

Antes da exposição da pesquisa deste trabalho, é importante observar que há diversas classificações quanto aos tipos de pesquisa que podem ser realizadas. Neste sentido, individualmente, cada uma conta com um conjunto de características, e cada tipo, ao seu modo, delinea as técnicas empreendidas na coleta e análise de dados durante a realização de estudos como o nosso. Portanto, em conjunto, elas formam o ambiente da metodologia da pesquisa.

Conforme Cervo, Bervian e Silva (2007 p. 27), “entende-se por método o conjunto de processos empregados na investigação e na demonstração da verdade”. Para completar tal afirmação, Zanella (2007) diz que esse conjunto de processos é necessário para alcançar os fins de um estudo.

a. Quanto aos fins e aos meios de pesquisa

Segundo Vergara (2009), a pesquisa científica pode ser classificada de acordo com dois critérios básicos: quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto aos fins, a pesquisa pode ser exploratória, descritiva, explicativa, metodológica, aplicada, intervencionista. No que se refere aos meios, ela pode ser de campo, de laboratório, telematizada, documental, bibliográfica, experimental, *ex-post-facto*, participante, pesquisa-ação e estudo de caso.

Quanto ao fim principal, este estudo possui caráter descritivo. Nas palavras de Triviños (1987, p. 110), “o estudo descritivo pretende descrever ‘com exatidão’ os fatos e fenômenos de determinada realidade”, de modo que o estudo descritivo é utilizado quando a intenção do pesquisador é conhecer determinado público e suas características, com a intenção de gerar soluções para determinado problema que um público específico teria sob a perspectiva do estudo realizado.

Quanto aos meios, tais como expostos por Vergara (2009, p. 43), esta pesquisa apresenta características de uma pesquisa de campo, pois ela é “[...] a investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um

fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo”. E, para atingirmos este fim, podemos utilizar “entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não”.

b. Quanto às técnicas de coleta e análise de dados

Primeiramente, um estudo deve ser caracterizado segundo suas variáveis, que podem ser qualitativas ou quantitativas (VERGARA, 2009).

Neste sentido, temos que esta pesquisa apresenta caráter qualitativo, pois, segundo Triviños (1987), a abordagem de cunho qualitativo trabalha os dados buscando seu significado, tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. O uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno, como também suas essências, almejando explicar sua origem, relações e mudanças, e tentando intuir as consequências.

Para Gil (1999), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação estudada, buscando-se o que era comum, mas permanecendo, entretanto, aberta para perceber a individualidade e os significados múltiplos.

Em segundo lugar, Lakatos e Marconi (2001) informam que as técnicas de coleta de dados são um conjunto de regras ou processos utilizados por uma ciência, ou seja, correspondem à parte prática da coleta de dados. Vale lembrar que, durante a coleta de dados, diferentes técnicas podem ser empregadas, sendo a mais utilizada delas, a entrevista, combinada ou não com o questionário, com a observação e com a pesquisa documental.

No presente case, a técnica de coleta de dados utilizada foi a da aplicação de questionário. As questões foram disponibilizadas ao público-alvo dos estudos na plataforma do *GoogleForms*, as quais foram respondidas por 76 alunos da Universidade.

De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2002), um questionário é um meio de obter respostas às questões por uma fórmula que o próprio informante preenche e consiste numa série ordenada de perguntas, respondidas sem a presença do pesquisador.

As vantagens do emprego dessa técnica de realização de pesquisa, é que, em primeiro lugar, a Universidade dispôs de *tablets* para que o público estudado respondesse às perguntas, o que instrumentalizou este estudo. Além disso, o questionário, da maneira em que foi feito, permitiu alcançar um maior número de pessoas. Nisto, se demonstrou ser a técnica mais econômica, uma vez que possibilitou a padronização das questões obtidas, e viabilizou uma interpretação mais uniforme dos dados obtidos entre os respondentes, o que, conseqüentemente, facilitou a compilação das respostas escolhidas, assegurando o anonimato ao interrogado.

De modo geral, a metodologia adotada se baseia em pesquisa descritiva, que tem como objetivo básico o de descrever as características de populações e de fenômenos que, no presente caso, é o de encontrar características que relacionam os alunos do Curso de Bacharelado em Administração, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Unidade Frutal, com o perfil do empreendedorismo, por meio de levantamento de dados para descrever essas características, sendo que o questionário foi o instrumento padronizado de coleta dos dados, conformando um conjunto de procedimentos que conduziram o projeto aos resultados de natureza qualitativa.

V. PESQUISA REALIZADA COM OS ACADÊMICOS DA UNIVERSIDADE: ANÁLISE DAS RESPOSTAS OBTIDAS POR MEIO DE QUESTIONÁRIO

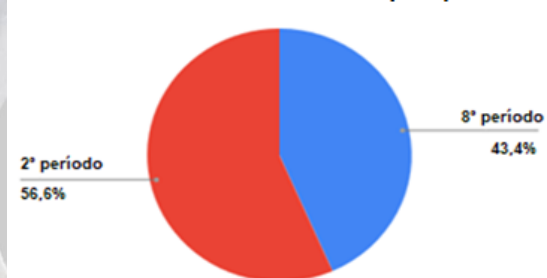
Na plataforma *GoogleForms* foram disponibilizadas um total de treze perguntas a serem respondidas pelos alunos dos 2º e 8º períodos do Curso de Administração da UEMG – Unidade Frutal, em turmas do período matutino e noturno. As questões tinham por objetivo, em primeiro lugar, reunir os dados gerais dos entrevistados, para depois coletar as perspectivas pessoais dos alunos sobre o que é o empreendedorismo; quais são suas características; bem como para captar como esses alunos se relacionam com a disciplina.

Abaixo, a descrição das perguntas feitas aos acadêmicos e as respostas obtidas:

a. Pergunta: Você estuda em qual período?

No total, foram 76 entrevistados. 56,6% dos entrevistados são estudantes do 2º período, enquanto que 43,4% dos entrevistados estudam no 8º período.

Gráfico 01 – Você estuda em qual período?

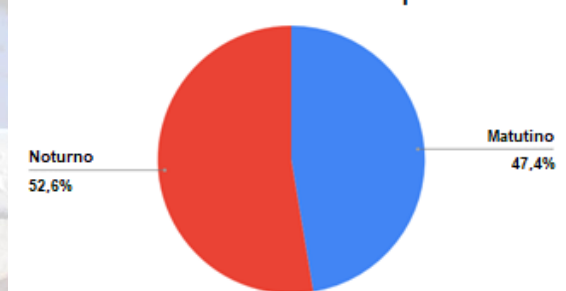


Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

b. Pergunta: Você estuda em qual turno?

A maioria representa os alunos do ciclo noturno, com uma porcentagem de 52,6%; e 47,4% referente aos alunos do turno matutino.

Gráfico 02 – Você estuda em qual turno?

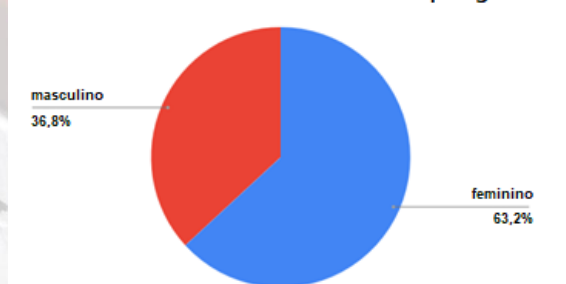


Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

c. Pergunta: Você se identifica com qual gênero?

Entre os acadêmicos que responderam ao questionário, 29 se identificam com o gênero masculino e 47 estudantes se identificam com o gênero feminino. As mulheres deram a maioria das respostas da pesquisa.

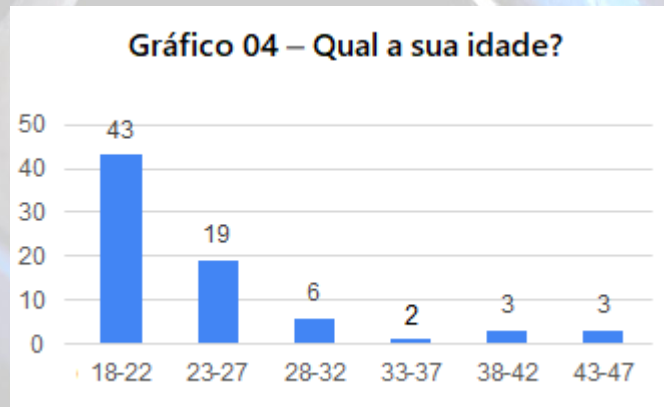
Gráfico 03 – Você se identifica com qual gênero?



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

d. Pergunta: Qual a sua idade?

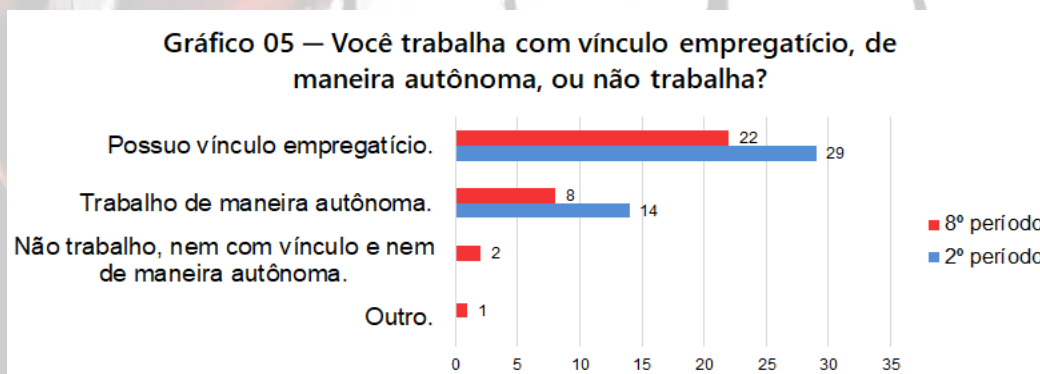
Com relação às idades dos acadêmicos de Administração entrevistados, a faixa etária de 19 anos foi a mais recorrente. Convém informar, que o questionário obteve respostas de pessoas com idade mínima de 18 anos e idade máxima de 46 anos.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

e. Pergunta: Você trabalha com vínculo empregatício, de maneira autônoma ou não trabalha?

Quando perguntados, 22 alunos responderam que trabalham de maneira autônoma, sendo 14 acadêmicos do 2º período e 08 do 8º período; 51 alunos responderam que possuem vínculo empregatício, sendo 29 alunos do 2º período e 22 do 8º período; 02 pessoas não trabalham, nem com vínculo e nem de maneira autônoma, sendo essas duas pessoas do 8º período; e 01 pessoa, também do 8º período, respondeu que trabalha de forma diversa das que foram perguntadas.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

f. Pergunta: Você acredita que a faculdade de Administração é importante para o empreendedorismo?

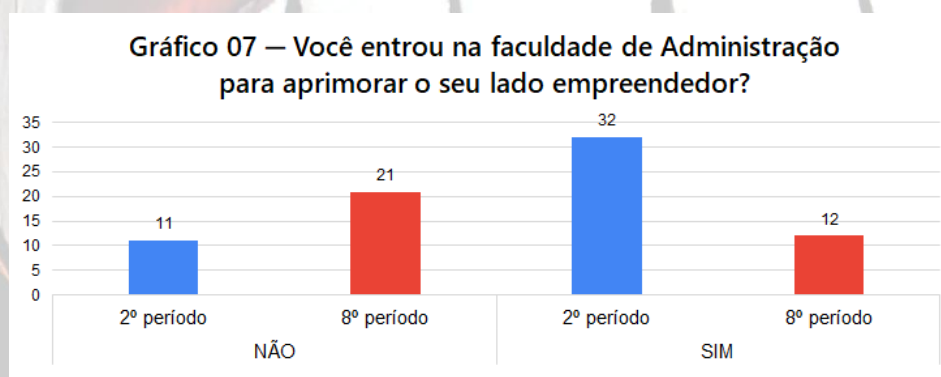
Quando perguntados, todos os alunos entrevistados consideraram a faculdade de Administração importante para o empreendedorismo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

g. Pergunta: Você entrou na faculdade de Administração para aprimorar o seu lado empreendedor?

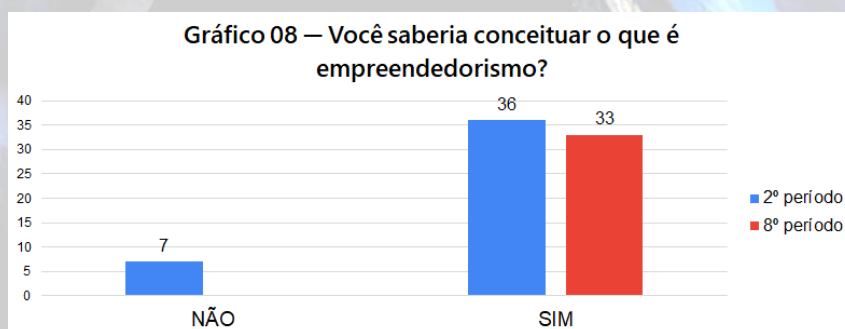
Entre os entrevistados do 2º período, 32 alunos responderam que entraram no curso de Administração, já com o objetivo de aprimorar os seus perfis empreendedores; e apenas 11 alunos responderam que não. Com relação às respostas do 8º período, 12 acadêmicos deram respostas afirmativas para a pergunta, enquanto que 21 alunos informaram que não entraram para a Universidade com esse objetivo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

h. Pergunta: Você saberia conceituar o que é empreendedorismo?

A maioria dos entrevistados respondeu que saberia conceituar o que é empreendedorismo. Contudo, apenas 06 alunos, do 2º período, responderam que não saberiam atribuir um conceito à palavra. Todos os alunos do 8º período informaram que saberiam conceituar empreendedorismo.

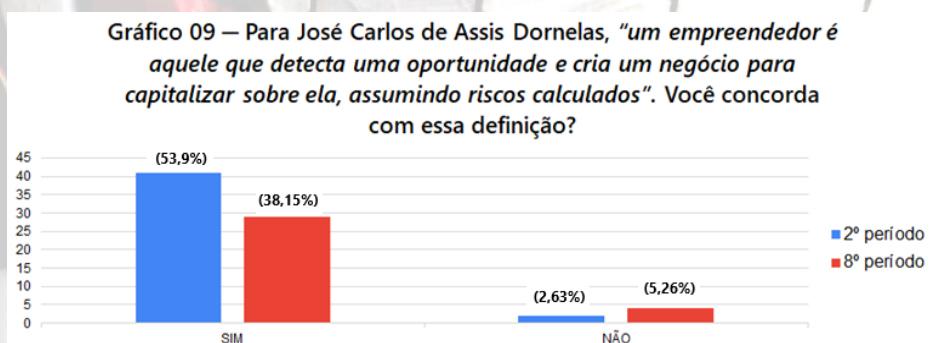


Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

i. Pergunta: Para José Carlos de Assis Dornelas, “um empreendedor é aquele que detecta uma oportunidade e cria um negócio para capitalizar sobre ela, assumindo riscos calculados”. Você concorda com essa definição?

Para complementar a pergunta feita sobre se os alunos conseguiriam conceituar o empreendedorismo, uma questão teórica foi formulada, com o intuito de detectar o quão próximo do conceito de empreendedorismo os alunos estariam. A proposição foi feita com base nos entendimentos de Dornelas (2008), no *caput* do item i, e os alunos tiveram que responder se concordam com isso, ou não.

Um total de 41 alunos do 2º período concordaram com o conceito de Dornelas, enquanto 02 alunos discordaram. Já, sobre os alunos do 8º período, 29 alunos concordaram com o conceito de Dornelas, embora 04 acadêmicos tenham discordado.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

j. Pergunta: Em sua opinião, a frase “os empreendedores são como lobos solitários que não conseguem trabalhar em equipe”, é uma verdade ou um mito?

Na sequência, foi elaborada uma pergunta, também com base na teoria de Dornelas (2008), para fazer contraste com a questão anteriormente feita, pois em sua obra, após dar definição ao que é o empreendedorismo, Dornelas diz que seria um mito considerar os empreendedores como “lobos solitários que não conseguem trabalhar em equipe”. Isso seria uma característica negativa a um empreendedor.

Desse modo, foi perguntado aos alunos se eles consideram essa afirmação um mito ou uma verdade, com o objetivo de analisar se os alunos seriam coerentes ou não com as respostas anteriores.

Assim, 86% dos alunos do 2º período e 87,9% dos alunos do 8º período responderam que consideram isso um mito. De fato, a resposta esperada seria a de que a maioria dos alunos considerasse essa afirmação um mito. No entanto, 14% dos entrevistados do 2º período, com 12,1% do 8º período, consideram isso como uma verdade.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

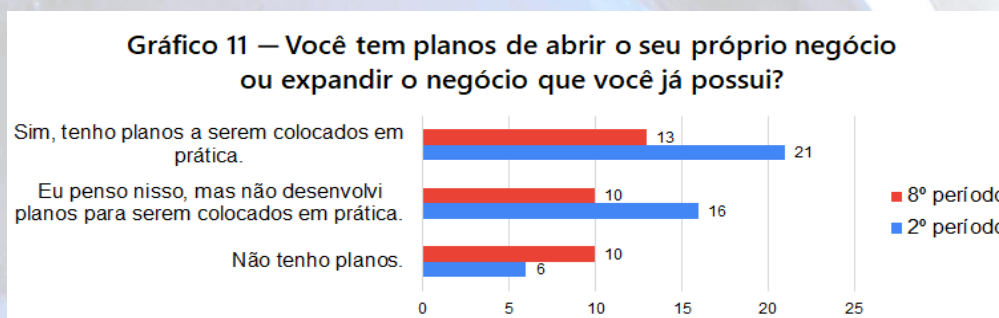
k. Pergunta: Você tem planos de abrir o seu próprio negócio ou expandir o negócio que você já possui?

Para compreender melhor como esses alunos entrevistados se relacionam com o empreendedorismo, foi perguntado se eles têm planos de abrir o próprio negócio ou planos de expandir o negócio que já possuem.

Dos entrevistados, 34 alunos responderam que sim, e que têm planos a serem colocados em prática; 21 alunos são do 2º período e 13 são do 8º período. Um total de 26 alunos responderam que pensam em abrir negócios próprios ou expandir os negócios que já possuem, mas que não desenvolveram planos a serem colocados em prática; sendo 16 alunos do 2º período que responderam nesse sentido e 10 acadêmicos do 8º período.

Por fim, 16 alunos responderam que não possuem planos para abrir o próprio negócio e nem para expandir os negócios que já possuem, sendo que

desses entrevistados, 06 alunos são do 2º e 10 são do 8º período.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

I. Pergunta: Para abrir um negócio ou expandir um negócio, o que você considera mais importante?

Também com o objetivo de captar o espírito empreendedor dos alunos entrevistados, foi perguntado o que eles acham mais importante quando da abertura ou expansão de um negócio. Isso, de acordo com as características que Dornelas (2008) atribui à um empreendedor, quais sejam: (i) ter iniciativa para criar um novo negócio e ter paixão pelo que faz; (ii) saber utilizar os recursos disponíveis de forma criativa; (iii) aceitar assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracasso; (iv) importante considerar todas as hipóteses; ou (v) nenhuma dessas hipóteses.

A maioria dos alunos, tanto do 2º quanto do 8º período, respondeu que todos esses elementos são importantes. A segunda resposta mais escolhida pelos alunos dos dois períodos avaliados, é que o mais importante é saber utilizar os recursos disponíveis de forma criativa. Em terceiro lugar, para os alunos do 2º período, o mais importante é assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracasso, enquanto para o 8º período, a terceira característica mais importante para abrir ou expandir um negócio é ter iniciativa para criar um novo negócio e ter paixão pelo que faz. Apenas 01 aluno, integrante do 8º período, respondeu que nenhuma dessas características seria importante.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

m. Pergunta: Com quais dessas características que você se identifica?

Por fim, foram colocadas algumas características ligadas ao perfil empreendedor para que os alunos pudessem selecionar com quais delas eles se identificavam, objetivando ver qual a característica mais marcante entre as turmas. As opções eram: (i) “me considero visionário”; (ii) “sei tomar decisões”; (iii) “sei fazer a diferença”; (iv) “sou determinado e dinâmico”; e (v) “sou dedicado”; e os alunos poderiam escolher mais de uma opção com que eles se identificassem.

Vejam a tabela com os resultados:

Tabela 1 – Com quais dessas características que você se identifica?

CARACTERÍSTICAS	2º PERÍODO	8º PERÍODO	TOTAL GERAL
Me considero visionário (a).	2	1	3
Me considero visionário (a)., Sei tomar decisões., Sei fazer a diferença., Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado	4	2	6
Me considero visionário (a)., Sei tomar decisões., Sou determinado (a) e dinâmico (a).	1		1
Me considero visionário (a)., Sou determinado (a) e dinâmico (a).	2		2
Me considero visionário (a)., Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado		1	1
Sei fazer a diferença.	3	1	4
Sei fazer a diferença., Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado	1	3	4
Sei tomar decisões.	4	2	6
Sei tomar decisões., Sei fazer a diferença., Sou dedicado		1	1
Sei tomar decisões., Sei fazer a diferença., Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado	3	2	5
Sei tomar decisões., Sou dedicado	2	1	3
Sei tomar decisões., Sou determinado (a) e dinâmico (a).	3	2	5
Sei tomar decisões., Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado	1	3	4
Sou dedicado	3	2	5
Sou determinado (a) e dinâmico (a).	13	9	22
Sou determinado (a) e dinâmico (a)., Sou dedicado	1	3	4
Total Geral	43	33	76

Fonte: Elaborado pelos autores (2019)

De acordo com a tabela acima, a característica predominante, tanto dos acadêmicos do 2º período quanto do 8º período, de acordo com eles mesmos, é ser determinado e dinâmico.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos realizados com as turmas do 2º e 8º períodos do Curso de Bacharelado em Administração, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal, resultaram em diversas observações relevantes e positivas quanto às perspectivas dos alunos sobre o empreendedorismo.

De acordo com o Gráfico 05, observa-se que entre os entrevistados, tem-se um número razoável de trabalhadores autônomos, em que 22 alunos, no total, são autônomos, sendo a maioria deles pertencentes ao 2º período.

Conforme o Gráfico 06, um aspecto encontrado nas questões feitas, é que todos os 76 alunos entrevistados concordaram que a graduação em Administração é importante para os assuntos que envolvem o empreendedorismo, o que ilustra bem o subcapítulo 2.1. desse artigo, “*A importância do empreendedorismo para os acadêmicos de Administração*”, que expõe motivos pelos quais a disciplina que trata do empreendedorismo é muito relevante para a formação dos acadêmicos de Administração.

Quando perguntados se entraram para a Universidade com o objetivo de aprimorar os seus lados empreendedores, a maioria dos alunos do 2º período informou que sim, que eles entraram para o curso de Administração com esse objetivo. Já, a maioria dos alunos do 8º período, informou que não entraram para o curso com a finalidade de aprimorar seus perfis empreendedores. É o que demonstra o Gráfico 07.

Num dado momento, os alunos foram questionados se saberiam conceituar empreendedorismo. Todos os alunos do 8º período responderam que saberiam atribuir um conceito à palavra. Com relação aos alunos do 2º período, a grande maioria diz saber conceituar o que é empreendedorismo (Gráfico 08).

Quando questionados se concordavam com o conceito de empreendedorismo atribuído a Dornelas (2008), a maioria dos alunos, tanto do 2º quanto do 8º período, responderam que concordam. O que quer dizer que grande parte dos acadêmicos entrevistados assimilam bem o conceito do que é ser um empreendedor (Gráficos 09).

Ainda, conforme mencionado, os alunos foram perguntados se

consideram os empreendedores como “lobos solitários que não conseguem trabalhar em equipe” e, de acordo com o Gráfico 10, a maioria dos alunos consideraram isso um mito. Esta era mesmo a resposta esperada pela equipe de pesquisa, pois não saber trabalhar em equipe é um fator que Dornelas (2008) aponta como sendo negativo para o perfil empreendedor.

No geral, os acadêmicos demonstraram ter muito interesse em abrir o próprio negócio ou expandir o negócio que já têm. Com isso, é possível concluir que os alunos do 2º e do 8º períodos de Administração possuem vontade de alavancar a área do empreendedorismo (Gráfico 11), e também vocação, porque, conforme as respostas obtidas, a maioria desses alunos concorda que ter iniciativa para criar um novo negócio e ter paixão pelo que faz, saber utilizar os recursos disponíveis de forma criativa, e aceitar assumir os riscos calculados e a possibilidade de fracasso, são fatores importantes para a abertura e expansão de negócios (Gráficos 12).

Por fim, após a análise das respostas obtidas, podemos concluir que a resposta para a pergunta de pesquisa “*os alunos do 2º e do 8º períodos do Curso de Administração da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal, assimilam características do comportamento empreendedor?*”, é que sim, que a maioria dos alunos do 2º e do 8º períodos do Curso de Administração, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Frutal, assimilam características do comportamento empreendedor.

Importante ressaltar que, mesmo que os alunos do 2º período ainda não tivessem estudado formalmente as disciplinas relacionadas diretamente ao empreendedorismo, eles demonstraram ter conhecimento empírico sobre o tema. Dessa forma, pode-se dizer que a Universidade está formando boas turmas de empreendedores, e que o empreendedorismo está se expandindo entre os acadêmicos de Administração, uma vez que os alunos do 2º período demonstram envolvimento com o assunto empreendedorismo.

Em suma, vê-se que é papel da Universidade continuar a estimular esses alunos, para que eles se concretizem como parte do futuro do empreendedorismo e, com isso, ajudem no crescimento econômico, na melhora da condição de vida das pessoas, na geração de mais empregos e no aumento de renda da população.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, L. P. *Educação para o empreendedorismo*. Educação Brasileira, 20(41), p. 189-197, 1998.
- BAGGIO, A. F.; BAGGIO, D. K. *Empreendedorismo: Conceitos e Definições*. Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, 1(1): 25-38, 2014 - ISSN 2359-3539, 2014.
- BRITO, A. M.; PEREIRA, P. S.; LINARD, A. P. *Empreendedorismo*. Juazeiro do Norte: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, 2013.
- CASTRO, C. M. *A prática da pesquisa*. São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977.
- CERVO, A., BERVIAN, P., SILVA, R. *Metodologia científica*. (6ª ed.). São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.
- DOLABELA, F. A corda e o sonho. In: *Revista HSM Management*, 80, p. 128-132, 2010.
- DORNELAS, J. C. *Empreendedorismo: transformando ideias em negócios*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- HISRICH, R. D. E PETERS, M. P. *Empreendedorismo*. Porto Alegre: Bookman, 2004.
- IBQP (Instituto Brasileiro da Qualidade e Produtividade); SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); UFPR (Universidade Federal do Paraná). *GEM – Global Entrepreneurship Monitor. Relatório Executivo 2018, Empreendedorismo no Brasil*. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>. Acesso em: 29.10.2019.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos metodologia científica*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LONGENECKER, J. G.; MOORE, C. W.; PETTY, J.W. *Administração de pequenas empresas: ênfase na gerência empresarial*. São Paulo: Pearson, 2004.
- PINTO, E. P. *Organizador. Gestão empresarial: casos e conceitos de evolução organizacional*. São Paulo: Saraiva, 2007.
- SCHUMPETER, J. A. *A teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Nova Cultura, 1988.
- SEBRAE. *Disciplina de empreendedorismo*. São Paulo: Manual do aluno, 2007.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa em administração*. 10ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- ZANELLA, L. C. H. *Metodologia de pesquisa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2007.

O DIREITO ITALIANO: HISTÓRIA, INFLUÊNCIA E LEGADO¹

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p90-122](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p90-122)

PELICANO, Henrique José Rosa²
ATIQUÉ, Wadi³

RESUMO: O objetivo do presente texto é o de apresentar e descrever as circunstâncias históricas, culturais e sociais que deram origem a certos princípios gerais do Direito. Para realizarmos esta proposta, optamos pelo aporte metodológico da revisão bibliográfica, em função da riqueza que os acervos físicos e digitais concentram sobre o assunto. O interesse pela investigação de um tema como o nosso, prende-se ao fato de que, na condição de estudante das ciências jurídicas, em concomitância com as Ciências Humanas, é praticamente uma condição obrigatória a aproximação de leituras de cunho histórico, social, político e filosófico, que sejam capazes de imprimir maior substância aos conteúdos e análises técnicas postas em prática no mundo das leis. Fundamentam prioritariamente nossa escrita, obras consagradas que tratam da história italiana e, sobretudo, as que se atém a aspectos formadores do Direito Romano. Como resultado desta abordagem, nos foi possível construir uma visão panorâmica e bastante ampla sobre o paradigma sociocultural que envolve a Itália e seus postulados sociológicos, filosóficos e legais.

PALAVRAS-CHAVE: História da Itália, Direito Romano, Principiologia

ABSTRACT: The purpose of this text is to present and describe the historical, cultural and social circumstances that gave rise to certain general principles of law. To carry out this proposal, we opted for the methodological contribution of the bibliographic review, due to the wealth that the physical and digital collections concentrate on the subject. The interest in investigating a topic such as ours is due to the fact that, as a student of the legal sciences, in conjunction with the Humanities, it is practically a mandatory condition to approach readings of a historical, social, political nature and philosophical, that are capable of giving greater substance to the contents and technical analyzes put into practice in the world of laws. Our writing is primarily based on consecrated works that deal with Italian history and, above all, those that focus on aspects that form Roman law. As a result of this approach, we were able to build a panoramic and very broad view of the socio-cultural paradigm that involves Italy and its sociological, philosophical and legal postulates.

KEYWORDS: History of Italy, Roman Law, Principiology

¹ Artigo derivado de Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário de Rio Preto – UNIRP (2018), por ocasião da Graduação no Curso de Bacharelado em Direito, escrito e defendido em banca de avaliação, sob a orientação do Prof. Wadi Atique. Do TCC, então, intitulado “O DIREITO ITALIANO: HISTÓRIA, INFLUÊNCIA E LEGADO”, originaram-se este homônimo e outro Artigo, intitulado “A MORAL E A ÉTICA ROMANA ASSIMILADA PELOS POSTULADOS JURÍDICOS”, incluso na Revista AKEDIA – Versões, Negligências e Outros Mundos, vol. 10, 2º sem. de 2020.

² Bacharel em Direito / UNIRP. Especializando em Direito Ambiental. Graduando em História. Bacharel em Ciências Biológicas pela UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto, IBILCE (2012).

³ Docente na Sociedade Rio-pretense de Ensino e Educação / UNIRP.

I. INTRODUÇÃO

O presente estudo se propõe a promover uma exposição sobre o Direito Italiano, no que aqui corresponde não tão somente ao Direito posto, mas ao legado e à herança sociocultural que a Itália, como expressão geográfica atemporal, propiciou e ainda fornece ao mundo, seja no âmbito estritamente jurídico, religioso ou interdisciplinar.

Neste sentido, o presente estudo objetiva abordar os princípios do Direito Romano e sua influência ainda viva e atuante na contemporaneidade. Justifica a realização de um trabalho como este, o fato de que é consenso entre os pensadores e operadores do Direito, que os costumes e princípios são importantíssimos como formadores das fontes de substância e de jurisprudência.

Assim, recuperamos conteúdos da lendária fundação de Roma até a realeza da Roma Monárquica. A partir deles, é que veremos que foram instaurados e ampliados os primeiros esboços dos princípios e costumes do povo romano, o qual deixaria talvez como o maior de seus legados o próprio Direito Romano.

Sem redundância, sabe-se que a Itália foi o berço para a germinação desses conceitos, bem como palco de inúmeras guerras e disputas que enriqueceram e diversificaram a cultura e o modo de vida dos italianos. O *Belpaese* é ainda hoje uma referência de cultura milenar, cujas raízes podem ser detectadas desde sua fundação.

Os sabinos⁴ influenciaram fortemente os costumes religiosos, enquanto que os etruscos⁵ se destacaram por serem muito singulares, especialmente se comparados aos demais povos itálicos, especialmente quanto ao idioma e a notável habilidade para as artes e o comércio.

Já, os romanos, eram o expoente dos sucessos e conquistas militares. No entanto, chega a ser surpreendente que nasça desta turbulenta e intensa contingência histórica e geográfica, a consolidação de uma primeira unidade cultural. Este *corpus* cultural, mesmo que incipiente, já é dotado de

⁴ Antigo povo itálico, habitantes da região do Lácio.

⁵ Idem.

costumes, princípios e leis. O aparato legal, por sua vez, é nitidamente influenciado pelos diferentes reinados e pela forma como os reis conduziram a civilização romana de outrora.

Trata-se, assim, de um estudo de grande importância para a História do Direito e para as origens dos atuais direitos, especialmente no tocante ao escopo do Direito Civil e Processual Civil. Conhecimentos desta natureza podem tornar o profissional muito mais do que apenas um operador do Direito, pois lhe conferirá robustez e ciência de quais razões e por quais motivos as aplicações do Direito são realizadas.

Para realizamos tal empreitada, empregamos a metodologia da revisão bibliográfica, precipuamente em suas línguas-mães e, no entanto, sem prejuízo das versões traduzidas quando não encontradas as originais.

Por conseguinte, este trabalho porta como resultado, um compilado de explicações, comparações, análises, questionamentos e exemplos que tornam mais evidentes as relações que entrecruzam um passado que brilhantemente persiste, ao mesmo tempo em que influencia e ensina.

II. HISTÓRIA DO DIREITO E DO POVO ROMANO

O Direito Romano é uma matriz. É o terreno que sustenta os Direitos do homem, desde Estados como a República Federativa do Brasil, como até o longínquo Império do Japão⁶. O próprio vocábulo "direito", por exemplo, provém do latim, idioma oficial da Roma Antiga, muito empregado no jargão científico contemporâneo e utilizado nos limites do Vaticano.

A origem dele, do Direito Romano, é rica e, partindo do latim mais modernizado, podemos elencar principalmente duas variantes linguísticas que a ele se vinculam: a) *De Directus*⁷, (conjugado como tempo passado de

⁶ Neste sentido, é de grande valia consultar obras como: “SHINJITAI: *Constituição do Japão*, 1947”. Nesta, se verifica, no corpo do referido diploma, influências do Direito Romano pulverizadas, especialmente a partir do capítulo III. Outra publicação valiosa é a de: “NISHITANI, Yuko. Introdução à História do Direito Japonês. *Revista Cadernos do Programa de Pós- Graduação em Direito*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003. p. 84”. Em ambas, podemos notar que a influência dos legados jurídicos de Roma é colossal.

⁷ HOUAISS Antonio, Villar, Mauro de Salles. *Houaiss, Dicionário de Língua Portuguesa*. Editora Objetiva, 2009, p. 690.

“dirigere”), o qual se refere a um conjunto de regras pré-estabelecidas a serem rigidamente seguidas; e, b) Aquela acepção donde se deriva a expressão “De Rectus”, por meio da qual se consagra a imagem da Deusa da Justiça segurando uma balança com um fiel, dizendo ao mundo que só haverá justiça (*Justitia*) quando a posição do fiel estiver na posição de “rectus”, isto é, perpendicular ao solo⁸.

Interessante ainda que se considere que vários vocábulos jurídicos usem o mesmo radical ou se norteiem pela expressão “Jus / lus / ou lvs”, que era a terminologia empregada primordialmente no latim clássico pelos romanos, exatamente para se referir precipuamente ao “Direito Objetivo”.

Quanto à divergência das três grafias, explica-se que, à época, havia uma confusão entre as letras “U” e “V”, com prevalência fonética daquela sobre esta. Ao que não se estranhe a letra “J” ser lida como “I”, vez que em vários dialetos da Itália atual ainda se mantém a regra, tal como em piemontês, e.g., o vocábulo “Juventus” (lido luventus, com *î*).

Da abrangência da própria etimologia de *Directum*, já é possível extrair uma primeira influência da pungente herança de Roma a partir da configuração da linguística românica. Sabe-se, portanto, que o latim influenciou e originou diversas outras línguas. É, por sua vez, o latim “*la pietra d'angolo*” (a pedra angular), pela qual se assentaram vários ramos linguísticos pela Europa e pelo mundo afora.

Se assim não fosse, restaria infundada a origem românica do italiano, do espanhol, do romeno e até mesmo do próprio português. Soma-se a isto, o fato de que o idioma de Roma se mesclou em outros Estados, influenciando-os fortemente, os quais vão do muito latinizado/originado francês até mesmo ao alemão, descaracterizando sobremaneira o latim.

Elenque-se, e.g., pois, algumas derivações principais de “directum”: em português, direito; em italiano, *diritto*⁹; em espanhol, *derecho*¹⁰; em francês, *droit*¹¹.

Assim, quando se considera como elemento constituinte de uma

⁸ Esta informação se faz referenciar em: “CRUZ, Sebastião. Jus Derectum (*Directum*). Coimbra, 1971. *Apud* FERRAZ Jr., T.S. *Introdução ao Estudo do Direito*. Atlas, 1988. p. 557”.

⁹ COLLINS, Willian *et al.* *Collins Italian Dictionary*. Harper, 2007, p. 53.

¹⁰ COLLINS, Willian *et al.* *Collins Spanish Dictionary*. Harper, 2006, p. 65.

¹¹ LAROUSSE. *Petit Dictionnaire de Français*. Larousse, 2004, p. 258.

sociedade o idioma, vê-se que o latim conquistou, reformou e atuou em diversas regiões, especialmente europeias, portando também elementos culturais: dos teatros e fanfarras de ruas, ao academicismo do Direito.

Mas, afinal, ao par desta construção de linguagem donde os direitos e garantias descendem, o que, então, se entenderia por Direito Romano? Matos Peixoto¹², em seu *Curso sobre Direito Romano* nos assegura que: "Conjunto de normas jurídicas que regeram o povo romano em várias épocas de sua História, desde as origens de Roma, até a morte de Justiniano, Imperador do Oriente, em 565 da Era Cristã", deram feição não apenas linguística ao Direito, mas, sobretudo, sociocultural.

Ao lado disso, o historiador Marrou¹³ afirma que surgia associadamente ao Direito Romano, uma nova forma de cultura. Neste átimo, amplia-se a perquirição de qual estirpe seria exatamente esse povo romano. A resposta se encontra nas raízes da própria origem de Roma, com as primeiras civilizações da *Lazio* (Lácio), com todos aqueles atingidos pela expansão do maior Império que a humanidade já fez face.

No entanto, o tratamento para com os cidadãos romanos seguia uma separação, nutrindo o privilégio de uns sobre a lamúria de outros. Ressalte-se que, para a acepção do conceito de povo romano, considerar-se-á aqui, o todo atingido pela cultura romana.

É o caso dos "Gaulois", que embora fizessem frente aos conquistadores romanos, acabaram sucumbindo ao poderio do Império. A antiga Gália, configurada hoje pelos franceses, era considerada o lar de povos bárbaros, com expoente no lendário Vergincetorix. No entanto, é factual o entendimento de que o povo francês (na própria Paris) bebeu das fontes de Roma. Não obstante à frase que confere a geminação das cidades: "Solo Parigi è degna di Roma; Solo Roma è degna di Parigi" – "Seule Paris est digne de Rome; Seule Rome est digne de Paris" (Só Paris é digna de Roma / Só Roma é digna de Paris).

Os romanos eram práticos. Quando traçado o paralelo com a

¹² Ver: PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano*. Tomo I: partes introdutórias e geral. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 03.

¹³ MARROU. As Escolas Romanas. In: *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Herder, 1966.

civilização grega, é ainda mais nítida a diferença da forma de lidar com as questões mais elementares da vida. O espírito grego perquiridor e racional propunha um antagonismo natural ao que se via na forma romana de se viver. Da Grécia surgiram pensadores de grandezas astronômicas, como Pitágoras, Euclides, Aristóteles, Sócrates, Platão, Heráclito, Parmênides, Demócrito e Arquimedes. Note-se que o Sul da Itália foi fortemente influenciado por gregos (antiga Magna Grécia). Inclusive o próprio Arquimedes nasceu em solo italiano, Siracusa, na Sicília. Assim, durante os primórdios das civilizações ocidentais, os grandes pensadores, ainda que nascidos na Itália (da expressão geográfica) eram gregos.

A título de curiosidade, o povo italiano é considerado altamente miscigenado. Os italianos do norte se apresentam com características mais próximas dos nórdicos, enquanto que, quando se ruma ao Sul, há a presença de caracteres mais gregos e mouros. Atualmente, devido à evolução natural da natureza humana, as diferenças vão diminuindo.

Mas, desta praticidade da península Itálica de outrora, pautavam-se fundamentalmente em três princípios, que são cruciais para o entendimento do Direito Romano. Giordani¹⁴, em sua excelente obra, os elenca com maestria. São eles: a Gravitas, a Pietas e a Simplicitas.

II.1. Gravitas

Trata-se substancialmente de uma virtude enaltecida pelo povo romano. Em sua literalidade, trata-se do termo que se traduz pela palavra "peso". Deriva-se também de *Gravitas* a extraordinária análise do inglês Sir Isaac Newton, quando enunciou as suas Leis da Gravidade.

Gravitas, portanto, é um estado atinente dos indivíduos enraizados em honra e renúncia em decorrência ao estrito dever moral. É possível associar o sentido de *Gravitas* ao contexto dos Estoicistas, ou ainda como elemento do qual os Epicuristas se despiram. É o que se remete a um ser de

¹⁴ GIORDANI, Mário Curtis. *Iniciação ao Direito Romano*. 3ª Edição, Editora Lumen Juris. 1996, p. 01.

compromisso e de seriedade¹⁵.

Nos costumes de Roma, associa-se o termo *Gravitas* ao autocontrole. Neste diapasão, ainda em tema de valores da sociedade romana, existe outra virtude associada à *Gravitas*, trata-se da *Constantia*¹⁶. Um termo que se projeta um pouco abstrato em um primeiro momento, no entanto, não são necessárias incisões tão cirúrgicas para que o pensamento atual consiga identificar *Constantia*. De forma intuitiva, remete-se ao termo em português "Constância". E a tradução pode ser assim definida. Pois, de fato, o romano deveria manter uma calma e serenidade constantes. Essa determinação e perseverança é ao que se referem os romanos com o termo *Constantia*.

Do cinema, pode-se extrair um pouco da condição romana de *Gravitas* e *Constantia*, ao observar o General Maximus Decimus Meridius, interpretado brilhantemente por Russel Crowe, no filme *Gladiador*. Ou ainda, dos contos do Cônsul Múcio Escévola¹⁷, em especial do rei etrusco Lars Porsenna.

II.2. Pietas

Uma virtude romana que permanece extremamente presente na sociedade italiana e na comunidade italiana e italo-fila de todo o planeta, é o sentimento de piedade, de compaixão.

Assim, literalmente traduzida, o palavra *Pietas* é lida como expressão do sentimento de "Piedade", em português. Aliás, de todas as línguas românicas, a mais próxima – por diversas razões, algumas bastante óbvias – é o italiano. Portanto, não é de se surpreender que *Pietas*, na língua do *Belpaese* se diga "Pietà".

Aos versados em arte, talvez se revolve a memória da estátua da "Pietà", do genial artista Michelangelo di Lodovico Buonarroti Simoni, localizada na Basílica de São Pedro, no Vaticano. Trata-se de uma estátua, considerada por esmagadora maioria, como sendo a mais famosa e bela de todos os tempos, em que se vê Cristo, morto, nos braços da Virgem Maria.

¹⁵ APPUZO, Michael L.J. M.D. *Gravitas, Severitas, Veritas, Virtus. Neurosurgery*. August, 2006 – volume 59 – issue 2, p. 219-221. doi: 10.1227/01.NEU.0000309836.57544.B0

¹⁶ WARD, A., Heichelheim, F., Yeo, C. *A History of the Roman People*. 4ª Ed. Nova Jérsei: Prentice Hall, 2003, p. 57-58.

¹⁷ TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita*. II.

Já se citou a importância da Itália para com o cenário mundial. Mas, desta simples referência a uma estátua, pode-se extrair pelo menos três gigantescas influências daquela cultura:

- a) A Arte. Inquestionável, basta que se venha à mente nomes como Leonardo da Vinci, o próprio Michelangelo Buonarroti e outros brilhantes artistas, de todas as formas de artes que a Itália trouxe ao mundo. Ingenuidade seria, que somente o Renascimento fosse palco desse florescimento constante.
- b) O Catolicismo Apostólico Romano. A Igreja mais poderosa do mundo, com maior número de fiéis, autônoma, de riqueza histórica, cultural e religiosa inestimável, de influência política imensa. O Bispo de Roma, o Papa, é uma das figuras mais poderosas do planeta. Tudo isso se consolidou com uma administração feita à Italiana. É inegável que também uma instituição de tão alto nível não desenvolvesse uma forma de Direito. E, assim se sucedeu: o Direito Canônico. Novamente, fortíssima é a presença do latim. Tanto que se origina aqui o denominado latim eclesiástico.
- c) *Pietà*. Agora, referida como a virtude romana. *Pietas*, para os romanos, pode ser entendida hoje como devoção. Além do possível corolário da própria etimologia, aponte-se para que essa devoção era um liame de compromisso sincero e puro. O romano incumbia-se no dever de prover, ser fiel e curar pela divindade e pela família¹⁸. *Pietà* era, então, um dever de moralidade e profundo respeito para com a família, a pátria e *Dio*. Trata-se de uma característica marcante do povo italiano: o nacionalismo (embora com divergências internas entre suas regiões), a devoção religiosa (em especial, o Catolicismo Romano) e o amor e entrega pela família.

Em uma sociedade que surgiu predominantemente de modo paternalista, a figura do homem era mais comumente utilizada para a referência dessas virtudes. Arrolavam-se nela também heróis que seriam os exemplos e modelos desta sociedade. No caso de *Pietas*, o herói mais relacionado para estampar essa virtude era Enéias, de Eneida¹⁹.

Vê-se também o senso de devoção à família se impor, inclusive em associações criminosas italianas. Especialmente as do Sul, em que há pelo menos três grandes grupos mafiosos. O código de ética da máfia italiana

¹⁸ ADKINS, L.&ADKINS, R. *Dictionary of Roman Religion*. New York: Oxford University Press, 2000, p. 180.

¹⁹ CÍCERO. *De Natura Deorum*.1.116.

enaltece o conceito de família. E é novamente, pelas mídias do cinema, na Clássica Saga "O Poderoso Chefão", Il Padrino, Don Vito Corleone, diz: "Um homem que não se dedica à família, jamais será um homem de verdade".

Quanto ao pensamento nacionalista italiano, não se pode enquadrá-lo tão somente num cenário romano, ou mesmo circunscreve-lo aos eventos das grandes conquistas. Viu-se Roma conquistar uma miríade de povos, com um exército muitíssimo estruturado e cujas estratégias são ainda referências para a organização militar dos dias atuais (assim como as estratégias políticas italianas, com ápice na obra de Niccolò di Bernardo dei Machiavelli).

O próprio Maquiavel, em o "O Príncipe", soube apontar aos "italianos" que sua grandeza seria de grande valia para evitar as investidas que a Velha Bota vinha sofrendo²⁰. E uma das virtudes de excelência do exército romano era a Disciplina, acompanhada de uma ideia de unidade.

Essa mesma unidade sofrera um impacto durante a evolução da história italiana, no entanto, a letra do Hino Nacional da Itália, o chamado "*Canto degli Italiani*" (Canto dos Italianos) ou "*Inno di Mameli*" (Hino de Mameli), é bem claro em sua primeira estrofe, senão, veja-se:

Fratelli d'Italia (1); L'Italia s'è desta (2); Dell'elmo di Scipio (3), S'è Cinta la Testa (4); Dov'è la Vittoria? (5); Le porga la Chioma (6); Che Schiava di Roma (7); Iddio la Creò (8). "Stringiamoci a Coorte (9), Siam' Pronti alla morte! L'Italia Chiamò! (10)"

Pode-se traduzir a primeira estrofe do "Inno di Mameli", como uma referência expressa à grandeza de Roma. Trata-se de exaltar um espírito nacionalista, clamando a grandeza romana e, nas estrofes subsequentes, se faz intensa alusão à união dos italianos.

E, para consolidar os propósitos de nossa investigação, é no último verso [Estamos prontos para a morte, a Itália chamou (10)] que vemos claramente a presença de *Pietas* (devoção à Pátria), de *Constantia* (Serenidade, ainda que com risco de morte), de Disciplina (pela formação implacável) e de *Gravitas* (como o dever moral pela Pátria, sobre a si

²⁰ MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Jardim dos Livros, 2008.

mesmo).

Ainda dentro das virtudes romanas que auxiliaram a formação do Direito Romano e que forneceu o arcabouço para um melhor entendimento do contexto em que florira o *Directum*, tem-se a *Simplicitas*.

II.3. Simplicitas

Nas palavras de Giordani²¹: a *Simplicitas* consiste em se valorizar "A qualidade do homem que vê claramente as coisas e as vê tais como são". Com essa definição de mestre, pode-se notar justamente aquela característica tão conspícua dos romanos: a praticidade.

Sabe-se que o olhar grego, já aqui mencionado, abriria um leque muito fértil aos estudos no campo da filosofia, sobre questões como: o que se vê? Como se vê? O olhar é condicionado?

Difícilmente um cientista social não seria tentado a especular os muitos vieses do assunto. De qualquer sorte, a "Apologia de Sócrates" é uma magnânima referência do pensamento grego sobre questões jurídicas²².

Importante que se ressalte ser a *Simplicitas* uma virtude, em que pese a análise de saber com clareza o que se vê. Advogaria por esse argumento, João Huss, que da chama clamara "*Sancta Simplicitas*"!²³.

Apoiando essa visão, pode-se associar o que os romanos intitularam "*Virtus*", ou seja, o juízo e idealismo do indivíduo para com o discernir a água do vinho, os bons dos maus. O certo do errado. É o que a Lógica talvez traria em seus ensinamentos: atribuir valor lógico a um evento.

Além dos três princípios já vistos, apontados anteriormente como fundantes do Direito Romano (cf. GIORDANI, 1996), de muita importância seria complementa-los com outros fundamentos difundidos no Direito Moderno. Assim, teríamos os conceitos de "Fides" (suscintamente, Fé e Lealdade); a "Dignitas" (ou Vida Digna); o "Mores Maiorum" (conjunto de hábitos e costumes); o "Honestere Vivere" (Viver Honestamente); o "Alterum non Laedere" (Não Lesar a Outrem); o "Suum Cuique Tribuere" (Atribuir a

²¹ GIORDANI, Mário Curtis. *Iniciação ao Direito Romano*. 3ª Ed. Editora Lumen Juris, 1996, p. 10.

²² PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. Nova Fronteira, 2017.

²³ PÖPPELMAN, Christa. *Dicionário de Máximas e Expressões em Latim*. Editora Escala. Traduzido por Ciro Mioranza, 2010, p. 113.

cada um o seu Direito)²⁴.

Finalmente, convém ressaltar, que a relevância dos princípios até aqui esboçados para o Direito Romano, para a ciência do Direito, em última análise, não tão somente dão conta do comportamento dos que lhes originaram, mas também do comportamento, dos hábitos, dos costumes dos povos que os aceitaram e até hoje os utilizam.

Não menos curioso é saber como teriam sido cunhados esses ideais. A origem da identidade do povo romano é absolutamente fundamental para o entendimento de toda a história do Império mais duradouro de todos os tempos, da história da Itália e do mundo, e especificamente para o Direito.

E isto é salutar, na medida em que os primórdios dos princípios romanos vieram justamente durante o primeiro período de Roma, a Monarquia. Visto que foi neste período que ocorreu uma grande mistura e enriquecimento de culturas e costumes que assinaram a identidade dos romanos, nascendo daí, também, os costumes, as leis e os princípios do Direito Romano, tal como influências que transbordaram a seara do Direito.

Logo, uma breve análise da realeza de Roma, cujas contribuições marcaram definitivamente os rumos da península itálica e das regiões proximais, mostra que pelo menos dois outros povos foram muito importantes para a fase inicial da fundação da cidade e mesmo após do Império Romano.

Esta mescla enriquecedora enaltece a vastíssima cultura dos povos mediterrâneos e abre as portas para o entendimento do tempo presente, seja pelo aspecto jurídico, religioso ou de qualquer outra área.

III. ROMA MONÁRQUICA: O INÍCIO DO DIREITO ROMANO

III.1. Origens das Instituições e Fontes da Roma Monárquica

Aos que já pisaram na cidade eterna e experimentaram o sistema de metrô Romano, talvez se recordem de uma das estações que recebe o nome de "Re di Roma", a qual assim se intitula, como uma homenagem que se faz

²⁴ WARD, A., Heichelheim, F., Yeo, C. *A History of the Roman People*. 4ª Ed. Nova Jérsei: Prentice Hall, 2003.

à memória dos Reis de Roma.

O marco da fundação de Roma é considerado datado por volta do ano de 754 a.C.²⁵. Inaugurando-se, assim, o período dos Reis de Roma. Ao todo foram sete reis: Rômulo, Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio o Prisco, Sérvio Túlio e Tarquínio o Soberbo.

Tito Lívio²⁵ narra que Rômulo, consoante a famosa lenda da fundação Romana, era filho de Rhea Silvia e gêmeo de Remo. Pelo lado paterno, Rômulo e Remo eram filhos do Deus Marte (Ares, para os Gregos).

Pela linhagem materna, descendiam de Enéias de Tróia que, fugindo da destruição da Ilha pelos gregos, buscou refúgio em outros locais do mediterrâneo, tais como a Macedônia, a Sicília e, finalmente, o Lácio²⁶.

Enéias casou-se com Lavínia, fundando, em homenagem à sua esposa, a cidade de Lavínia. Ascânio, filho e sucessor de Enéias, fundou Alba Longa, de forma que transferiu a sede do reino para esta cidade²⁷. Em aproximados quatrocentos anos, sucederam-se treze reis, sendo o último dessa linhagem, Numitor, pai de Rhea Silvia.

III.2. Numitor, a Loba e os gêmeos

Numitor sofreu um golpe de Estado, engendrado pelo próprio irmão, Amulius. Preso, Numitor nada pôde fazer para evitar a condenação de sua filha Rhea à castidade, pois, por óbvio, Amulius temia alguma vingança da possível prole de Numitor.

Eis que, ao compasso da famosa lenda, o próprio Marte, Deus romano da Guerra, fez-se pai de Rômulo e Remo. Ao saber do ocorrido, temeroso, Amulius ordenou que as crianças fossem jogadas às águas do Rio Tibre. E assim, o fez. Devido ao fluxo do Rio Tibre – de correnteza bem conhecida – os irmãos gêmeos foram depositados às suas margens. Uma loba as encontrou, amamentou e os criou até que um camponês conhecido como Fáustulo os avistasse. Nasce, então, da loba e dos irmãos gêmeos, um dos

²⁵ TITO LÍVIO, (27-25 a.C.). *Ab Urbe condita libri*. I.

²⁶ PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano*. Tomo I: partes introdutórias e geral. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 14.

²⁷ Idem.

símbolos mais conhecidos, não apenas na Itália, mas mundialmente²⁸.

Mary Beard em sua obra, explica que o termo Lupa, que o italiano herdou do latim como “loba”, também era designado para as mulheres que se entregavam à prostituição. Portanto, remanesce uma divisão de opiniões acerca desta citação de Tito Lívio, mesmo acerca de uma história lendária²⁹

Aos que desejam o deleite de ver o símbolo em escultura, é possível encontrá-lo em toda a Itália, especialmente próximo aos grandes e incontáveis monumentos e pontos turísticos da península italiana. A Galleria degli Uffizi, em Florença, os Museus Vaticanos e, em Roma, em vários locais, e.g., o Coliseu Romano.

Devido a uma discussão com a população, Remo acabou sendo denunciado ao rei Amúlio que, por conseguinte, o aprisionou. Rômulo, tomando ciência do ocorrido, sem prejuízo de como foram recebidos pela loba e Fáustulo, decidiu ir ao resgate do irmão e de seu avô, ainda preso, o Rei Numitor.

Rômulo liberta seu irmão e seu avô, assassinando Amúlio. Da liberdade de Numitor e Remo e do sangue jorrado do carrasco Amúlio, o avô de Rômulo concedeu o direito da construção de uma cidade às margens do Tibre, no monte Palatino.

Rômulo e Remo disputaram o trono da cidade. Remo acabou sendo assassinado pelo seu irmão – uma discussão histórica se inicia sobre as possíveis versões de como teria se dado esse episódio.

No entanto, Beard traz em sua obra as palavras de Horácio este episódio, como uma derradeira forma de exprimir um pouco sobre a “essência” dos romanos, algo que certamente influencia a elaboração e cunho de seus costumes e a Principiologia jurídica até hoje: “Amargo destino persegue os romanos, e o crime do assassinato de um irmão, desde que o inocente sangue de Remo foi derramado no chão para se tornar uma maldição dos seus descendentes” (Quintus Horatius Flaccus. In: BEARD, 2017, p. 67).

²⁸ Id. *Ibidem* op. Cit.

²⁹ BEARD, MARY. *SPQR: Uma História da Roma Antiga*. Editora Planeta, 2017, p. 55-62.

III.3. Rômulo, o primeiro Rei de Roma

Rômulo, vitorioso e legítimo detentor do direito ao trono, demarcou o Pomerium, local sagrado da nova cidade. O novo e primeiro Rei, Rômulo, batizou a cidade: Roma: nasce a cidade eterna.

Outro povo habitante da península itálica, os Sabinos, declarou guerra contra os romanos. Ocorre que, numa tentativa frustrada de Rômulo desposar alguma mulher Sabina, o Rei de Roma decidiu, então, armar uma emboscada.

Segundo os historiadores Lívio e Plutarco, Rômulo propôs um festival para Netuno Equestre, convidando os povos vizinhos, tais como os Antemnos, os Crustumerinos, os Cenicenses e os Sabinos. Durante o festival, Rômulo ordenou aos romanos para que raptassem as mulheres sabinas³⁰.

Este é outro episódio bastante debatido acerca do ocorrido após o sequestro das mulheres. O primeiro deles é se de fato teriam sido somente mulheres Sabinas. As mulheres teriam sido estupradas e/ou molestadas por qualquer violência? A primeira união entre o primeiro Rei de Roma teria sido realizada pela força? Beard aponta a hipótese do estupro, enquanto que os historiadores antigos que divulgaram a lenda refutaram qualquer violência (BEARD, 2017, p. 61).

Deste evento, naturalmente, houve resposta por parte dos povos conquistados. O primeiro dos povos a iniciar uma guerra contra os romanos foram os Cenicenses, os quais foram derrotados facilmente. Também sucumbiram diante de Roma os Antemnos e Crustumerinos.

Tito Tácio, Rei dos Sabinos, invade Roma, com um poder bélico superior aos povos supramencionados, os teriam sido abatidos pelos romanos. Uma traidora de Roma, chamada Tarpeia, facilitou a entrada dos Sabinos dentro do território romano. A traidora foi executada pelos próprios conterrâneos e arremessada no local outrora denominado Rocha de Tarpeia.

³⁰ PLUTARCO. Vida de Rômulo. TITO LÍVIO, *Ad Urbe Condita*.

Para Marcus Terentius Varro³¹, a Rocha de Tarpeia, uma das sete colinas da Città Eterna, era o antigo nome do Monte Capitolino.

Com a deslealdade de Tarpeia, os Sabinos ocuparam Capitólio, sob o comando de Meto Cúrcio. Hosto Hostílio, que liderava as tropas capitolinas, fora assassinado pelos Sabinos, os quais forçaram os Romanos ao recuo frente ao Palatino. Rômulo, então, promete ao Deus Júpiter Estator, um templo, ao compasso da contra investida romana.

Os romanos começaram a inverter a situação, chegando Meto a fugir de batalha para não ser aniquilado. Eis que as mulheres Sabinas agiram como mediadoras, verdadeiras diplomatas, interferindo na batalha com tamanha eficácia que nesse ínterim, Romanos e Sabinos decidiram se aliar: Rômulo, Rei de Roma e Tito Tácio, Rei da Sabínia.

A unificação centralizou o poder em Roma, com Rômulo e Tito Tácio governando concomitantemente. Os Sabinos passaram a ocupar a região do Capitólio. Tito Tácio morreria cinco anos após a unificação, deixando um Rei soberano, Rômulo.

Rômulo foi o responsável pela criação do *Senatus*, cujos representantes eram escolhidos de acordo com a idoneidade e avançada experiência, além da opinião das cúrias romanas.

Uma cúria romana era uma subsecção das tribos que lhe constituía. Três eram as tribos: os Ramnes de Rômulo, os Tities de Tito Tácio e os Luceres de, provavelmente Lucerus, o Etrusco (PEIXOTO, 1997, p. 14).

Os Sabinos e os Romanos ainda se desentenderiam por mais vezes ao longo da história. Há, realmente, um destaque para os Sabinos nessa Roma Monárquica. Não se pode olvidar que outros povos além dos Sabinos, dos Romanos, dos Custrumerinos, dos Cenicensens e dos Antemnos: existiram na península itálica, e sem muito esforço para mostrá-los: os etruscos. Contudo, em decorrência da participação dos Sabinos na constituição da Roma Antiga, faz-se mister conhecer um pouco mais sobre o povo da Sabínia.

³¹ VARRÃO, Marco Terêncio (século I a.C.). *De lingua latina*. VI, 23.

III.4. Os Sabinos

Os Sabinos habitavam a região central da atual Itália e, juntamente a outros povos, como os Marsos, incluídos num conjunto maior, denominado Sabélios.

Grandes historiadores divergiram sobre a origem dos Sabinos. Enquanto Plutarco considerava a região da Grécia como originária, Dionísio de Halicarnasso³² e Terentius Varro³³ defendiam a origem na própria península.

Os Sabinos se destacavam por apresentar ricos artefatos e relíquias arqueológicas de ouro e metais que valorizavam bastante. Conforme já visto, Tarpeia traiu os romanos facilitando a entrada sabina no Capitólio. Essa entrada teria sido em troca justamente de ouros e joias de valor.

No entanto, outro fator bastante recordado por Plutarco³⁴ era a tendência belicosa dos Sabinos, assim como dos Romanos. Para o historiador, os Sabinos seriam descendentes de outro povo guerreiro, a saber, os Lacedemônios, da Lacônia, na região do Peloponeso, com capital em Esparta.

Tito Lívio menciona a possibilidade do costume dos Romanos de dar ao nascituro um nome e um sobrenome que tenha sido proveniente da cultura Sabina, principalmente devido ao fato de que o segundo Rei de Roma era um Sabino: Numa Pompílio, de Cures, a referida antiga capital dos Sabinos.

III.5. Numa Pompílio

Numa Pompílio foi nomeado o segundo Rei de Roma. Com a morte de Rômulo, viviam em terras romanas os dois povos unificados que, por razões políticas e diplomáticas, julgaram justo que o sucessor de Rômulo fosse de origem Sabina. Por conseguinte, buscaram tal homem, que deveria, consoante a sólida fama de moralidade dos Sabinos, ser um indivíduo de

³² TITO LÍVIO. *História de Roma*. I.

³³ DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Antiguidades Romana*. I. 11 e 14, II, 49.

³⁴ PLUTARCO. *Vidas Paralelas Rômulo*. XV.

respeito, princípios e valores éticos conspícuos³⁵.

De Cures, Numa Pompílio assume o reinado de Roma. De natureza oposta ao seu antecessor, Rômulo, Numa se destacou por ser um rei pacífico, justo, religioso, sábio e com, por que não, um mais aflorado senso de justiça e igualdade³⁶.

Numa Pompílio pode ser considerado, aos moldes de sua época, um rei bastante filantropo, vez que se preocupou com a condição dos escravos. Dentre as melhorias promovidas diretamente na vida destes, Numa autorizou que os escravos, assim como os seus patrões participassem do banquete festivo da Saturnalia, evento realizado em homenagem ao Deus Saturno.

O Deus Jano, responsável pelo início e pelas alterações (ideia cíclica de renovação) foi presenteado por Numa Pompílio com um templo e pela inclusão de um mês ao calendário, Janeiro. O mês de Fevereiro também foi incluído, vez que o ano se iniciava em Março, de Marte (Deus da Guerra). A religiosidade de Pompílio era tamanha, que por meio de consultas “espirituais” de Egéria, a Ninfa, analisava quais dias do ano eram ou não dias bons. Nos dias ditos ruins, havia proibições sobre certos atos da vida cível, tal como hoje a definimos³⁷.

Durante o reinado de Numa Pompílio, era estritamente proibido qualquer representação por imagens dos Deuses. A convicção do segundo Rei de Roma era de que seria uma afronta gravíssima tentar representar por mãos humanas as divindades.

Neste átimo, é interessante que uma observação bastante pertinente seja promovida. Vê-se, pela lenda de Rômulo e Remo, que os irmãos gêmeos foram lançados ao rio. Para os versados e também para os que tenham a mínima instrução teológica cristã, é natural que se desponte a imagem de um cesto, aos sabores da deriva, do menino Moisés. A razão do despejo às águas é mutuamente semelhante, ambos os Reis temiam por seus tronos e ambos acabaram destituídos.

Há também a questão da representação das imagens, proibidas por grande parte do Credo Cristão e por Numa Pompílio. Destarte, ao curioso e

³⁵ PLUTARCO. *A Vida de Numa Pompilio*. p. III. 4

³⁶ Idem. P. III. 3

³⁷ TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita Libri*. p. I. 19.

perquiridor resta refletir: há alguma influência na elaboração dos textos? Há uma coerência, aos moldes da convergência da coletividade em determinadas ações, reiteradas em uma dada época? O comportamento dos Romanos, assim como dos Egípcios em tela, seria da mesma verve?

Numa Pompílio também criou o instituto das Virgens Vestais, que zelavam pelo fogo sagrado. Criou, também, o Colégio dos Pontífices, pelo qual a vida pública e privada deveria ser alinhada aos preceitos religiosos. Instituiu os Sacerdotes Sálios, que determinavam a separação dos tempos de paz e guerra no calendário, em que o período de guerra estava entre Março e Outubro³⁸.

Com Numa Pompílio, surgiu o Colegiado dos Feciais, que cuidavam de conflitos vizinhos e guerras, sempre em última *ratio*. O Colégio em questão atuava, por assim dizer, de forma diplomática, enquanto os Pontífices possuíam a essência da Magistratura, justamente pela avaliação e pelo julgamento dos atos públicos e privados³⁹.

O mais pacífico e religioso dos reis de Roma era nascido, como já dito, em Cures, em Fara in Sabina, comuna italiana da região do Lácio. O ilustre José Peixoto menciona que os habitantes de Roma, desde a unificação Sabino-Romana, eram chamados de quirites, em provável homenagem à Cures⁴⁰.

Ainda, dentro da grandeza de Roma, o Janículo, local de onde se pode ter uma panorâmica da cidade, foi onde os quirites ofereceram um mausoléu para Numa Pompílio, um rei que, entre dois povos de natureza belicosa, reinou pela paz. Dentre suas filhas, há, em especial, uma que merece destaque: Pompília.

Pompília desposara Marcio, trazendo ao mundo Anco Marcio. O marido de Pompília seria derrotado na disputa ao trono por Tulo Hostílio, o sucessor de Numa.

³⁸ PLUTARCO. *A Vida de Numa Pompílio*. P IX. 5.

³⁹ PLUTARCO. *A Vida de Numa Pompílio*. P. IX 1-4.

⁴⁰ PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano*. Tomo I: partes introdutórias e geral. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 15.

III.6. Tulo Hostílio

O reinado de Tulo foi incisivamente marcado por guerras, dentre as quais, uma contra Alba Longa. Uma guerra que terminou com a conquista dos Romanos sobre os Albaneses. O rei, diferentemente de Numa Pompílio, mas muito semelhante ao pioneiro Rômulo, promovia diversas guerras e conflitos, inclusive contra os povos de Veios e Fidene. Por trinta e dois anos, guerreou contra os Sabinos.

A eleição de Tulo Hostílio como rei de Roma se deu por duas razões: era um Romano, vez que sucederia a um Sabino. E, seu avô, Osto Hostílio, lutara ao lado de Rômulo, exatamente contra os Sabinos⁴¹.

Extremo oposto de Numa, Tulo Hostílio não se dedicava às adorações religiosas, tampouco se preocupava com isso. Acredita-se, assim, que, por castigo divino, tenha sido fulminado por um raio.

Devido à religiosidade dos povos do antigo Lácio (Lazio), e não seria exceção, a urbe de Roma, os quirites entenderam a morte de Tulo Hostílio como um sinal de que o próximo rei deveria ser melhor, tal como fora Numa Pompílio. A Era de paz de Numa se findara com Tulo e, para agravar, o terceiro rei Romano gerou um conflito com os Sabinos⁴².

Durante a guerra Sabino-Romana do período de Tulo Hostílio, os Sabinos sofreram muitas perdas. Os Romanos já se firmavam como um povo belicamente mais desenvolvido. A causa da guerra teria sido que romanos teriam sido aprisionados no lado Sabino da cidade, e vice-versa.

Buscando amenizar a situação, buscaram a outro rei de sabedoria. Logo, ninguém melhor do que o próprio neto de Numa Pompílio para assumir, Anco Márcio.

III.7. Anco Marcio, o último dos sabinos

Anco Márcio foi, então, o quarto rei de Roma. Seu reinado também esteve tecido de pontos positivos. Além de promover relações de paz, apreço

⁴¹ PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano*. Tomo I: partes introdutórias e geral. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 15.

⁴² GILBERT, John (1978). *Mitos e lendas da Roma Antiga*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, p. 72.

pela religiosidade e preocupação pela qualidade de vida dos seus súditos, Anco também iniciou obras da esfera das engenharias sobre as águas.

Enquanto até agora as obras de engenharia e arquitetura se voltavam para a construção de templos e semelhantes, com Anco Márcio uma positiva inovação pôde ser adicionada ao rol da cidade.

Anco construiu o Porto de Óstia⁴³ e a famosa Ponte Sublício (Ponte de Aventino) sobre o Rio Tibre, ligando a Piazza Dell'Emporio até a Piazza Di Porta Portese. A ponte era construída em madeira, sobre estacas de mesmo material. Promoveu o desenvolvimento da agricultura e construção de aquedutos.

A única guerra em que Anco Márcio se envolveu foi contra a invasão dos Latinos, os quais, derrotados, foram incorporados ao território romano.

Os quatro primeiros reis de Roma foram provenientes da etnia romana, Rômulo e Tulo Hostílio, e Sabina, Numa Pompílio e Anco Márcio. O sucessor de Anco, no entanto, era um rei de um povo também muito influente na península itálica, os Etruscos.

III.8. Os Etruscos

O povo etrusco também merece um posto especial nos livros de História. Trata-se de uma civilização originária da atual Toscana, Itália. Um povo de características bastante orientalizadas, o que divide os historiadores acerca da formação da etnia etrusca. No entanto, é cediço que se tratava de um povo muito desenvolvido aos padrões de então, com uma cultura definida, a qual, infelizmente, se extinguiu.

A outrora Etrúria se expandiu. Muitas cidades foram fundadas e tomadas pelo movimento expansionista dos Etruscos, e. g., Veios e Tarquínia. É muito importante frisar que os Etruscos eram povos muito habilidosos na arte da guerra, de forma que a ampliação de seu território serviu de plena prova, e que suas habilidades no comércio e artesanatos

⁴³ Idem.

eram exponenciais⁴⁴.

Romanos e Sabinos, até o momento, mostraram-se os mais capazes nos quesitos bélicos, contudo, o povo etrusco realmente se uniria ao seleto grupo de potências do território da bota. Cidades inteiras foram tomadas e destruídas pelos Romanos (vide Alba Longa)⁴⁵. Os Sabinos ofereceram grande resistência, mas novamente os romanos saíram vitoriosos. Os Etruscos também fracassaram contra o povo de Roma.

Algumas peculiaridades do povo etrusco são bastante notáveis dentro do panorama traçado das civilizações itálicas de então. Também conhecidos como Tirrenos, possuíam sofisticadas técnicas para a elaboração de esculturas, artefatos e joias, com materiais variados: pedras, metais, inclusive o ouro⁴⁶.

Diferenciavam-se de todas as demais civilizações itálicas pelo seu idioma único⁴⁷, o que ainda confunde os sistematas quanto a sua classificação no tronco indo-europeu. Suas vestimentas também se apresentavam com peças diferentes, tais como os lenços e as túnicas.

A religiosidade também poderia ser considerada como muito influente, pois os Etruscos eram muito preocupados com a destinação do cadáver, seja pelo zelo ao corpo ou pela própria cremação. Em contramão dos Gregos e Romanos, os Etruscos evidenciavam as mulheres – já esculpidas e registradas com uma anatomia mais próxima dos egípcios – em nível de igualdade para com os homens⁴⁸.

Aparentemente isso não era bem visto aos olhos da maioria dos povos, o que incitou o rótulo da promiscuidade aos tirrenos, onde mulheres detinham direitos tais como os homens e podiam participar até mesmo de festas e banquetes.

Mas, o mais interessante dos atributos dos Etruscos, era justamente o fato de que, como bons comerciantes, carregavam os dotes do

⁴⁴ DOWDING, JANKA. The Elusive Etruscans: The Quest for the Origins of the Etruscan Civilization. – *Hirundo – The McGill Journal of Classical Studies*, 2006-2007, v. 31-36.

⁴⁵ BARTOLONO, GILDA. *The Villanovan Culture: at the beginning of Etruscan history*. In: Turfa, Jean MacIntosh (ed.). *The Etruscan World*. Routledge, 2014, p. 79-98.

⁴⁶ Idem.

⁴⁷ HUNTSMAN, Theresa. *Etruscan Language and Inscriptions*. In: The Metropolitan Museum of Art. *Heilbrunn Timeline of Art History*, 2000.

⁴⁸ CARTWRIGHT, MARK. Etruscan Society. *Ancient History Encyclopedia*. Acesso em: 14/02/2017.

convencimento. Por vias deste ofício, e de casamentos entre as famílias mais abastadas da Etrúria e Roma, os tirrenos se instalaram na urbe de Rômulo.

Um etrusco de nome Lucumo, quando em Roma: Lucius Tarquinius, de família muito rica, convenceu os Romanos de que deveria ser o novo rei, apelando pela imaturidade dos candidatos (filhos de pouca idade de Anco Márcio) e pelo seu histórico de riqueza.

III.9. A Dinastia Tarquínia: Tarquínio Prisco, o primeiro Etrusco

O quinto rei de Roma foi, então, Tarquínio Prisco, o qual prosseguiu com as conquistas e submissões de novas tribos, bem como importou consigo a religiosidade e crenças dos Etruscos para o povo Romano. Casou-se com Tanaquil, ventilou as tradições de sua origem, construiu templos de adoração, tal como o de Júpiter, levantou também o Circo Máximo, para o provimento dos jogos, continuou a fortalecer o Senado e construiu uma elaborada rede de esgotos, conhecida como Cloaca Máxima⁴⁹.

O primogênito de Anco Márcio, sentindo-se traído pela postura de Tarquínio Prisco, ao se apossar de seu trono legítimo, elaborou uma emboscada pela qual o primeiro rei etrusco de Roma fora assassinado.

Todavia, sem sucesso. Tanaquil, viúva de Tarquínio Prisco fez jus ao sangue etrusco e, com uma manobra de mestra, frustrou os filhos de Anco Márcio e promoveu a linhagem Tarquínia.

Tanaquil, ao perceber das intenções dos filhos de Anco, em especial, o filho de mais idade, em ocorrendo o assassinato do marido, mentiu para o povo romano de que o rei Tarquínio adoecera, de forma que por ordem da realeza haveria um substituto às suas atividades, até que sua doença e convalescença findassem.

O suposto substituto real era filho de Tarquínio com outra mulher, que realizava serviços para o rei. Tanaquil, assim, assegurava o sangue da Dinastia Tarquínia, por meio desta criança. De origem humilde, cujo nome era Sérvio Túlio⁵⁰, veio a continuação dinástica.

⁴⁹ DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Das Antiguidades Romanas*. III, 49.1.

⁵⁰ GILBERT, John. *Mitos e lendas da Roma Antiga*. 2ªed. São Paulo: Melhoramentos, 1978, p. 72.

III.10. Sérvio Túlio

Poucos dias após Sérvio Túlio assumir o reino de Roma, Tanaquil declarou a morte de Tarquínio Prisco, dando legitimidade a Sérvio Túlio ser o sexto rei de Roma, sendo o segundo etrusco. Para garantir a Dinastia Tarquínia, a filha de Prisco com Tanaquil, foi dada em casamento ao rei Sérvio Túlio, de forma que a população de então cria fortemente na versão contada por Tanaquil. Novamente, verifica-se a habilidade dos tirrenos na arte do convencimento.

O reinado de Sérvio Túlio abrigou algumas reformas significativas. Inicialmente, a construção das primeiras muralhas de Roma, a famosa Muralha Serviana. Muito irônico e interessante o fato de que as muralhas são reconhecidamente consideradas como formas de proteção e isolamento e, atualmente, boa parte da Muralha Serviana deu lugar a uma estação ferroviária de Roma, cuja principal função é justamente propiciar o transporte e acesso entre as pessoas. O nome da estação é Roma Termini, uma das maiores da Europa.

Reformulou a divisão das tribos romanas, de sorte que passaram a existir quatro tribos na urbe: Palatina, Esquilina, Suburana e Colina. Em termos de estratificação social, o critério para a criação das classes foi a renda. Os patrícios foram fortalecidos, enquanto que os plebeus também adquiriram direitos, como acesso às forças militares⁵¹.

Cretella ensina que Sérvio forneceu também o direito de comércio aos plebeus. Ocorre que se todos recolhiam impostos, era justo que todos pudessem assim girar o dinheiro pelas vias do comércio. Foi assim uma reforma financeira, além de militar⁵².

Como era de esperar dos Etruscos, houve ampliação do comércio romano. Além disso, enquanto os patrícios faziam as leis por meio da Cúria, agora os plebeus adquiriram também o direito da feitura das leis, no entanto, por meio da Centúria.

O primeiro recenseamento documentado na história se deu por Sérvio

⁵¹ Idem, p. 81.

⁵² CRETELLA, JÚNIOR. *Curso de Direito Romano* – O direito romano e o direito civil brasileiro. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 35.

Túlio.

Sérvio foi assassinado por seu genro, que se casara primeiro com a filha mais velha e, quando do homicídio, com a mais nova, Túlia Minor. Era também um Etrusco e da linhagem de seu antecessor, seu nome: Tarquínio Soberbo.

III.11. Tarquínio Soberbo

Tarquínio Soberbo foi um déspota, segundo Tito Lívio. Centralizando todo o poder em suas mãos, o que fez de melhor para os Romanos foi ampliar, terminar e levantar novas construções. Não é de se surpreender, vez que Soberbo degolou o próprio sogro e não via nisso talvez nada além de “o fim justifica os meios”.

Com o pior reinado da Roma monárquica, perdendo guerras – algo incomum para seu povo – e sendo autor de diversos escândalos, não demorou muito para que os patrícios derrubassem seu trono.

Ocorre que através de uma aliança entre famílias patrícias de destaque, Soberbo foi deposto. Findara-se também, assim, o período monárquico de Roma, nascendo, em suma, a República.

III.12. Da Religiosidade

Verificou-se que, dentre todos os povos que contribuíram para a formação de Roma, foram os Sabinos os que forneceram reis que se ativaram mais para o desenvolvimento das crenças e das adorações religiosas.

Numa Pompílio e Anco Marcio foram reis conhecidos pela elevada sabedoria e também pelo grande zelo para com as questões da religiosidade primitiva. Assim, vemos contribuições diretas deste legado da realeza Sabina para com o Catolicismo Apostólico Romano, incluindo o Código de Direito Canônico, além também de contribuições que nutriram o Direito de forma geral.

Foi com Numa que se cunhou a ideia de Pontífice, a qual perdura até os atuais dias. Aquele indivíduo dotado de profunda moralidade e

religiosidade é que seria também a melhor opção para conectar o mundo material com aquele que lhe sobrepõe. Uma espécie de julgador e ao mesmo tempo porta-voz dos Deuses. Conforme já mencionado, os atos da vida pública e privada eram julgados por esses “magistrados”.

Muito importante salientar que esses Pontífices deveriam sempre considerar em seus julgamentos a religião. O peso que essa consideração exerce é assombrosamente grande: de seu surgimento, milênios após, ainda persiste. Para corroborar esse legado da realeza romana, verifica-se que existe, na Igreja Católica Apostólica Romana, uma hierarquia muito rígida.

Os Leigos – *Laos Theon* – são a base da pirâmide, seguido do Diaconato. Estes últimos, além de celibatários, são temporários ou, podem se tornar permanentes. Trata-se do único cargo da *Ecclesia Romana* que admite o matrimônio. No entanto, quando nomeado Diácono da Igreja de Roma, sendo solteiro, estará proibido de se casar.

Acima do Diaconato, seguem as ordens celibatárias: Presbiterato (vigários, padres), Bispado (Diocesano, Titular), Arcebispado, Patriarcado, Cardinalato e Papado.

O Papa, líder máximo da Igreja Católica Apostólica Romana, também conhecido como o Bispo de Roma, é o Sumo Pontífice. Apoiado pela Infallibilidade Papal, do Concílio Vaticano I, para o Catolicismo Romano, é o líder supremo e representante de Cristo, detentor das Chaves de Pedro Apóstolo na Terra.

Dessa maneira, concentrou durante séculos um poder que deixou reis de joelhos. Atritos surgiram durante a História, sejam conflitos internos dentro da própria instituição ou pelo choque contra o poder Temporal. Ocorre que a figura mais recente do Vigário de Cristo perdeu a força política que tinha, restringindo-se na esfera espiritual, de forma a também enfrentar o crescimento do Protestantismo e outras religiões dissidentes.

Mas, o válido, é que a essência e origem da figura Papal é aquela proposta por Numa Pompílio. O caráter de dualismo entre o poder religioso e o temporal, a cruz e a espada estiveram por muito tempo nas mãos do Bispo de Roma. Tanto é que o símbolo das duas chaves da Igreja representa exatamente isso: a chave prata, o poder temporal e a chave dourada, o poder

espiritual ou religioso.

Uma visão que fora instituída como uma lei gerou também um costume desde os povos antigos sob essa égide. Eis aí uma influência direta da realeza de Roma para com a Igreja Católica Apostólica Romana e, conseqüentemente, no Direito Canônico.

Outra característica bastante interessante que pode ter influenciado a principal religião da Itália se iniciou com as Virgens Vestais. Essas virgens eram sacerdotisas da Deusa Vesta. Em, assim sendo, deveriam buscar os atributos de Vesta. Logo, a virgindade era fundamental e deveria ser seguida à risca, sob pena de morte, caso houvesse mácula.

O fogo sagrado da cidade restava sob seus cuidados, devido ao fato de serem as Virgens Vestais puras. O fogo era também símbolo de algo imaculado e puro. A analogia em tela é justamente da associação da ideia da pureza pela Virgindade, tal como a Virgem Maria, a virgindade exigida pelos votos de castidade das Freiras, a visão da Igreja sobre a virgindade e o matrimônio.

Por evidente que a moralidade de um determinado povo constitui uma relação biunívoca com a(s) religião(ões) da mesma nação. Assim, analisando as crenças religiosas, abre-se a possibilidade de inferir determinados dados sobre a moralidade daquela nação.

Tratava-se de um povo bastante heterogêneo quando considerados pelas características físicas e culturais, mas que, ao longo da evolução romana, acabaram criando certa identidade. Pois se viu que havia ali muito de militarismo e também de uma moralidade arraigada em preceitos religiosos.

Assim, numa observação ainda bastante precoce, torna-se muito difícil traçar um padrão ou perfil daquela civilização, aos moldes do embate Epicuristas x Estoicistas. No entanto, a praticidade da cultura romana já produzia efeitos. Esses efeitos perduraram, tal como a reza das missas em Latim, de forma que a grande maioria dos ouvintes sequer conseguia entender o mais básico do idioma. Algo que primava pela liturgia e ritualística acima de qualquer reflexão mais profunda. Esses efeitos práticos serão observados também dentro da elaboração e aplicação das leis, de uma

maneira bastante literal. Os costumes, então, passam a ter seu primeiro ponto de partida – a busca pela eficiência, sem muitos questionamentos, e seu ponto de referência – o resultado prático, aplicado.

Verifique-se, pois, um exemplo de leis formuladas pelos povos itálicos da Idade Antiga.

II.13. *Ivs Civile Papirianvm*

Bastante debatido sobre em qual momento histórico o *Jus Civile Papirianum* teria sido apresentado por um Pontífice, o chamado Sexto Papírio. Esse documento consistia em um conjunto de leis que eram mais atinentes aos preceitos e costumes religiosos do que se pensar em Direito Romano. Pompônio foi bastante claro⁵³:

Depois de certo modo crescida a civitas, conta-se que o próprio Rômulo dividiu a civitas em trinta partes, as quais denominou cúrias, pelo fato de que naquele tempo ele administrava a Res-pública, por meio do sufrágio de suas partes. E, assim, certas leis curiata,s ele próprio deu ao povo: deram-nas também os reis seguintes. Todas elas permanecem escritas no livro de Sexto Papírio, um dos principais varões, o qual viveu no tempo de Soberbo, o filho de Demarato de Coríntio. Este livro, como dissemos, chama-se *ius civile Papirianum*, não porque Papírio tenha acrescentado ali algo de seu, mas porque colecionou em um livro as leis proferidas sem ordem.

O que se discute é se tal documento teria sido emitido ainda no período da Roma Monárquica. Contudo, Peixoto⁵⁴ traz dois exemplos de leis, que demonstram a mentalidade dos Romanos de então, foram criadas durante o reinado de Rômulo, pelo próprio fundador da urbe eterna.

Uma lei se tratava do poder do pai (Pater) decidir sobre a vida de sua prole. O genitor detinha o direito de retirar a vida dos próprios filhos. Pode-se observar que as civilizações primitivas não se apegavam tanto aos filhos como atualmente. Em Esparta, crianças que apresentavam alguma

⁵³ DA SILVA, Claudio Henrique Ribeiro. *Direito Romano Arcaico Parte III*. O Direito Secreto, p. 02.

⁵⁴ PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano*. Tomo I: partes introdutórias e geral. Rio de Janeiro: Renovar, 1997, p. 26.

deficiência, eram eliminadas. O que realmente importava era o papel daquele futuro espartano na sociedade, principalmente em questões militares.

Há ainda a postura de eliminação de crianças, condição em que reis, faraós e líderes de então dispunham para proteger o trono de alguma ameaça. Extrapolando, *coeteris paribus*, se havia para alguns o direito de decidir sobre a vida dos próprios filhos, não soa estranho que um rei, soberano pudesse proferir o destino sobre a vida de todos de seu reino.

Vê-se também em mais de uma fonte, seja histórica ou teológica, assassinatos, genocídios, homicídios, traições, incestos, orgias, infanticídios, troca de favores, alianças de fachadas, guerras, conquistas entre tribos, submissões, instabilidade e atonicidade da formação dos povos e tribos e destaque para a figura masculina.

Neste palco, percebe-se que as cortinas se fecham, abrem-se, e o espetáculo segue o mesmo roteiro; mudam-se os atores, os diretores, o figurino, mas o roteiro sofre mudanças numa lentidão tristemente elevada.

A segunda lei de Rômulo proibia aos patronos e clientes de se acusarem mutuamente, sob pena da danação aos Deuses do Inferno. Já, a Virgem Vestal que perdesse sua pureza, seria enterrada viva.

Os Romanos, conta o professor Ribeiro da Silva, passaram por um breve período em que a escrita era considerada como algo ruim para a memória. Essa perspectiva se dá pelo fato talvez de que o exercício da memória seria afrouxado, vez que esta memória estaria externada num documento escrito.

Entretanto, não demorou para que se começasse a escrever aquele conjunto de regras bastante relacionadas com costumes e ideais religiosos. Como medida paramétrica, a civilização do Egito Antigo, dentre outras, possuíam os escribas para desempenhar tal função.

Ainda de acordo com o professor Ribeiro, um marco inicial para o Direito Romano seria o *Ius Flavianum*, posto que o Direito era algo restrito a um conjunto elitista, detentores desses conhecimentos, geralmente sacerdotes, restando aos demais apenas o recebimento dessas aplicações. Pompônio, *in verbis*:

Postea cum Appius Claudius proposuisset et ad formam redegisset has actiones, Gnaeus Flavius scriba eius libertini filius subreptum librum populo trdidit, et adeo gratum fuit id munus populo, ut tribunus plebis fieret et senator et aedilis curulis. Hic líber, qui actiones continent, appellatur ius civile Flavianum, sicut ille ius civile Papirianum: nam nec Gnaeus Flavius de sua quicquam adiecit libro.

O excerto menciona que Ápio Cláudio furtivamente levou ao povo o *Ius Flavianum*, ganhando bastante reconhecimento deste. O texto foi portado de forma intacta e integral, pela qual nada adicionou Ápio ao conteúdo⁵⁵.

Com a destituição de Tarquínio Soberbo e a extinção da realeza, com a república nasceram novos institutos formais, bem como houve um grande impulso para a o desenvolvimento jurídico.

Surgiu a figura do Pretor. Trava-se de um magistrado que iria lidar com as questões de matéria cível, enquanto que o rex sacrorum era um rei religioso e o pontifex maximus lideraria o Colegiado dos Pontífices. A partir deste momento, a História de Roma segue com a República e Império, cultivando a semente do Direito Romano.

III.14. O Direito Romano atemporal

Diferentemente do legado jurídico de outras culturas que coexistiram com a Roma Antiga, o Direito Romano sobreviveu através dos milênios sofrendo relativamente poucas alterações, de forma que em muitos institutos continua intacto. A língua latina continua sendo a referência para as expressões de Direito e comete grande falha aquele que lhe atribuir o título de língua morta.

Cretella traz os institutos da hipoteca, comodato e penhor como exemplos claros do Direito Romano nos dias atuais. Ocorre que a organização e o pensamento dos romanos para as questões jurídicas e militares eram realmente salutares. O volume de informações, de procedimentos, de cisalhamento de funções só aumentou com o tempo⁵⁶.

⁵⁵ DA SILVA, Claudio Henrique Ribeiro. *Direito Romano Arcaico Parte III. O Direito Secreto*. (Tradução de França Madeira.). III, p. 02.

⁵⁶ CRETELLA, Júnior. *Curso de Direito Romano – O direito romano e o direito civil brasileiro*. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 02-03.

Ainda segundo Cretella, África do Sul e Escócia seguem a aplicação quase integral do Direito Romano, provando estar vivo desde sempre. Raymond Monier⁵⁷ ensina que:

O espírito de todo curso de direito romano não deve ser puramente histórico: deve ser ao mesmo tempo, prático, no sentido de que não basta estudar o direito romano em si mesmo, desde a fundação de Roma até a época de Justiniano. É preciso, sendo o caso, seguir o traço de instituições romanas até nossos dias.

O Direito Romano é, assim, constante objeto de estudo e uma importantíssima referência para os demais Direitos, além de regimento para muitos povos durante toda a História.

CONCLUSÃO

Decorrente de uma hermenêutica bastante sinérgica acerca da História da civilização romana e italiana, dos costumes e princípios norteadores do Direito em tela, do enriquecimento multifatorial exercido de forma direta e indireta na Roma Antiga por povos locais, bem como por Gregos e civilizações mediterrâneas, pode-se inferir que os primórdios do Direito Romano são provenientes de uma herança complexa, tendo como expoentes os povos da própria Roma, os Sabinos, os Etruscos e os Gregos.

Ressalte-se que, ao decorrer da História de Roma, conscopicamente após o término do período monárquico, o engrandecimento e o fortalecimento do Direito Romano tomaram proporções gigantescas, tangenciando o surreal. Tanto o é que, a instituição do latim como idioma oficial e amplamente empregado, desde o vulgar quanto à forma culta e o eclesiástico, dentre outras, não foram abordados nesta obra, justamente pelo foco estar num momento mais primitivo, de surgimento, de fundação de Roma e de todo o seu legado jurídico e cultural.

⁵⁷ MONIER, Raymond. *Manuel élémentaire de droit romain*. 6ª ed., 1947, vol. I. p. 03.

REFERÊNCIAS ADICIONAIS

ADKINS, L. and Adkins, R. *Dictionary of Roman Religion*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000.

APPUZO, Michael L.J. M.D. *Gravitas, Severitas, Veritas, Virtus*. *Neurosurgery*: August 2006, v. 59, issue 2, p. 219-221.

BARTOLONO, GILDA. The Villanovan Culture: at the beginning of Etruscan history. In: Turfa, Jean MacIntosh (ed.). *The Etruscan World*. Routledge, 2014.

BEARD, MARY. *SPQR: Uma História da Roma Antiga*. São Paulo: Editora Planeta, 2017.

BERGER, Adolph. *Encyclopedic Dictionary of Roman Law*. Filadélfia: The American Philosophical Society, 1991.

CARTWRIGHT, MARK. Etruscan Society. *Ancient History Encyclopedia*. <https://www.ancient.eu/user/markzcartwright>. Acesso em 17/09/2018, às 12:05 horas.

CÍCERO. *De Natura Deorum*. http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=174. Acesso em 17/09/2018, às 11h:51min.

COARELLI Filippo. I Santuari, I fiumi, Gli Empori. XIII. *Storia Einaudi dei Greci e dei Romani*, 2008.

COLLINS, William *et al.* *Collins Spanish Dictionary*. Harper, 2006.

COLLINS, William *et al.* *Collins Italian Dictionary*. Harper, 2007.

CRETELLA, Júnior. *Curso de Direito Romano – O direito romano e o direito civil brasileiro*. 20ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

CRUZ, Sebastião. *Jus Derectum (Directum)*. Coimbra, 1971. *Apud* FERRAZ Jr., T.S. *Introdução ao Estudo do Direito*. São Paulo: Atlas, 1988.

DA SILVA, Claudio Henrique Ribeiro. *Direito Romano Arcaico Parte III*. 4.3. O Direito Secreto. Disponível em: www.ribeirodasilva.pro.br/direitoromanoarcaicoparte03-02.html. Acesso em 17/09/2018, às 11h:31min.

DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário Jurídico*. 31ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Gen / Forense. 2014.

DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. São Paulo: Saraiva, 2003. *Apud* VIVIAN, Wilson A. B. Princípio Alterum non Laedere (Neminem Laedere), dignidade humana e boa-fé. 2015. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35605/principio-alterum-non-laedere-neminem-laedere-dignidade-humana-e-boa-fe>. Acesso em 17/09/2018, às 11h:33min.

DIONÍSIO DE HALICARNASSO. *Antiguidades Romanas*. http://penelope.uchicago.edu/Thayer/E/Roman/Texts/Dionysius_of_Halicarnassus/home.html. Acesso em 17/9/2018, às 11h:50min.

DOWDING, JANKA. The Elusive Etruscans: The Quest for the Origins of the Etruscan Civilization – Hirundo. *The McGill Journal of Classical Studies*, 2006-2007.

FESTO, Pompeu. *Istituzioni di Diritto Romano*. Tradução italiana.

GILBERT, John. *Mitos e lendas da Roma Antiga*. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

GIORDANI, Mário Curtis. *Iniciação ao Direito Romano*. 3ª Edição. Editora Lumen Juris, 1996.

HOUAISS Antonio, Villar, Mauro de Salles. *Houaiss, Dicionário de Língua Portuguesa*. Editora Objetiva, 2009.

HUNTSMAN, Theresa. Etruscan Language and Inscriptions. In: *The Metropolitan Museum of Art. Heilbrunn Timeline of Art History*, 2000.

JUSTINIANO, Digest. 1.1.10. In: Watson, Alan (ed.). *The Digest of Justinian*. Philadelphia: U. Pennsylvania, 1985.

LAROUSSE. *Petit Dictionnaire de Français*. Larousse. 2004.

MATEUS. Evangelho segundo São Mateus – *Bíblia Sagrada*. Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri: Edição Bilingue Chinês – Português, 2012.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Jardim dos Livros, 2008.

MARROU. As Escolas Romanas. In: *História da Educação na Antiguidade*. São Paulo: Herder, 1966.

NISHITANI, Yuko. Introdução à História do Direito Japonês. *Revista Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

PACCHIONI. *Diritto Romano – I. Apud PEIXOTO, José Carlos de Matos. Curso de Direito Romano*, tomo I: partes introdutórias e geral/José Carlos de Matos Peixoto. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PEIXOTO, José Carlos de Matos. *Curso de Direito Romano – Tomo I: partes introdutórias e geral*. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

PLATÃO. *Apologia de Sócrates*. São Paulo: Nova Fronteira, 2017.

PLUTARCO. *Vida de Rômulo*. Domínio Público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_auto_r=174. Acesso em 17/09/2018, às 11h:54min.

PLUTARCO. *Vida de Rômulo*. Domínio Público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=174. Acesso em 17/09/2018, às 11h:54min.

_____. *Vidas Paralelas Rômulo*. Domínio Público. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/PesquisaObraForm.do?select_action&co_autor=174. Acesso em 17/09/2018, às 11h:54min.

POLÍBIO. *Histórias*. Domínio Público: https://www.researchgate.net/publication/310312128_Polibio_historia_pragmatica_Livros_I_a_V_Traducao_introducao_e_notas_por_Breno_Battistin_Sebastiani_2016. Acesso em 17/09/2018, às 11h:59min.

PÖPPELMAN, Christa. *Dicionário de Máximas e Expressões em Latim*. Editora Escala: Traduzido por Ciro Mioranza, 2010.

SHINJITAI. *Constituição do Japão*, 1947.

TITO LÍVIO. *Ab Urbe Condita Libris*. Domínio Público: https://la.wikisource.org/wiki/Ab_Urbe_Condita. Acesso em 17/09/2018, às 11h:54min.

_____. *História de Roma*. Domínio Público: https://la.wikisource.org/wiki/Ab_Urbe_Condita_%E2%80%93_Periochae. Acesso em 17/09/2018, às 11h:54min.

VADE MECUM. 18ª Edição, Saraiva, 2014.

WARD, A., Heichelheim, F., Yeo, C. *A History of the Roman People*. 4ª Ed. Nova Jérsei: Prentice Hall, 2003.

UMA ANÁLISE DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS DO SICOOB DE FRUTAL EM RELAÇÃO À PARCERIA COM SEBRAE – MG¹

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p123-154](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p123-154)

VIÇOSO, Beatriz Prates²
PÁDUA, Tatiana Costa e Silva³
CALDEIRA, Carlos Alípio⁴

RESUMO: O presente estudo se prende ao contexto do cooperativismo e o do empreendedorismo, vistos, aqui, como segmentos da economia interligados, devido ao processo de inovação, ajuda e aprimoramento que podem disponibilizar ao mercado de trabalho. A questão-problema da proposta é a de que, havendo um aumento gradativo de empreendedores nestes dois ambientes corporativos, se é possível desenvolver conhecimentos capazes de fomentar habilidades e potencializar decisões corretas para aperfeiçoarem seus negócios. Daí surge o objetivo no trabalho, de se verificar a satisfação dos empresários em relação à parceria entre o SICOOB e SEBRAE. Para isso foi empregada a metodologia de revisão bibliográfica, combinada com o estudo de caso, por meio da qual se chegou a uma pesquisa de caráter qualitativo e quantitativo, traçando a percepção da qualidade dos serviços prestados pelos empresários associados ao SICOOB. A coleta de dados foi realizada através de questionários entregues aos empreendedores, sendo esses dados contribuintes para a relevância da análise do tema escolhido. Como resultado da investigação, a pesquisa permitiu a conclusão de que os empresários de Frutal – MG valorizam as capacitações oferecidas entre a parceria SICOOB e SEBRAE, e que a parceria entre as cooperativas e o SEBRAE favorece o acesso ao mercado e o crescimento dos negócios.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo, SICOOB, SEBRAE

ABSTRACT: The present study concerns the context of cooperativism and that of entrepreneurship, seen here as interconnected segments of the economy, due to the process of innovation, help and improvement that they can make available to the labor market. The problem-issue of the proposal is that, with a gradual increase in entrepreneurs in these two corporate environments, whether it is possible to develop knowledge capable of fostering skills and potentializing correct decisions to improve their business. Hence the objective at work, to verify the satisfaction of entrepreneurs in relation to the partnership between SICOOB and SEBRAE. For this, the bibliographic review methodology was used, combined with the case study, through which a qualitative and quantitative research was arrived at, tracing the perception of the quality of the services provided by the entrepreneurs associated with SICOOB. The data collection was carried out through questionnaires delivered to the entrepreneurs, which contributed to the relevance of the analysis of the chosen theme. As a result of the investigation, the research allowed the conclusion that Frutal – MG entrepreneurs value the training offered between the SICOOB and SEBRAE partnership, and that the partnership between the cooperatives and SEBRAE favors market access and business growth.

KEYWORDS: Cooperativism, SICOOB, SEBRAE

¹ O presente trabalho é derivado de um TCC – Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado “UMA ANÁLISE DE SATISFAÇÃO DOS COOPERADOS DO SICOOB – FRUTAL EM RELAÇÃO À PARCERIA COM O SEBRAE – MG”. O texto foi apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração à Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG – Unidade Frutal, sob a orientação do Professor Carlos Alípio Caldeira, no ano de 2018. Desse modo, optamos por manter, em todas as versões derivadas do texto principal, a íntegra das referências pesquisadas e consultadas.

² Bacharel em Administração pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

³ Bacharel em Administração pela UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

⁴ Professor efetivo na UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

INTRODUÇÃO

Diante da participação dos empresários em relação à parceria entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Sistemas de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), determinou-se identificar a percepção da qualidade dos serviços prestados da cidade de Frutal.

Gil (2009) afirma que toda pesquisa se introduz com algum tipo de problema. E conceitua a pesquisa como um procedimento racional e sistêmico, que tem como objetivo proporcionar solução aos problemas propostos. Assim, surgiu o problema deste trabalho, o qual se relaciona ao escopo de se verificar a satisfação dos empresários em relação à parceria entre o SICOOB e SEBRAE.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), o objetivo geral deve estar ligado a uma visão global e abrangente do tema. Já, os objetivos específicos, apresentam caráter mais concreto e têm função intermediária e instrumental, permitindo-se, de um lado, atingir o objetivo geral e, do outro lado, atingir a situações particulares.

Neste sentido, os objetivos a seguir dão conta de apresentar um resultado a ser alcançado neste estudo. Em linhas gerais, o presente trabalho tem por objetivos gerais, identificar e analisar, por meio de questionários, a percepção dos empresários associados ao SICOOB Frutal, acerca da sua participação nas atividades oferecidas pela parceria SICOOB e SEBRAE. Especificamente, pretende-se analisar a satisfação dos empresários associados em relação à parceria entre SICOOB e SEBRAE, além de verificar a importância dos benefícios percebidos pelos associados.

Justifica a realização de um trabalho como este, o fato de que o cooperativismo de crédito surgiu como uma forma de tornar os negócios mais prósperos na economia do Brasil e, em função disso, é que o setor tem apresentando grande influência no desenvolvimento socioeconômico, fazendo-o de modo sustentável e inclusivo.

A hipótese principal da pesquisa, é a de que esta condição, ajuda o cooperativismo a contribuir, assim, com a sustentação das economias locais, mostrando uma nova opção de oportunidade econômica e de responsabilidade social.

A fundamentação teórica gira em torno do argumento de Coutinho (2016), donde se lê que o cooperativismo brasileiro consiste numa busca pela melhoria da qualidade de vida, ao mesmo tempo em que constitui um meio alternativo relacionado à sustentabilidade, influenciando no desenvolvimento sustentável regional e local em um mercado globalizado.

Paralelamente, sabe-se que Croteau (1968, p. 32) assevera, que “a cooperativa de crédito é um instrumental econômico que diligencia em desenvolver entre os seus participantes uma abordagem de eficiência empresarial na operação de suas respectivas realizações”.

Conforme pesquisa *Global Entrepreneurship Monitor – GEM* (2012) fica evidente que quanto mais informação o empresário tiver, mais competitiva será a empresa. Assim, lembra Lima (2004), que a Aliança Cooperativa Internacional, em 1995, em Manchester, Inglaterra, ao se reunir, procurou enfocar para o movimento a necessidade em atender os valores de ajuda recíproca, responsabilidade, igualdade e solidariedade. Outro objetivo daquele momento foi o de fortalecer a importância desse sistema como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária e, nesse sentido, procurou evidenciar princípios surgidos junto aos pioneiros, atualizando-os para os dias atuais.

Para Young (2008), as cooperativas são consideradas entidades singulares e podem ser vistas como uma sociedade de pessoas cujo objetivo é a prestação de serviços e não o lucro. Neste tipo de organização o cooperado é visto como dono e usuário e o retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações com a cooperativa. Completa o autor, que as cooperativas são caracterizadas pela interligação entre o tomador de serviços e os associados.

Cabe ressaltar, que esta pesquisa é de suma importância para a cidade de Frutal, visto que pode contribuir e incentivar futuros ou até mesmo atuais empreendedores a analisarem a importância de participarem dos treinamentos e a mudarem a visão do seu próprio negócio.

O CASE DO SICOOB – FRUTAL / MG

O SICOOB Frutal é uma cooperativa singular vinculada à Cooperativa Central de Crédito de Minas Gerais – SICOOB, ligada à Central CREDIMINAS, que preza pela centralização e coordenação às técnicas operacionais e representação das cooperativas singulares filiadas. Desde a fundação do SICOOB, a Central CREDIMINAS é o eixo responsável por organizar, processar e distribuir informações estratégicas, por identificar oportunidades e promover treinamentos que capacitem os profissionais e os colaboradores do sistema, bem como os associados (SICOOB, 2018).

Representante de uma das cooperativas singulares, a cooperativa SICOOB Frutal é livre de algumas admissões, com isso, qualquer pessoa pode se tornar um sócio, independentemente do grupo social em que é inserido.

A cooperativa de crédito de livre admissão da Região de Frutal estudada foi criada, em fevereiro de 1994. Desde lá, até os dias atuais, tem tido seu desenvolvimento pautado por uma evolução contínua.

Em 2003, inaugurou sua sede própria, com apoio de seus associados e da comunidade local. Atualmente, possui sete agências para atendimento e uma unidade administrativa desmembrada, sendo três distribuídas em Frutal, Pirajuba, Aparecida de Minas, Fronteira e Comendador Gomes.

A cooperativa conta com um número de 72 funcionários e 5310 associados. Os associados contam com um atendimento profissionalizado, executado por intermédio de uma equipe de profissionais capacitados, treinados e habilitados, para melhor atender e satisfazer às necessidades dos associados (SICOOB, 2018).

Para se tornar associado, é necessário fazer uma integralização de cotas de capital. Esse capital investido tem o objetivo de dar à entidade condições para oferecer livre admissão de produtos e serviços aos associados. Ao final de cada ano, esse valor é remunerado com o pagamento de juros ao capital social, tendo direito cada associado a receber parte dos resultados positivos da cooperativa (SICOOB, 2018).

A corporação estudada destaca, dentro do seu planejamento estratégico, sua missão, visão e valores, que podemos conferir a seguir:

Missão: Gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis, por meio do cooperativismo, aos associados e às suas comunidades.

Visão: Ser reconhecido como a principal instituição financeira propulsora do desenvolvimento econômico e social dos associados.

Valores: Transparência, comprometimento, respeito, ética, solidariedade e respeito (SICCOOB, 2018).

Algumas mudanças foram estruturadas na cooperativa, iniciando um novo ciclo, com um remodelado Planejamento Estratégico (PE), o qual adquiriu inúmeras inovações, tanto para os associados, quanto para os funcionários da instituição. Novas metas foram lançadas, projetos de longo prazo lançados, com o propósito de melhorar a eficiência dos processos internos, melhorando o atendimento ao associado, expandindo seu mercado e elevando o crescimento da sua marca (SICCOOB, 2018).

Uma parceria foi firmada para as metas serem alcançadas, incrementando os seus negócios como crédito imobiliário, câmbio, cursos de formação e certificação de dirigentes e gestores. Tudo com a finalidade de proporcionar maior ampliação às soluções de negócios que a instituição oferece, alinhando-os à sua missão.

Deve-se acreditar que, no planejamento estratégico, a principal missão da instituição é "gerar soluções financeiras adequadas e sustentáveis por meio do cooperativismo aos associados e às suas comunidades", com os objetivos de se tornar a principal instituição financeira de seus associados, crescer para fortalecer o cooperativismo no Brasil e consolidar o sistema ao qual pertence, ganhando mais força e eficiência.

No que tange às estruturas do SICCOOB Frutal, seu órgão supremo é a Assembleia Geral dos Associados, que segue os princípios do cooperativismo, visto que uma vez ao ano, nos 03 (três) meses subsequentes do fechamento do exercício social anterior, os associados se reúnem para que a cooperativa preste contas balanço do exercício anterior fechado e, também, para que se possam tomar alguma decisão de interesse dos associados e/ou da cooperativa (SICCOOB, 2018).

BENEFÍCIOS PERCEBIDOS PELA PARCERIA SICOOB E SEBRAE

O SICOOB, juntamente com o SEBRAE, mantém, na cidade de Frutal – MG, uma parceria estabelecida por um contrato anual, que oferece ao pequeno negócio oportunidades de acesso ao crédito, a financiamentos, a taxas de juros mais baratas que as demais instituições financeiras locais, além de um atendimento diferenciado para os seus associados. Um dos objetivos dessa parceria é fomentar as boas práticas de cooperativas de crédito, no qual as Cooperativas SICOOB buscam oferecer aos seus associados, condições para alavancar o seu negócio. Apresentam-se a seguir os benefícios que são oferecidos por esta parceria SICOOB e SEBRAE para o pequeno negócio:

Crédito Rural: ofertado a pessoas que desenvolvam na área de atuação da cooperativa, de forma efetiva e predominante, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou de captura e transformação do pescado.

Crédito a empreendedores e empresários de pequenos negócios: ofertado a pequenos e microempresários responsáveis por negócios de natureza industrial, comercial ou de prestação de serviços, cuja receita bruta anual, por ocasião da associação, seja igual ou inferior a R\$ 2,4 milhões (limite estabelecido pelo artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006 – Lei Geral das MPES).

Crédito a pessoas físicas ou pessoas jurídicas: ofertado também a empregados e servidores de redes públicas ou privadas, determinada em estatuto, de modo que essas atividades sejam pertencentes a um mesmo conglomerado econômico ou mesmo complementar ou correlato.

Crédito a empresários de qualquer porte: ofertado a participantes de empresas vinculadas direta ou indiretamente a sindicatos ou associações patronais de qualquer nível, em atividade, no mínimo, há três anos, quando da constituição da cooperativa.

Crédito a profissionais liberais: ofertado àqueles que atuem em atividade especializada, ou ainda, pessoas cujas atividades tenham objetos semelhantes ou identificáveis por afinidade ou complementariedade, àqueles, também, que desenvolvam profissão regulamentada, ou seja, profissionais de uma mesma classe (Adaptado de SEBRAE, 2009; e de STRAPPAZZON, 2009).

É importante observar que a parceria entre SICOOB e SEBRAE é de grande valia para o desenvolvimento sustentável de ambos, evidenciando-se como um diferencial competitivo, tornando relevante a permanência dos respectivos associados, incentivando-os a participarem dos trabalhos oferecidos pela parceria.

ASPECTOS METODOLÓGICOS

A presente seção aborda os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa. O primeiro passo foi o de definir o que vem a ser metodologia e descrever os procedimentos adotados para se desenvolver um melhor entendimento sobre essa etapa da investigação.

Foram utilizados para análise dos dados os enfoques quantitativo e qualitativo. Segundo Marconi e Lakatos (2003) as pessoas e as coisas podem ser descritas em termos quantitativos e qualitativos. Assim, se propõe o entendimento de que:

- Quantitativo: são os dados formalizados em termos de grandeza ou quantidade do fator presente em uma situação e possuem valores numéricos; e que,
- Qualitativo: são os dados baseados na presença ou ausência de alguma qualidade ou características e também na classificação de tipos diferentes de dada propriedade.

Também se utilizou a técnica de documentação direta de pesquisa de campo, realizando estudo com os associados da cooperativa na cidade de Frutal, estado de Minas Gerais.

O trabalho foi estruturado a partir da adoção das seguintes fontes: livros, artigos, enfatizando, sobretudo, as ideias de vários autores para apresentar um posicionamento imparcial sobre o assunto aqui tratado.

Utilizou-se uma abordagem exploratória, justificando a escolha do tema, além da pesquisa bibliográfica e da observação direta extensiva, realizada por meio de um questionário com perguntas que foram aplicadas aos seus associados.

Segundo Cervo e Bervian (2002) os estudos exploratórios são denominados como pesquisa quase científica ou não científica, ela não elabora hipótese e se restringe a definir objetivos e buscar informações sobre determinado assunto de estudo.

A escolha das empresas em voga se deu por uma lista de associados fornecida pela cooperativa SICOOB – Frutal, cuja permissão para a utilização

dos dados se deu através de uma autorização assinada para desenvolver a pesquisa.

Deste universo de empresários disponíveis foi utilizado o método de amostra aleatória. Segundo Mattar (2005), a amostragem aleatória simples caracteriza-se pelo fato de que cada elemento da população tem probabilidade conhecida, diferente de zero, idêntica a dos outros elementos, de ser selecionado para fazer parte da amostra. Essa característica permite que qualquer subconjunto de “n” elementos de uma população constitua-se numa amostra possível dessa população.

Para se delimitar o campo de pesquisa, optou-se em realizar o trabalho com os empresários de Frutal, desde que associados do SICOOB. Contamos com o apoio do colaborador responsável pelo departamento de *marketing* para a obtenção dos dados. A instituição SICOOB apresentou uma listagem com um total de 2560 associados, incluindo MEI (Microempreendedor Individual), ME (Micro Empresa), EPP (Empresa de Pequeno Porte), LTDA (Limitada).

Num primeiro momento, sentimos a necessidade de separar as empresas que eram MEI, ME e EPP. Para isso, das 2560 empresas listadas foi feita uma exclusão dos empresários que estavam em duplicidade e os que não se encaixavam no perfil para a aplicação do questionário, restando, então, um total de 983 associados.

Segue abaixo o cálculo utilizado para identificar o tamanho da amostra:

$$\frac{\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2}}{1 + \left(\frac{z^2 \times p(1-p)}{e^2 N} \right)}$$

N = tamanho da população (983)

E = margem de erro (7%)

Z = escore (90)

Define-se, através deste parâmetro, a porcentagem de pessoas que seriam entrevistadas, que estão divididas nos seguintes segmentos das atividades conforme a tabela abaixo:

Segmentos de atuação de empresários pesquisados

Segmento de Atuação	Quantidade de Empresários por Segmento	Frequência Relativa	Quantidade de Empresários
Microempreendedor Individual – MEI	227	0,2309	28
Micro Empresa – ME	728	0,7406	90
Empresa de Pequeno Porte – EPP	28	0,0285	3
Total	983	1	121

Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

Nota-se na tabela acima que a maioria dos empresários frutalenses pesquisados está segmentada como ME – Micro Empresa. Nessa fase do levantamento de dados, obteve-se o resultado de que 227 são MEI, 728 ME e 28 EPP, tal como se demonstra nos resultados obtidos na tabela acima.

Após utilizar o levantamento quantitativo, de acordo com o cálculo proposto, obtiveram-se os resultados e utilizamos a divisão pelo total de 983. A multiplicação foi feita logo em seguida para chegar ao final do resultado abordado. Nele, identificou-se a quantidade de cada tamanho do segmento que foi entrevistado, sendo 28 MEI, 90 ME e 03 EPP. A confirmação foi feita através de contato pessoal, buscando informações para a resolução do questionário, de porta em porta, em busca dos empresários.

Neste trabalho foi utilizado o questionário como a principal técnica para coleta de dados. Estruturado com perguntas fechadas e abertas, no período de 03 de setembro a 21 de setembro de 2018. Utilizou-se um roteiro de perguntas, onde se desenvolveu um questionário que foi entregue para os empresários, a fim de investigar o trabalho.

O questionário aplicado é composto por 14 questões, as quais abrangem todas as ações desenvolvidas pela empresa. Foram aplicados 121 questionários, tendo a participação de 100% dos envolvidos. Deste modo, houve possibilidade de fazer uma comparação entre o referencial teórico e as

principais características dos associados respondentes, determinando, de modo geral, um perfil com o grau de satisfação pela parceria.

Para Cervo e Bervian (2002), o questionário é uma das formas mais utilizadas para coletar dados, uma vez que possibilita medir com precisão o que se deseja. A partir do estudo para sabermos como elaborar um questionário, foi desenvolvido um modelo específico para esse trabalho.

De acordo com Gil (2009), observa-se a importância da pesquisa científica, para que o trabalho acadêmico tenha respaldo para divulgar as respostas encontradas, através de uma coleta de dados para a aplicação do questionário.

TRATAMENTO DOS DADOS

Os resultados apresentados a seguir têm por finalidade responder aos objetivos propostos e definidos pela equipe de pesquisa, e que se constituem basicamente em identificar a percepção da qualidade dos serviços prestados pelo SICOOB, em parceria com o SEBRAE, na cidade de Frutal.

Para melhor compreensão e visualização das análises no tratamento dos dados deste questionário, foram utilizados gráficos com seus resultados apresentados em percentual. Com os dados tabulados, foi possível demonstrar os resultados obtidos para este trabalho. Sendo assim, nesta seção será apresentado o perfil socioeconômico e, posteriormente, o perfil empreendedor do público alvo.

Perfil do associado

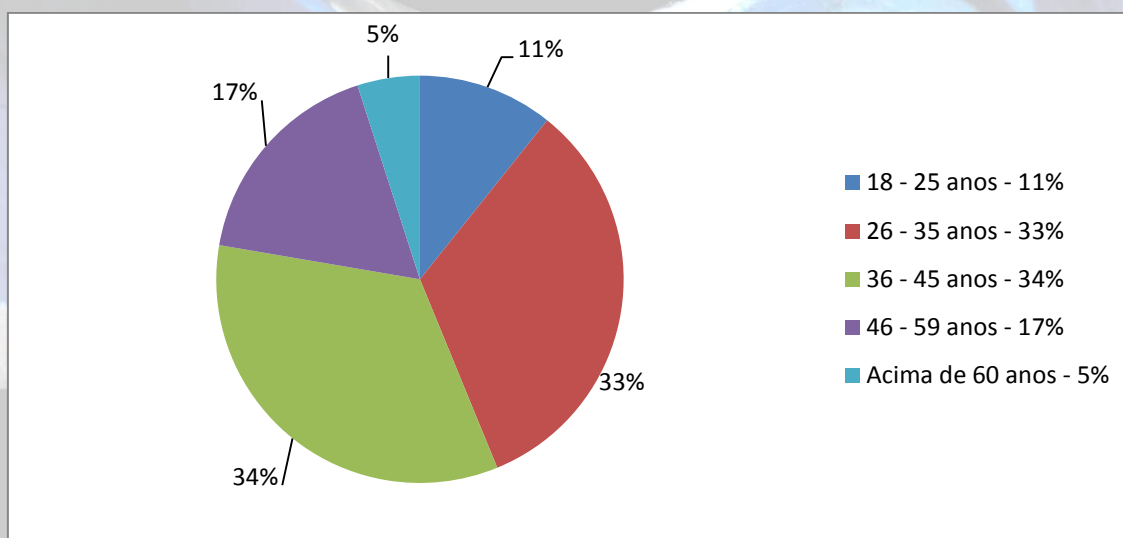
A definição do perfil socioeconômico se deu a partir das variáveis que afetam a ordem social dos entrevistados neste trabalho. Iniciou-se com 13 (treze) questões, apontando itens fundamentais para a pesquisa, como: a idade, grau de escolaridade, quantas vezes costuma ir ao SICOOB, quanto tempo é associado, que fator o influenciou a se associar, percentual de

movimentações, se já utilizou dos produtos que o SICCOB fornece em ação com o SEBRAE, em quais ações participou, quantas nos últimos dois anos, vantagem percebida, se as capacitações fornecidas melhoraram a gestão, que tipo de ações foram implantadas, qual é a importância desta parceria para sua empresa.

Em suma, a coleta destes dados auxiliou a identificar o perfil social dos associados e o seu grau de satisfação, tal como veremos a seguir.

Na primeira questão foi identificada a idade dos associados frutalenses, como se observa a seguir:

Gráfico 1 – Idade dos Associados



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

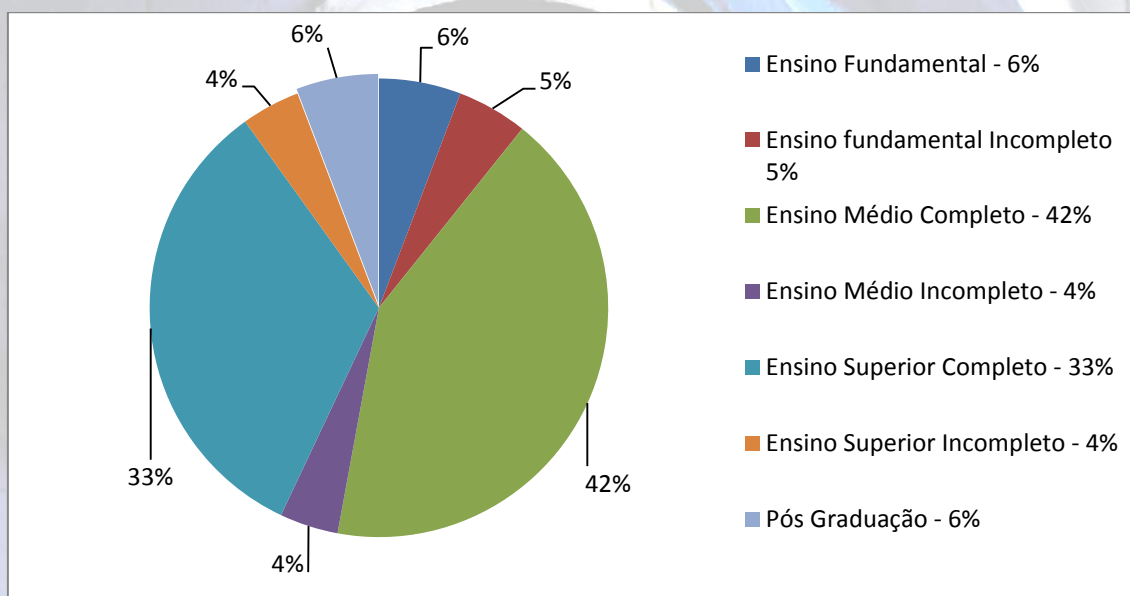
Observa-se, com base nos dados acima, que os respondentes apresentam um percentual de 67%, e está pulverizado na faixa etária entre “26 a 45 anos”. Ficando, assim, com 17% (21 de 121) para “46 a 59 anos”; 11% (13 de 121), para “18 a 25 anos”, e apenas 5% (06 de 121), “acima de 60 anos”.

Sendo assim, percebe-se que o percentual de 67% mostra que a pessoa está em uma fase de maturidade, e busca com mais clareza e precisão se desenvolverem profissionalmente.

Na segunda questão, verifica-se o Grau de Escolaridade dos Associados. Nesta questão, foram colocadas 07 alternativas, tais como: Ensino

Fundamental, Ensino Fundamental Incompleto, Ensino Médio completo, Ensino Médio Incompleto, Ensino Superior Completo, Ensino Superior Incompleto e Pós-Graduação. Pode-se analisar o resultado no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Grau de Escolaridade do Cooperado



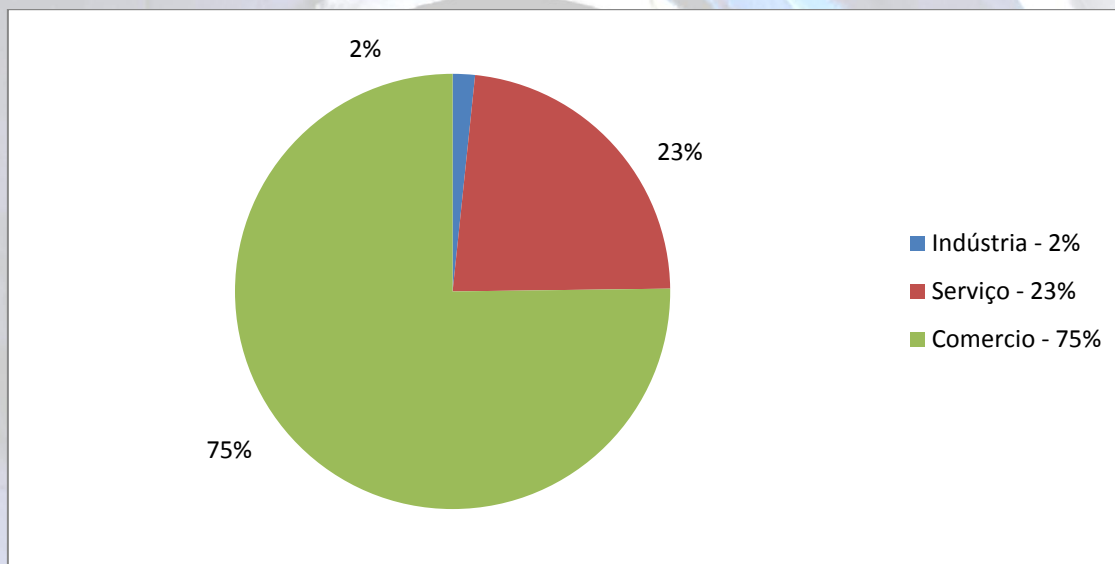
Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

De acordo com o gráfico, observa-se que a maioria dos respondentes 42% (51 de 121) tem “Ensino Médio Completo”. O gráfico ainda mostra que 06% (07 de 121) dos empresários, possuem “Ensino Fundamental”. 05% (06 de 121) apresentam “Ensino Fundamental Incompleto”. E 04% (05 de 121) estão no quadro de “Ensino Médio Incompleto”. Ainda, nesse gráfico, pode ser observado também que, dos empresários associados da cidade de Frutal, 33% (40 de 121) têm o “Ensino Superior Completo”; 04% (05 de 121) referem-se ao “Ensino Superior Incompleto”.

Segundo o SEBRAE (2015), a escolaridade da população, de maneira geral, vem aumentando em todo o país, apontando a necessidade de se profissionalizar cada vez mais no mercado. Ainda cabe ressaltar que a conscientização de continuar os estudos, ganha maior espaço nas salas de aula, promovendo maior incentivo à não parar os estudos, mostrando a importância de aprimorar conhecimentos e adquirir novas graduações.

Deste modo, apresenta-se **na terceira questão**, a distribuição percentual dos empresários, segundo o setor de atividade econômica do seu empreendimento, como mostra no gráfico abaixo:

Qual o ramo de atividade em que atua?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

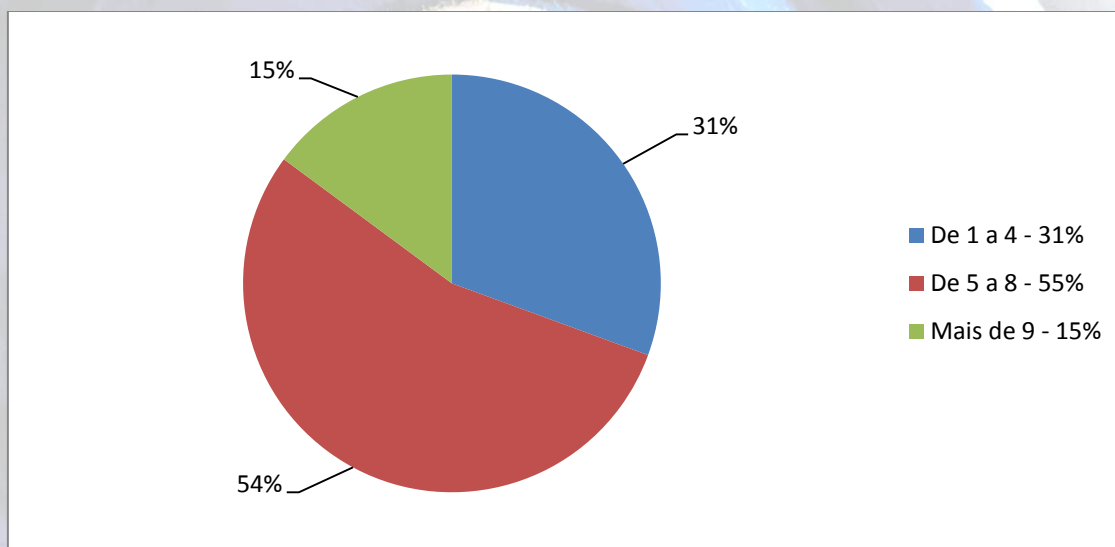
Como se pode observar, as principais atividades econômicas desses empresários estão relacionadas ao “Comércio”, com 75% (91 de 121). O setor de “serviços” ficou com 23% (28 de 121); e no setor da “Indústria, 02%” (02 de 121).

De acordo com a pesquisa realizada no estudo, o comércio foi o ramo de maior destaque de atuação entre os empresários na cidade de Frutal. Durante uma conversa informal, identifica-se que o comércio é um dos mais formalizados como MEI.

E, também, vale ressaltar, que Frutal, por ser uma cidade pequena e longe dos grandes centros industriais, é um local em que se torna pouco provável a abertura de indústrias, mesmo que a prefeitura ofereça algum benefício, observando-se, assim, que dos empresários entrevistados, foram apenas 02% diante deste requisito.

A quarta questão investigou quantas vezes por mês os empresários vão à empresa SICCOOB.

Quantas vezes por mês costuma ir ao SICCOOB?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

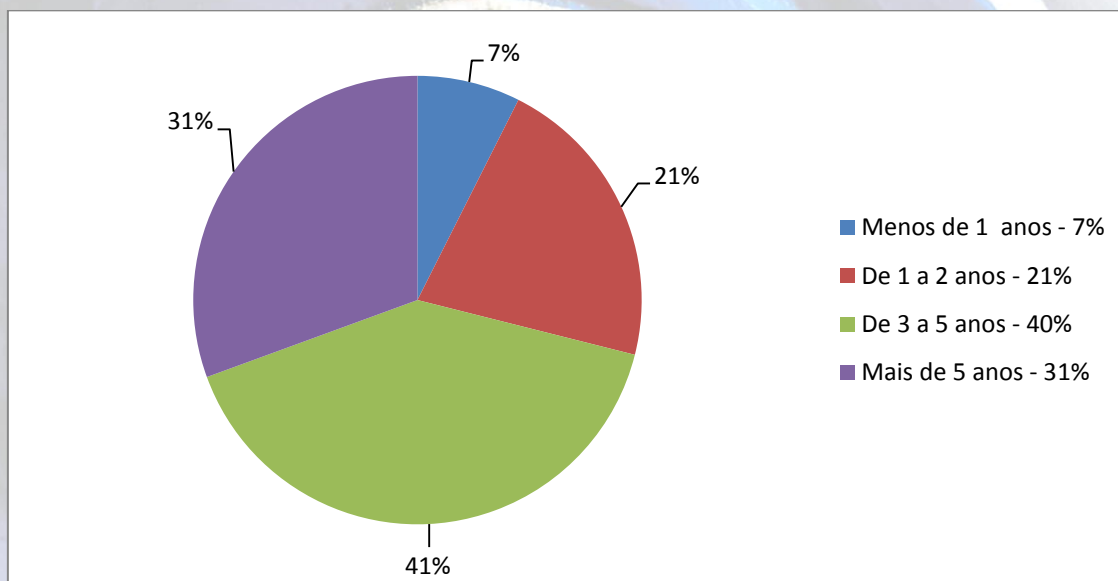
A quantidade de visitas mensal ficou da seguinte maneira. De 05 a 08 pessoas, fazendo o percentual de 55% (66 de 121), têm o hábito de ir à agência SICCOOB e resolver seus problemas e tirar dúvidas. 31% (37 de 121) vão entre 01 a 04 vezes ao mês. 15% (18 de 121) passam por lá “mais de 09 vezes”.

Do gráfico acima, nota-se que, através de conversas durante a aplicação do questionário, foi comentado que muitas transações são realizadas via aplicativo. E, que as idas até à cooperativa são poucas, devido ao fluxo de caixa que eles obtêm. Portanto, fica a dúvida sobre sabermos o que fazem com a retirada do dinheiro.

Segundo Baldwin (1991), o sistema bancário está passando, sem dúvida, por uma reestruturação radical. As diretrizes fundamentais da mudança são tecnológicas e irreversíveis. As modernas tecnologias de informação, de comunicação e avaliação permitem qualidade mais alta de vários aspectos bancários.

Na **Quinta questão**, analisaremos o tempo de permanência do Associado na Agência SICCOOB:

Quanto tempo você é associado ao SICCOOB?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

As respostas dos empresários ficaram da seguinte maneira: “72% de 03 a mais de 05 anos, tendem a permanecer na Instituição”.

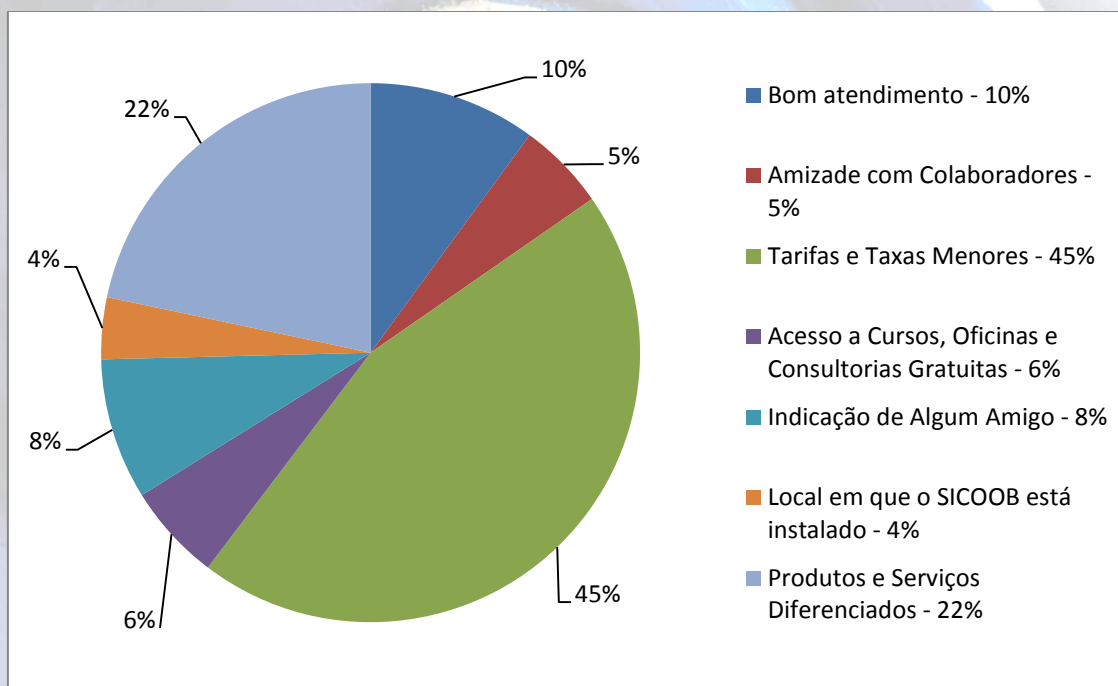
Percebe-se, que já passaram do tempo de adaptação, que sofrem ao mudar de uma instituição bancária para outra, e mostra-se, assim, cada vez mais consolidação a permanência e satisfação dos associados em relação ao SICCOOB.

Com “menos de 01 ano”, com percentual de 07% (9 de 121), estão em um período de consolidação. 21% (26 de 121), com 01 a 02 anos de frequência. De 03 a 05 anos com 40% (49 de 121).

Para finalizar, 31% (37 de 121), com “mais de 05 anos”, permanecem associados e utilizando dos serviços SICCOOB.

A sexta questão trata de apontar qual fator influenciou o usuário dos produtos e serviços econômicos a se associar no SICOOB.

Que fator influenciou a se associar no SICOOB



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

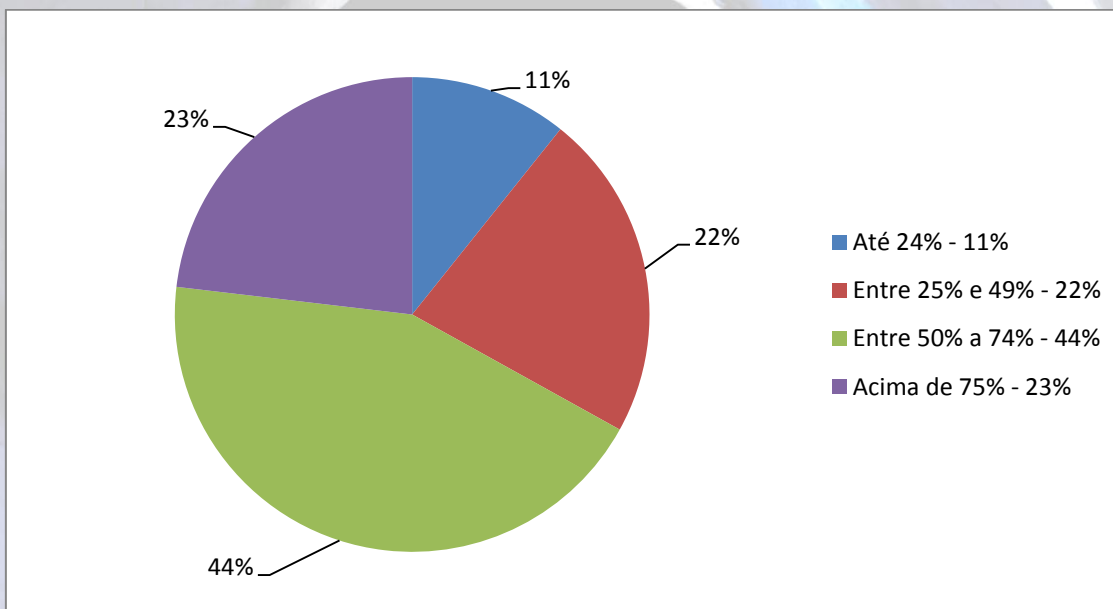
Trata-se de uma questão de múltipla escolha, em que os resultados apresentados apontam para mais de uma necessidade, as quais foram escolhidas pelos associados. Observa-se que a opção de “Tarifas e Taxas Menores” obteve maior índice de respostas.

Verificou-se por meio de diálogo, durante a pesquisa, que os associados optaram por este fator por levarem em consideração a relação custo/benefício que a instituição pode lhe oferecer.

Identificou-se, com base nos dados acima, que 45% dos respondentes optaram pelas “tarifas e taxas menores”; 22%, pelos “produtos e serviços diferenciados”; 10%, pelo “bom atendimento”; 08%, pela “Indicação de algum amigo”; 06%, pelo “acesso a cursos, oficinas e consultorias gratuitas”; 05%, pela “amizade com os colaboradores” e, para finalizar, 04%, pelo “local em que o SICOOB está instalado”.

Na sétima questão foi perguntado para os associados qual o percentual de suas movimentações financeiras eram realizadas na SICCOOB, podendo, assim, observar no gráfico, que:

Percentual das Movimentações Financeiras da Empresa no SICCOOB



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

Com relação à pesquisa aplicada, 67% do percentual das movimentações dos associados ficam pulverizadas entre as “alternativas 50% a 74%” e acima de 75%”, feitas nessa instituição.

Restando um percentual de 22% de quem utiliza o serviço “entre (25% a 49%)”, sendo quase a metade da movimentação.

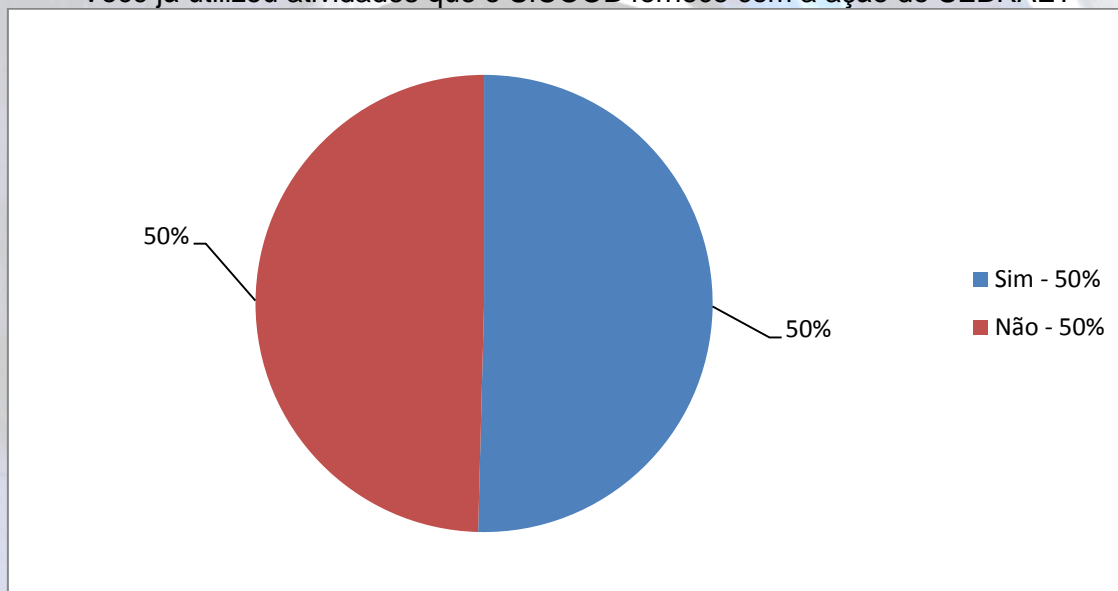
E, apenas, 11% utilizam “até 24%” de tudo que precisam fazer na instituição, sendo a minoria em clientes e em percentual de uso.

Em conversa informal, foi perguntado ao associado qual o percentual das movimentações financeiras eram feitas no SICCOOB, em relação à sua movimentação bancária.

Foi respondido por eles, que têm conta em outras agências, mas, na sua movimentação total, de 50% a 74% são feitas na cooperativa SICCOOB.

A oitava questão teve como intuito, saber sobre a participação dos empresários nas ações desenvolvidas em parceria pelo SICOOB e SEBRAE, conforme o gráfico.

Você já utilizou atividades que o SICOOB fornece com a ação do SEBRAE?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

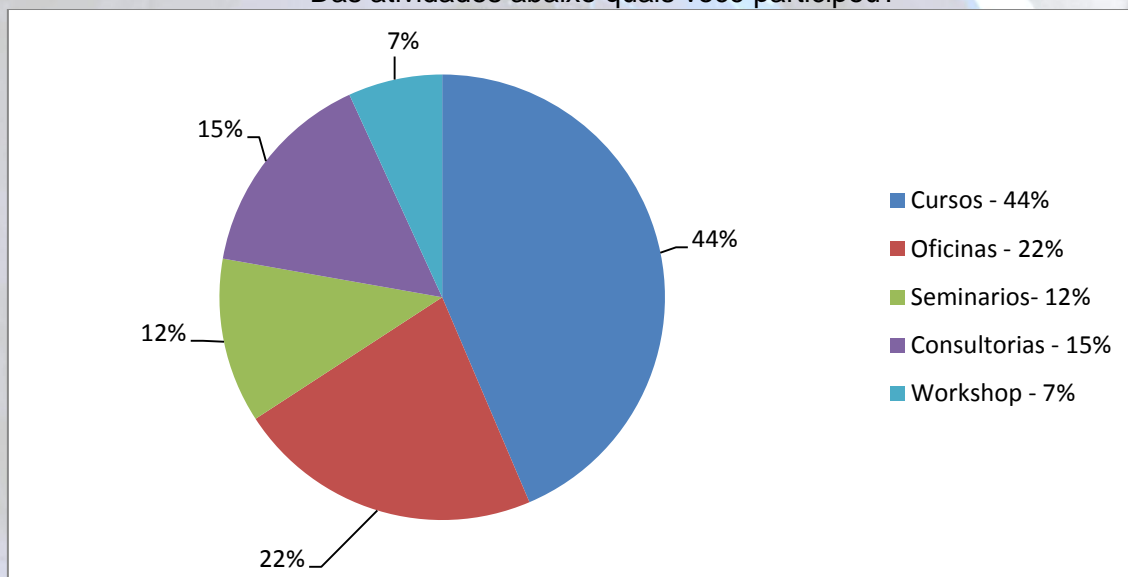
Em conversa informal durante a aplicação da pesquisa, percebeu-se que há uma grande dificuldade encontrada pelos empresários na cidade de Frutal, de reconhecerem a importância desta parceria para aproveitarem as oportunidades que isso traz.

Tais oportunidades são bem notáveis, com eventos gratuitos e com grande número de informações para a gestão de negócios. 50% (61 de 121) dos associados disseram que “sim”, que já se utilizaram das atividades do SICOOB em parceria com o SEBRAE.

Já os outros 50% (60 de 121), disseram que “não”. Deixando claro que, por uma conversa informal, relata que a falta de interesse, falta de tempo e por não ficarem sabendo a respeito das atividades oferecidas por essa parceria.

Na **nona questão**, buscaram-se identificar, das atividades abaixo, em quais os associados participaram.

Das atividades abaixo quais você participou?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

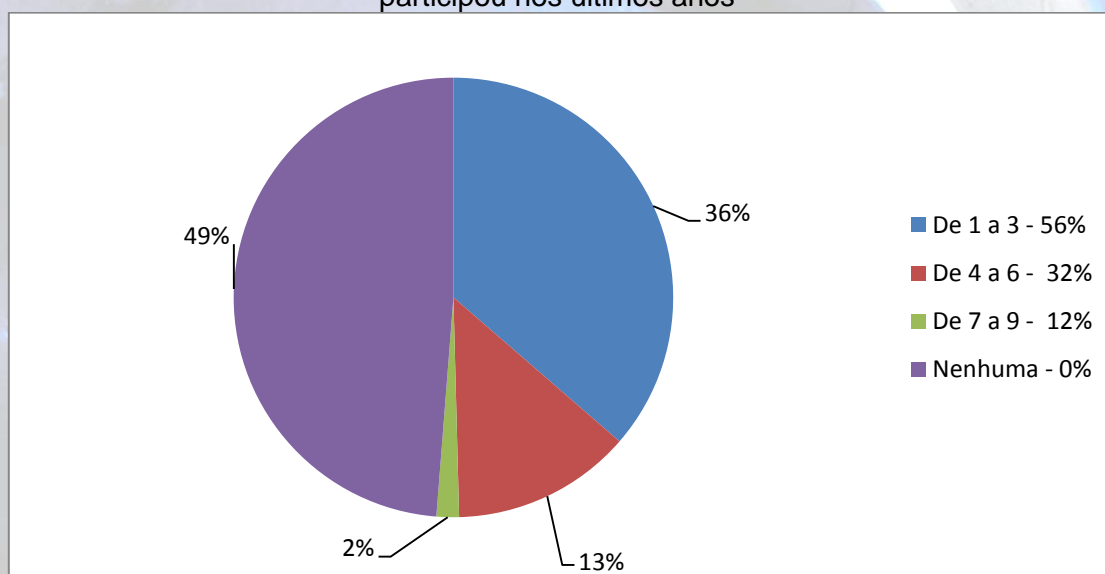
A questão 09 procura identificar sobre quais atividades fornecidas pelo SICOOB o associado participou. Dentre as atividades listadas, a que teve maior percentual foi o quesito “cursos”, com um total de 44%.

A procura por essa atividade se dá pelo interesse dos empresários associados em buscarem informações, conhecimentos quanto à redução de perdas e prejuízos, como também para acompanharem as mudanças nos cenários organizacionais.

Veja alguns exemplos de cursos oferecidos pelo SEBRAE, em parceria com o SICOOB: Gestão Financeira, Gestão de Pessoas, *Marketing*. 22% se interessaram por “oficinas”; 15% por “consultorias”; 12% por “seminários” e apenas 07% por “workshop”.

Deste modo, na **décima questão**, foram perguntadas em quantas atividades oferecidas pelo SICOOB o associado participou nos últimos anos. Assim observa-se no gráfico.

Assinale abaixo quantas atividades oferecidas pelo SICOOB e SEBRAE você participou nos últimos anos



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

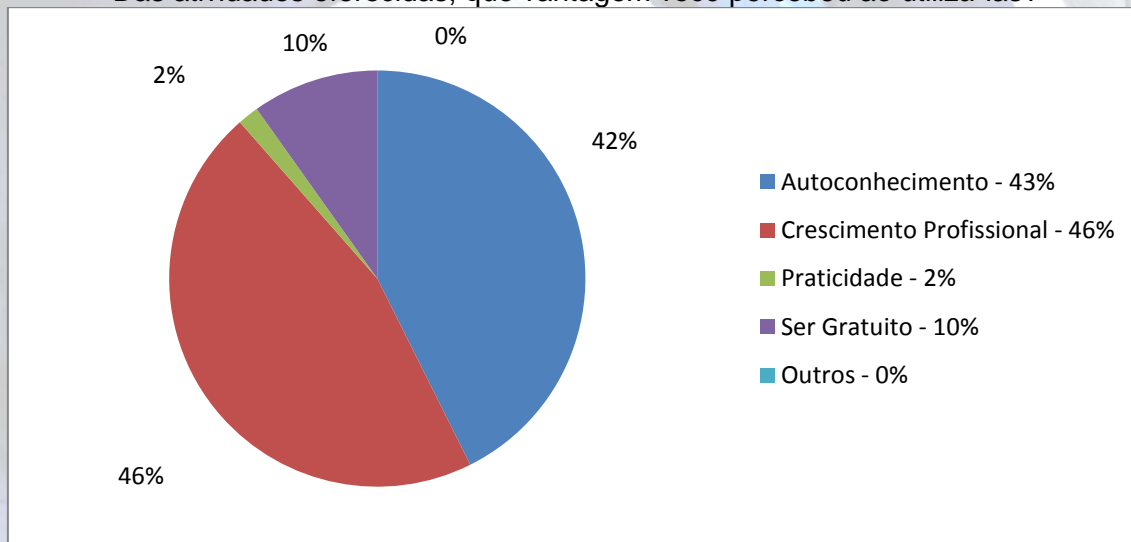
Pode-se observar a quantidade de atividades em que o associado participou pela parceria SICOOB e SEBRAE. As respostas dos empresários informam a respeito da quantidade de vezes que participaram das atividades. 56% dos empresários realizaram “de 01 a 03” atividades fornecidas. 32% responderam que fizeram “de 04 a 06” atividades. 12% fizeram “de 07 a 09” atividades e, por fim, 0% dos entrevistados não fez “nenhum” tipo das atividades que a parceria disponibilizou.

Identificando-se que mesmo com um percentual de 56% dos respondentes ter feito de 01 a 03 atividades, observa-se que é pouco, especialmente se visto em comparação com a quantidade de atividades oferecidas pela parceria SICOOB e SEBRAE. Assim, fica claro que as instituições ainda precisam divulgar mais essa parceria e atividades.

A busca por aprimoramento em ter uma boa gestão tem desempenhado um importante papel na definição, execução e integração de estratégias organizacionais, caracterizando-se uma busca incessante e importante para a organização (RAMOS, 1998).

Na **decima primeira** questão, o gráfico mostra as vantagens que os empresários perceberam, ao usufruírem dos benefícios oferecidos pela parceria.

Das atividades oferecidas, que vantagem você percebeu ao utilizá-las?



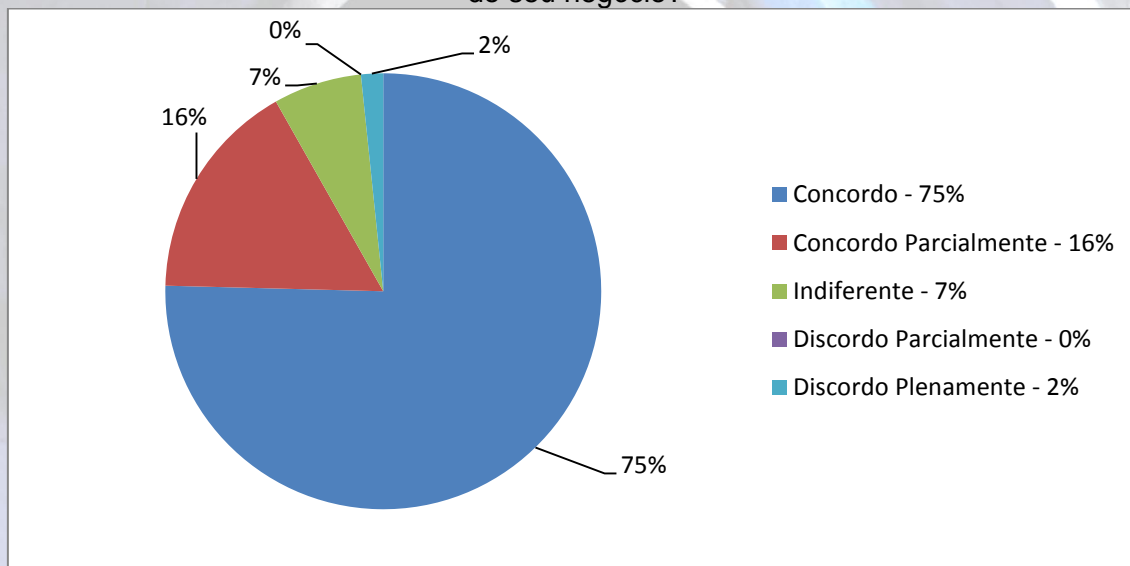
Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

Dos quatro benefícios, “Crescimento Profissional” foi o mais destacado, sendo que 46% (28 de 121) perceberam uma busca de “crescimento profissional”, visando ao desenvolvimento de sua empresa. 43% (26 de 121) acreditaram que “Autoconhecimento” foi primordial para observar o seu comportamento interno. 10% (06 de 121) acreditam que o requisito “ser gratuito” surtiu um incentivo para o empresário sair da zona de conforto e buscar novos conhecimentos. “Praticidade” foi a resposta de 02% (01 de 121), visto que é realizado em um horário flexível e não haver necessidade de deslocamento. Estas informações foram discutidas em uma conversa informal durante a aplicação do questionário, para entender a percepção dos empresários em relação aos benefícios oferecidos por essa parceria.

Conclui-se que “crescimento profissional” foi o item mais escolhido e comentado pelos empresários. Segundo Chiavenato (2002), afirma-se que o aperfeiçoamento profissional é a educação que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar o homem, para seu crescimento profissional em determinada carreira na empresa ou para que se torne mais eficiente e produtivo no seu cargo.

Na **décima segunda** questão foi analisada se as capacitações fornecidas pelo SICOOB, através do SEBRAE, melhoraram a gestão de negócio, conforme observado no gráfico a seguir.

As capacitações fornecidas pelo SICOOB, através do SEBRAE, melhoraram a gestão do seu negócio?



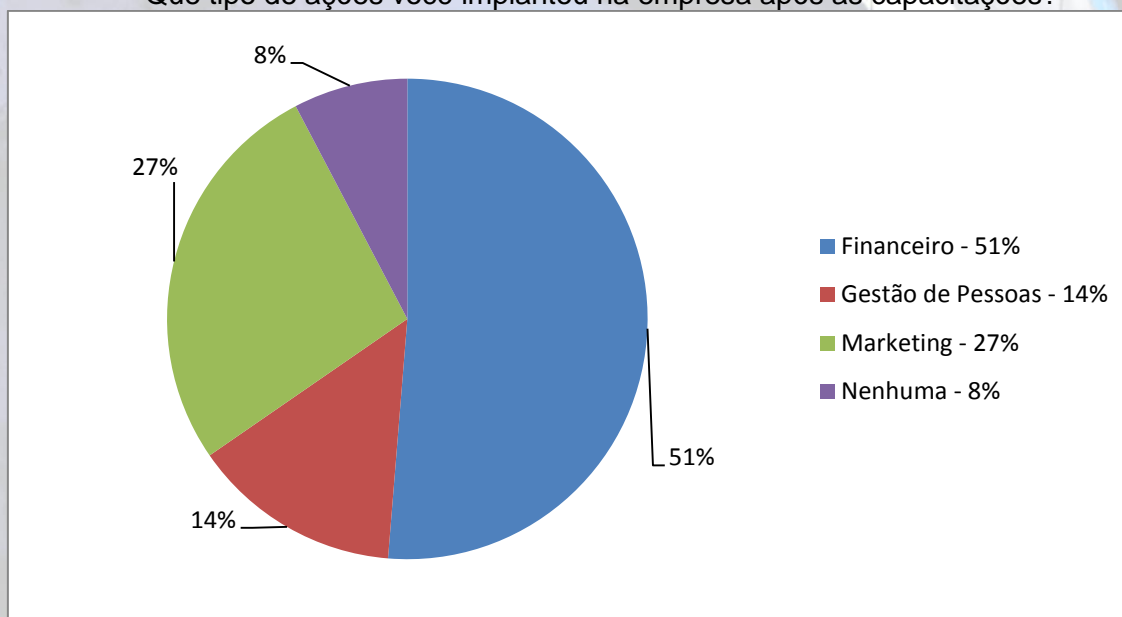
Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

75% (46 de 121) dos entrevistados, responderam que “concordam” que essa parceria melhorou a gestão do seu negócio; 16% (10 de 121) “concordam parcialmente”; 07% (04 de 121) são “indiferentes”; 02 % (01 de 121) “discordam plenamente”, e nenhum dos entrevistados discordaram parcialmente.

Assim, pode-se observar que houve uma grande parcela de associados satisfeitos com essa parceria.

Neste momento, a décima terceira questão tem a função de analisar quais tipos de ações foram implantadas na empresa após as capacitações fornecidas pela parceria SEBRAE e SICOOB.

Que tipo de ações você implantou na empresa após as capacitações?



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

Na pesquisa realizada, 51% dos respondentes mencionaram que dentre as ações citadas, o aspecto “financeiro” foi o mais utilizado e implantado dentro da empresa.

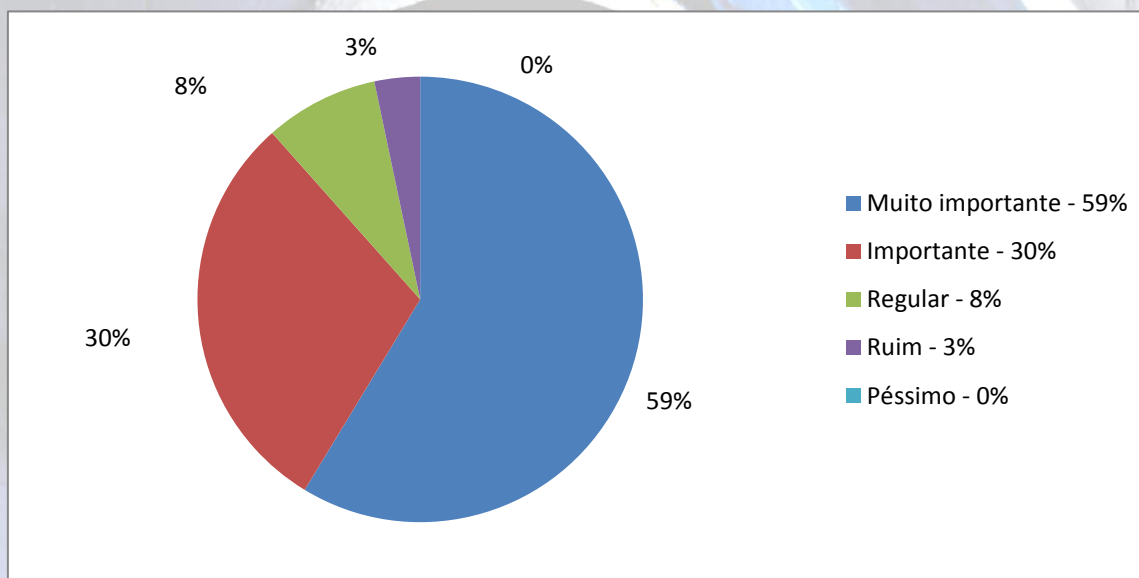
Nota-se que 27% dos respondentes disseram que, através do “marketing”, obtiveram bons resultados com as mudanças efetuadas, por meio de uma melhoria na divulgação de sua empresa, levando sua corporação a ser mais conhecida na comunidade e também na área de mídias sociais.

14% fizeram implementações na área de “gestão de pessoas”, acarretando uma melhoria em relação ao comportamento entre patrão e funcionários.

O restante, 8%, não realizaram “nenhum” tipo de mudança, pois não conseguiram pôr em prática e levar o conteúdo aprendido para dentro da organização (estas informações foram comentadas durante uma conversa informal ao aplicar o questionário).

Na décima quarta questão, foi perguntado aos empresários se esta parceria é importante para sua Empresa.

Esta parceria é importante para minha empresa



Fonte: Elaborado pelas graduandas (2018)

Dos 05 graus de satisfação dos empresários, em relação ao questionário aplicado, 59% (71 de 121) responderam como sendo “muito importante” esta parceria. 30% (36 de 121) responderam ser “importante”. 08% (10 de 121) disseram ser “regular”. 03% (04 de 121) pontuaram como “ruim”.

Por meio de uma conversa informal, identifica-se que 59% dos empresários disseram que esta parceria é muito importante para sua empresa, ressaltando-se que a parceria tem surtido efeito entre os empresários associados na cidade de Frutal.

Reis e Armond (2012) ressaltam que um empreendedor não consegue ter sucesso sem ter um suporte. Seja ele apoio da família, de amigos, dos sócios, dos clientes e até mesmos dos órgãos governamentais e não governamentais. Há vários tipos de apoio para ajudar o empreendimento a se desenvolver, do mais genérico aos mais setoriais. Por isso, o SICOOB, em parceria com o SEBRAE, oferece ao pequeno negócio boas oportunidades de crédito, financiamentos, justiça e igualdade para aqueles que estão começando ou que ainda estão na forma de um pequeno negócio (SICOOB, 2018).

CONCLUSÕES

O presente trabalho buscou verificar, por meio de uma análise da satisfação, como os cooperados do SICOOB – Frutal sentem o nível de parceria que ocorre entre eles com o SEBRAE – MG.

O objetivo do estudo foi alcançado, o qual foi fundamentado por uma revisão bibliográfica e uma pesquisa realizada junto aos empresários, fazendo um aprofundamento teórico e um estudo de caso, focando nas atividades oferecidas e na percepção quanto à participação dos empresários em relação aos benefícios oferecidos pela parceria SICOOB e SEBRAE.

Observou-se que as empresas precisam estar cada vez mais atentas sobre os benefícios e atividades oferecidas. Assim, a partir das análises qualitativas e quantitativas aplicadas ao estudo, nota-se que há necessidade de que as atividades oferecidas sejam divulgadas para os associados de modo mais objetivo, identificando o que realmente será abordado, facilitando o envolvimento e incentivando a todos a participarem, a fim de que o propósito maior seja alcançado.

Este trabalho estabeleceu dois objetivos específicos e conseguiu obter respostas para todos, uma vez que definidos os objetivos específicos, foi possível conhecer os aspectos mais acessíveis e limitantes dos empresários em relação às atividades oferecidas, sendo que:

- O primeiro objetivo foi o de analisar a satisfação do empresário associado em relação à parceria entre SICOOB e SEBRAE. De acordo com os resultados da pesquisa, foram identificados que 75% dos associados entrevistados estão satisfeitos e de acordo com as capacitações fornecidas por esta parceria, constatando-se a melhoria na gestão do seu negócio.
- O segundo objetivo foi de verificar a importância dos benefícios percebidos pelos associados. De acordo com o resultado da pesquisa foi constatado que a grande maioria dos empresários locais, 59% desses entrevistados, afirmam que a parceria entre o SICOOB e SEBRAE são importantes para as suas empresas.

O presente estudo foi de grande valia para os pesquisadores envolvidos, possibilitando benefícios em termos de aprendizado, pois se constatou, por meio de um caso prático, a realidade que só era conhecida no papel.

Os empresários entrevistados se dispuseram a contribuir com a pesquisa, enriquecendo o estudo e evidenciando a necessidade de participarem das atividades oferecidas e valorizarem essa chance única.

Acredita-se que os resultados do estudo constituem informações relevantes para os acadêmicos do Curso de Bacharelado em Administração e principalmente para os empresários que buscam conhecer mais sobre a agência em que atua e suas vantagens, pois trazem informações que viabilizam um melhor direcionamento para auxiliar à participação das atividades para associados.

Recomenda-se, em suma, que a parceria continue forte e adquira cada vez mais associados. E, para que isto ocorra, que se invista em divulgações para informar aos associados sobre as atividades disponíveis, com convites nas redes sociais, rádio e divulgação na própria cooperativa e no ponto do SEBRAE, além de visitas nas próprias empresas.

Sugere-se para os próximos trabalhos, estudar como se podem desenvolver outras parcerias com o SICOOB, tais como, com a ACIF – Associação Comercial e Industrial de Frutal.

E, finalmente, seria interessante um estudo que pudesse identificar o motivo pelo qual as pessoas possam não estar satisfeitas com a parceria entre SICOOB e SEBRAE.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. A.; MILANI, I. A. Pequena história do Cooperativismo. In:_____. *Sociedades cooperativas: regime jurídico e procedimentos legais para sua constituição e funcionamento*. 2. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2003.

ALVES, Giovani Ribeiro Rodrigues. *Empreendedorismo e inovação: a cooperativa como alternativa empresarial para o desenvolvimento*. Londrina: Scientia Iuris, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/276232525_Empreendedorismo_e_inovacao_a_cooperativa_como_alternativa_empresarial_para_o_desenvolvimento>. Acesso em: 25 out. de 2018.

ARAÚJO, E. A. T.; SILVA, W. A. C. Cooperativas de Crédito: a evolução dos principais sistemas brasileiros com um enfoque em indicadores econômico-financeiro. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, v. 9, n. 1, art. 205, p. 117-126, 2011.

BALDWIN, C. Y. Debate: what is the future of banking? *Harvard Business Review*, v. 68, n. 4, p. 144-161, July/Aug. de 1991.

BANCO CENTRAL DO BRASIL – BACEN, 2017. *O que é cooperativa de crédito?* Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/composicao/coopcred.asp>. Acesso em 20 de out. de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Cooperativas de Crédito. 2018. Disponível em: <www.bcb.gov.br/Pre/bc_atende/port/coop.asp>. Acesso em: 20 jun. de 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Resolução nº 3106*. Brasília, 2003. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/servicos9.asp>. Acesso em: 02 jun. de 2018.

BARRETO, L.P. *Educação para o Empreendedorismo*. Salvador. Escola de Administração de Empresa da Universidade Católica de Salvador, 1998.

BRASIL. A Lei 5.764. *Lei do Cooperativismo*. Dezembro de 1971.

BRASIL. Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, institui o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES e dá outras providências. *DOU – Diário Oficial da União*, em 06 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto nº 3.474 de 19 de maio de 2000. Regulamenta a Lei nº 9.841, de 5 de outubro de 1999, que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, e dá outras providências. *DOU – Diário Oficial da União*, em 22 de maio de 2000.

BRASIL. *Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006*. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

BRASIL. Lei Complementar nº 127, de 14 de agosto de 2007. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. *DOU* – Diário Oficial da União, em 15 de agosto de 2007.

BRASIL. Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. *DOU* – Diário Oficial da União, em 22 de dezembro de 2008.

BRASIL. *Lei do Cooperativismo*. Dezembro de 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5764.htm>. Acesso em: 12 de set. de 2018.

BULGARELLI, Waldírio. *Regime jurídico das sociedades cooperativas*. Rio de Janeiro: Pioneira, 1967.

CENZI, Nerii Luiz. *Cooperativismo: desde as origens ao projeto de lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro*. Curitiba – PR: Juruá, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN Alcino Pedro. *Metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

COUTINHO, Daniel. *Cooperativismo no Brasil: Cooperativismo e Associativismo*. 2016. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil>>. Acesso em: 15 abr. de 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. *Contabilidade Gerencial, Teoria e Prática*. São Paulo: Atlas, 2008.

CROCTEAU, John T. *A economia das cooperativas de crédito*. São Paulo: Atlas, 1968.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Como organizar e administrar uma cooperativa: uma alternativa ao desemprego*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo na prática: mitos e verdades do empreendedor de sucesso*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus: LTC, 2015.

FARIAS Cleuza Maria; GIL, Marcelo Freitas. *Cooperativismo*. Pelotas: Rede E-TEC Brasil, 2013.

FIORINI, Carlos Gustavo; ZAMPAR, Antônio Carlos. *Cooperativismo e empreendedorismo: o sucesso das cooperativas de crédito, o avanço de outros ramos cooperativistas, empreendedorismo e associativismo de resultados, a satisfação da economia familiar*. Carapicuíba – SP: Pandorga, 2015.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR – GEM. *Relatório executivo*. SEBRAE 2012. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/uf/peernambuco/downloads/estudos-e-pesquisas/copy3_of_seminario-web/pesquisa-gem-2012.pdf>. Acesso em: 10 jan. de 2018.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho autoquestionário cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 19, Nº 56, outubro de 2004, p. 45-62. Conjunto A, 201.

LIMA, Romeu Eugênio de; ARAÚJO, Marcelo Bicalho Viturino de; AMARAL, Hudson Fernandes. Conflitos de agência: um estudo comparativo dos aspectos inerentes a empresas tradicionais e cooperativas de crédito. *Revista de Contabilidade e Organizações (RCO)*. São Paulo: v. 2, n. 4, p. 148-157, set./dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rco/article/view/34726>>. Acesso em 10 de set. de 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamento da metodologia científica*. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. C.; COSTA, L. C. da. Reestruturação Produtiva e as Políticas Públicas de Empreendedorismo: uma análise do deslocamento do direito do trabalho para o direito empresarial. *CONINTER*, n.3, v. 2, p. 338-356. 2014.

MATTAR, Fauze Najib. *Pesquisa de Marketing*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MEINEN, Ênio et al. *Aspectos jurídicos do cooperativismo*. Porto Alegre: Sagra Luzatto, 2002.

MENDONÇA, Carvalho de. *Tratado de direito comercial brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957, v. 7.

MENEGÁRIO, A. H. Emprego de indicadores socioeconômicos na avaliação. 2000. OCB – História Do Cooperativismo De Crédito. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/legislacao>>. Acesso em 19 de outubro de 2018.

METROPOLITANO. Manual do Cooperado, 2003. Disponível em: <http://www.sicoobunicoob.com.br/wpcontent/uploads/2018/07/Relat%C3%B3rio_A_nual-2017-metropolitano-web.pdf>. Acesso em 18 de out. de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. GARANTIDA, NO PLANO FORMAL, PELA PUBLICAÇÃO DA REVISTA BRASILEIRA. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. História Do Cooperativismo De Crédito, 2012. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/legislacao>. Acesso em 19 de out. de 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *O que é cooperativismo*, 2017. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/o-que-e-cooperativismo>. Acesso em 08 set. de 2018.

PAGNUSSATT, Alcenor. *Guia do cooperativismo de crédito – organização, governança e políticas corporativas*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

PAMPLONA, J. B. *Erguendo-se pelos próprios cabelos – autoemprego e reestruturação produtiva no Brasil*. São Paulo: Germinal, 2001.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Abertura, registro e legalização*. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/3-formalizacao-como-mei>>. Acesso em 06 de out. de 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Dúvidas frequentes, previdência e demais benefícios*. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/5-previdencia-e-demais-beneficios>>. Acesso em 20 out. de 2018.

PORTAL DO EMPREENDEDOR. *Portal do microempreendedor individual*. 2009. Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual/formalize-se>>. Acesso em 20 jul. de 2018.

PRADO, F. A. D. *Tributação das Cooperativas à Luz do Direito Cooperativo*. Curitiba: Juruá, 2004.

REIS, Evandro Paes; ARMOND, Álvaro Cardoso. *Empreendedorismo*. Curitiba: Desde Brasil S/A, 2012. 332 p. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7ClajAQUbMUC&pg=PA231&dq=empreendedorismo+no+Brasil&hl=ptBR&sa=X&redir_esc=y#v=onepage&q=empreendedorismo%20no%20Brasil&f=false. Acesso em 02 jul. de 2018.

RIBEIRO, Jaciara Xavier. *Princípios cooperativistas: na percepção dos associados*. 2. ed. Belo Horizonte MG: FNH, 2015.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. *O que é cooperativismo: Primeiros passos*. 8. ed. Tatuapé – SP: Brasiliense, 2017.

ROCHA, Marcelo. *Microempresas no Brasil: análise do período de 1984 a 2005*. Vol. 14 Nº. 02, Mai-Jun. de 2008.

SCHNORR, Walter et al. *Escrituração contábil para micro e pequena empresa*. Florianópolis: CRCSC, 2008.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Cooperativa: o que é, para que serve, como funciona*. 2017. Disponível em:

<<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD/pagina1>>. Acesso em 20 de set. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Cooperativa: Série Empreendimentos Coletivos*. 2014. Disponível em: <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf)>. Acesso em 15 de set. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Cooperativas de Crédito: Série Empreendimentos Coletivos*. 2009. Disponível em: http://www.sebraesp.com.br/arquivos_site/biblioteca/guias_cartilhas/empreendimentos_coletivos_cooperativa_credito.pdf. Acesso em 25 out. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Cooperativa: o que é, para que serve e como funciona*. 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que-serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 17 de set. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Disciplina de empreendedorismo*. São Paulo, 2007. Disponível em: [http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/\\$File/5696.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc0a1b29c05ef9eb60a43c1303b881e8/$File/5696.pdf). Acesso em 15 de set. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *O que é o SEBRAE*. 2018. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/o_que_fazemos>. Acesso em 18 de jul. de 2018.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Perfil do Microempreendedor Individual*. 2015. Disponível em: <https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Artigos/MICROEMPREENDEDOR%20INDIVIDUAL_520241.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2018.

SICOOB. *Confederação*. 2016. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/inicial?p_p_id=77&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&77_struts.action=%2Fjournal_content_search%2Fsearch&77_showListed=true>. Acesso em 01 de set. de 2018.

SISTEMAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL. *Cooperativa de crédito e alternativa fácil e rentável*. 2018. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/imprensa/releases/-/asset_publisher/k9unaGn1CqIn/content/cooperativa-de-credito-e-alternativa-facil-e-rentavel?inheritRedirect=false>. Acesso em 22 de out. de 2018.

SISTEMAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL. *Cooperativa de crédito e alternativa fácil e rentável*. 2018. Disponível em: <http://www.sicoob.com.br/o-sicoob/imprensa/releases/-/asset_publisher/k9unaGn1CqIn/content/cooperativa-de-credito-e-alternativa-facil-e-rentavel?inheritRedirect=false>. Acesso em 22 out. de 2018.

SOARES, Marden Marques; SOBRINHO MELO, Abelardo Duarte de et al. *Micro finanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito*. Brasília: BCB, 2008.

STRAPPAZZON, Sidinéia. *A Contribuição da Auditoria Interna para Qualidade dos Controles Internos da Cooperativa de Crédito – SICREDI*. UNIVALES: Juína, 2009. Disponível em: http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_20110915120909.pdf. Acesso em 25 de out. de 2018.

TAVARES, João Francisco Sanchez. *Gestão de riscos em cooperativas de crédito – caso SICREDI: Boas práticas bancárias minimizam riscos nas operações de crédito*. 2005. Disponível em: <<http://img.fae.edu/galeria/getImage/1/16560671122000246.pdf>>. Acesso em 12 out. de 2018.

TENCONI, C. D.; PETRI, S. M. Um estudo sobre as vantagens e desvantagens da lei do micro empreendedorismo individual para os trabalhadores informais. *Anais do 4º Congresso UFSC de Iniciação Científica em Contabilidade*. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2011.

YOUNG, L. H. B. *Sociedades cooperativas: resumo prático*. 8. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2008.

APLICAÇÃO DO MÉTODO DE ELEMENTOS FINITOS PARA ANÁLISE DO DESLOCAMENTO ESTRUTURAL ESTÁTICO DE UMA FRESADORA CNC

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p155-171](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p155-171)

MARANGONI, Antônio Carlos¹
BOMFIM, Camila Colombari²
MARANGONI, Rafael Junqueira³

RESUMO: Verifica-se uma demanda cada vez maior por máquinas que substituam o trabalho manual. Naturalmente, percebe-se que elas não somente devem executar o trabalho, mas, também, ter atributos de precisão cada vez maior no desempenho. No presente trabalho, temos o projeto de uma fresadora equipada com comando numérico computadorizado (CNC), equipamento que será estudado a partir da rigidez dos eixos utilizados para movimentos lineares. Tais eixos serão examinados a fim de conhecer a deflexão estática existente. A nossa hipótese é a de que esta deflexão é causada pelo próprio peso das partes móveis existentes na máquina, mobilidade muito utilizada para esse tipo de observação em geometria complexa. O método empregado foi o de elementos finitos, em conjunto com computadores para a simulação, comparando-se o resultado com critérios existentes em literatura, estabelecendo a precisão de máquina-ferramenta. Como resultados parciais, vimos que a deflexão causa imperfeições no paralelismo da peça usinada e, verificando-se tal problema, propomos que os valores mensurados das imperfeições geométricas podem ser inseridos ao CNC da máquina, obtendo, assim, melhor precisão na forma exigida da peça.

PALAVRAS-CHAVE: Fresadora, deflexão, análise de elementos finitos

ABSTRACT: There is an increasing demand for machines that replace manual labor. Naturally, it is clear that they must not only perform the job, but also have attributes of increasing precision in performance. In the present work, we have the design of a milling machine equipped with a computer numerical command (CNC), equipment that will be studied from the rigidity of the axes used for linear movements. Such axes will be examined in order to discover the existing static deflection. Our hypothesis is that this deflection is caused by the weight of the moving parts on the machine, a mobility widely used for this type of observation in complex geometry. The method used was that of finite elements, together with computers for the simulation, comparing the result with existing criteria in the literature, establishing the machine tool precision. As partial results, we saw that the deflection causes imperfections in the parallelism of the machined part and, in view of this problem, we propose that the measured values of the geometric imperfections can be inserted into the machine's CNC, thus obtaining better precision in the required shape of the part.

KEYWORDS: Milling, deflection, finite element analysis

¹ Doutor em Ciências. Mestre em Bioengenharia pela EESC-USP. Possui Capacitação em EAD pela UNIFEI. Graduado em: Física; Química, Ciências Físicas Biológicas, Matemática e Pedagogia Plena. Docente da UEMG, Unidade Frutal – MG, nos cursos de Engenharia Agrônômica, Tec. Alimentos e Administração. Contato: antonio.marangoni@uemg.br.

² Bacharel em Engenharia Mecânica pela UNIFRAN. Mestranda em Ciências. Docente da Faculdade Anhanguera, Franca – SP. Contato: colombari.camila@gmail.com.

³ Graduando em Engenharia Civil pela EESP-USP, ênfase em cálculo estrutural. Contato: rafaeljmarangoni@usp.br.

INTRODUÇÃO

Uma fresadora é considerada uma máquina-ferramenta, e tem como objetivo dar diversas conformações à matéria. Ao mesmo tempo, a máquina-ferramenta é muito utilizada na fabricação de inúmeras peças de diversos materiais (metálicos, plásticos e de madeira), por meio da movimentação mecânica de um conjunto de eixos, utilizando, para tal fim, uma ferramenta de corte.

Ao longo de sua história, o homem tem procurado desenvolver ferramentas para facilitar qualquer que tenha sido a sua atividade rotineira. Ao largo disso, a expansão do mercado no mundo, fez com que fosse necessário um aumento da fabricação de produtos importantes para a humanidade. E, a partir de tais demandas, é que ferramentas obsoletas passam por processos de melhoramento, coincidindo com o que Giannotti (2007) afirma, dizendo que, apesar desse contexto de evolução contínua, foi somente no século XVIII é que apareceram as primeiras máquinas do princípio da tecnologia industrial.

Outro fato importante foi o aperfeiçoamento da fabricação do ferro, sendo submetido a modificações em sua formulação e estrutura, especialmente nos séculos XVIII e XIX. E, depois, com o advento de novos materiais, advém um aumento na demanda de produtos e um conseqüente incremento no sistema de produção nas indústrias, dando origem às máquinas-operatrizes (NAVARRO, 2006).

No começo do século XX, aparecem estudos com objetivo de estabelecer padrões e critérios para a fabricação, avaliação e validação de máquinas-ferramenta. Leta (*et al.*, 2005), nos dizem que toda máquina-ferramenta passa por testes de avaliação e aceitação após a sua construção, momento em que são verificados vários parâmetros, com o objetivo de ter, cada vez mais, geometrias extremamente precisas ou, na pior das hipóteses, conhecer os erros geométricos que se manifestam em uma máquina-ferramenta.

Com o emprego do computador na operação de uma máquina-ferramenta, já no meio do século XX, aumentou ainda mais a necessidade de

se conhecer as variações estruturais que uma máquina-ferramenta pudesse ter em sua geometria, pois, a partir do conhecimento de algum desvio estrutural, tem-se a possibilidade de inserir esses erros de geometria no sistema de controle numérico computadorizado (CNC), repassando tais erros para o sistema de coordenadas mecânicas da máquina, fazendo com que seja corrigido tal desvio geométrico, obtendo-se, assim, precisões maiores das peças confeccionadas.

Ainda no meio do século XX, percebeu-se a inviabilidade do uso de sistemas numéricos, tais como o método de elementos finitos (MEF). Tal método, normalmente se empregava para se fazer a análise de estruturas complexas. O estudo destas estruturas requiritava apenas métodos analíticos, que fossem capazes de encontrar deformações e conhecer a rigidez das estruturas, inclusive, fracionando tais estruturas facilitando a análise. Atualmente, com o avanço tecnológico e com a criação de potentes sistemas de *hardware* e *softwares*, viabilizou-se o uso do método numérico. Um dos mais conhecidos é o método de elementos finitos para a utilização nessa nova tecnologia, e que, segundo Nunes (2012), torna possível que se faça a análise da rigidez estática de uma máquina-ferramenta em pouco tempo, desde que se utilize tal método ainda na fase de projeto, diminuindo, inclusive, os custos na fase inicial de projeto.

MÉTODOS COMPUTACIONAIS DE ANÁLISE DE ELEMENTOS FINITOS

Segundo Lotti (2006), o método dos elementos finitos (MEF) teve suas origens no final do século XVIII, quando Gauss propôs a utilização de funções de aproximação para a solução de problemas matemáticos.

Já, para Budynas (2011), em meados de 1940, surgiram as primeiras necessidades de cálculos mais complexos, que envolviam a mecânica estrutural com o trabalho de Hrennikoff, McHenry e Newmark, os quais usaram um reticulado de elementos lineares (barras e vigas) para a solução de tensões em sólidos contínuos.

Entretanto, não se tem notícia da existência de alguém a quem se possa atribuir tal metodologia. Assim, engenheiros, físicos e matemáticos estiveram na órbita do desenvolvimento e da evolução, desde o início.

De acordo com Bortholin (2014), o método (MEF) foi utilizado na engenharia, em 1960, por Clough, em um problema de elasticidade plana. Originalmente o método foi implementado no estudo de tensões em aeronaves. Após os estudos de Clough, no início dos anos 60, o método dos elementos finitos começou a ser amplamente utilizado em várias áreas da engenharia, particularmente na resolução de inúmeros problemas em que já estava sendo reconhecido eficaz.

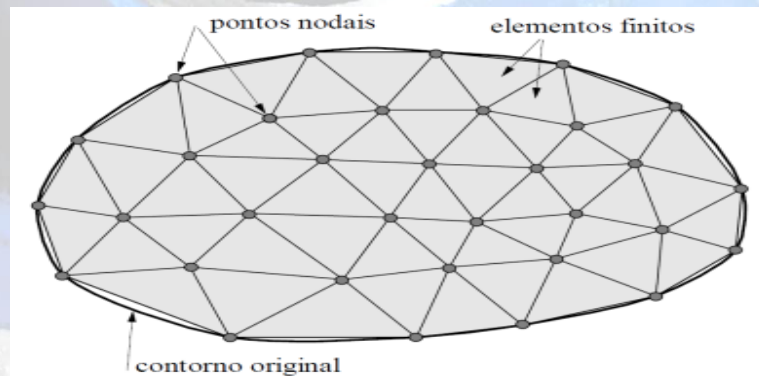
O autor ainda nos mostra que o MEF é um método de solução aproximada de equações diferenciais, em que o material analisado é discretizado (subdivido) em partes menores, ainda que mantenha as mesmas propriedades do material original. Por meio dessas equações, os problemas são descritos e resolvidos pelo modelo matemático, procurando-se obter resultados desejáveis. Assim, o objetivo é o de calcular as deformações e tensões nas partes menores, individualmente, minimizando o consumo de tempo, espaço de memória no computador e erros, oferecendo, assim, uma solução numérica para um problema físico.

Amarante (2003) acrescenta que o MEF se caracteriza como uma simulação, na qual pode ser recriado matematicamente o comportamento de um determinado sistema físico. Este método permite que o componente em estudo tenha forma geométrica, propriedades mecânicas e condições de contorno quaisquer, ocorrendo uma semelhança entre o modelo do MEF e a situação física real.

Meireles (2007) nos mostra que os métodos numéricos avançados, dos quais o método de elementos finitos (MEF) é o mais conhecido, são extremamente importantes para a definição e análise de estruturas complexas de engenharia, tais como naves espaciais, aviões, automóveis, edifícios, pontes, represas, recipientes de retenção, máquina-ferramenta etc. A modelação por elementos finitos apresenta-se hoje como um instrumento indispensável para a elaboração de projetos de engenharia.

Souza (2003) nos mostra que a ideia principal do método dos elementos finitos consiste em se dividir o domínio (meio contínuo) do problema em sub-regiões (meio discreto) de geometria simples (formato triangular, quadrilateral, cúbico etc.), conforme ilustra esquematicamente a Figura 01. Esta ideia é bastante utilizada na engenharia, área em que usualmente tenta-se resolver um problema complexo, subdividindo sua geometria em uma série de problemas mais simples ou menores, chamados de elementos finitos e, por intermédio deste procedimento, se faz a aproximação de uma solução exata, obtida por interpolação de uma solução aproximada.

Figura 01 – Malha de elementos finitos para um problema plano



Fonte: Souza (2003)

Meireles (2007) nos mostra que na definição da forma da malha, utiliza-se a funcionalidade do programa de elementos finitos de malhagem livre. Apenas se exige que cada linha do modelo seja dividida num número igual de partes, de tal forma a que a distribuição da malha seja mais detalhada nas zonas da peça com mais pormenores geométricos. Este critério permite manter uma maior uniformidade no processo de distribuição da malha durante o cálculo para os vários modelos.

De acordo com Sánchez (2001), os problemas resolvidos pelo MEF podem ser classificados em:

- Problemas de equilíbrio – análise estática;
- Problemas de autovalor – análise dinâmica; e,
- Problemas de propagação – análise transiente.

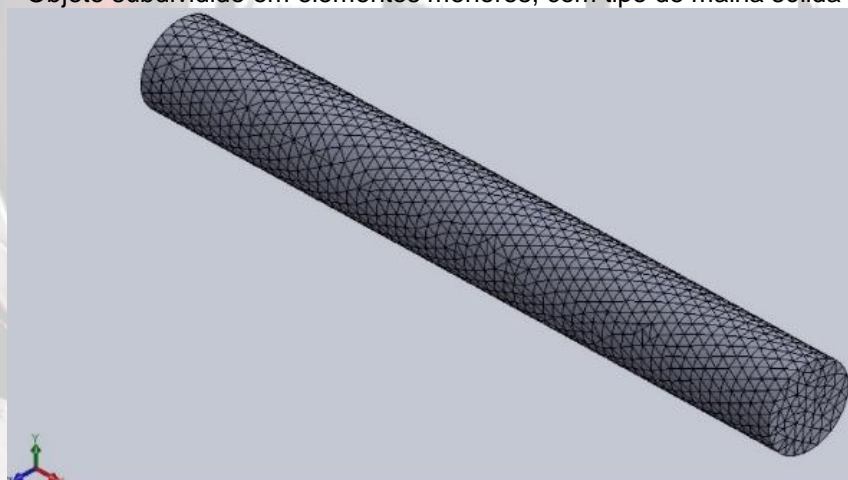
Apesar de brevemente, não podemos deixar de tratar de um assunto muito importante, como os três modos essenciais para a definição das etapas do MEF: pré-processamento, processamento e pós-processamento (BATHE, 1996, *apud* BORTHOLIN, 2014).

Pré-processamento

Na definição do problema e do domínio, se desenvolve o objeto e verifica o problema a ser tratado. Levam-se em consideração as condições iniciais e de contorno, carregamentos, hipóteses simplificadoras do objeto, o tipo de elemento a ser analisado, a geração de malha formada por esses elementos e a especificação das propriedades dos materiais.

Na discretização ou divisão do domínio em elementos, o objeto é subdividido em um número finito de elementos, conforme ilustra a Figura 02, e que podem ser um triângulo ou um quadrilátero, voltado para problemas em duas dimensões, ou tetraedros e hexaedros, para três dimensões. Esses elementos são compostos por nós internos e externos, que podem estar localizados no interior ou nas arestas do mesmo. Como condição, assume-se que esses elementos estão interligados entre si, por meio de nós localizados no contorno dos mesmos. O processo de discretização do contínuo depende muito da experiência e habilidade do engenheiro.

Figura 02
Objeto subdividido em elementos menores, com tipo de malha sólida



Fonte: Bortholin (2014)

Processamento

A etapa de processamento corresponde à fase de análise propriamente dita e, de acordo com o tipo de elemento escolhido anteriormente, a entrada de dados e análise incremental é aceita. É importante determiná-las para cada problema, pois essas funções representaram a distribuição exata ou real dos deslocamentos. Normalmente a função de interpolação adotada é a polinomial, devido à facilidade na manipulação matemática.

Ainda segundo Bathe (1996, *apud* BORTHOLIN, 2014), é no processamento que a rigidez da estrutura é avaliada (montagem da matriz de rigidez global), baseada nos modelos matemáticos que descrevem o comportamento físico dos materiais constituintes da estrutura analisada, ou seja, os modelos constitutivos que relacionam tensão e deformação no material. A partir disto, pode-se proceder à montagem e resolução de equações algébricas que resultarão nas soluções de um campo requerido, como, por exemplo, os deslocamentos.

Pós-processamento

Nesta última etapa do método, depende-se somente das necessidades do engenheiro que está modelando o problema.

Para Bortholin (2014), as equações diferenciais resolvidas descrevem o fenômeno em estudo, podendo ser representado pelo deslocamento, deformação, gradiente de tensão de acordo com o critério de resistência adotado etc.

Essas etapas implementadas em *softwares* específicos permitem ao usuário investigar em qualquer parte do modelo proposto construído, os resultados provenientes da etapa anterior, de maneira simples e eficiente, facilitando a interpretação e análise dos resultados, estimando, assim, a solução do problema proposto em um curto espaço de tempo.

Os resultados de uma análise obtidos pelo MEF demonstram algumas características que fazem com que certas informações sejam fundamentais,

por exemplo, as visualizações de campos vetoriais (deslocamentos) e de campos tensoriais (tensões e deformações).

Atualmente, os *softwares* apresentam também uma solução gráfica que facilita a análise do resultado. Por apresentar grandes vantagens na aplicação do método, o seu uso tem se difundido.

Podem-se citar algumas das principais vantagens disso, tais como propriedades do material em elementos adjacentes, as quais podem ser diferentes. E, isso, é o que permite a utilização do método em conjuntos de montagens e observar as respostas diferentes nas regiões de contato.

Outra vantagem é a de que o método pode ser utilizado em geometrias complexas, não se limitando apenas a geometrias simples, sendo utilizado em modelos com contornos irregulares.

Além das já citadas, os elementos podem possuir diferentes tamanhos em regiões específicas, refinando a análise em locais críticos, minimizando a análise em pontos de baixa sollicitação.

Conclui este conjunto de avanços, o fato de que o modelo permite a utilização em condições de contorno descontínuas sem grandes problemas.

MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma fresadora construída, porém, sem projeto técnico e teórico de fabricação, utilizando como base para construção da máquina apenas informações e imagens em fóruns relacionados ao assunto.

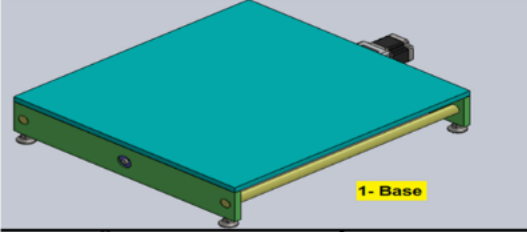
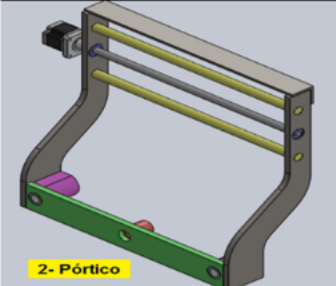
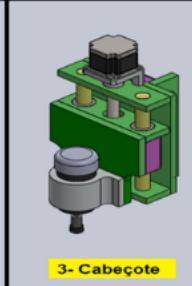
Empregamos o *software* de desenho assistido por computador (CAD 3D), em três dimensões *SolidWorks®*, para a confecção do protótipo digital, com o objetivo de se fazer as devidas simulações estáticas de flexão na estrutura e nos eixos de movimento linear da fresadora em questão.

Os materiais utilizados têm importância no critério de flexão de uma máquina-ferramenta.

Portanto, demonstraremos no Quadro 01, as características dos materiais utilizados na estrutura da fresadora em estudo.

Temos ilustrado, na Figura 03 abaixo, o protótipo que foi criado com o auxílio da ferramenta CAD, apresentando o conjunto da fresadora em estudo. Entende-se por conjunto o cabeçote, que é o conjunto de movimento linear do eixo **Z**, o pórtico, que é o conjunto de movimento linear do eixo **X**, e a base, que é o conjunto de movimento linear do eixo **Y**.

Figura 03 – Fresadora subdividida por conjuntos e suas massas

Figura da Fresadora em estudo	Conjunto	Massa (kg)
	1 - Base	34,751
	2 - Pórtico	17,962
 	3 - Cabeçote	14,685
	Total	67,398

Fonte: O Autor

Há, possivelmente, duas formas de se conhecer a deflexão de uma máquina-ferramenta, ainda na fase inicial do projeto, porém, será utilizado o método numérico para se conhecer a deflexão estrutural.

Blodget (1963, *apud* SANT'ANNA, NUNES e GOMES, 2009) apresenta uma literatura com o critério para análise de flexão em estruturas de máquina-ferramenta de precisão sendo (Δ / L) , em que a resultante da viga da estrutura da máquina-ferramenta, dividido pelo comprimento da mesma viga, a deflexão permitida no centro da viga deverá estar numa faixa entre 0,00001 e 0,000001 (mm / mm).

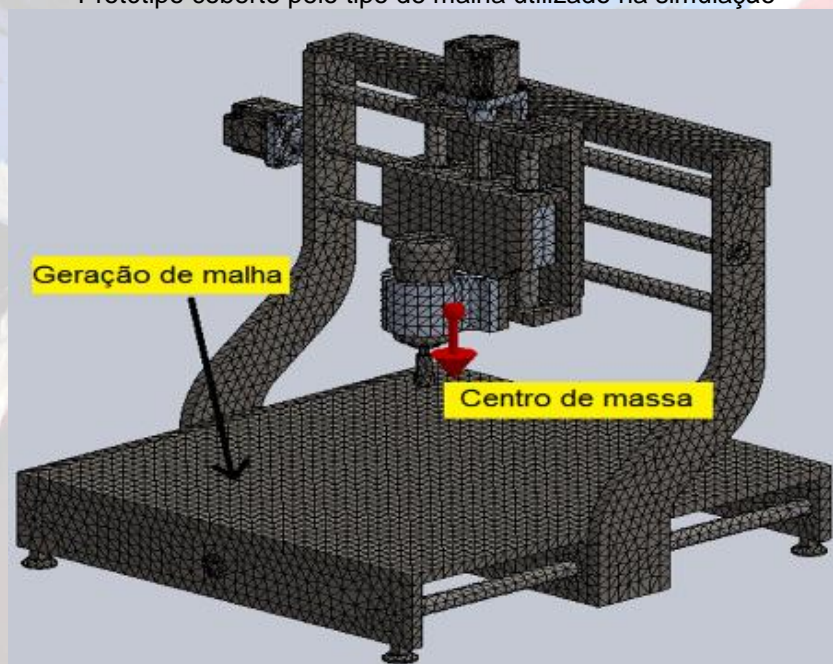
Para Shigley (2005), uma carga estática é uma força estacionária ou momento aplicado a um membro, e para ser estacionária, esta força ou momento não pode mudar em grandeza, pontos de aplicação e nem em direção de forma alguma.

Portanto, o desenho confeccionado em CAD 3D, teve todos os seus elementos e componentes fixados no desenho exatamente no ponto central dos eixos de movimento linear, ponto esse em que, segundo Nunes (2012), quando simplificando a estrutura de uma máquina-ferramenta a um pórtico plano, que é o caso da fresadora em questão, pode se obter a deflexão máxima de um eixo ou estrutura em estudo.

Para o ensaio do presente trabalho, utilizou-se o *software SolidWorks®*, com a ferramenta de elementos finitos, simulando os esforços no protótipo CAD 3D da máquina.

Aplicou-se o sistema de malhagem livre, o qual aparece com o tipo de malha fina, que pode ser visto na Figura 04, tetraédrico de ordem superior, o software automaticamente encontra o centro de massa total, aplica-se a aceleração da gravidade no conjunto atuando no valor de $9,81\text{m/s}^2$.

Figura 04
Protótipo coberto pelo tipo de malha utilizado na simulação



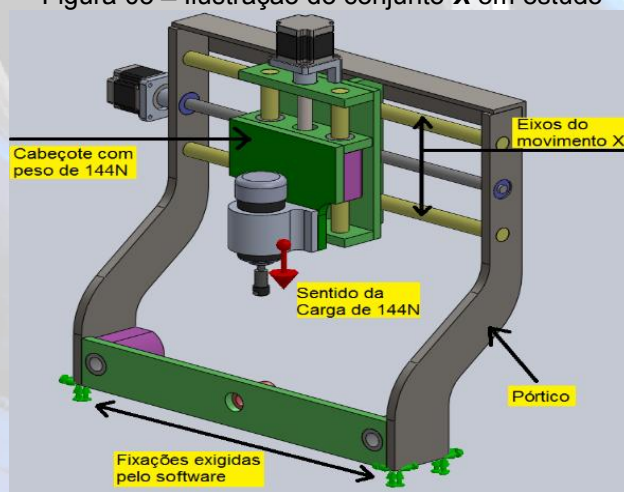
Fonte: O Autor

Para a análise da deflexão do eixo de movimento linear **X**, simplificou-se a estrutura da fresadora, deixando evidente somente o pórtico, que é o conjunto do eixo de movimento linear **X**, onde aparece a deflexão a ser estudada, e o cabeçote, que é o conjunto de movimento linear do eixo **Z**, que

representa a carga de 144N, a ser aplicada para o estudo da deflexão do eixo citado.

Utilizaram-se dois pontos de fixações na parte inferior do pórtico, fixações essas que são exigidas pelo *software*. A Figura 05 nos ilustra esta afirmação. Para um melhor entendimento, os conjuntos pórtico e cabeçote, os eixos de movimento linear *X*, as fixações exigidas pelo *software* e o sentido da carga que é aplicada.

Figura 05 – Ilustração do conjunto *X* em estudo



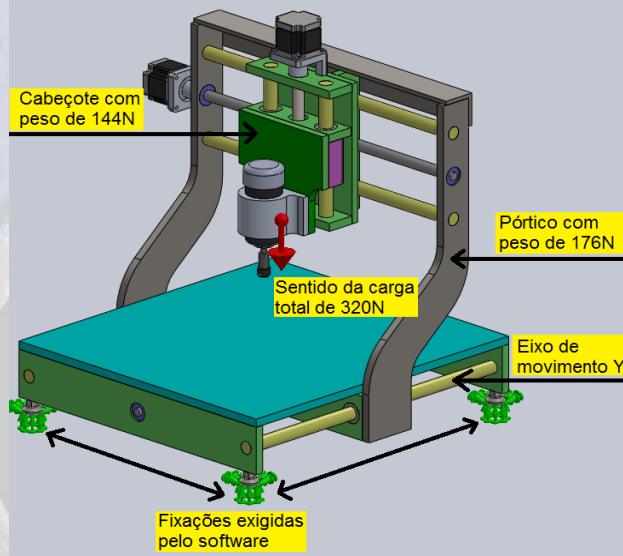
Fonte: O Autor

Para o estudo dos eixos de movimento linear *Y*, tem-se a fresadora montada por inteiro, onde a base, que comporta os eixos de movimento linear *Y*, eixos esses que estão sendo analisados nesse caso, recebe a carga simultânea dos conjuntos cabeçote com 144N, e pórtico com 176N, que representa um total de carga a ser aplicada no estudo de deflexão do eixo de movimento linear *Y* de 320N.

As fixações exigidas pelo *software* para esse caso estão somente nos pés de apoio da fresadora. A Figura 06 ilustra o que se atesta.

E, para um melhor entendimento, os conjuntos pórtico e cabeçote, com suas respectivas cargas, a base com os eixos de movimento linear *Y*, as fixações exigidas pelo *software* e o total e sentido da carga aplicada.

Figura 06 – Demonstração do conjunto Y em estudo



Fonte: O Autor

Por fim, temos o deslocamento total, com as características para a simulação, exemplificada na figura 06, sendo mensurado o deslocamento total na posição do eixo-árvore, que terá como resultado, a somatória das deflexões do eixo de movimento linear **X** e o eixo de movimento linear **Y**. Portanto, teremos um total de 02 simulações e 03 locais analisados, aferindo medida ao estudo do aqui descrito.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No caso da fresadora em estudo, a distância dos pontos de apoio dos eixos de movimentos lineares que estão na horizontal (**X** e **Y**) é respectivamente de 475 mm:

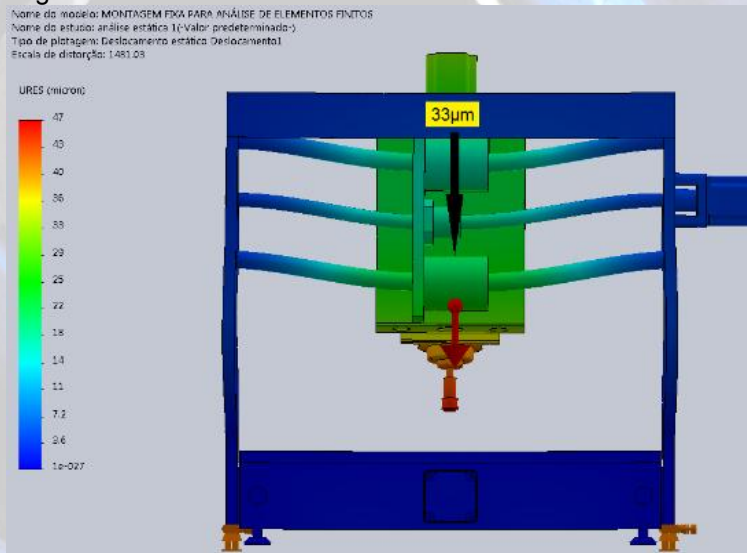
$$\text{Logo: } (475 \cdot 0,00001) = 0,00475 \text{ ou } 4,75 \mu\text{m}$$

$$(475 \cdot 0,000001) = 0,000475 \text{ ou } 0,475 \mu\text{m}$$

Ou seja, para enquadrar nesse critério, a deflexão em todos os locais de medida na fresadora deverá ficar entre 4,75µm a 0,475µm. Para efeito de projeto, utiliza-se o maior valor, ou seja, abaixo de 4,75 µm, qualquer valor será aceito.

A Figura 07, abaixo, apresenta a análise no eixo de movimento linear **X**, juntamente com as posições dos acessórios de fixação na parte inferior do pórtico, em cor laranja, pertinente à simulação, com a aplicação da carga do cabeçote (conjunto **Z**) no valor de 144N.

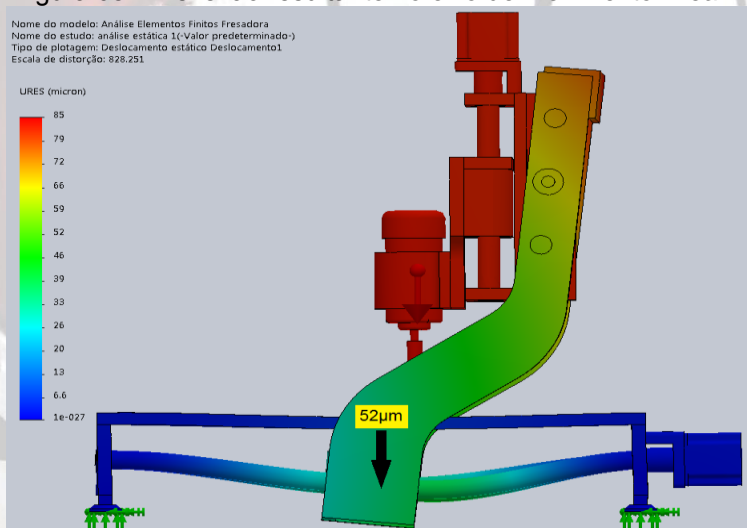
Figura 07 – Deflexão resultante no eixo de movimento linear **X**



Fonte: O Autor

A Figura 08, por sua vez, apresenta a análise no eixo de movimento linear **Y**, com os acessórios de fixação em cor verde, aplicados somente no pé de apoio da máquina, sendo a carga do pórtico e cabeçote (conjunto **X** e **Z**) aplicada no valor de 320N.

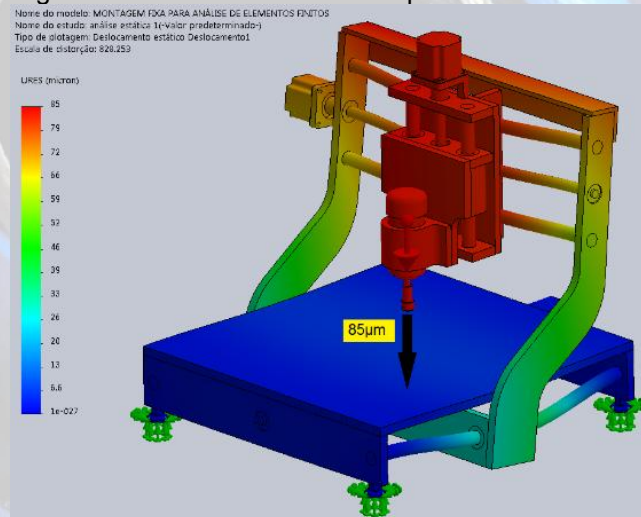
Figura 08 – Deflexão resultante no eixo de movimento linear **Y**



Fonte: O Autor

Por fim, a Figura 09, a seguir, apresenta a análise no conjunto inteiro, tendo as mesmas características de fixações e cargas da Figura 08, acima, diferenciando somente o local de medição, demonstrando o deslocamento total resultante das somatórias dos eixos, deslocamento que aparece na posição do eixo-árvore.

Figura 09 – Deflexão máxima no ponto do eixo-árvore



Fonte: O Autor

Através do critério apresentado por Blodget (1963, *apud* SANT'ANNA, NUNES e GOMES, 2009), a deflexão máxima permitida para o caso em estudo é de 4,75 µm.

No presente estudo, obtivemos valores muito superiores em relação ao critério em todos os eixos estudados e, também, no deslocamento resultante na posição do eixo-árvore, conforme apresentou o Quadro 03.

Portanto, nota-se que a fresadora em estudo atenda a tal critério, devem ser realizadas algumas possíveis modificações na máquina, tais como: aumento do diâmetro dos eixos de movimentos lineares ou substituição dos eixos lineares por guias lineares apoiadas.

Isso poderia ser feito também por intermédio de substituições de materiais da estrutura, por materiais mais leves, ou ainda, por meio da alteração no centro de massa e um novo estudo para possível validação.

CONCLUSÃO

Conclui-se, então, que com o valor obtido de 4,75 μm para a deflexão superior, com os critérios estabelecidos. Através das simulações estáticas, chega-se a valores superiores em todas as partes mensuradas da fresadora em estudo.

Para o eixo-árvore, a somatória das deflexões dos eixos de movimentos lineares *X* e *Y* obteve um deslocamento de 85 μm .

Ressaltamos que as torções existentes em todo o conjunto, possivelmente foram ocasionadas pelas irregularidades do centro de massa.

Ficou evidente que a utilização de um *software* de simulação durante o projeto de máquina-ferramenta auxilia o entendimento das relações interdependentes de esforços e reduz os custos de fabricação de equipamentos fora das especificações necessárias para atender ao projeto.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, M. V. Análise de tensões em dentina restaurada com pinos intra-radulares de diferentes materiais. *Dissertação de Mestrado em Ciências da Engenharia Metalúrgica*. Pontifícia Universidade Católica: Rio de Janeiro, 2003.

BORTHOLIN, R. C. Contribuição para aplicação de novos materiais em hastes intramedulares para o uso veterinário. *Dissertação Mestrado em Engenharia Mecânica*. Escola de Engenharia de São Carlos: Universidade de São Paulo, São Carlos, 2014.

BUDYNAS, R. G.; NISBETT, J.K. *Elementos de Máquinas de Shigley*. Projeto de Engenharia Mecânica. Porto Alegre: AMGH, 2011.

GIANNOTTI, V. *História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

LETA, F. R. et al. Métodos de melhora de ordenação em DEA aplicados à avaliação estática de tornos mecânicos. *Investigação Operacional*, v.25, n.2, p. 229-242, 2005.

LOTTI, R. S. et al. Aplicabilidade científica do método dos elementos finitos. *R Dental Press Orton Ortop Facial*. Maringá, v. 11, n. 2, p. 35-43, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/revistas/dpress/paboutj.htm>. Acesso em 28 de Ago. de 2014.

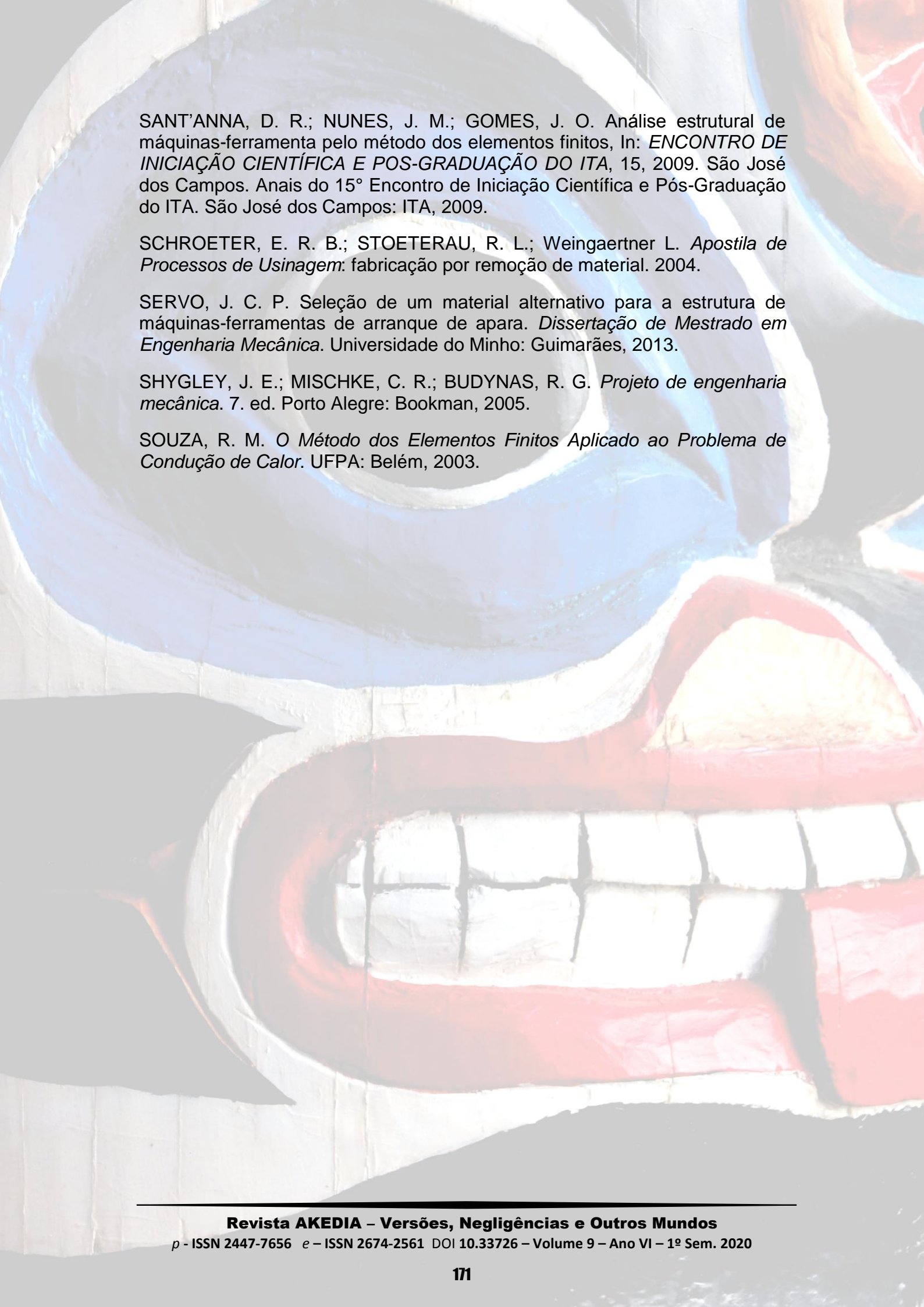
MEIRELES, J. F. B. Análise dinâmica de estruturas por modelos de elementos finitos identificados experimentalmente. *Tese de Doutorado em Engenharia Mecânica*. Universidade do Minho: Guimarães, 2007.

NAVARRO, R. F. A. Evolução dos Materiais. Parte1: da Pré-história ao Início da Era Moderna. *Revista Eletrônica de Materiais e Processos*. Departamento de Engenharia de Materiais da UFCG: Campina Grande, v.1, p. 01-11, 2006. Disponível em: <http://www.dema.ufcg.edu.br/revista/>

NUNES, J. M. Uma abordagem metodológica para seleção de máquina-ferramenta para o fresamento de componentes estruturais aeronáuticos. *Tese de Doutorado de Ciências em Engenharia Aeronáutica e Mecânica*. Instituto Tecnológico de Aeronáutica: São José dos Campos, 2012.

SÁNCHEZ, C. A. A. Estudo de impacto usando Elementos Finitos e análise não linear. *Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica*. Escola de Engenharia de São Carlos: Universidade de São Paulo, São Carlos, 2001.

SANDVIK©. *Configuração de máquinas-ferramenta – Número de eixos*. 2014. Disponível em: http://www.sandvik.coromant.com/en-gb/knowledge/milling/getting_started/machines_for_milling/pages/default.aspx. Acesso em 04 de Set. de 2014.



SANT'ANNA, D. R.; NUNES, J. M.; GOMES, J. O. Análise estrutural de máquinas-ferramenta pelo método dos elementos finitos, In: *ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E POS-GRADUAÇÃO DO ITA*, 15, 2009. São José dos Campos. Anais do 15º Encontro de Iniciação Científica e Pós-Graduação do ITA. São José dos Campos: ITA, 2009.

SCHROETER, E. R. B.; STOETERAU, R. L.; Weingaertner L. *Apostila de Processos de Usinagem: fabricação por remoção de material*. 2004.

SERVO, J. C. P. Seleção de um material alternativo para a estrutura de máquinas-ferramentas de arranque de aparas. *Dissertação de Mestrado em Engenharia Mecânica*. Universidade do Minho: Guimarães, 2013.

SHYGLEY, J. E.; MISCHKE, C. R.; BUDYNAS, R. G. *Projeto de engenharia mecânica*. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

SOUZA, R. M. *O Método dos Elementos Finitos Aplicado ao Problema de Condução de Calor*. UFGA: Belém, 2003.

PERSPECTIVAS DA RESILIÊNCIA NO EMPREENDEDORISMO FEMININO

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p172-191](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p172-191)

TACELI, Izabel Cristina¹
SANTOS, Geisiane Rodrigues dos²

RESUMO: Na seara da psicologia organizacional, a resiliência vem sendo tratada fundamentalmente em face das perspectivas, ações e possíveis avanços que pode ofertar ao contexto empresarial. Assim, o objetivo principal deste artigo é o de pensar o constructo da resiliência, aplicando-o ao empreendedorismo feminino contemporâneo. Para a elaboração da pesquisa, os procedimentos metodológicos adotados foram os da revisão bibliográfica, combinada com a pesquisa qualitativa. A hipótese de trabalho foi a de que o processo adaptativo poderia influenciar os debates e a expansão do empreendedorismo feminino. Este fato nos permitiu investigar algumas características desta resiliência que fossem capazes de formar o comportamento empreendedor da mulher, ao mesmo tempo em que contribuintes para facilitar ou dificultar a inclusão feminina aos contextos permeados pela figura masculina. A temática se torna ainda mais relevante, visto que a resiliência tem um papel proeminente para a superação das condicionantes de alteridade das mulheres, quando elas se veem diante da intensa competitividade em diferentes postos no mercado de trabalho. Como resultados de nosso estudo, aponta-se que a compreensão efetiva da resiliência e do papel da mulher dentro do cenário organizacional exige mudanças profundas de cunho social, econômico e cultural, pois o ser humano pode ser entendido como um tipo de sujeito que se faz em função de suas relações no mundo e, com o mundo, constrói a sua história.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento, características empreendedoras, empreendedorismo feminino, resiliência

ABSTRACT: In the field of organizational psychology, resilience has been treated fundamentally in view of the perspectives, actions and possible advances that can affect the business context. Thus, the main objective of this article is to think about building resilience, applying it to contemporary female entrepreneurship. For the preparation of this research, the methodological procedures adopted were those of bibliographic review, combined with a qualitative research. The working hypothesis was an adaptive process that could influence debates and expand female entrepreneurship. This fact allowed us to investigate some characteristics of this resilience that were capable of forming the entrepreneurial behavior of women, while contributing to facilitate or hinder female inclusion in the contexts permeated by the male figure. The theme becomes even more relevant, since resilience has a prominent role in overcoming the conditions of otherness of women, when they are faced with intense competition in different positions in the labor market. As a result of our study, it is pointed out that the effective understanding of the resilience and role of women within the organizational scenario requires profound social, economic and cultural changes, as the human being can be understood as a type of subject that is made in function of its relations in the world and, with the world, it builds its history.

KEYWORDS: Behavior, entrepreneurial characteristics, female entrepreneurship, resilience

¹ Mestre em Psicologia pela Universidade Católica de Brasília e docente do Colégio Técnico e Faculdade – UNITERP. Membro do Grupo de Pesquisa Direito e (IN) tolerância Religiosa e do Grupo de Pesquisa Internacional e Grupo de Pesquisa Estudos Luso Brasileiro do Audiovisual – CNPq/UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais.

² Mestre em Matemática pela Universidade Cruzeiro do Sul e docente da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG/Frutal.

INTRODUÇÃO

Os cenários e econômicos em constante mutação, demandam dos pesquisadores a instituição de espaços de debate em que se discutam e se refaçam a fundamentação do empreendedorismo. Assim, o mundo pode se abrir mais facilmente para a compreensão e importância do empreendedorismo em novos contextos, ao mesmo tempo em que permite ao cientista social buscar novas formas de desenvolver, na sociedade, valores os quais essencialmente as pessoas sejam representadas por meio de suas lideranças empreendedoras.

O que se pergunta, em princípio, é o que levaria as mulheres a assumirem papéis de liderança no universo do empreendedorismo, dentro de um ambiente pautado por extrema hostilidade à sua presença? Outra questão que surge deste mote é a de sabermos de onde emana a força da mulher para superar estes e outros obstáculos? Em suma, é de muita importância que compreendamos como a resiliência social, cultural, organizacional é aliada das mulheres empreendedoras.

Neste sentido, o entorno da questão da resiliência feminina no mercado de trabalho também gira ao redor do entendimento do termo “empreendedorismo”. Inicialmente, vemos que não se trata de uma disciplina acadêmica como a Psicologia, a Sociologia, a Física ou a Matemática, mas sim de um domínio particular, pelo fato de não existir um consensual científico robusto para esclarecer a natureza das relações que aqui se propõem.

Por outro lado, observa-se um conjunto de fatores práticos que são baseados nas performances geradoras de riquezas, desenvolvimento e crescimento em sociedades que se utilizam desta prática. É assim que autores como Baggio e Baggio (2014, p. 27) ou Hisrich & Peter (2004) ponderam sobre dois destes aspectos: o do desenvolvimento da teoria do empreendedorismo; e, o da terminologia empreendedora.

No entanto, ainda na Idade Média, e estendendo-se até o ano de 1985, vimos ocasionalmente acontecer uma preocupação em se construir uma definição mais exata sobre o que seria o empreendedorismo. Daí, é que emerge a ideia de que empreendedorismo é um processo que implica na

criação de algo que seja diferente, capaz de gerar valor, e que demande dedicação de tempo e de esforço necessários ao sucesso da ideia, requisitando dos atores que assumam os riscos financeiros, psicológicos e sociais correspondentes aos processos e, conseqüentemente, sujeitos recebedores das recompensas, da satisfação econômica e do prestígio pessoal.

E foi também, em meados dos anos 1980, que o empreendedorismo, e seus desdobramentos no empreendedorismo feminino, passou a ser objeto de estudos mais adensados, elevando-o a um patamar político e econômico de maior autoridade. Nessa perspectiva de construção conceitual e de diversificação das abordagens, é que se lê, que:

As principais teorias que abordam o empreendedorismo são: a teoria econômica e a teoria comportamentalista. A teoria econômica, também conhecida como schumpeteriana, demonstra que os primeiros a perceberem a importância do empreendedorismo foram os economistas. Estes estavam primordialmente interessados em compreender o papel do empreendedor e o impacto da sua atuação na economia. Três nomes destacam-se nessa teoria: Richard Cantillon, Jean Baptiste Say e Joseph Schumpeter (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 27).

Porém, ao lado disso, se observa que na realidade os economistas preocupados com o empreendedorismo, não conseguiram criar uma ciência comportamentalista, voltando-se, por sua vez, aos aspectos organizacionais da circulação, da gestão e da produção de bens. Por sua vez, a essência da teoria comportamentalista passou a se referir diretamente aos especialistas do comportamento humano, isto é, aos psicólogos, aos psicanalistas, aos sociólogos, entre outros. Assim, importa salientar que:

Um dos primeiros autores desse grupo a demonstrar interesse foi Max Weber. Ele identificou o sistema de valores como um elemento fundamental para a explicação do comportamento empreendedor. Via os empreendedores como inovadores, pessoas independentes, cujo papel de liderança nos negócios inferia uma fonte de autoridade formal. Todavia, o autor que realmente deu início à contribuição das ciências do comportamento foi David C. McClelland (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 28).

Sendo, portanto, um dos principais autores a tratar do papel do homem e sua relação com os negócios na sociedade, viu que sua contribuição poderia ser importante para elevar os indicadores econômicos, além de McClelland, indicamos que outros pesquisadores se aprofundaram na busca compreensão do empreendedorismo como fonte das realizações pessoais. Mas, cabe destacar, que isto não está atrelado de modo incorruptível ao sucesso dos empreendedores especificamente.

Conjuntamente, portanto, economistas e comportamentalistas uniram seus esforços para ampliarem as características que fazem parte do comportamento empreendedor. Visto que o referencial teórico dos economistas pautou-se nos aspectos voltados para a inovação, enquanto que os comportamentalistas focaram nas atitudes, na criatividade e na intuição. Sendo assim, é salutar afirmar, que “o empreendedor apresenta um papel particular, isto é, ele diferencia a função empreendedora e a função capitalista” (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 28).

Nota-se que deste “epicentro” surgem novos paradigmas que compõem e renovam os cenários, trazendo abordagens diferenciadas, enredando fatores socioeconômicos, como aquele visto na “Teoria da Mudança”, a partir da qual se define como metodologia, “um conjunto de diretrizes, que orientam os empreendedores sociais a concretizarem o seu objetivo último – mudança social” e ainda prescreve que “os empreendedores sociais fazem um mapeamento dos requisitos e condições necessárias para o seu fim, e desenvolvem indicadores para medir os progressos e resultados, avaliando assim o desempenho da sua iniciativa de mudança” (BAGGIO; BAGGIO, 2014, p. 30).

Nesse contexto, enfim, notou-se que as mulheres estariam cada vez mais ocupando o seu lugar no domínio do empreendedorismo, apresentando aos teóricos do tema especificidades, cujas características se faziam recair sobre o volume dos negócios, criando novas oportunidades e novos postos de trabalho na sociedade.

EMPREENDEDORISMO NA CONTEMPORANEIDADE

No Brasil existem alguns órgãos e instituições que trabalham, medem, analisam e defendem as ações voltadas para o empreendedorismo. Dentre elas, evocamos o SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), e o IBPQ (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade), além de universidades que contam com projetos de extensão, pesquisas e também as empresas que se fazem engajar na ampliação e no reconhecimento de todos os modelos de negócios por todo o país.

A ideia aqui é a de verificar o panorama científico de algumas pesquisas sobre o tema. E, nesse espectro, observamos um programa de pesquisas, com colaboradores nacionais e internacionais, intitulado GEM – Global Entrepreneurship Monitor, que apresenta uma proposta:

[...] baseada em avaliações sobre o nível de atividade empreendedora nacional para todos os países participantes, envolvendo uma exploração do papel do empreendedorismo no crescimento econômico nacional, revelando a riqueza das características associadas com a atividade empreendedora [...] (GEM, 2018, p. 07).

O GEM, com sede no Brasil e no exterior, foi criado a partir de instituições renomadas como a “Business School” (Inglaterra) e o “Babson College” (Estados Unidos). Desde então (aproximadamente isso remonta ano de 1999), anualmente são apresentados relatórios que elucidam os atores sociais, políticos e econômicos sobre as principais características atinentes ao empreendedorismo.

Essa extensa trajetória de 20 anos do GEM, começou com a participação de dez países. Ao longo desse tempo, mais de 100 outros se integraram em regime de revezamento e, em 2018, firmam-se em número de 49. Estes, por sua vez, manifestam a compreensão de que “a maior e mais complexa pesquisa cooperativa sobre empreendedores e seus empreendimentos no mundo”, é aquela que se propõe a estudar o ambiente, “para criar e manter novos negócios”. Sua eficácia será mensurável, na medida em que se “apura a percepção com que cada sociedade”, em cada um dos

países membros, “manifesta certo grau de compreensão sobre o empreendedorismo” (GEM, 2018, p. 07). Desse modo, reúnem-se informações com os seguintes resultados:

- O primeiro processo consiste na coleta de dados junto a uma amostra representativa da população brasileira de indivíduos, entre 18 a 64 anos, buscando identificar as atitudes, as atividades e as aspirações da população em relação ao empreendedorismo. Esse processo é chamado de “Pesquisa com a População Adulta” ou simplesmente APS.
- O segundo processo de coleta de dados busca avaliar as condições objetivas para o desenvolvimento de atividades empreendedoras e para a criação de novos negócios no país. Essa sondagem é conduzida por meio de entrevistas com profissionais – por intermédio de pesquisas denominadas de “especialistas” – que são detentoras de conhecimento e experiência expressivos na temática do empreendedorismo e suas variantes. Trata-se de uma amostragem intencional, em que os especialistas selecionados são instados a identificar e a avaliar os fatores que contribuem e os fatores que limitam a atividade empreendedora no país. Esse processo é chamado de “Pesquisa com Especialistas”, ou simplesmente NES (GEM, 2018, p. 07).

O estudo proposto pelo GEM retrata o contexto do empreendedorismo de forma parcial. Todavia, é útil, pois retrata aspectos multifacetados do empreendedorismo, instituindo análises metodológicas aprofundadas que se fazem constar numa publicação denominada *Empreendedorismo no Brasil – 2018*. Tema este que não detalharemos, visto que o foco desse artigo é observar a resiliência feminina no empreendedorismo nos dias atuais.

Outro ponto importante da pesquisa do GEM é que ela entrevista especialistas nacionais, selecionados intencionalmente. Dentre eles estão profissionais, acadêmicos, agentes do setor público ou privado, empreendedores experientes, incluindo-se, assim, atores que apresentem uma visão dos negócios desenvolvidos no Brasil, a fim de obter melhores respostas às condicionantes que levam a empreender no país.

Utilizando-se de uma coleta de dados, chamada de NES – National Experts Survey, verifica-se como “o financiamento para os novos negócios, políticas e programas governamentais de apoio ao empreendedorismo,

educação e capacitação, desenvolvimento tecnológico e infraestrutura entre outros tantos aspectos ligados ao tema”, podem e precisam acontecer em todos os ambientes geradores de negócios (GEM, 2018, p. 21).

Para estes especialistas supracitados, foram apontados alguns resultados:

Os principais fatores apontados estão relacionados com as “políticas governamentais” (73,8%), sendo os aspectos ligados aos tributos e à burocracia ainda os mais lembrados. Em segundo lugar, no número de menções apresentadas, está o fator “apoio financeiro”. Para 42,9% dos especialistas, a restrição de crédito ao empreendedor, aliada à dificuldade para acessar os recursos financeiros, quando disponíveis, representam uma importante barreira para o empreendedor no Brasil. Em seguida, é citado por 40,5% dos especialistas, o fator “educação e capacitação”, que pode limitar as possibilidades de se alcançar um empreendedorismo com mais impacto econômico e social, dada a formação geral e técnica que os empreendedores recebem, dificultando, assim, a lida com os negócios (GEM, 2018, p. 22).

Por conseguinte, podemos salientar que os dados apresentados pelos especialistas não se tratam de planos a serem aplicados em curto prazo, e sim, são sugestões, ou mesmo provocações, que podem ser implementadas ou que já precisam ser aperfeiçoadas no contexto de negócios no Brasil. Assim, à medida que ocorrem mudanças contínuas nos cenários corporativos, os estudos avançam paralelamente, construindo saberes adicionais ao assunto.

EMPREENDEDORISMO FEMININO

A ideia central em análise é a de investigar a natureza do papel feminino no empreendedorismo. Num panorama enrijecido pela práxis dos negócios, a mulher agrega ao ambiente mais sensibilidade, sendo ela um ser que, por natureza, é intuitivo e, neste caso, a mulher teria nascido, então, com instinto natural para empreender e para se desdobrar em vários papéis sociais.

Além disso, a mulher sabe aproveitar as habilidades, antes tidas como domésticas, para gerar renda: trabalhos manuais, artesanato, limpeza em geral, bordar, costurar, cozinhar, dentre outras coisas. Estes e outros afazeres, não raro, são transformados em negócios.

Autores como Candaten, Zanatta e Trevisan (2016, p. 03) analisam o ponto de vista de Lindo (2004) sobre a participação das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo as que são donas de casa. Neste paradigma, vê-se que, num certo recorte temporal, houve crescimento considerável da inserção feminina, fenômeno que pode ser atribuído ao perfil inato do sujeito feminino, à forma de liderarem afetivamente as pessoas, crianças, os idosos, visto que elas tendem a se adaptarem mais rapidamente a diversas situações.

Tais características que são a cada dia mais demandadas no mundo empresarial, atingem um nível esperado e desejável no âmbito do trabalho e no desenvolvimento de carreiras. Por conseguinte, o entrecruzar dos papéis femininos embrincam-se aos estudos de cunho científicos, fazendo surgir relevantes contribuições sobre a participação da mulher no mercado de trabalho.

Esta intervenção feminina no contexto do empreendedorismo é descrita por estudiosos como Cassol (2006); Marasea e Andrade (2006) *apud* Franco (2014). E, posteriormente, noutros estudos, com foco no empreendedorismo (CARVALHO NETO; TANURE; ANDRADE, 2010). E, ainda, nas pesquisas de Grzybovski *et al* (2002), que deram importância ao fator diferencial que a mulher trouxe ao ambiente dos gestores.

Assim sendo, “a mulher constrói um sentimento de comunidade, através do qual une os membros da organização, conseguindo criar um laço que faz com que aprendam e acreditem uns nos outros”. Aí, se destacam a forma das mulheres se comunicarem e ao mesmo tempo demandar “informações” pertinentes ao ambiente de trabalho, como exposto pelos autores nesse estudo e, em particular (GRZYBOVSKI; BOSCARIN; MIGOTT, 2002).

Já, Loureiro, Costa e Freitas (2012), enfatizam o papel que a mulher ocupa na sociedade, na família, no casamento, com os filhos, nas tarefas da casa e nas responsabilidades do lar. Especificamente, as enquadra em sua relação com o marido (CARVALHO NETO, TANURE, ANDRADE, 2010), acentuando-se, nisso, que as mulheres são multifacetadas, ou seja, conseguem executar diversas tarefas simultaneamente.

Os autores Candaten, Zanatta e Trevisan (2016) analisam ainda o ponto de vista de autores (ZIBETTI; PEREIRA, 2010), os quais se referem à questão da “inserção da mulher em um espaço que antes era somente masculino”, o que acabou por fazer com que ela “anexasse às funções domésticas o trabalho fora de casa, sobrecarregando-a com uma dupla jornada”.

Além disso, a mulher sofre diariamente uma dura competitividade em relação aos homens, disputando vagas que, no decorrer do tempo, foram ocupadas por eles. Sem dizer que quanto ao aspecto relacionado ao gênero as colocaram sempre em posição de desvantagem no ambiente de trabalho, focando-se em *status* como os do “estado civil, da maternidade, do assédio sexual e moral” (LAGES; DETONI; SARMENTO, 2005).

Desse modo, na contemporaneidade é importante observar o papel empreendedor da mulher e o desbravamento que ela vem alcançando no cenário empreendedor. Este posicionamento vem se equilibrando com o da participação masculina, e vem se fortalecendo devido à capacidade dela em resistir às adversidades, lidar com situações conflitantes, ao seu perfil proeminente criativo e empreendedor, que as remete a um dom peculiar do feminino.

Porém, cabe ressaltar, a característica empreendedora é uma peculiaridade válida tanto para o sexo masculino quanto para o feminino. E nisso, o desenvolvimento dessa competência independe da profissão, de classe social e do lugar onde se vive. Envolve, por sua vez, um conjunto de características que vão desde a aptidão para assumir riscos, à persistência e ao comprometimento, ou mesmo em saber buscar informações e estabelecer metas. Por fim, saber lidar com o sucesso e sobreviver no mundo competitivo do mercado de trabalho é condição *sine qua non*, que move as empreendedoras e, também os empreendedores.

PERFIL FEMININO MULTIFACETADO

A mulher, em sua trajetória, percorreu um processo social gradativo, por vezes doloroso e adormecido ao longo da história. Todos os desafios

enfrentados trouxeram à luz uma pessoa que empreende e busca renovar-se, libertando-a de toda submissão sofrida, galgando gradualmente os seus direitos, emergindo de um lugar de intenso silêncio para ser verdadeiramente ouvida e percebida pela sociedade.

E estes são mais do que dados oriundos da percepção pessoal ou coletiva. A ciência ratifica esse percurso nos dias de hoje, por meio de estudos relevantes voltados para a compreensão do feminino organizacional, fazendo despontar um novo olhar que conta um pouco da luta das mulheres quanto à sua inserção no mundo do trabalho.

Também neste sentido, é que Teixeira (2012, p. 97) afirma que a mulher incorporou na história corporativa global, um tipo de fluxo que pode ser descrito em etapas como estas:

- a mulher do início dos tempos;
- o papel da mulher no período colonial;
- a entrada da mulher no mercado de trabalho – a revolução industrial como marco impulsionador;
- o processo de evolução da mulher no mercado de trabalho;
- os marcos conquistados pelas mulheres ao longo da história;
- as mulheres que fizeram diferença na história;
- o perfil atual da mulher no mercado de trabalho;
- as diferenças de salários nos gêneros;
- as empresas que possuem mulheres como líderes; e,
- o que as empresas têm exigido dos novos profissionais.

E arremata esse histórico, dizendo que, a respeito do aspecto relacionado ao perfil empreendedor:

A visão de mercado e o perfil empreendedor feminino aparecem em larga escala, elas se mostram inovadoras e fazem um preparo maior que eles na hora de abrir um negócio, também conseguem lucrar sem estresse uma vez que em se tratando de franquias elas estão à frente

lucrando mais que os homens pelo simples fato de não reclamarem das dificuldades em conseguir financiamento para suas empresas, e lutam até conseguir e serem bem sucedidas. A persistência e a perseverança tornam-se fatores decisivos nesse âmbito (TEIXEIRA, 2012, p. 116).

Tais aspectos postos em cotejamento demonstram os traços de uma função multifacetada que a mulher possui em toda a sua trajetória, sem dizer sobre os fatores de conciliação de seus múltiplos papéis na vida pessoal e profissional. Soma-se a estas características, verifica-se um grau aprofundado de persistência, o que, não raro, a leva a conquistar as metas estabelecidas.

Nessa perspectiva, Teixeira e Gama são autores que apresentam algumas definições em torno do empreendedorismo importantes:

As definições acerca do empreendedor são amplas e vêm sendo conceituadas por diversos estudiosos que contemplam a teoria desde o século XVII. Dado isso, é coerente ressaltar que esse fenômeno é multifacetado e não pode ser compreendido por uma única lógica. Entretanto, quando se refere à origem das definições do vocábulo, é pertinente reiterar que foi o economista Joseph Alois Schumpeter no século XX que alcançou com êxito o significado de empreendedorismo (TEIXEIRA; GAMA, 2018, p. 01).

Dessa forma, as conceituações apresentadas dão contributos para melhor caracterizar o perfil necessário ao empreendedor, enfatizando que a inovação é um aspecto fundamental no âmbito organizacional, ou seja, descortina a capacidade de buscar novos produtos, serviços, gerando possibilidades econômicas e inovadoras, que partem do senso comum e estabelecem uma identidade que potencializa as oportunidades e promove importantes mudanças e transformações.

Nesse caso, independentemente do perfil ser do sexo masculino ou feminino, parte-se da premissa de “que a mulher empreendedora se enquadra nesse parâmetro, pois é perceptível que a mesma conquistou espaço significativo e continua progressivamente se fortalecendo no mercado” (TEIXEIRA; GAMA, 2018, p. 01).

A mulher impacta significativamente a economia, levando-se em conta um conjunto de valores que impulsiona o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico do país. Faz-nos crer nisso, o fato de que:

A assertiva é contundente, visto que os estudos mostram que no cenário brasileiro o aumento de mulheres que empreenderam superou o índice dos homens. Os dados indicam que, entre 2012 e 2015, cerca de 15,1% dos empreendimentos, com 3,5 anos de atividade pertenciam ao público feminino, o que, certamente, comprova que os empreendimentos femininos são crescentes. Nesse mesmo parâmetro, os dados concluíram que 51% dos empreendimentos iniciais também foram representados por mulheres, considerado uma progressão relevante, visto que as mesmas possuem características empreendedoras que contribuem para tornar as empresas mais sólidas e lucrativas (TEIXEIRA; GAMA, 2018, p. 01).

Diante disso, vale informar, que os resultados apresentados identificaram a feição da mulher empreendedora no Município de Rondon, no Estado do Pará. Ali, discutiram-se dois aspectos: a) se a atividade empreendedora surgiu de uma necessidade ou, se surgiu b) de oportunidade das mulheres analisadas. A pesquisa observou, ainda, a importância de se identificar as dificuldades e os desafios que as mesmas enfrentaram em relação ao mercado de trabalho, condições que, para este nosso estudo, foram de enorme valia, uma vez que alimentaram as fases iniciais de nossa revisão bibliográfica.

RESILIÊNCIA FEMININA

Dentre as problemáticas apresentadas em relação à mulher empreendedora estão sua condição feminina, as barreiras para alcançar cargos ocupados por homens, o mercado de trabalho e como fazer para conciliar a vida dentro e fora de casa. Resumidamente, sabe-se que se retomaram alguns pontos, mas, na prática, do dia a dia, muitos outros entraves surgem.

Vale lembrar, que, quando um membro de sua família ou ela mesma adoce, aí a configuração se desacerta, ou quando não consegue uma vaga na creche para os filhos, pois, muitas vezes, a mulher não conta com os familiares para auxiliá-la. Diante de adversidades como estas, aflora a mulher resiliente:

Com origem no latim, a palavra resilio designa o retornar a um estado anterior (BARLACH *et al.*, 2008). O termo resiliência é aplicado em diversas áreas do conhecimento: desde a ecologia, sociologia, economia, psicologia individual e organizacional, gestão da cadeia de fornecimento, gestão estratégica, gestão de riscos, gestão da engenharia da segurança (BHAMRA, DANI, & BURNARD, 2011), Erol *et al.* (2010), física, engenharia e aos sistemas da informação. O termo foi popularizado em 1973, por Holling, com um estudo aplicado à resiliência ecológica: “Resilience and stability of ecological systems” (BHAMRA *et al.*, 2011; SALGADO, 2013, p. 07).

Tendo em vista a abrangência da aplicabilidade da resiliência e perpassando o conceito por diversas áreas da ciência, inclusive nas áreas da administração e da psicologia e, em específico, quando se trata dos fenômenos no contexto organizacional, optamos por parafrasear Salgado:

Waller (2001), citado por Barlach *et al.* (2008) apresenta uma definição de resiliência como “um produto multideterminado e sempre mutável, de forças que interagem num determinado contexto ecossistêmico”. Na perspectiva da psicologia, a resiliência explica fenômenos psicossociais que se referem a indivíduos, grupos ou organizações que ultrapassam ou transcendem situações adversas. A psicologia explica a mobilização de recursos psicossociais para enfrentar roturas e situações de tensão características da modernidade (BARLACH *et al.*, 2008; SALGADO, 2013, p. 08).

No contexto do mundo dos negócios, as pessoas constantemente enfrentam situações conflituosas, muitas vezes, quando se trata do crescimento sem precedentes das exigências advindas do mercado de trabalho, tornando as relações de trabalho mais adversas, provocando demasiada competitividade, levando a conflitos e frustrações no dia a dia empresarial. Daí, a importância da resiliência para que o sujeito se adapte às inúmeras situações enfrentadas diariamente, como aquelas apontadas por Salgado, enfatizando-se a opinião de Erol *et al.* (2010) que, por conseguinte, compilam ideias de distintos autores:

- (1) A capacidade do sistema em responder de forma adaptativa a um evento perturbador de forma a evitar perdas; e,

- (2) A capacidade de se recuperar rapidamente, num período de tempo e com custos aceitáveis; permite que o sistema continue a funcionar de forma a atingir os objetivos, mantendo o controlo sobre o funcionamento e a estrutura, traduzindo-se numa capacidade de auto-organização, de aprendizagem e adaptação (SALGADO, 2013, p. 08).

Vimos, então, que muitos autores versam sobre a resiliência, trazendo características peculiares, porém, cremos que seja importante analisar a forma como cada indivíduo age e reage para se adaptar e, ao lado daquele que é dotado de maior capacidade resiliente, o primeiro passa a se adaptar positivamente, rapidamente, evitando perdas e atingindo objetivos e metas de forma mais equilibrada, pois desenvolve maior segurança em si mesmo, elava sua própria autoestima e melhora o ambiente de trabalho.

Salgado (2013) cita Bhamra *et al.* (2011), fazendo ampliar a ideia de resiliência. Assim, traz contribuições às abordagens tradicionais, indicando “15 definições do conceito, aplicáveis aos sistemas físicos, aos sistemas ecológicos, aos sistemas sociais e ecológicos, à psicologia, à gestão de desastres, ao indivíduo, às organizações e à engenharia”, dentre as quais, 03 definem a resiliência organizacional:

- A Resiliência Organizacional (traduzido de BHAMRA *et al.*, 2011) é a qualidade fundamental para responder, de forma produtiva, a uma mudança significativa que perturba o padrão esperado, sem a introdução de um longo período de comportamentos regressivos.
- Horne and Orr (1998) aponta que a Resiliência refere-se à capacidade de contínua reconstrução.
- Hamel and Valikangas (2003) afirmam que a Resiliência transmite a ideia de que as propriedades de adaptação dizem respeito às exigências do ambiente e que a natureza de sua capacidade consiste em gerir as variabilidades ambientais (McDONALD, 2006).

De forma resumida, Salgado (2013) versa sobre Dalziell & McManus (2004), esclarecendo que:

Existem dois tipos de resiliência: aquela que se foca na velocidade com que a organização recupera de uma perturbação e volta ao estado normal, foca-se na eficiência do funcionamento e nos processos; (ii) aquela que varia de acordo com a quantidade de perturbações que a organização pode absorver antes da sua reestruturação, o que implica processos flexíveis que permitam manter o funcionamento perante um grande número de perturbações (ainda que não signifique o aumento da eficiência) (SALAGADO, 2013, p. 12).

Portanto, vemos que as definições mencionadas levam o leitor a uma melhor compreensão do constructo da resiliência, para a qual implica adotar uma perspectiva multissetorial, uma vez que se trata de um conceito do domínio da psicologia, da psicopatologia, da psicanálise, da sociologia, da psiquiatria e da pediatria, entre outros.

A conceituação do tema em questão é de suma importância, ainda, para que se elabore uma compreensão do fenómeno da resiliência em relação às variáveis do comportamento humano, que não é tema do presente artigo, porém, importa ressaltar que o assunto poderá ser analisado com maior profundidade em diferentes nuances do saber.

ASPECTOS METODÓLOGICOS

Uma investigação foi proposta por Salgado (2013, p. 60), na qual se utilizou de um estudo de caso, objetivando colher informações baseadas no constructo da resiliência organizacional, especificamente de uma empresa que atua em Portugal, na área da hotelaria e turismo e, desse modo, se puderam identificar parâmetros de desenvolvimento de serviços de informação. Trata-se de um trabalho de cunho qualitativo, com um sujeito e uma pequena amostra de participantes, num dado contexto específico, combinado com um estudo descritivo e aprofundado, ilustrando o entendimento da resiliência dentro de uma organização. Neste sentido:

O estudo de caso é uma “tentativa de abranger as características mais importantes do tema que se está a pesquisar” (CARVALHO, 2000) e “toma por objeto um fenómeno contemporâneo situado no contexto da vida real” (KETELE & ROEGLERS, 1993). O estudo de caso permite responder às questões “como?” e “porquê?” e é utilizada a “lógica

indutiva – raciocínio a partir de termos mais específicos para mais gerais” (Colorado State University, n.d.). O estudo de caso aqui desenvolvido suporta-se na realização de entrevistas com responsáveis da organização em áreas funcionais consideradas críticas ao desenvolvimento da resiliência. Este estudo é usado para perceber um fenómeno ainda pouco investigado e pretende orientar o desenvolvimento de estudos futuros sobre a resiliência organizacional (SALGADO, 2013, p. 60).

Nesse estudo, a fundamentação investigativa empregou uma entrevista, objetivando obter informações sobre fatos ou representações, quanto a um determinado tema, respeitadas as devidas limitações, visto que os entrevistados poderiam não informar de modo preciso ou mesmo o entrevistador não interpretar claramente os dados obtidos.

Observou-se, em relação ao tema da resiliência nas organizações, que foram identificados “três grandes áreas de intervenção: gestão estratégica e operacional, gestão de recursos humanos e gestão dos sistemas de informação” (SALGADO, 2013, p. 61).

Para enquadrar o mercado de atuação da empresa, utilizaram-se documentos com dados estatísticos relativos à evolução da atividade no setor da hotelaria e, também, do mercado de atuação, da evolução do mercado da empresa e outros.

Sendo assim, os resultados obtidos em um Boletim Mensal de Estatística, datado de Fevereiro de 2013, publicado pelo Instituto Nacional de estatística, concluiu que:

Os resultados desta pesquisa mostram que os valores pessoais mais valorizados são o espírito de equipe (67,1%) e o gosto pela aprendizagem (58%), o sentimento de competência é o valor pessoal com menor peso (32,2%). Os valores organizacionais que os colaboradores identificaram como tendo mais importância, são a conformidade (79%) e o prestígio (78,8%), e aquele com menor importância é o bem-estar (62,6%) (SALGADO, 2013, p. 81).

Isto posto, mostra-se que, para se desenvolver a resiliência organizacional da empresa em estudos teóricos, seria necessário identificar quais as atividades críticas, objetivando acompanhar os processos e práticas que levem a maior segurança dos serviços, ou seja, “importa que a empresa

construa cenários e identifique como é que pode lidar e o que pode fazer perante essas eventuais situações perturbadoras” (SALGADO, 2013, p. 90).

No sentido de compreender a conceituação de resiliência organizacional e as características identificadas, concluímos que a organização em pauta é pouco resiliente, visto que ela cumpre apenas parte do que se espera e ainda apresenta poucas características que a permitam ser mais resilientes quanto ao atendimento de seus colaboradores. Em tal conjuntura, a empresa avalia que:

É importante que a organização desenvolva as relações intra e inter-organizacionais, isto é, as relações no interior da organização e entre os seus recursos humanos, operações e processos de trabalho (coesão) e entre a organização e os parceiros, fornecedores e clientes (conectividade). Importa que a organização avalie o seu estado atual, as suas capacidades, ou seja, desenvolva o autoconhecimento e também a capacidade de aprender com os erros e incidentes passados, de forma a desenvolver a capacidade de renovação e aprendizagem (SALGADO, 2013, p. 92).

Ao contrário do que se esperaria, a empresa só poderá desenvolver melhor a questão da resiliência organizacional quando demonstrar confiabilidade. Noutros termos, quando ela adquirir a capacidade de manter a segurança, corrigir seus próprios erros, atuando em observância ao estado atual e às ameaças potenciais.

TRATAMENTO DOS DADOS

Em comparação com o estudo do presente artigo sobre o empreendedorismo feminino, a pesquisa realizada na Europa aqui citada, revela características semelhantes quanto a alguns fatores, tais como o espírito de equipe, o qual é valorizado pela mulher, que prima pela integração das pessoas, o aspecto de gostar de aprender e renovar-se constantemente e demais.

Por outro lado, vimos que os valores pessoais são bastante relevantes para as mulheres empreendedoras, diferentemente do que apontou o estudo

européu. Por sua vez, o quesito da resiliência apresentado pela empresa portuguesa consiste no fato de ser pouco resiliente, em discrepância com a mulher empreendedora no Brasil, que demonstra maior resiliência pelo fato de que precisa enfrentar desafios constantes, mesmo sob discriminação em função de sua condição feminina.


Por fim, vê-se que as mulheres empreendedoras apresentam capacidade de se adaptar a muitas situações adversas, quer seja no trabalho ou fora dele, demonstrando serem bem mais flexíveis, por desenvolverem muitas tarefas ao mesmo tempo.

CONCLUSÕES

Este artigo teve como objetivo propor um recorte em torno da compreensão da resiliência feminina no contexto do empreendedorismo, observando que, ao longo da história, a mulher viveu uma parte significativa de sua vida submissa aos padrões familiares e de uma sociedade desigual, em que ainda é nutrida pelo machismo.

O perfil da atual mulher no mundo do empreendedorismo tende a colocá-la em relevantes patamares de conquista, visto que, ao longo dos tempos, ocorreram marcos importantes nas lutas de gênero. E, foi justamente a partir da Revolução Industrial, que um novo cenário deste tipo pôde ser observado, frente às novas tecnologias, às constantes mudanças no perfil do mercado de trabalho. Desse modo, a mulher passou, então, a se projetar de forma diferenciada, experimentando maior liberdade em suas escolhas profissionais, e maior independência para eleger os fatos que não faziam parte de sua realidade.

Principalmente em relação ao processo de ascensão no mercado de trabalho, a atuação da mulher pode ser percebida em diferentes profissões, que antes só eram ocupadas por homens, como engenheiras, caminhoneiras, advogadas, entre outras. Isto se dá, pois, incansavelmente a mulher vem se profissionalizando e buscando aperfeiçoamento em áreas que antes eram predominantemente do sexo masculino.



Ademais, o mercado de trabalho passou a valorizar nelas, qualidades como a liderança, o trabalho em equipe, além de serem suficientemente assertivas e intuitivas.

Nota-se que persiste uma luta dos gêneros em nossa sociedade, no mundo empreendedor, tendo em vista o processo de submissão experienciados por parte da mulher durante décadas. Atualmente, a luta pela igualdade tem sido mais restrita à área salarial, não só em países subdesenvolvidos, quanto desenvolvidos. Porém, com a evolução da mulher na contemporaneidade e, principalmente, devido à sua característica resiliente, elas estabelecem caminhos futuros melhores que os de hoje.

REFERÊNCIAS

BAGGIO, Adelar Francisco & BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e Definições. *Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, 1(1): 25-38, 2014. ISSN 2359-3539. Disponível e: <http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1057-reit-imed/v01n01/11290-empreendedorismo-conceitos-e-definicoes.html>.

CANDATEN, Deisi Mara; ZANATTA, Jocias Maier; TREVISAN, Juliana Karine Dalla-Vechia. MULHERES EMPREENDEDORAS: os desafios para equilibrar a vida pessoal e profissional. *Anais do IX EGEPE – Encontro de estudos sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas*, p. 01-15.

DA SILVA, P. M. M.; EL-AOUAR, W. A.; DA SILVA, A. W. P.; DE CASTRO, A. B. C. B. C.; DE SOUSA, J. C. A resiliência no empreendedorismo feminino. *Gestão e Sociedade*, v. 13, n. 34, 1 dez. 2018.

GEM – Global Entrepreneurship Monitor Empreendedorismo no Brasil. Relatório executivo de 2018. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/02/Relat%C3%B3rio-Executivo-Brasil-2018-v3-web.pdf>.

REVISTA GDES EMPRESAS E GDES NEGOCIOS. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Mulheres-empreendedoras/noticia/2019/11/para-especialistas-competencias-das-mulheres-nos-negocios-sao-o-futuro-das-empresas.html>.

SALGADO, Carla Olinda Mendes. Componentes da resiliência organizacional. Universidade do Minho, *Tese de Mestrado Mestrado em Serviços de Informação*, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/29105>.

TEIXEIRA, Michele da Silva. PERFIL DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO. *Revista de Psicologia*, Ano 6, Nº. 17, Julho/2012 – ISSN 1981-1179. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/195/195>.

TEIXEIRA, D. M.; GAMA, M. F. F. Perfil da mulher empreendedora no município de Rondon do Pará. *II Simpósio de Produção Científica e as Interações com a Realidade Amazônica da UNIFESSPA*, 2018. Disponível em: https://spc.unifesspa.edu.br/images/SPC_2018/Perfil-da-mulher-empreendedora-no-municipio-de-Rondon-do-Par.pdf.

CURVA DE MATURAÇÃO DE HÍBRIDOS DE SORGO SACARINO CULTIVADOS EM BAURU – SP

 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p192-200

COSTA, Gustavo Henrique Gravatim¹ –  <https://orcid.org/0000-0003-3723-2393>
RISSO, Paulo Otávio²
NOGUEIRA, Lucas Conegundes³
SILVÉRIO, Patrícia Chiara⁴
URIBE, Raul Andrés Martínez⁵

RESUMO: O objetivo do trabalho foi o de avaliar a curva de maturação de três híbridos de sorgo sacarinos (BRS508, BRS511 e o Malibu 1001), todos cultivados em latossolo amarelo distrófico. O delineamento experimental deu-se em esquema fatorial de 3x5, com três repetições. Aos 45, 75, 90, 110 e 130 dias após a semeadura (DAS), avaliaram-se os parâmetros biométricos, a produtividade de colmos, o Brix, o rendimento de caldo e a quantidade de etanol por hectare. Conclui-se que a maturação ocorre entre 90 e 130 (DAS), sendo que o híbrido Malibu 1001 foi o que apresentou os melhores resultados para as condições do experimento.

PALAVRAS-CHAVE: Bioenergia, *Sorghum bicolor*, setor sucroenergético

ABSTRACT: The goal of experiment was evaluated the growth curve of three sweet sorghum hybrids (BRS508, BRS511 and Malibu 1001), sown in dystrophic yellow latosol. The experimental design was factorial 3x5, with three replies. In 45, 75, 90, 110 and 130 days after seeding (DAS), it was evaluated the 6 biometric parameters, stalk yield, Brix, juice and ethanol yield. It was concluded that the maturation is between 90 and 130 (DAS), and the Malibu 1001 showed the better results for the experimental conditions.

KEYWORDS: Bioenergy; *Sorghum bicolor*; Sucroenergetic sector

¹Doutor em Microbiologia Agropecuária (Bioenergia): e-mail: gustavo.costa@uemg.br. Docente e Coordenador do PPGCIAMB – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, da Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG, Unidade Frutal.

² Engenheiro Agrônomo (Bioenergia): e-mail: p.o.agronomia@gmail.com. Universidade do Sagrado Coração – USC, São Paulo – SP.

³ Mestrando em Ciências Ambientais (Bioenergia): e-mail: lukas_conegundes@hotmail.com. PPGCIAMB – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais – UEMG, Unidade Frutal.

⁴ Doutoranda em Biociências (Biotecnologia): e-mail: patriciachara@hotmail.com. PPGB – Programa de Pós-Graduação em Biociências – Universidade de Coimbra – Portugal.

⁵ Livre Docente, com doutorado em Agronomia (Irrigação e Drenagem) / Bioenergia: e-mail: raul@tupa.unesp.br. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP – Tupã – SP.

INTRODUÇÃO

A demanda por combustíveis renováveis vem aumentando nos últimos anos, devido à maior preocupação com a redução do volume de emissões de gases do efeito estufa. Nesse sentido, destaca-se o etanol, o qual vem representando um futuro promissor no contexto dos combustíveis ecologicamente sustentáveis, já que a gasolina é um combustível de fonte não renovável, que emite grandes quantidades de gases do efeito estufa na atmosfera (PARRELA & SCHAFFERT, 2012).

No Brasil, esse biocombustível é produzido a partir da “cana-de-açúcar”, planta da qual também resulta na produção de açúcar e energia elétrica. No país, a maior parte do etanol é produzida na Região Sudeste, que será responsável por 59,5% de todo etanol produzido na safra 2019/2020, sendo que o Estado de São Paulo é quem concentra o maior pólo sucroenergético brasileiro (CONAB, 2020).

Atualmente, o tempo de safra é de aproximadamente 08 meses (período de maturação da cana-de-açúcar), sendo que nos 04 meses restantes não há matéria-prima apta ao processamento, resultando em período ocioso da capacidade produtiva instalada (BOLONHEZI, 2012).

Neste contexto, o sorgo sacarino (*Sorghum bicolor*, L. Moench) pode ser utilizado para complementar a produção de etanol no país. Sob o ponto de vista agrônomo, o cultivo dessa matéria-prima é bem viável em áreas de renovação de canaviais, visto que apresenta ciclo vegetativo variável entre 90 a 130 dias (período de entressafra da cana), uma elevada de tolerância à seca e taxa de produtividade de 40 a 70 toneladas de colmos por hectare, com Brix oscilando de 16% até 23%.

Além disso, a tecnologia agroindustrial do sorgo sacarino é similar à da cana-de-açúcar, podendo-se, por isso, aproveitar os mesmos equipamentos de colheita, moagem e processamento (COSTA *et al.*, 2018).

Atualmente, diversos genótipos de sorgo sacarino são comercializados, sendo que os dados de produtividade, muitas vezes, estimados em cima de cultivos realizados em solos argilosos e de alta produtividade.

Poucos trabalhos demonstram o desenvolvimento biométrico e tecnológico dessa matéria-prima em solos arenosos e restritivos. Justifica-se e dá norte ao estudo, a necessidade de se avaliar a curva de maturação de três híbridos de sorgo sacarino cultivados em solo amarelo distrófico.

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi instalado e conduzido na Fazenda Experimental da Universidade Sagrado Coração, localizada na cidade de Agudos – SP, entre os meses de janeiro a maio de 2017.

A região do ensaio apresenta latossolo amarelo distrófico, clima Cwa subtropical e ambiente produtivo “D”.

O delineamento experimental foi fatorial 3x5, com três repetições. Os tratamentos primários foram constituídos por 03 híbridos de sorgo sacarino (BRS508, BRS511 e Malibu 1001). Os tratamentos secundários se deram por 05 épocas de avaliação. Cada parcela foi composta de 06 linhas de 08 metros cada.

O terreno utilizado foi previamente submetido à correção de pH do solo, feito por meio de calagem, remoção química de plantas daninhas (Glifosato 4L/ha), aração e gradeamento. O plantio foi realizado em 07 de janeiro de 2017. As sementes foram plantadas com uma semeadora de três linhas, engatada e tracionada por intermédio de um trator de 75 cv, com a taxa de cinco sementes por metro, e espaçamento entre linhas de 0,5 m.

Empregou-se adubo NPK 4-14-8, numa concentração de 180 kg/ha. Realizou-se uma adubação de cobertura, com 500 kg/ha de NPK 20-5-20 aos 29 DAS, sendo complementado com mais 200 kg/ha do referido adubo, aos 45 DAS.

Aos 45, 75, 90, 110 e 130 DAS, foram coletadas 10 plantas por parcela, sendo avaliado:

- Altura: utilizou-se trena em unidades de metros;
- Diâmetro: utilizou-se paquímetro em unidades de centímetros;
- Número de folhas: contagem manual;
- Número de entrenós: contagem manual;

- Brix: refratômetro de campo;
- Toneladas de colmos por hectare (t/ha): pesagem de 10 colmos em balança digital de 01 casa. Valor extrapolado pelo número de plantas na área;
- Volume de caldo: 10 colmos foram submetidos à extração em moenda de laboratório, donde foram aferidos o volume de caldo obtido em proveta; e,
- Litros de etanol por hectare: valor estipulado em função do volume de caldo e Brix (FERNANDES, 2003).

Os dados foram submetidos à análise de variância pelo teste F, e as médias comparadas segundo teste de Tukey (05%), utilizando-se o programa “AgroEstat” (BARBOSA; MALDONADO, 2016).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A figura 01 (subdivida em 1A, 1B, 1C e 1D), apresenta os valores médios observados para a biometria (altura, diâmetro do colmo, número de folhas e número de entrenós) dos híbridos de sorgo sacarino, em diferentes épocas de amostragem.

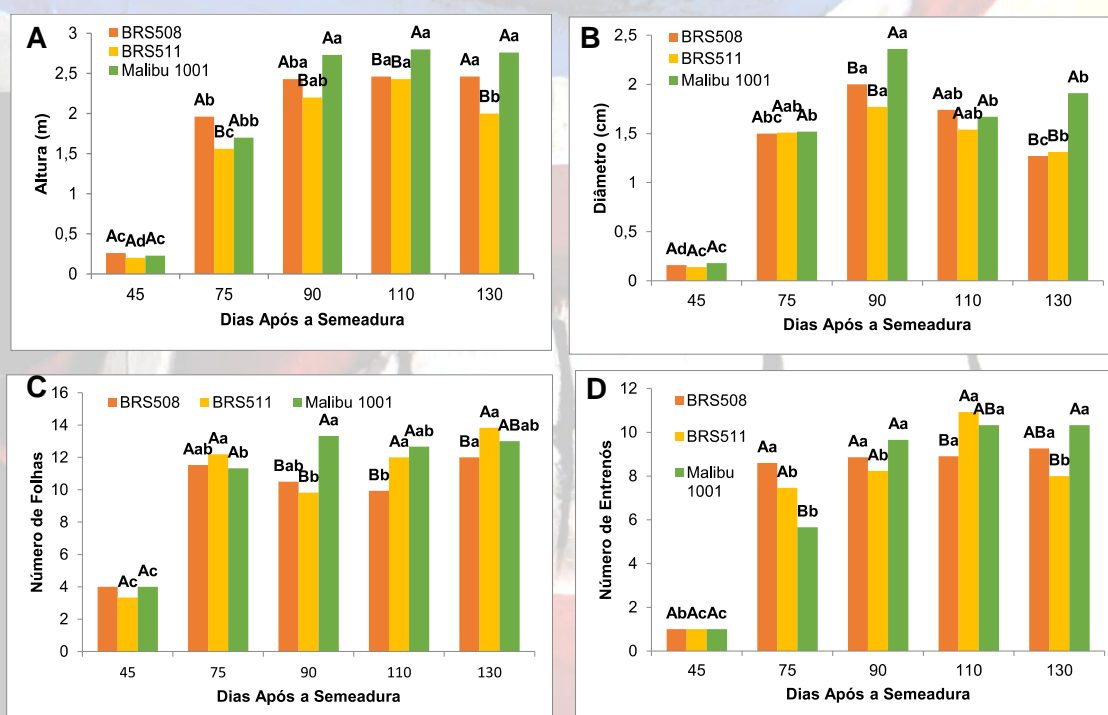


Figura 1. Valores médios obtidos para a interação entre Híbridos e Épocas de amostragem, para os parâmetros A – Altura; B – Diâmetro do colmo; C – Número de Folhas; C – Número de Entrenós. As letras maiúsculas comparam híbridos e as minúsculas comparam épocas.

Considerando-se a altura (Figura 1A), observou-se que houve diferenças significativas entre híbridos e suas respectivas épocas. Aos 45 DAS, todos os materiais apresentavam alturas similares de aproximadamente 0,3 m. Entretanto, dos 90 aos 130 DAS, verificou-se que o Malibu 1001 se desenvolveu mais que os demais, apresentando altura até 20% maior. Estes valores são maiores que os obtidos por Albuquerque *et al.* (2012) que, estudando o cultivo dos híbridos BRS506 e BRS507, em solo arenoso de Nova Porteirinha – MG, obteve valores entre 1,9 e 2,07 m.

Para o diâmetro do colmo (Figura 1B), verificou-se que até os 75 DAS todos os híbridos apresentavam valores similares, de aproximadamente 1,6 cm. Aos 90 DAS o Malibu 1001 destacaram-se dos demais híbridos, apresentando diâmetro de aproximadamente 2,3 cm, 13% superior que o BRS508. A partir dessa data, verificou-se que houve redução do diâmetro dos colmos de todos os híbridos estudados. Esse fenômeno era esperado, pois decorre do estágio de senescência da planta, que resulta na perda de água e, conseqüentemente, redução do diâmetro do colmo (TAIZ; ZEIGER, 2004). Nestas condições, o BRS508 e o Malibu 1001 apresentaram colmos mais grossos que os demais, aos 110 e 130 DAS respectivamente.

Estes valores são maiores do que os obtidos por Emygdio *et al.* (2012), que estudando o cultivo dos vários híbridos da série 500, nas safras de 2009/10 e 2010/11, sob condições de solos heteromórficos no município de Capão do Leão – RS, determinaram diâmetros de colmos entre 1,08 cm e 1,48 cm.

Para o número de folhas (Figura 1C), notou-se diferenças significativas somente após 90 DAS, momento no qual o Malibu 1001 apresentou 20% a mais de folhas em relação aos demais híbridos. Entretanto, entre 110 a 130 DAS, verificou-se que houve redução do número de folhas para o Malibu 1001 e acréscimo dessa biomassa para o híbrido BRS511.

Estes valores são maiores que os obtidos por Freita (2013), que estudando o cultivo dos híbridos BRS610, CSW800007 e CVWS80147, na cidade de Jaboticabal – SP determinou valores médios entre 09 e 11 folhas por planta. Deve-se destacar ainda que o número de folhas está relacionado à taxa fotossintética das plantas (TAIZ; ZEIGER, 2004).

Considerando-se o número de entrenós (Figura 1D), observou-se que todos os híbridos saíram de 01 entrenó aos 45 DAS para 09 entrenós por planta aos 90 DAS. Aos 110 DAS, o híbrido BRS511 apresentou 01 entrenó a mais por planta quando comparado com os demais. A maior quantidade de entrenós significa maior quantidade de células parenquimáticas, que estão diretamente relacionadas ao armazenamento do caldo e, conseqüentemente, dos açúcares (TAIZ; ZEIGER, 2004).

Na figura 02 estão apresentados os valores médios obtidos para tonelada de colmos por hectare (TCH) de três híbridos de sorgo sacarino, colhidos em diferentes épocas de amostragem.

Observou-se que até os 75 DAS, todos os híbridos apresentaram-se com resultados semelhantes. Entretanto, aos 90 DAS, o híbrido Malibu 1001 apresentou os maiores índices de produtividade de colmos, com valores médios de 70 t/ha, enquanto o BRS511 foi de 60 t/ha e 45 t/ha. O comportamento desses híbridos foi similar aos 110 e 130 DAS, contudo, houve ligeira queda de produtividade resultante da perda de água da planta. Estes valores são maiores que os obtidos por Freita (2013), ao estudar o cultivo dos híbridos BRS610, CSW800007 e CVWS80147, na cidade de Jaboticabal – SP, alcançou valores médios entre 16,01 e 21,27 t/ha.

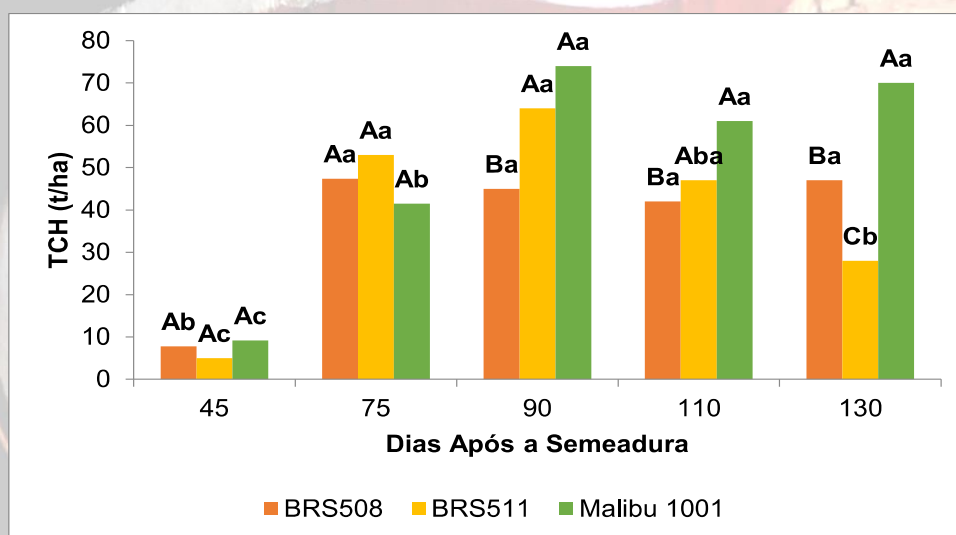
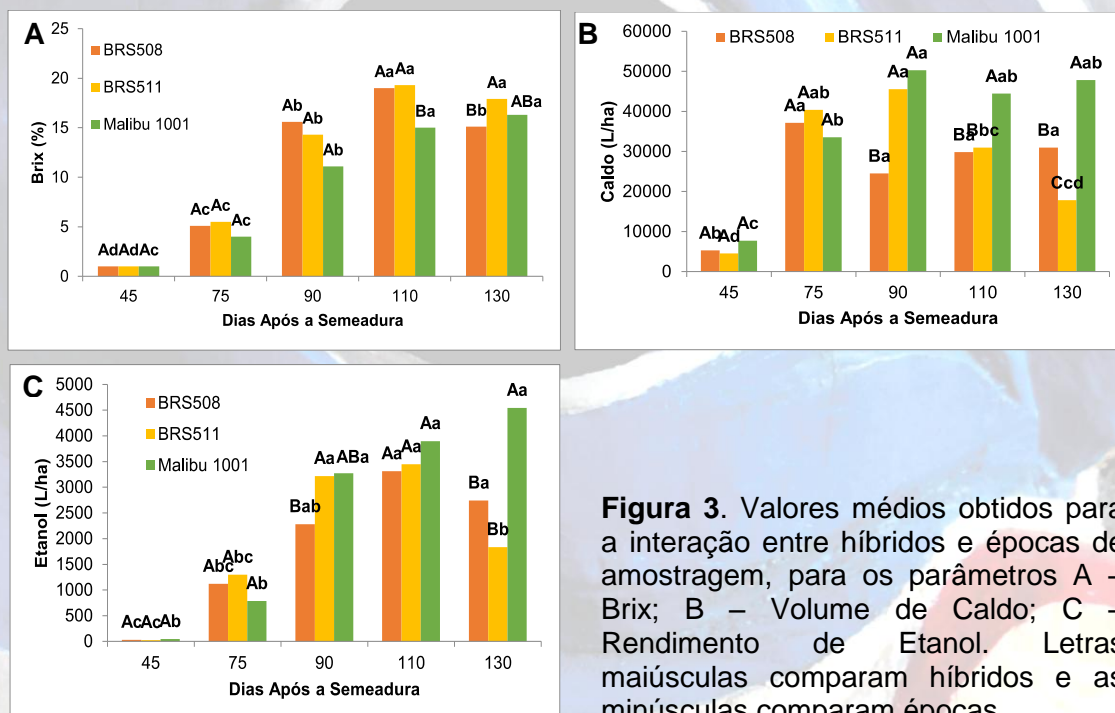


Figura 2. Valores médios obtidos para a interação entre híbridos e épocas de amostragem, para toneladas de colmos por hectare. Letras maiúsculas comparam híbridos e as minúsculas comparam épocas.

A figura 03 (subdivida em 3A, 3B e 3C), apresenta os valores médios obtidos para o Brix, volume de caldo por hectare e produtividade de etanol por hectare de três híbridos de sorgo sacarino, colhidos em diferentes épocas de amostragem.



Para o Brix, observaram-se aumentos desse parâmetro até os 110 DAS, período no qual houve estabilização do teor de sólidos solúveis. Para os híbridos, verificou-se que o pico máximo de açúcares foi obtido aos 110 DAS, com valores maiores determinadas para o BRS508 e o BRS511.

Estes valores são maiores que os obtidos por Albuquerque *et al.* (2012), que estudando o cultivo dos híbridos BRS506 e BRS507, em solo arenoso, no município de Nova Porteirinha – MG, descreveram valores entre 16,47% e 18,10%.

Considerando-se o volume de caldo obtido, observou-se que até os 75 DAS, os híbridos tinham teores semelhantes (37.000 L/ha). Entretanto, aos 90 DAS, os híbridos Malibu 1001 e BRS511 obtiveram melhores resultados, principalmente quando comparados com as demais épocas, com valores médios de 50.000 L/ha e 45.500 L/ha respectivamente.

Aos 110 e 130 DAS, verificou-se a redução significativa no volume de caldo para todos os híbridos, resultante da perda de água que ocorre na planta, em seu estágio de senescência (TAIZ; ZEIGER, 2004).

Estes valores são maiores do que os obtidos por Lessa (2015). Em seus estudos, o cultivo dos híbridos BRS506 e BRS511, na região não semiárida de Sete Lagoas – MG, determinaram valores médios entre 19.930 e 21.770 L/ha.

Para o rendimento de etanol, diferenças significativas foram determinadas após 90DAS. Entretanto, verificou-se que, para o BRS508 e para o BRS511, o pico de produção de etanol foi de 110 DAS, enquanto que no Malibu 1001, a maior produção de etanol ocorreu aos 130 DAS (maior teor obtido entre todos os híbridos estudados).

Estes valores foram semelhantes ao obtido por Lessa (2015). Na pesquisa, o cultivo dos híbridos BRS506 e BRS511, feito na região semiárida de Sete Lagoas – MG, determinou valores entre 4.307 e 4.355 L/ha. Esses resultados mostram a importância da realização de estudos de novos híbridos, a fim de se chegar a um melhor aproveitamento da matéria-prima a ser produzida.

CONCLUSÃO

Considerando-se o cultivo de híbridos de sorgo sacarino em solo arenoso amarelo distrófico, pode-se concluir que:

- O híbrido BRS508 apresenta período útil de industrialização entre 90 e 130 DAS;
- O híbrido BRS511 pode ser colhido entre 90 e 110 DAS; e,
- O híbrido Malibu 1001 apresenta os melhores índices biométricos, assim, como maior teor de etanol produzido por hectare em relação aos demais, com curva de maturação entre 90 e 130 DAS.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C. J. B.; TARDIN, F. D.; PARRELA, R. A. C.; GUIMARÃES, A. S.; OLIVEIRA, R. M.; SILVA, K. M. J. Sorgo Sacarino em Diferentes Arranjos de Plantas e Localidades de Minas Gerais, Brasil. In: *Revista Brasileira de Milho e Sorgo*, v.11, n. 1, 2012, p. 69-85.

BARBOSA, J. C., MALDONADO, W. *Experimentação Agronômica & AgroEstat – Sistema para Análises Estatísticas de Ensaios Agronômicos*. Jaboticabal: FUNEP, 2016.

BOLONHEZI, D. Sorgo Sacarino em Reforma de Canaviais: Potencial e Desafios. Diversidade e Inovações na Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo na Era dos Transgênicos. In: *Anais do 29º Congresso Nacional de Milho e Sorgo*. Águas de Lindóia – SP, 2012, p. 616-617.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento Safra Brasileira de Cana-de-açúcar – Safra 2019/20, v.4, n.4, 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/component/k2/item/download/31590_6cfbbc41aa04783c69113c50fa499cba>. Acesso em 04 de maio de 2020.

EMYGDIO, B. M.; AFONSO, A.P.S.; OLIVEIRA, A.C.B.; PARRELA, Rafael. SCHAFFERT, R.E.; MAY, A. Desempenho de Cultivares de Sorgo Sacarino para a Produção de Etanol Sob Diferentes Densidades de Plantas. Disponível em: <<https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/952657/1/Boletim156.pdf>>. Acesso em 04 de maio de 2020.

FERNANDES, A. C. *Cálculos na agroindústria da cana-de-açúcar*. 1ed. Piracicaba: STAB, 2003.

FREITA, L. A. *Avaliação Tecnológica e microbiológica da Fermentação Etanólica de Sorgo Sacarino*. Dissertação de mestrado em microbiologia agropecuária. Jaboticabal: UNESP, 2013.

LESSA, B. F. T. *Avaliações Agronômicas de Sorgo Sacarino para Produção de Etanol no Semiárido: Maturação e Resposta ao Solício*. Tese de doutorado em agronomia. Fortaleza: UFC, 2015.

LOZANO, E. V.; BLANCO, L. M.; ALCANTARA, G. U.; NOGUEIRA L. C.; CIARAMELLO, S.; COSTA, G. H. G. Effect of the Application of Flowering Inhibitor on Sweet Sorghum. In: *African Journal of Agricultural Research*, v. 13, 2018, p. 196-201.

PARRELA, R. A. C; SCHAFFERT, R.E. Pesquisas com Sorgo Sacarino no Brasil. Diversidade e Inovações na Cadeia Produtiva de Milho e Sorgo na Era dos Transgênicos. In: *Anais do 29º Congresso Nacional de Milho e Sorgo*. Águas de Lindóia – SP, 2012, p.616-617.

TAIZ, L.; ZEIGER, E. *Fisiologia Vegetal*. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

O PRAGMATISMO E SUA PRESENÇA NA FILOSOFIA, NA EDUCAÇÃO, NA RELIGIÃO E NA POLÍTICA

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p201-224](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020p201-224)

CARVALHO, Isaar Soares de¹

RESUMO: O presente artigo dedica-se a expor aspectos teóricos e éticos da visão pragmática da realidade, demonstrando a sua presença na história da Filosofia, simultaneamente examinando as suas relações com a instrumentalização da razão na cultura ocidental, especialmente quanto às suas consequências no ensino. Neste sentido, a hipótese de estudo foi a de que se verifica na educação certa prioridade ao lucro e aos resultados práticos, em detrimento às questões humanistas. A cobertura metodológica desta investigação faz o pensamento transitar pela produção intelectual que acura o teor das relações entre os estatutos do Pragmatismo, da Religião e da Política. Por resultados pretendidos, esperávamos poder demonstrar, em síntese, como a Religião seria vista de forma instrumental em nossa cultura, ao deixar o culto ao sagrado à parte, voltando-se ao ofício do negócio lucrativo, difundido por falsos profetas, posicionando politicamente as igrejas como fonte de votos nas disputas eleitorais, ainda que servindo a políticos que neguem a eficácia da fé que os venha a eleger.

PALAVRAS-CHAVE: Pragmatismo, educação, religião, política

ABSTRACT: This article is dedicated to exposing theoretical and ethical aspects of the pragmatic view of reality, demonstrating its presence in the history of philosophy, while examining its relations with the instrumentalization of reason in Western culture, mainly in relation to its consequences in teaching. In this sense, the study hypothesis was that there is a certain priority in education to profit and practical results, to the detriment of humanist issues. The methodological coverage of this investigation makes the thought move through the intellectual production that refines the content of the relations between the statutes of Pragmatism, Religion and Politics. For intended results, we hoped to be able to demonstrate, in summary, how Religion would be seen in an instrumental way in our culture, by leaving the cult of the sacred aside, turning to the business of profitable business, spread by false prophets, positioning the churches politically as a source of votes in electoral disputes, although serving politicians who deny the effectiveness of the faith that will elect them.

KEYWORDS: Pragmatism, education, religion, politics

¹ Doutor em Filosofia (UNICAMP). Pós-Doutor em Letras (USP). Docente do Departamento de Ciências Humanas da UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

A VISÃO PRAGMÁTICA DA REALIDADE NA HISTÓRIA DA FILOSOFIA

Em relação à cultura ocidental é necessário reconhecer que, a despeito de toda a sua produção científica e filosófica, o que per se nos faria entendê-la pelo viés da abstração pura, na realidade, conduz o raciocínio em direção diversa, isto é, ela, a cultura ocidental, é efetivamente pragmática.

Quero dizer com isso que, em nossa cultura, temos uma sequência que mostra, de um lado, a preocupação com o conhecimento e com o domínio da natureza, principalmente a partir das ideias de Francis Bacon, culminando com os ideólogos do progresso dos séculos XVIII ao XIX e com a produção nos moldes capitalistas e, de outro lado, emerge o *continuum* de uma crítica da instrumentalização da razão, com base na apreciação da economia política feita por Marx e Engels, retomada pela “Escola de Frankfurt”, especialmente em relação ao esclarecimento e à emancipação do homem.

Ao longo da História tivemos um trabalho profundo de julgamento da razão técnica e da transformação do homem em mero instrumento de trabalho, especialmente com as obras de Marx e Engels, as quais se tornaram um paradigma da luta de classes e da defesa da emancipação do trabalhador diante da dominação imposta pelo modo de produção capitalista.

Igualmente, enquanto essa análise era feita na Europa, desenvolvia-se, nos Estados Unidos, através do Pragmatismo, o interesse pela compreensão de um conhecimento que fosse mais voltado para a ação, e que até então era tradicionalmente atribuído às necessidades da cultura norte-americana de se construir materialmente e de se autoafirmar politicamente.

Se observarmos a história da Filosofia, no entanto, encontraremos posturas mais voltadas para a ação e para a vontade e outras atitudes com ênfases mais idealistas e intelectualistas desde a Filosofia pré-socrática.

É assim que, na obra do filósofo italiano Ugo Spirito (1896-1979), menciona-se a presença de uma visão mais voltada para a ação em determinadas escolas e períodos filosóficos (SPIRITO, 1945).

De acordo com ele, para Friedrich Von Schiller (1759-1805), “a frase de Protágoras, para quem o homem é a medida de todas as coisas, pode ser

considerada como o postulado fundamental dos pragmatistas, isto é, como expressão da síntese indissolúvel entre lógica e psicologia” (SPIRITO, 1945, p. 17).

Nesse sentido, é de suma importância recordar a visão pragmática da oratória, examinada e criticada por Platão em dois diálogos, um intitulado *Górgias ou a Oratória* e outro, que se intitula *Protágoras*. Enquanto os sofistas ou retores buscavam a persuasão, lançando mão de artifícios da linguagem que aparentavam ser verdadeiros, Sócrates, Platão e Aristóteles adotavam uma visão não instrumental da linguagem.

No entanto, de todo modo, eles também buscavam a persuasão de seu público, servindo-se também da Retórica. Platão, por exemplo, era um artista da palavra, enquanto ao final do “Livro I” da *República*, o sofista Trasímaco chamou ao próprio Sócrates de sofista, pois ele desqualificava vários argumentos sobre o que era a Justiça, enquanto que ele próprio não definia o conceito aos seus interlocutores. Por sua vez, Platão chegou a afirmar que ele era um sofista, porém, ressaltou que ele era “o bom sofista”.

Opunham-se os grandes pensadores citados, em dadas circunstâncias, ao fato dos sofistas cobrarem pelo ensino, chegando Sócrates, de maneira extremamente rude, a compará-los a prostitutas, o que não deixa de ser um argumento em busca de persuasão. De todo modo, sempre que enunciemos um discurso, temos um fim em vista, o que mostra o caráter pragmático da linguagem como algo que lhe é natural. É possível que esse caráter não tenha sido melhor expresso do que no título do livro de John Austin: *How to do things with words*, um título que, em si mesmo, já tem um caráter ilocucionário, e que foi enunciado em forma de *slogan*.

A respeito do caráter pragmático da linguagem em si, no entanto, não nos deteremos neste artigo. O nosso propósito nesta primeira parte é demonstrar a presença da visão de mundo pragmática em determinados autores da história da Filosofia².

Ainda de acordo com Ugo Spirito, a mudança de interesse de Sócrates, da Física para a Antropologia, especialmente para as questões éticas e

² Tratei da Retórica numa dissertação de Mestrado e numa tese Doutorado em Filosofia, ambas defendidas no IFCH-UNICAMP, disponíveis em <http://repositorio.unicamp.br/>. Basta procurar pelo nome do autor.

políticas, poderia ser vista como uma pesquisa de interesse pragmático, isto é, voltada para a ação, não no sentido de simplesmente agir ou pensar em função de um resultado ou do lucro, mas sim no sentido de voltar à crítica filosófica para as questões da pólis, isto é, do Estado e da sociedade.

Spirito ressalta, inclusive, que na obra de Albert Schinz (1870-1943) intitulada *Anti-Pragmatisme*, propõe-se uma analogia entre o Pragmatismo e a Escolástica, a qual é vista pelo citado autor como o “pragmatismo do medievo”³. Nesse sentido, a Filosofia de Aristóteles era vista na Idade Média como prática, em oposição ao idealismo religioso, e a Igreja a condenava como heresia, pois seu estudo poderia provocar a autonomia da razão perante a Revelação, a separação entre os campos da Filosofia e da Teologia, o questionamento da crença em um fim último transcendente do ser humano, a autonomia do político frente ao religioso e a separação completa entre a Igreja e o Estado⁴.

Por outro lado, avançando na História e chegando a Blaise Pascal (1623-1662), verificamos que, em relação à experiência⁵ religiosa, Ugo Spirito afirma que “se tem reconhecido a Pascal como um precursor do Pragmatismo” (SPIRITO, 1945, p. 18).

Observe que o termo “experiência” tem um caráter pragmático, no sentido de πράγμα (pragma), que no grego significa ação, de acordo com Johannes Hessen.

Também é possível encontrar no pensamento de Kant (1724-1804) uma valorização da interpretação pragmática da realidade, sobre o que Spirito observa, porém, “que a tese, que para Kant se limita ao campo da ética, se

³ SCHINZ, Albert. *Anti-pragmatisme: examen des droits respectifs de l'aristocratie intellectuelle et de la democratie sociale*. Paris: Felix Alcan, 1909 (Idem, ibid.)

⁴ Cf. Marsílio Pádua, *O Defensor da Paz* (Introdução: Francisco Bertelloni: p. 33-35). Nesse aspecto, é digno de lembrança que no Filme *O Nome da Rosa*, baseado no livro homônimo de Umberto Eco, o monge George de Burgos, considerando a *Poética* de Aristóteles perigosa, pelo fato da obra afirmar que o riso é uma virtude, envenenou um exemplar do livro, de tal forma que qualquer pessoa que a lesse, morreria. Em sua ordem monástica era proibido rir, logo, a obra de Aristóteles era considerada perigosa, pois negava esse dogma.

⁵ Observe que o termo “experiência” tem um caráter pragmático, no sentido de πράγμα (pragma), que no Grego significa ação, de acordo com Johannes Hessen. Ver HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. S. Paulo: Martins Fontes, 1999 (publicada originalmente em 1925).

converteu, para os pragmatistas, em um postulado gnosiológico”⁶. Isto é, os pragmatistas convertem a praticidade das ideias no critério para a sua escolha, vendo os juízos como verdadeiros instrumentos, de tal forma que a verdade, em si, pode ficar em segundo plano, passando o pragmatista a adotar os conceitos que derem melhores resultados, independentemente de sua verdade teórica.

No que diz respeito às relações entre o conhecimento e à ação, podem-se encontrar os postulados do Pragmatismo também no pensamento de Friedrich Nietzsche (1844-1900). Sua obra vincula-se à filosofia da ação, devido ao valor que confere à vontade e ao corpo na epistemologia e na moral, afirmando o “valor do que é terreno, corpóreo, antiespiritual” e considerando “virtudes todos os comportamentos que dizem sim à vida e ao mundo”⁷.

Corroborando essa tese, Johannes Hessen (1889-1971) afirma que “o pragmatismo também encontrou defensores na Alemanha” e que, “entre eles e acima de todos, está Nietzsche” (HESSEN, 1999, p. 40). De acordo com Hessen, Nietzsche adotou uma “concepção naturalista e voluntarista da essência humana”⁸. Dessa forma, para Nietzsche, “a verdade não é um valor teórico, mas uma expressão para a utilidade, para a função do juízo que é conservadora de vida e servidora da vontade de poder”⁹.

Seu pensamento é expresso de forma ainda mais radical quando ele afirma que “a falsidade de um juízo não constitui objeção a esse juízo”, mas que “a questão é em que medida ele é promotor da vida, conservador da vida, conservador da espécie e até mesmo, talvez, educador da espécie”¹⁰.

Hessen observa, ainda, que apesar de não abandonar a “distinção entre verdadeiro e útil”, e de reter “o conceito de verdade no sentido de concordância entre pensamento e ser”, Nietzsche afirma que isso jamais é alcançado e que

⁶ Idem, *ibid.* Kant reconhece que há situações em que temos de ser pragmáticos, por exemplo, um comandante de um exército tem de tomar decisões práticas. Diríamos que ele não pode ficar fazendo muita dialética, mas tem de agir.

⁷ ABBAGNANO, N. & VISALBERGHI, A. *História da Pedagogia*. Vol. 2, p. 732s.

⁸ Idem, *ibid.*

⁹ Idem, *ibid.*

¹⁰ Idem, p. 40-41.

“nossa consciência cognoscente trabalha com representações sabidamente falsas”¹¹.

Em sua análise, Spirito demonstra que “os antecedentes próximos do Pragmatismo são o intelectualismo empírico e o intelectualismo idealista” e que “na exigência de reagir contra toda forma de intelectualismo deve achar-se a razão de ser do Pragmatismo”, observando que, enquanto para o intelectualismo “o caráter primordial da verdade consiste em sua objetividade e, portanto, em sua imutabilidade e eternidade [...]”. Já, “o Pragmatismo, é a antítese desta posição: a verdade, a realidade mesma em função do sujeito e, portanto, em contínuo devir”¹².

O modo de pensar pragmatista, portanto, desenvolveu-se paulatinamente na Europa, tendo o ideal de Francis Bacon de conhecer a natureza para melhor servir-se dela sido reproduzido no pensamento de Augusto Comte, cuja máxima “saber para prever, a fim de poder” era uma palavra de ordem da visão empirista e pragmática da realidade. Comte, que era antimetafísico e anticlerical, idealizador de uma Religião da Humanidade, em oposição ao Catolicismo, tornou-se um modelo do modo de pensar pragmatista.

O modo de pensar empirista – que tem suas raízes nos séculos XVI e XVII, especialmente no *Novum Organum*, de Francis Bacon – se, por um lado, contribuiu para a libertação da pesquisa diante dos dogmas da visão de mundo eclesiástica, por outro lado, com seu ideal de conhecer a natureza para servir-se dela culminou numa visão utilitarista da Ciência.

Se o Pragmatismo interpreta o conhecimento e a verdade em relação à experiência, à ação e à utilidade, também no pensamento de Marx e Engels demonstra-se que o conhecimento é voltado para a ação e, portanto, não é uma exclusividade daquela escola. Veja-se, por exemplo, o célebre mote enunciado nas *Teses contra Feuerbach*: “Os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras, o que importa é transformá-lo”¹³.

Parece que, nesse assunto, toda a tradição filosófica ocidental está incluída, como se, de fato, os filósofos nada tivessem feito para transformar o

¹¹ Idem, p. 41-42.

¹² Idem, p. 113-114.

¹³ MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. (Teses contra Feuerbach). 7. ed. S. Paulo: Hucitec, 1989.

mundo. Na realidade, Marx elabora uma frase com caráter mais de mobilização do que de teorização. Ele tinha um pensamento que partia da práxis para a ela retornar, o que coincide com a teoria pragmática, de conhecer o que tem valor prático. Difere do Pragmatismo, porém, por sua crítica da luta de classes e por sua utopia revolucionária, a qual, porém, no decorrer da História, mostrou-se indemonstrável, pois nos próprios países comunistas o Estado tornou-se totalitário.

Sua comparação entre as diferentes formas de interpretação do mundo e a sua transformação pode ser comparada, dentro de determinados limites, ao que disse William James sobre as implicações práticas das disputas metafísicas: “O método pragmático nesses casos é tentar interpretar cada noção, traçando as suas consequências práticas respectivas. Que diferença prática haveria, então, para alguém, se essa noção, de preferência àquela outra, fosse verdadeira?”¹⁴.

Como se vê, não está em questão, necessariamente, a verdade de uma noção, mas sim, a sua utilidade. Todavia, o conceito de “práxis” de Marx e o conceito de utilidade de James demonstram haver entre si diferenças epistemológicas e ideológicas profundas. Enquanto o conceito de “práxis” faz da verdade uma exigência fundamental, a verdade no Pragmatismo é instrumental, sendo determinada pelos resultados das concepções que forem adotadas. Desse modo, a crítica que a “Escola de Frankfurt” fez, no Século XX, à instrumentalização da razão, pode ser aplicada, dessa forma, ao Pragmatismo.

Por outro lado, ainda que Marx tenha sido prático ao afirmar que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diversas maneiras” e que “o que importa é transformá-lo”, sua visão era crítica em relação à instrumentalização, não só da razão e da Ciência, mas, acima de tudo, da própria existência humana, a qual ele tem a esperança de emancipar. É nesse sentido, que seu pensamento é retomado pela “Escola de Frankfurt”, isto é, como método para a

¹⁴ *Pragmatismo*, Segunda Conferência. Coleção “Os Pensadores”, 1979, p. 17-18 (a publicação original é de 1907).

crítica da tradição positivista e pragmatista, a qual tanta influência exerceu sobre todo o espectro da cultura ocidental.

Enquanto que, no século XIX, na Europa, era feita a crítica dos destinos de uma sociedade regida por uma elite política, industrial e financeira que adotava uma visão utilitarista do conhecimento e das técnicas de produção, nos Estados Unidos, a visão pragmática da realidade era discutida filosoficamente, especialmente como um pensamento voltado para a ação, de acordo com William James.

A cultura norte-americana, de acordo com Dewey e Mead, apresentava “elementos que tenderam a fomentar o caráter e o modo de pensar pragmático”¹⁵. Nesse sentido, Childs afirma que “na vida do pioneiro, as ideias eram literalmente instrumentos de adaptação”, o conhecimento era voltado para o controle do meio circundante¹⁶.

Descrito por Dewey, Mead e Childs como um fenômeno tipicamente americano, o Pragmatismo, no entanto, é considerado por William James como uma visão de mundo localizável noutras culturas. Seu próprio livro Pragmatismo tem um subtítulo indicativo disso: um novo nome para velhos modos de pensar.

Esse título tão criativo do seu livro, digno de ser considerado como um verdadeiro *slogan* demonstra que não se deve afirmar que o Pragmatismo seja um modo de pensar tipicamente americano, pois ao longo da história da cultura ocidental observa-se o recurso à visão pragmática da realidade em vários pensadores, conforme já mencionamos.

Quando, pois, os membros do *Metaphysical Club* rejeitaram as visões teológicas e idealistas da natureza e das instituições sociais, tinham no passado diversas manifestações de sua forma de pensar¹⁷. O Pragmatismo, assim, do ponto de vista conceitual, é um ponto de chegada ao processo histórico do conhecimento, e não uma descoberta ou algo que foi fundado no Século XIX.

¹⁵ CHILDS, John L. *Pragmatismo y Educación; su interpretación y crítica*. (American Pragmatism and Education: An interpretation and criticism). Buenos Aires: Nova, 1956, p. 16.

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ O citado clube foi fundado em Janeiro de 1872, em Cambridge. Cf.: *The Real Metaphysical Club*, p. XVIII, obra de autoria de Frank X. Ryan, Brian E. Butler e James A. Good, disponível no *books.google*. Publicada pela State University of New York, 2019. Consulta realizada em 15/05/2020.

A adoção do Pragmatismo enquanto método de conhecimento, de orientação moral e política da cultura norte-americana, pode ser considerada, também, como uma forma de justificação ideológica do desejo de domínio e de expansão de seu poder ao longo da História. Os pioneiros norte-americanos chegavam a considerar as próprias ideias como instrumentos. Dessa forma, sua violência na ocupação da terra foi disfarçada no discurso do pioneirismo.

O individualismo presente na sociedade norte-americana, bem como o imperialismo dos Estados Unidos nas relações internacionais, são elementos próprios de uma cultura na qual as ideias, a pesquisa científica, a linguagem, o trabalho, a política, não são interpretados de forma idealista, mas, sim, na perspectiva Pragmática e, assim, se coloca em evidência a pergunta de William James, acima citada: “Que diferença prática haveria para alguém, se essa noção, de preferência àquela outra, fosse verdadeira?”. De tal forma que esse método, rejeitando a metafísica e o idealismo, privilegia os resultados práticos do saber, chegando a afirmar que o verdadeiro é aquilo que é útil.

No Brasil, de acordo com João Cruz Costa, os portugueses também foram pragmáticos, adotando as opiniões que, de acordo com a sua visão, poderiam dar os melhores resultados¹⁸. Isso, vale dizer, melhores de acordo com a sua perspectiva e seus interesses, não com a visão de mundo dos indígenas e dos africanos que depois foram aqui escravizados.

Dessa forma, aquilo que para os portugueses era prático e lucrativo, na realidade era uma forma exacerbada de violência. O pragmatismo português levou até ao limiar do extremo o ato de se buscar uma conciliação entre o domínio e a evangelização dos índios, dois conceitos contraditórios: como, há de se perguntar, então, os invasores dessa Terra puderam falar da redenção, do amor de Deus, da solidariedade aos dominados?

Em relação aos negros, a forma de tratamento dos colonizadores também foi brutal, mais ainda do que em relação aos indígenas, ainda que tivessem sido os negros quem construíram a Igreja de São Francisco, em Salvador – BA, a qual tem uma tonelada de ouro em seu interior.

Um pragmatismo incompreensível esse dos portugueses: adornar com ouro uma igreja usando a mão de obra escrava. Assim, o ensino sobre o amor

¹⁸ Costa, João Cruz. *Panorama da História da Filosofia no Brasil*. S. Paulo: Cultrix, 1960.

ao próximo era mera teoria, se tanto, sendo os indígenas e negros tratados como força de trabalho e meios de lucro, não como pessoas. Exageros do pragmatismo português, o qual se deu também nos Estados Unidos.

O PRAGMATISMO E A EDUCAÇÃO

O Pragmatismo teve grande aplicabilidade no século XX na área da Educação, principalmente por sua proposta de associar o conhecimento à experiência e à conduta humana, substituindo conceitos idealistas e metafísicos pela primazia da experiência, dos interesses da criança e da continuidade do processo de aprendizagem.

Com a precedência do indivíduo e de suas potencialidades no processo educativo, ele passa a ser formado para atuar numa sociedade competitiva para conquistar sua autonomia numa economia que se coloca acima de todos os valores de solidariedade, na qual o homem é o lobo do homem, como cita Hobbes, na obra *Do Cidadão* (1642).

O Pragmatismo, dessa forma, é uma visão de mundo antiga, porém, no capitalismo ele estimula a ética da concorrência, a qual nos obriga a buscar qualificação e constantes atualizações para sermos inseridos no mercado de trabalho e sobreviver numa sociedade que ainda continua numa guerra que é de todos contra todos, como afirma Hobbes no célebre capítulo XIII, do *Leviatã* (1651). A partir desse ponto de vista, a própria ética protestante, analisada minuciosamente por Max Weber, tem um caráter pragmático.

A proposta de ensino pragmatista recebe, portanto, a designação de instrumentalismo ou experimentalismo, a qual é admitida pelo próprio John Dewey, filósofo e educador norte-americano. No entanto, essa preocupação, com os fins práticos voltados à educação, evidencia-se já no pensamento de James, para quem a educação, “em resumo, consiste na organização dos recursos do ser humano, na disciplina dos poderes da conduta que lhe permitem subsistir no meio social e físico. Em suma, a educação, tem por fim, organizar hábitos adquiridos e tendências para agir” (JAMES, 1911, p. 18).

William James, que era norte-americano, procurava corroborar essa afirmação, citando o ideal de educação que prevalecia noutros países,

propondo que “por toda parte, o acordo é para se organizarem as faculdades favoráveis à conduta”¹⁹. Disse também que isso era visto com clareza na Alemanha, “onde o fim explicitamente confessado da educação superior é fazer do aluno um instrumento capaz de levar por diante as descobertas científicas”²⁰. Reconhece, porém, os limites dos formadores, afirmando que “não possuem, necessariamente, tais especialistas, uma capacidade intelectual muito original”, ainda que capazes de, a partir de um procedimento metodológico, acrescentar novas descobertas à área em que pesquisam. E corrobora, categoricamente, que, quanto aos fins almejados da formação: “Na Alemanha, a pedra de toque para se aquilatar da capacidade de um portador de diploma é a habilidade e que ele dê provas em tais investigações”²¹.

A ética capitalista busca justificativas ideológicas sempre recorrentes, as quais podem alternar posturas em sua forma discursiva. Hoje ela é justificada pela ideologia do neoliberalismo, a qual, dentre outras, adota o Pragmatismo como uma de suas formas de discurso, prescindindo de suas aplicações democráticas, tanto na área do ensino quanto na ética em geral. Dessa forma, ainda que nos moldes burgueses o Pragmatismo defendesse a Democracia, hoje o que está em evidência é simplesmente a instrumentalização, não só da razão e do conhecimento, mas da própria pessoa.

A ideia de John Dewey, da constante renovação dos métodos e da experiência educacional, ainda que tenha sua relevância conceitual, pode ser vista, na atualidade, como uma oportunidade de negócio, visto que a Educação, também, foi transformada numa mercadoria, na qual os cursos são vendidos como produtos, os materiais escolares tradicionais são substituídos pelas tecnologias da informação necessárias para a aprendizagem, as quais se renovam frequentemente e exigem do aluno-consumidor uma atualização de seus instrumentos ou “ferramentas” de trabalho.

Dessa forma, a Escola exerce uma função pragmática, preparando as pessoas para o mercado de trabalho e para a continuidade da cultura e da ética capitalista, sendo ela própria um produto dessa cultura e, de forma dialética, um de seus mais importantes aparelhos ideológicos de manutenção e

¹⁹ Idem, p. 19.

²⁰ Idem, ibidem.

²¹ Idem, p. 19-20.

de renovação, sendo ela mesma, agora, um produto intermediário entre os cidadãos e o mercado de trabalho.

PRAGMATISMO, EDUCAÇÃO E CAPITALISMO NO BRASIL

Em nossa cultura acadêmica vê-se com reserva o Pragmatismo em relação à pesquisa, especialmente na Filosofia e na Sociologia. Noutras áreas, no entanto, como em Comunicação, Ciências Sociais Aplicadas, Educação, Ciências Exatas, Tecnológicas e Biomédicas, e mesmo na Psicologia, o Pragmatismo pode ser adotado em relação à pesquisa e às atividades profissionais, bem como pode influenciar e orientar as ações de muitas empresas. Um exemplo claro pode ser visto na famosa empresa de publicidade e propaganda, chamada DM9DDB que, há alguns anos, adotou o seguinte *slogan*, claramente pragmático: “Propaganda de Resultado”.

Verificamos que o Pragmatismo na Educação é defendido claramente pelo governo federal, de forma tão clara que, de acordo com a *Revista Exame*, “o Presidente Jair Bolsonaro confirmou, nesta sexta-feira (26/04/20) que o Ministério da Educação estuda fazer cortes nos investimentos em cursos de Humanas nas universidades, principalmente em Filosofia e Sociologia. Em publicação no *Twitter*, o Presidente afirmou que os repasses serão destinados a projetos que ensinem os jovens a “leitura, a escrita e a fazer contas”, para que a sua formação “gere renda para a pessoa e bem-estar para a família”²².

A reportagem afirma, ainda, em relação ao Ministro da Educação, Abraham Weintraub: “Na noite desta quinta-feira (25/04/20), durante transmissão ao vivo pelo *Facebook*, o Ministro da Educação, Abraham Weintraub (*In: O GLOBO*, 2020), já havia indicado que faria cortes nessa área. Assim como o Presidente, ele sinalizou que alunos já matriculados não serão afetados. Como justificativa para a decisão, o Ministro deu o exemplo do Japão, que reduziu as verbas dos cursos de Ciências Sociais e Humanas, em 2015”. Cita a reportagem, a seguir, as palavras do Ministro, conforme se seguem:

²² *Revista Exame*, 26/04/2019: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-sugere-reduzir-verba-para-cursos-de-filosofia-e-sociologia/>. Acesso em 17/05/2020.

— O Japão, país muito mais rico que o Brasil, está tirando dinheiro público, do pagador de imposto, das faculdades que são tidas como para pessoas que já são muito ricas, ou de elite, como filosofia. Pode estudar filosofia? Pode, (mas) com dinheiro próprio. E o Japão reforça: esse dinheiro que iria para faculdades como filosofia, sociologia, se coloca em faculdades que geram retorno de fato: enfermagem, veterinária, engenharia e medicina (O GLOBO – Abraham Weintraub, 2020).

Prossegue ainda a matéria, afirmando que, “segundo Abraham, é preciso melhorar a ‘performance’ dos alunos para gerar mais empregabilidade e empreendedorismo no Brasil”. Afirmou o Ministro, ainda, que “nossos alunos, no Brasil, não têm o mesmo conhecimento técnico, de sair da faculdade, ter ideias, sacadas e montar pequenos negócios. A gente está trabalhando com uma série de ideias, planos, mas vocês vão ter que esperar um pouquinho”, concluiu²³. E, onde mais o Pragmatismo na Educação poderia estar definido de melhor forma?

Por outro lado, verifica-se a presença do Pragmatismo nas Universidades, de maneira mais acentuada desde a implantação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), de tal modo que as universidades devem preparar seus alunos não só para o mercado de trabalho, mas, também, para o citado exame, cuja nota média dos alunos participantes é atribuída ao próprio Curso que eles frequentam. Assim, uma boa nota será usada, depois, nas propagandas da instituição, de tal forma que ficou ainda mais claro que a Educação tornou-se um produto para ser levado ao mercado e avaliado pelo consumidor, no caso, o estudante.

No afã de melhorar sua pontuação houve, em 2007, uma instituição em São Paulo – SP, que ofereceu uma premiação em dinheiro aos alunos que obtivessem as melhores notas no ENADE, variando a compensação financeira entre R\$ 300,00 e R\$ 600,00 (valores em reais brasileiros), conforme reportagem do “Portal G1”, que dizia: “Faculdade oferece prêmio dinheiro ao aluno que tirar boa nota no ENADE. O valor oferecido foi de R\$ 300 a R\$ 600, para a prova deste domingo. Iniciativa divide estudantes e especialistas em educação” (PORTAL G1, 2020).

²³ Revista Exame, op. cit.

Essas situações demonstram que houve uma instrumentalização ainda maior da Universidade, e a formação dos alunos passou a exigir uma espécie de pós-vestibular, ficando a Graduação como uma espécie de preparação para um Juízo Final, tanto para eles quanto para a instituição na qual estudam.

O Pragmatismo presente nesse processo torna-se ainda mais evidente, porque as notas desse exame são utilizadas pelo mercado de trabalho como critério de seleção de pessoal, o que evidencia a cada ano o predomínio da mentalidade pragmática da Universidade. É uma corrente, cujos elos são inescapáveis, e nela estamos presos, e por mais críticos que sejamos, acabamos enredados na preparação para o mercado de trabalho, salvo com as exceções das poucas pessoas que estudam pelo prazer do conhecimento – é o triunfo do Pragmatismo.

O advento de novas tecnologias foi saudado por muitos educadores como revolucionário no processo pedagógico e a atualização tecnológica tornou-se necessária para as instituições de ensino, professores e alunos. No entanto, com ela se apresenta um discurso publicitário, o qual é enunciado tanto pelas indústrias quanto pelo comércio, pelo governo e pela própria Academia, e parte considerável das verbas das universidades, tanto públicas quanto privadas, é destinada a pesquisas e renovações nas áreas de tecnologia, ficando a análise da cultura, incluindo as próprias mudanças tecnológicas e do destino da civilização relegadas a um lugar secundário.

A visão pragmática do ensino e da Ciência, dessa forma, fortalece a ideologia da instrumentalização da razão, destinando maior investimento às áreas do saber que são fomentadoras da ação e do lucro. Assim, o conhecimento enquanto descoberta desinteressada, pelo simples prazer de saber, foi substituída pela visão da Ciência como um instrumento para o domínio da natureza e das diversas técnicas de trabalho, bem como da própria sociedade.

Isso, porém, resulta em benefício apenas de pequena parte da humanidade, pois a exclusão social aumenta a cada dia, sendo os resultados da Ciência, especialmente da área da Saúde, de acesso limitado para a maioria da população, de tal forma que não bastam os avanços científicos e tecnológicos para que tenhamos uma melhor qualidade de vida, mas é

necessário que tenhamos também a adoção da “ética da reverência pela vida”, como ensinou Albert Schweitzer.

Devido à valorização do conhecimento associado ao resultado e ao lucro, das relações entre a Ciência, a produção e o mercado, a busca pelo conhecimento tornou-se parte da competição presente na sociedade capitalista, desde os indivíduos entre si até às relações entre as nações, haja vista que durante as duas Grandes Guerras do Século XX, houve um acentuado desenvolvimento científico e tecnológico, de tal forma que podemos afirmar, parodiando o “Eclesiastes”, que, dependendo das circunstâncias históricas, quem aumenta em Ciência aumenta em poder²⁴.

Ainda em relação ao Brasil, o Pragmatismo na Educação pode ser verificado claramente com a implantação de Escolas Técnicas, sejam elas federais, estaduais, municipais ou particulares, bem como de Institutos Tecnológicos. Talvez, o mais famoso dentre eles, seja o ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), além dos Institutos Técnicos Federais espalhados pelo País, de tal modo que é possível dizer que chegamos a uma cultura da Tecocracia. Assim, a Ciência é instrumentalizada de acordo com os interesses econômicos, políticos e bélicos, de tal forma que, com o passar do tempo, chegou-se a uma situação em que saber é poder, como já afirmara Augusto Comte: “Saber, para prever, a fim de poder”.

A instrumentalização do conhecimento na Universidade brasileira atual é evidente, especialmente quando se constata que ela tem sido um local em que predomina a mentalidade da habilitação para o trabalho, ficando disciplinas como a Filosofia, a qual, para Descartes, é comparável a uma árvore do conhecimento. A Sociologia e outras disciplinas já citadas, também são postas em lugares secundários nessa Epistemologia Pragmática que aqui predomina. Assim, mesmo que desconheçam William James, há professores que cumprem o que ele considerava, em 1911, ser necessário exigir de alguém diplomado: “O fim explicitamente confessado da educação superior é *fazer do aluno um instrumento* capaz de levar por diante as descobertas científicas”²⁵.

²⁴ O autor do “Eclesiastes”, Livro sapiencial do *Antigo Testamento*, parece ter uma visão pessimista do conhecimento, pois afirma que “o muito estudar enfado é da carne”, que “na muita sabedoria há muito enfado” e que “o que aumenta em ciência aumenta em trabalho”.

²⁵ William James, *Palestras Pedagógicas*, op. cit., p. 20 (Os grifos são nossos).

A PRESENÇA DO PRAGMATISMO NA BÍBLIA

A *Bíblia* apresenta várias situações em que se demonstram a importância do resultado, nas quais podem ser vistas comparações com o Pragmatismo, porém, sem qualquer conotação ética negativa em relação à busca por resultados. Vejamos três casos.

Em primeiro lugar, a própria Palavra de Deus busca um resultado, como diz o profeta Isaías: “Assim como descem a chuva e a neve dos céus e para lá não tornam, sem que primeiro reguem a terra, e a fecundem, e a façam brotar, para dar semente ao semeador e pão ao que come, assim será a palavra que sair da minha boca; não voltará para mim vazia, mas fará o que me apraz, e prosperará naquilo para que a designei” (ISAÍAS, 55:11).

O mesmo texto fala claramente sobre o bom uso do dinheiro e sobre uma atividade laboriosa que dê resultado: “Por que gastais o dinheiro naquilo que não é pão, e o vosso suor, naquilo que não satisfaz?” (ISAÍAS, 55:2).

Em segundo lugar, a respeito do Rei Davi, que estava faminto, juntamente com seus soldados, deu-lhes a comer dos pães da proposição o próprio Cristo, no que se reconheceu que era mais útil alimentar a esses homens, bem como ao próprio Davi, do que manter os pães consagrados no altar, mas sem exercer a sua utilidade principal, que era a da alimentação. Por isso, Cristo se referiu a essa atitude de Davi, a qual parecia ser um sacrilégio, tomando-a como exemplo para justificar o fato de seus discípulos colherem espigas num dia de sábado, o que, até então, era proibido na Lei de Moisés. Porém, o que seria mais útil: obedecer à Lei e ficar com fome ou desobedecê-la e alimentar-se.

Foi assim que Cristo, em resposta aos seus críticos, disse: “Nunca lestes o que fez Davi, quando se viu em necessidade e teve fome, ele e os seus companheiros? Como entrou na Casa de Deus, no tempo do sumo sacerdote Abiatar, e comeu os pães da proposição, os quais não era lícito comer, senão aos sacerdotes, e deu também aos que estavam com ele? (MARCOS, 2:25-27).

Em terceiro lugar, o apóstolo Paulo reconheceu a importância da pregação do Evangelho, mesmo que esta fosse feita por inveja ou porfia. Ele raciocina pensando nos frutos da pregação, isto é, em seu resultado, ao dizer:

Alguns, efetivamente, proclamam a Cristo por inveja e porfia; outros, porém, o fazem de boa vontade; estes, por amor, sabendo que estou incumbido da defesa do evangelho; aqueles, contudo, pregam a Cristo, por discórdia, insinceramente, julgando suscitar tribulação às minhas cadeias. Todavia, que importa? Uma vez que Cristo, de qualquer modo, está sendo pregado, quer por pretexto, quer por verdade, também com isto me regozijo, sim, sempre me regozijarei (FILIPENSES, 1:15-18).

Torna-se evidente que, para ele, o que importava era o fato do nome de Cristo ser proclamado, “*quer por pretexto, quer por verdade*”, pois ele sabia da eficácia da Palavra de Deus, a qual, sendo enunciada, não volta para ele vazia.

O Apóstolo Paulo pode ser considerado o pai do pragmatismo missionário, pois afirmou: “[...] Eu procuro, em tudo, ser agradável a todos, não buscando o meu próprio interesse, mas o de muitos, *para que sejam salvos*” (I CORÍNTIOS 10:33). Tendo como objetivo ou resultado a salvação, ele se esmera ainda mais, ao ponto de dizer: “Fiz-me fraco para com os fracos, *com o fim de ganhar os fracos*. Fiz-me tudo para com todos, *com o fim de, por todos os modos, salvar alguns*” (I CORÍNTIOS 9: 22).

É provável que o apelo de Paulo a César, quando de sua audiência diante do Rei Agripa, na cidade de Cesareia, tenha sido feito porque ele tinha como objetivo a evangelização da Capital do Império. O Rei, no entanto, não entendendo seus objetivos e sua vocação, disse a Festo, governador da província: “Este homem bem podia ser solto, se não apelasse para César” (AT, 26,32). Ao mesmo tempo, ele foi pragmático ao apelar para César porque, se fosse solto por Agripa e permanecesse em Cesareia, poderia ser morto pelos judeus que o perseguiam.

Dessa forma, a atitude pragmática pode ser uma estratégia para fins elevados, como a preservação da vida e a pregação do Evangelho.

O PRAGMATISMO NAS RELAÇÕES ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA

O maior problema nas posturas pragmáticas em relação à religião, especificamente em relação ao Cristianismo, em suas diferentes Igrejas e denominações, encontra-se quando se buscam resultados prescindindo-se da ética.

Atualmente presenciamos tanto a realização de interpretações da Bíblia com bases hermenêuticas relevantes quanto nos defrontamos com interpretações oportunistas e superficiais, numa espécie de religião de resultados, presente especialmente em igrejas neopentecostais, algumas presentes na grande mídia, como a Universal, a Mundial e a Internacional da Graça de Deus, que exploram a fé e os símbolos religiosos de forma mercadológica.

Observe o leitor que os próprios nomes dessas Igrejas são pretensiosos em relação à sua abrangência: Universal, Mundial, Internacional, e recentemente surgiu, na Bahia – BA, a Igreja Global. Tais instituições adotam um discurso que promete bênçãos como a cura, a colocação no mercado de trabalho, o pagamento de dívidas, a compra de imóveis etc., e conseguem arrecadar ofertas mesmo de pessoas em explícita situação de escassez financeira, praticando técnicas persuasivas e treinando seus obreiros e pastores para tal.

Quando da morte do ator Norton Nascimento, a mídia noticiou uma afirmação dele em relação a Sônia Hernandez, Bispa da Igreja Renascer em Cristo. Em meio a uma entrevista, o ator afirmou: “[...] Também, se não quiser ver a peça é só ver a Bispa Sônia pregar, viu?”. E afirmou ainda que, quem ouvi-la, “além de ser abençoado, ainda vai aprender uma coisa maravilhosa. A Bispa Sônia pregando é aula de teatro”²⁶.

Por outro lado, do ponto de vista das relações entre política e religião, pelo viés da necessidade prática, os locais simbólicos da Igreja Católica são procurados por personagens da Política, como o Santuário de Aparecida do

²⁶ “Bispa Sonia pregando, é aula de teatro”. In: <https://www.youtube.com/watch?v=pl-biB2AJoa>.

Norte, o qual foi visitado pelo Presidente Jair Bolsonaro, que é católico e fez questão de visitar o santuário, porém não deixou de recorrer a líderes evangélicos neopentecostais em busca de apoio eleitoral.

De tal forma que, tanto ir a Aparecida quanto levar ao seu palanque, em Brasília, o Bispo Edir Macedo, ou subir ao palco da “Marcha para Jesus”, com os religiosos Estevam e Sônia Hernandez, são atitudes pragmáticas, isto é, estão em busca da crença e da adesão do eleitorado.

Sendo assim, a performance dos atores políticos visando o resultado é múltipla, levando até mesmo pessoas como Fernando Hadadd e Manuela D’Ávila, do PC do B, declaradamente ateus, a frequentarem uma Missa no Jardim Ângela, em São Paulo – SP, em 12 de Outubro de 2018, dia da Padroeira do Brasil.

Presenciei uma visita do Engenheiro José Filippi Júnior, que foi Prefeito de Diadema – SP, por três mandatos, à igreja da “Assembleia de Deus”, do Bairro do Taboão, na referida cidade. Ele foi pedir uma oração e se ajoelhou no altar, enquanto o Pastor lhe impunha as mãos. Não se pode negar o seu respeito, sua humildade e a sua piedade, mas de todo modo a sua presença ali não deixou de exercer influência sobre a comunidade, posto que mesmo indiretamente, a sua atitude teve um caráter discursivo e persuasivo.

O Ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, que se declarou ateu quando concorreu à Prefeitura de São Paulo – SP, nos anos 1990, perdeu muitos votos por ter feito essa declaração, não levando em conta o caráter ilocucionário da linguagem. No dia seguinte à sua afirmação, Jânio Quadros, que também era candidato, mandou colocar nas ruas cartazes com o *slogan*: “Cristão vota em Jânio”, aproveitando a oportunidade discursiva e ganhando muitos votos, vindo a eleger-se. Percebem o pragmatismo presente no discurso? Não importa a sua verdade.

Depois dessa experiência, Fernando Henrique Cardoso, já na Presidência da República, chegou a visitar o Papa em Roma, numa breve audiência. O mesmo homem que disse ser ateu visitou o Vaticano, pois essa atitude era importante para a redenção de sua imagem diante dos eleitores cristãos após a sua negação do nome de Deus.

Em reportagem da “Folha de S. Paulo”, afirma-se que, “ao trocarem presentes (FHC ganhou um livro sobre as obras de Michelangelo na Capela Sistina, e o Papa, uma imagem de madeira de Sant’Ana, feita no século XVIII, na região mineira de Paracatu), os dois conversaram, em português, sobre o Brasil e outros países de língua portuguesa”²⁷. Agora, imaginemos que situação esta, um sociólogo e político que se confessou ateu doar uma imagem de Sant’Ana, para o Sumo Pontífice? Coisas do pragmatismo político e dos atos de linguagem em busca da persuasão do eleitorado.

Notemos, também, uma afirmação oportunista do Ex-Presidente Lula, por ocasião da comemoração do dia de “Primeiro de Maio”, em 1993, na Praça da Sé, em São Paulo – SP: “O vermelho da bandeira do PT significava o sangue de Cristo”²⁸. Para um partido que tem em suas origens ideológicas uma visão de mundo materialista e ateísta, essa afirmação torna-se sem sentido, quer teológico, quer social, quer político, não passando de uma oportunidade para a manipulação da plateia através do discurso. Teologicamente poderia significar até uma blasfêmia, mas isso é assunto para os especialistas da área.

Enfim, lembremos de uma afirmação contundente e esclarecedora de Harold Lasswell: “Pelo uso de palavras e gestos sancionados, a elite extrai sangue, impostos e aplausos das massas”²⁹. Essa elite, tanto pode ser de direita quanto de esquerda, de centro-direita, centro-esquerda ou mesmo de algo típico do Brasil, um fenômeno chamado “Centrão”.

De todos os atores mencionados, quer na Política, quer na Religião ou na união de ambas, observam-se performances, atitudes pragmáticas, discursos cênicos em busca de adesão. No entanto, após as eleições o credo do credo do eleitor não terá o mesmo valor, pois o que prevalecerá serão as relações reais de poder, e no fim das contas, é como disse Lasswell: “A linguagem da Política é a linguagem do Poder”.

²⁷ *Folha de S. Paulo*: “João Paulo 2º diz a presidente que quer vir ao Brasil em 2001”. Do enviado especial a Roma (ELS) (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2011199905.htm>).

²⁸ *Folha de S. Paulo*, 02/05/1993, Seção *Teoria e Debate*.

²⁹ Lasswell, Harold. *A Linguagem da Política*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale dizer, que a educação pragmatista se estenderia para a conduta do indivíduo em todas as esferas da vida. O otimismo de James (1911 e 1979), nesse aspecto, era tal que ele esperava que o educando se tornasse habilitado a portar-se adequadamente em qualquer circunstância da existência, afirmando que aquele que “recebe uma verdadeira educação é capaz, na prática, de sair-se muito bem de situações em que se não tenha antes encontrado” (JAMES, 1911, p. 18). E afirma ainda, especificamente em relação à educação inglesa, que “um *gentleman* é um feixe de reações especiais, uma criatura que possui, prévia e claramente traçada, linha de conduta para todas as circunstâncias da vida” (JAMES, 1911, p. 20).

Nesse bojo, acrescentam-se as descobertas científicas que, quando obras do pragmatismo educacional, são valorizadas e incentivadas de acordo com a sua aplicação e com o lucro que proporcionarem. A obtenção de lucro não é algo injusto, porém, os meios para fazê-lo devem sê-lo, de tal forma que a tese de Maquiavel, de que os fins justificam os meios, e que “nas ações de todos os homens, máxime dos príncipes, o que importa é o êxito bom ou mau”, que não é necessariamente próprio do Pragmatismo, mas que se constitui numa tese política, cuja linguagem, como afirmou Harold Lasswell, é a linguagem do poder. Isto é, os atores políticos parecem seguir o que escreveu Maquiavel, n’*O Príncipe*: eles não precisam realmente ter as virtudes que aparentam, basta que pareçam ser piedosos, pois o vulgo, que é a maioria, contenta-se com a aparência.

Considerando-se esta situação, é inegável que, com o passar do tempo, o Pragmatismo assumiu um papel irreversível em nossa cultura, fortalecendo a visão utilitária, isto é, instrumental, do conhecimento. Porém, o nosso pensamento não pode permanecer no sono dogmático, posto que deve ser despertado para a transformação dessa visão utilitária, desde que numa visão crítica do conhecimento e da Educação, dando o passo de volta ao lema do esclarecimento enunciado por Kant: “Tem coragem de servir-te de teu próprio entendimento”, o qual está na base da “Educação para a Emancipação”, defendida por Adorno em sua obra homônima.

Conforme a caminhada deste percurso conceitual nos mostrou, podemos observar que o Pragmatismo pode ser interpretado tanto de forma positiva quanto negativa, isto é, quando o conhecimento e as técnicas são vistos como meios de lucro e de domínio. Por outro lado, verificamos também que pode haver uma interpretação positiva do Pragmatismo, se mantivermos a ética da reverência pela vida.

Infelizmente a instrumentalização chegou à Educação e à Ciência, e os atores políticos são pragmáticos pela natureza de seu ofício, pois Política é ação. Vimos que a visão pragmática da realidade chegou até à Religião, a qual, apesar de ter sido tratada como fonte de lucro desde os tempos antigos, no Capitalismo isso é feito até de forma imoral, negando o que Paulo ensinou no I Século, isto é, que “grande fonte de lucro é a piedade, com contentamento” (I TIMÓTEO, 6:6).

Enfim, a Religião foi instrumentalizada pelos atores políticos, com honrosas exceções, e chegamos, assim, ao que Marx denunciou no Séc. XIX:

Chegou, enfim, a época em que tudo aquilo que os homens tinham considerado como inalienável tornou-se objeto de troca, de tráfico, e podia ser alienado. É a época em que as próprias cousas que, até então eram transmitidas, mas jamais trocadas; dadas, mas jamais vendidas; ganhas, mas jamais compradas — virtude, amor, opinião, ciência, consciência etc. — tudo passou enfim para o comércio. É a época da corrupção geral, da venalidade universal ou, para falar em termos de economia política, a época em que todas as cousas, morais ou físicas, tornando-se valores venais, são levadas ao mercado para serem apreciadas pelo seu mais justo valor³⁰.

Cabe a nós o exercício da crítica e a busca do esclarecimento, para que não caiamos numa forma de Pragmatismo absoluto, uma espécie de mercantilização da razão, a qual pode ser vista na afirmação do empresário Beto Sicupira, parecida com um epitáfio da razão: “As pessoas valem pelo que elas são capazes de fazer e não por aquilo que elas conhecem. Algumas pessoas sabem tudo, mas não conseguem transformas isso em nada”³¹.

Diante dessa afirmação, é preciso retornar a Kant e ao Lema do Esclarecimento: “Tem coragem de servir-te de teu próprio entendimento”.

³⁰ Karl MARX, *Miséria da Filosofia*, Cap. I. In: marxists.org (acesso em 18/05/2020).

³¹ Citado por Anandsing Dwarkasing. *Empreender na Vida*. Palestra feita na UEMG – Frutal: 03/05/2019.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. & VISALBERGHI, A. *História da Pedagogia*. Vol. 2. Lisboa: Livros Horizonte, s./d.

BÍBLIA SAGRADA. Versão Almeida Revista e Atualizada. Sociedade Bíblica do Brasil. Disponível em: <https://www.biblionline.com.br/ara>. Acesso em 16/05/2020.

CHILDS, John L. *Pragmatismo y Educación; su interpretación y crítica*. Buenos Aires: Nova, 1956.

COSTA, João Cruz. *Panorama da História da Filosofia no Brasil*. S. Paulo: Cultrix, 1960.

HESSEN, J. *Teoria do Conhecimento*. S. Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAMES, William. *Palestras Pedagógicas*. (1911).

JAMES, William. *Pragmatismo: textos selecionados*. S. Paulo: Abril, 1979 (Coleção “Os Pensadores”).

KANT, Immanuel. *Resposta à Pergunta: o que é Esclarecimento?*. In: *Textos Seletos*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

LASSWELL, Harold. *A Linguagem da Política*. Brasília: Ed. da UNB, s/d.

MARX & ENGELS. *A Ideologia Alemã*. 7. ed. S. Paulo: Hucitec, 1989.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. S. Paulo: Abril, 1979 (Coleção “Os Pensadores”).

PÁDUA, Marsílio de. *O Defensor da Paz*. Petrópolis: Vozes, 1997.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*. Disponível em: marxists.org. Acesso em 18/05/2020.

RYAN, Frank X. et alii. *The Real Metaphysical Club*. New York: State University of New York, 2019. Disponível em: books.google. Acesso em 16/05/2020.

SCHINZ, Albert. *Anti-pragmatisme: examen des droits respectifs de l'aristocratie intellectuelle et de la democratie sociale*. Paris: Felix Alcan, 1909.

SPIRITO, Ugo. *El Pragmatismo en la Filosofía Contemporánea*. Buenos Aires: Losada, 1945.

Jornais, Revistas e Sites consultados

Folha de S. Paulo. “João Paulo 2º diz a presidente que quer vir ao Brasil em 2001”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2011199905.htm>. Acesso em 18/05/2020.

Folha de S. Paulo. *Seção: Teoria e Debate*. Edição de 02/05/1993.

O GLOBO – Abraham Weintraub (Suplemento “Sociedade”, de 25/04/2020). *Ministro dá dica para o Enem: Questões ideológicas, muito polêmicas, não devem acontecer esse ano.* Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-dica-para-enem-questoes-ideologicas-muito-polemicas-nao-devem-acontecer-esse-ano-23623156>. Acesso em 20/05/2020, às 10h13min.

PORTAL G1. *Faculdade oferece prêmio em dinheiro ao aluno que tirar boa nota no Enade.* Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Vestibular/0,,MUL176482-5604,00-FACULDADE+OFERECE+PREMIO+EM+DINHEIRO+AO+ALUNO+QUE+TIRA+R+BOA+NOTA+NO+ENADE.html>, de 10/11/2007. Acesso em 17/05/2020.

Jornal da Gazeta (12/10/2018). Reportagem: “Em campanha, Haddad vai à missa na periferia”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AMK7L72N5C0>. Acesso em 18/05/2020.

Revista Exame Edição de 26/04/2019. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-sugere-reduzir-verba-para-cursos-de-filosofia-e-sociologia/>. Acesso em 17/05/2020.

Vídeo: *Bispa Sonia pregando, é aula de teatro.* Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pl-biB2AJoa>. Acesso em 18/05/2020.

POLÍTICAS DE GESTÃO DE QUALIDADE TOTAL

Grupo de Trabalho, 3º período, ADM / UEMG, matutino: SOUZA, Ana Luiza Ramos; CAETANO, Leandro Luiz; SILVA, Octávio Antônio Nogueira; CAMPOS JÚNIOR, Olinto da Fonsêca

PESSOA, Marcelo – Docente UEMG e Orientador –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

RESUMO: Este estudo trata de investigar as técnicas e estratégias empregadas para a Gestão de Qualidade. Adotaremos por método de pesquisa a revisão bibliográfica em acervos físicos e digitais. Por objetivo geral esta pesquisa pretende demonstrar a evolução da gestão de qualidade total. Como objetivo específico, pretende-se compreender como uma empresa atualmente gerencia sua política de qualidade. O fundamento teórico inicial, o temos na obra “Gestão de Qualidade: Teoria e casos”, Carvalho & Paladini (2012). O interesse por um tema como este, prende-se ao fato de que a qualidade está sempre mudando com o passar do tempo, fazendo evocar novas abordagens e conceitos sobre o assunto. Como resultados parciais, já é possível afirmar que, para termos um bom efeito de qualidade, devemos adotar as técnicas atuais de aprimoramento, nos apropriando do conhecimento existente, associando-o ao que está sempre em evolução.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão de qualidade, processo produtivo, satisfação

ABSTRACT: This study aims to investigate the techniques and strategies for Quality Management. We will adopt by research method the bibliographic review in physical and digital collections. The general objective of this research is to demonstrate the evolution of total quality management. As a specific objective, we intend to understand how a company currently manages its quality policy. The initial theoretical foundation, we have it in the work “Quality Management: Theory and cases”, Carvalho & Paladini (2012). The interest in a theme like this, is due to the fact that quality is always changing over time, evoking new approaches and concepts on the subject. As partial results, it can already be said that, in order to have a good quality effect, we must adopt current improvement techniques, appropriating existing knowledge and associating it with what is always evolving.

KEYWORDS: Quality management, production process, satisfaction

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Marly Monteiro de & PALADINI, Edson Pacheco. *Gestão de Qualidade – teorias e casos* Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

ESTUDO DOS FUNDAMENTOS SOCIOCULTURAIS E MERCADOLÓGICOS QUE ENVOLVEM A CRIAÇÃO DE NOMES DE BAIROS E CONJUNTOS RESIDENCIAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP

[doi> 10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020pR-p02](https://doi.org/10.33726/akdpapers2447-7656v9a62020pR-p02)

PAULA, Larissa Lima de¹

PESSOA, Marcelo² – Docente UEMG e Orientador –  <https://orcid.org/0000-0002-9193-4604>

INTRODUÇÃO³

Em São José do Rio Preto – SP dá-se um curioso fenômeno relacionado aos nomes e à localização dos bairros e conjuntos habitacionais, elemento notável a partir de 1983, por ocasião da gestão do Prefeito Manoel Antunes. Vê-se que os bairros e conjuntos habitacionais da Zona Norte (região de maior concentração popular), têm nomes que sugerem pensamentos de benevolência, companheirismo, ou evocam emoções moralmente mais caras ao sentimentalismo e ao ambiente religioso, enquanto que os de outras regiões da cidade tendem a ostentar nomes menos apelativos no sentido do que aqui expomos e ainda são socialmente mais respeitáveis, visto que normalmente aludem a personagens ilustres da vida pública da cidade ou que denotariam poder, posses, ou certo teor de superioridade em relação aos demais.

Justifica a realização da investigação, o fato de que nem sempre essa foi a premissa norteadora para as estratégias de ocupação urbana e rural. Posto que o primeiro conjunto habitacional de São José do Rio Preto, construído no que hoje é uma das regiões mais valorizadas pelo mercado imobiliário, é o bairro Jardim Alto do Rio Preto, apesar de à época se tratar de um conjunto de imóveis destinados aos trabalhadores do comércio local, não sofreu pressão de nenhum tipo de elitização tal qual parece ocorrer nos dias de hoje:

¹ Aluna do Curso de graduação em Jornalismo, UEMG/Unidade Frutal, Edital 01-2019, larissa_limap@hotmail.com.

² Prof. Dr. Marcelo Pessoa, UEMG/Unidade Frutal, marcelo.oliveira@uemg.br
Orientação: UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal; Edital PAPq 01-2019; larissa_limap@hotmail.com.

³ Resumo Expandido. Relatório Técnico Final – Edital PAPq 01-2019 – UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Frutal.

A construção do primeiro Conjunto Habitacional da cidade deu o que falar. Uma novela. Foi o Conjunto Habitacional Vila dos Comerciantes, mais conhecido como "48 casas". Construído perto do novo aeroporto, num terreno adquirido de João Reverendo Vidal pelo IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes), a obra teve início em 1950 e terminou em 1952. Eram casas destinadas aos comerciantes, que pagariam mensalmente, junto com a aposentadoria (Conteúdo extraído de: https://www.diariodaregiao.com.br/conteudo/2018/08/secoes/blogs/ri_o_preto_em_foco/1116857-os-primeiros-conjuntos-habitacionais-populares.html, em 30/10/2018, às 20h35min).

Numa consulta ao *site* da Prefeitura Municipal, na aba destinada à Secretaria da Habitação, a qual é subsidiada por outras abas, como a da EMCOP – Empresa Municipal de Construções Populares, e a da EMURB – Empresa Municipal de Urbanismo, nos deparamos com nomes de bairros populares, intitulados como Brejo Alegre, Cristo Rei, Solo Sagrado, João Paulo II, Dom Lafaiete, Luz da Esperança, Residencial Jardim da Solidariedade, São Deocleciano, Parque da Cidadania, Parque Residencial Lealdade e Amizade, Parque da Liberdade, Parque Nova Esperança, Parque Vida Nova Dignidade, enquanto que os bairros e os conjuntos residenciais destinados à habitação da população mais abastada apresentam nomes como Alto da Boa Vista, Bairro Mansour Daud, Condomínio Villa Borghese, Jardim Romano Calil, Jardim Higienópolis, Jardim Tarraf, Jardim Vivendas, Jardim Maracanã, Quinta das Paineiras, Residencial Damha, Residencial Débora Cristina, Vila Ideal, Vila Imperial.

Desse modo, o objetivo é o de delimitar em que medida a escolha deste ou daquele nome para identificar bairros e conjuntos residenciais tem sido orientada ou não pela condição social, cultural, econômica do público a quem as habitações ou os loteamentos preferencialmente se destinam, elementos estes que se articulam com categorias coloniais e pós-coloniais como as de sujeição e de dominação (BHABHA, 1998), alvo de preocupação do Projeto de Pesquisa do orientador (BOSI, 1992).

MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O principal método de pesquisa é o da revisão bibliográfica associada à pesquisa documental.

Os procedimentos adotados atendem ao que se prevê no Cronograma de Pesquisa, os quais compreendem a realização de visitas à cidade de São José do Rio Preto – SP, a qual dista da sede da Unidade Frutal da UEMG, em 115 km. Por lá, o estudante já pôde, no curso de um dia, visitar, por meio de ônibus circular urbano, alguns dos bairros que são objeto principal do *corpus* de análise.

Além disso, o pesquisador também já realizou entrevista com alguns gestores municipais, coletando informações sobre os moldes de conformação para a imposição dos topônimos.

Nas próximas etapas da investigação se preveem novas incursões a campo, donde se poderão visitar os objetos do *corpus* de análise, bem como reatar diálogos com órgãos de governo como o CRAS e mesmo com ONGS que atuem na cidade alvo, lançando mão de métodos jornalísticos de entrevista estruturada ou semiestruturada, por exemplo, conforme o caso.

Nas atividades finais de revisão bibliográfica e de varredura digital, ainda serão possíveis de se fazer conhecer boa parte do universo que compõe este cenário habitacional, seus gestores, seus históricos, itens que municiam a pesquisa em seu estágio inicial e medial, e que a sustentarão até o processo final.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados encontrados até o momento foram realizados por meio de levantamento bibliográfico, leitura, fichamentos, entrevistas e fotos, sendo estes itens previstos no Cronograma de Pesquisa, os quais devem igualmente

ser contemplados. A compreensão do problema estudado envolve as desigualdades sociais, demarcadas pelas questões mercadológicas, políticas, culturais e econômicas que geram diferenças aos topônimos de conjuntos habitacionais. Essas diferenças geram outros problemas como o preconceito aos bairros, marginalizando-os, refletindo os contrastes sociais e a interferência nas relações interpessoais relacionadas aos condomínios populares.

CONCLUSÕES

Até o presente momento da pesquisa, ainda em estágio inicial, não nos foi possível formar um cenário de convicções consistentes sobre estas hipóteses. No entanto, torna-se evidente que as nomeações de condomínios e conjuntos habitacionais na cidade de Rio Preto, há diferenças quanto a forma com que são retratados. Os condomínios populares tendem a ter nomes pejorativos, envolvendo emoções, sentimentalismo e pensamentos complacentes, enquanto que em condomínios, cujo poder aquisitivo dos moradores é significativo, os nomes são menos apelativos e remetem à ideia de superioridade, posses.

E é neste sentido que se alinha ao que Bosi diz: “O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina” (1992, p. 12). Ou seja, os padrões que instituem e nomeiam os bairros e condomínios do *corpus*, padecem de uma sobredeterminação que os antecede, ao mesmo tempo em que reiteram as estratégias implícitas de dominação impostas de uns sobre os outros. No mesmo mote, Bhabha (1998), no seu Capítulo “Articulando o Arcaico”, recupera para o nosso trabalho, a mensagem de que tais distinções socioculturais, além de evidentes, são excludentes e muito recorrentes em nossa sociedade.

Diante desse cenário, o estudo intenta compreender o viés sociocultural e ideológico organizado pelos engenheiros dessas desigualdades, levando em consideração os problemas sociais gerados pela assimetria econômica, política e cultural.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BHABHA, Homi K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

Matérias do G1. *Conheça a história do bairro Eldorado, região norte de Rio Preto*. Rio Preto e Araçatuba. 11 de Março de 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/bairro-ideal/2015/noticia/2016/03/conheca-historia-do-bairro-eldorado-regiao-norte-de-rio-preto.html>> Acesso em: 08 de out. de 2019.

Matérias Diário da Região. *Os primeiros conjuntos habitacionais populares*. Rio Preto. 05 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://www.diariodaregiao.com.br/_conteudo/2018/08/secoes/blogs/rio_preto_em_foco/1116857-os-primeiros-conjuntos-habitacionais-populares.html> Acesso em: 08 de out. de 2019.

Prefeitura de Rio Preto. *Portal da Prefeitura de Rio Preto*. Disponível em: <<https://www.riopreto.sp.gov.br/>> Acesso em: 08 de out. de 2019.

JION, A PAZ DA MÃO VAZIA

PELICANO, Henrique José Rosa¹

O Caráter por vezes austero,
Que ostenta feição augusta,
Foi forjado com muito esmero,
Anuncia-nos, a su'alma justa;

No caminho da boa conduta,
De prélios e batalhas vencidas,
Quem, de seu exemplo desfruta,
Ignora o ardor das feridas.

Sapiência, com crivo da idade,
Reverbera a voz magistral:
Eis *Jion*, um vetor-Caridade,
Em Bondade, nos afasta do mal.

Se outrora, houve Fé contestada,
Pela exaustão e pelo juízo da
dor,
As certezas foram reiteradas,
Por quem de si mesmo é Senhor;

Doravante, não mais duvidais,
Nas ambivalências, dais
primazia!

Para as vicissitudes gerais:
Seguis o Caminho da Mão Vazia!

São dizeres com força de Lei,
E que sempre valem reforço,
Assim nos ensinara O *Sensei*,
Para criar o intuito do esforço.

Para o cotidiano em ebulição,
Que por dentro, prospere a Paz,
Porque com devida
contemplação,

Em *Jion* a Gratidão se perfaz.

Combatendo a constante
injustiça,
Okinawa é mãe de nobre valor,
Deu ao Caratê a seguinte
premissa:

Nascer, para proteger o Amor...

Do berço do Sol nascente,
A honra, disciplina e razão,
Da Arte que brilhantemente,
Perpetua o esplendor do Japão.

OSU!

¹ Bacharel em Direito / UNIRP. Especializando em Direito Ambiental. Graduando em História. Bacharel em Ciências Biológicas pela UNESP, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de São José do Rio Preto, IBILCE (2012).